

ESTUDOS & PESQUISAS

INFORMAÇÃO DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA

34

SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS

UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA

DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

2014

Presidenta da República
Dilma Rousseff

Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão
Miriam Belchior

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidenta
Wasmália Socorro Barata Bivar

Diretor-Executivo
Fernando J. Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Roberto Luís Olinto Ramos

Diretoria de Geociências
Wadih João Scandar Neto

Diretoria de Informática
Paulo César Moraes Simões

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de População e Indicadores Sociais
Barbara Cobo Soares (em exercício)

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de População e Indicadores Sociais

Estudos e Pesquisas
Informação Demográfica e Socioeconômica
número 34

Síntese de Indicadores Sociais

**Uma análise das condições de vida
da população brasileira
2014**

Rio de Janeiro
2014

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 1516-3296 **Estudos e pesquisas**

Divulga estudos descritivos e análises de resultados de tabulações especiais de uma ou mais pesquisas, de autoria institucional.

A série **Estudos e pesquisas** está subdividida em: Informação Demográfica e Socioeconômica, Informação Econômica, Informação Geográfica e Documentação e Disseminação de Informações.

ISBN 978-85-240-4336-9

© IBGE. 2014

Elaboração do arquivo PDF

Leonardo Martins

Produção de multimídia

LGonzaga

Márcia do Rosário Brauns

Marisa Sigolo

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Roberto Cavararo

Capa

Marcos Balster Fiore e Renato J. Aguiar- Coordenação de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Sumário

Apresentação

Introdução

Aspectos demográficos

Famílias

Educação

Trabalho

Distribuição de renda

Domicílios

Referências

Glossário

Lista de tabelas

1 Aspectos demográficos

1.1 - Distribuição percentual da população residente, por sexo, razão de sexo e taxa de urbanização, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

1.2 - Distribuição percentual da população residente, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

- 1.3 - Razão de dependência, total, de jovens e de idosos segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013
- 1.4 - Taxa de fecundidade total, taxa de mortalidade infantil e esperança de vida ao nascer, por sexo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- 1.5 - Distribuição percentual das mulheres de 15 a 49 anos de idade, por cor ou raça, com indicação de presença de filhos nascidos vivos, segundo as Grandes Regiões e os grupos de idade - 2013
- 1.6 - Distribuição percentual das mulheres de 15 a 49 anos de idade, por presença de cônjuge ou companheiro, com indicação de presença de filhos nascidos vivos, segundo as Grandes Regiões e os grupos de idade - 2013
- 1.7 - Distribuição percentual das mulheres de 15 a 49 anos de idade, por grupos de anos de estudo, com indicação de presença de filhos nascidos vivos, segundo as Grandes Regiões e os grupos de idade - 2013
- 1.8 - Distribuição percentual da população residente, por Grandes Regiões de residência atual, segundo o lugar de nascimento - 2013
- 1.9 - Distribuição percentual da população não natural, por lugar de nascimento, segundo as Grandes Regiões de residência - 2013
- 1.10 - Distribuição percentual da população não natural, por Grandes Regiões de residência, segundo o lugar de nascimento - 2013
- 1.11 - Proporção de crianças, adolescentes e jovens de 0 a 29 anos de idade, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013
- 1.12 - Proporção de crianças de 0 a 14 anos de idade residentes em domicílios particulares permanentes com saneamento inadequado, por forma de inadequação, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- 1.13 - Taxa de ocupação de jovens de 15 a 29 anos de idade, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013
- 1.14 - Distribuição percentual de jovens de 15 a 29 anos de idade, ocupados na semana de referência, por classes de rendimento mensal de todos os trabalhos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013
- 1.15 - Distribuição percentual de jovens de 15 a 29 anos de idade, ocupados na semana de referência, por número de horas trabalhadas por semana no trabalho principal, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013
- 1.16 - Distribuição percentual de jovens de 15 a 29 anos de idade, por grupos de idade e tipo de atividade na semana de referência, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013
- 1.17 - Proporção de crianças, adolescentes e jovens de 10 a 29 anos de idade que cuidavam de afazeres domésticos e número médio de horas dedicadas aos afazeres domésticos na semana de referência, por grupos de idade e

sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

- 1.18 - Proporção de pessoas de 60 anos ou mais de idade, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013
- 1.19 - Distribuição percentual das pessoas de 60 anos ou mais de idade, por situação do domicílio, sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2013
- 1.20 - Distribuição percentual das pessoas de 60 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, por condição no domicílio, segundo as Grandes Regiões - 2013
- 1.21 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade com indicação da média de anos de estudo e distribuição percentual, por grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2013
- 1.22 - Distribuição percentual das pessoas de 60 anos ou mais de idade em aposentados e/ou pensionistas, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2013
- 1.23 - Distribuição percentual das pessoas de 60 anos ou mais de idade, por classes de rendimento mensal de todas as fontes, segundo as Grandes Regiões - 2013
- 1.24 - Distribuição percentual das pessoas de 60 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2013
- 1.25 - Distribuição percentual de pessoas de 60 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, por tipo de arranjo domiciliar, segundo as Grandes Regiões - 2013
- 1.26 - Proporção das pessoas de 60, 65 e 70 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2013
- 1.27 - Proporção das pessoas de 60, 65 e 70 anos ou mais de idade, aposentadas e ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2013
- 1.28 - Média de horas habitualmente trabalhadas em todos os trabalhos das pessoas de 60, 65 e 70 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2013
- 1.29 - Distribuição percentual dos rendimentos das pessoas de 60 e 65 anos ou mais de idade, por fonte dos rendimentos, segundo as Grandes Regiões - 2013

2 Famílias

- 2.1 - Arranjos familiares e unipessoais residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por tipo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013
- 2.2 - Arranjos familiares e unipessoais residentes em domicílios particulares, total e por sexo da pessoa de referência dos arranjos unipessoais, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013
- 2.3 - Distribuição percentual dos arranjos unipessoais residentes em domicílios particulares, por grupos de idade da pessoa de referência dos arranjos unipessoais,

segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

- 2.4 - Distribuição percentual dos arranjos unipessoais residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013
- 2.5 - Arranjos familiares de casal com filhos residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por sexo da pessoa de referência e grupos de idade dos filhos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013
- 2.6 - Nível da ocupação das pessoas de 16 anos ou mais de idade, nos arranjos familiares com laços de parentesco residentes em domicílios particulares, por posição no arranjo familiar e sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013
- 2.7 - Casais residentes em domicílios particulares com pessoa de referência do sexo masculino e cônjuge ocupados, com rendimento do trabalho, total e respectiva distribuição percentual, por razão entre o rendimento do cônjuge e o rendimento da pessoa de referência do arranjo familiar, segundo as Grandes Regiões - 2013
- 2.8 - Casais residentes em domicílios particulares com pessoa de referência do sexo feminino e cônjuge ocupados, com rendimento do trabalho, total e respectiva distribuição percentual, por razão entre o rendimento do cônjuge e o rendimento da pessoa de referência do arranjo familiar, segundo as Grandes Regiões - 2013
- 2.9 - Casais residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de idade da pessoa de referência do arranjo familiar, segundo as Grandes Regiões - 2013
- 2.10 - Média do rendimento familiar *per capita*, em salários mínimos, dos casais residentes em domicílios particulares, por grupos de idade da pessoa de referência do arranjo familiar, segundo as Grandes Regiões - 2013
- 2.11 - Domicílios particulares permanentes, por número de arranjos residentes e arranjos familiares conviventes com um arranjo familiar principal em domicílios particulares permanentes, total e respectiva distribuição percentual, por motivo para a convivência e número médio de pessoas, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013
- 2.12 - Arranjos familiares com filhos residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por tipo e sexo da pessoa de referência, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013
- 2.13 - Arranjos familiares sem filhos residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por tipo e sexo da pessoa de referência, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013
- 2.14 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Brasil - 2013

- 2.15 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Nordeste - 2013
- 2.16 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Sudeste - 2013
- 2.17 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Brasil - 2013
- 2.18 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Nordeste - 2013
- 2.19 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Sudeste - 2013
- 2.20 - Arranjos familiares monoparentais com filhos residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por sexo da pessoa de referência e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

3 Educação

- 3.1 - Taxa de frequência bruta a estabelecimento de ensino da população residente, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013
- 3.2 - Proporção de pessoas de 4 e 5 anos de idade que frequentam estabelecimento de ensino, segundo as Grandes Regiões e algumas características selecionadas - 2004/2013
- 3.3 - Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente de 6 a 24 anos de idade, por grupos de idade e nível de ensino, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013
- 3.4 - Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente de 6 a 24 anos de idade, por grupos de idade, nível de ensino e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2013
- 3.5 - Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente de 6 a 24 anos de idade, por grupos de idade, nível de ensino e sexo, segundo as Grandes Regiões - 2013
- 3.6 - Média de anos de estudo das pessoas de 10 a 14 anos de idade que frequentavam instituição de ensino, por idade pontual, segundo as Grandes Regiões - 2013
- 3.7 - Proporção de pessoas de 13 a 16 anos de idade que frequentam ensino fundamental com distorção idade-série, segundo as Grandes Regiões e algumas características selecionadas - 2004/2013
- 3.8 - Distribuição percentual das pessoas que frequentam estabelecimento de ensino, por nível e rede de ensino frequentado, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

- 3.9 - Estudantes da rede pública e da rede particular no ensino fundamental, médio e superior, total e respectiva distribuição percentual, segundo os quintos de rendimento mensal familiar *per capita* - Brasil - 2013
- 3.10 - Estudantes de 18 a 24 anos de idade, total e respectiva distribuição percentual, por nível de ensino frequentado, segundo as Grandes Regiões - 2013
- 3.11 - Estudantes de 18 a 24 anos de idade, total e respectiva distribuição percentual, por nível de ensino frequentado e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2013
- 3.12 - Proporção de pessoas de 18 a 24 anos de idade, com menos de 11 anos de estudo e que não frequentavam escola, por quintos de rendimento mensal familiar *per capita* nacional, segundo as Grandes Regiões - 2013
- 3.13 - Pessoas de 25 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013
- 3.14 - Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões e algumas características selecionadas - 2004/2013
- 3.15 - Média de anos de estudo das pessoas de 18 a 24 anos de idade, por quintos de rendimento mensal familiar *per capita* nacional, segundo as Grandes Regiões - 2013
- 3.16 - Pessoas de 25 a 34 anos de idade, total e com ensino superior completo, total e respectiva proporção, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2013
- 3.17 - Pessoas de 25 a 64 anos de idade, total e que frequentam escola, total e respectiva proporção, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2013
- 3.18 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões e algumas características selecionadas - 2004/2013
- 3.19 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade que frequentam cursos de educação de jovens e adultos ou supletivo, total e respectiva distribuição percentual, por nível de ensino, grupos de idade, cor ou raça e sexo, segundo as Grandes Regiões - 2013

4 Trabalho

- 4.1 - Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, total e proporção em trabalhos formais, por sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013
- 4.2 - Taxa de desocupação das pessoas de 16 anos ou mais de idade, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013
- 4.3 - Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, total e respectiva distribuição percentual, por sexo e posição na ocupação, segundo as Grandes Regiões - 2013
- 4.4 - Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos informais, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2013

- 4.5 - Rendimento médio do trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e em trabalhos formais e informais, por sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013
- 4.6 - Rendimento médio no trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo e posição na ocupação, segundo as Grandes Regiões - 2013
- 4.7 - Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade empregados sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada e trabalhadores por conta própria que contribuem para a previdência social, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2013
- 4.8 - Empregados de 16 anos ou mais de idade sem carteira de trabalho assinada, total e respectiva distribuição percentual, por sexo e grupos de setor de atividade, segundo as Grandes Regiões - 2013
- 4.9 - Empregados de 16 anos ou mais de idade sem carteira de trabalho assinada, total e respectiva distribuição percentual, por sexo e grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2013
- 4.10 - Rendimento médio no trabalho principal dos empregados de 16 anos ou mais de idade sem carteira de trabalho assinada, por sexo e grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2013
- 4.11 - Trabalhadores por conta própria de 16 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por sexo e grupos de setor de atividade, segundo as Grandes Regiões - 2013
- 4.12 - Trabalhadores por conta própria de 16 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por sexo e grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2013
- 4.13 - Rendimento médio no trabalho principal dos trabalhadores por conta própria de 16 anos ou mais de idade, por sexo e grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2013
- 4.14 - Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais e informais, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013
- 4.15 - Média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal, média de horas gastas em afazeres domésticos e jornada total das pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013
- 4.16 - Rendimento-hora médio no trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por sexo e grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2013
- 4.17 - Proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, em cargos de direção ou gerência, e rendimento médio do trabalho principal, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2013

- 4.18 - Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, em cargos de direção ou gerência, e rendimento médio no trabalho principal, por sexo, segundo os grupos de setor de atividade - Brasil - 2013

5 Distribuição de renda

- 5.1 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013
- 5.2 - Pessoas residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013
- 5.3 - Número médio de pessoas nos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013
- 5.4 - Rendimento médio mensal familiar *per capita* dos arranjos familiares com rendimento, em reais e em salários mínimos, dos 20% mais pobres e dos 20% mais ricos, e relação entre os rendimentos médios, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013
- 5.5 - Distribuição percentual do rendimento dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por rendimento familiar *per capita* e origem do rendimento, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013
- 5.6 - Distribuição percentual do total do rendimento familiar *per capita* dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por quintos do rendimento familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2013
- 5.7 - Rendimento mensal familiar *per capita*, médio e mediano, dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, segundo as Grandes Regiões - 2013
- 5.8 - Distribuição do rendimento mensal familiar *per capita* das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento de trabalho, entre os 10% mais pobres e o 1% mais rico, em relação ao total de pessoas, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2013
- 5.9 - Distribuição percentual da população residente, por cor ou raça, segundo os décimos de rendimento mensal familiar *per capita* - Brasil - 2013

6 Domicílios

- 6.1 - Domicílios particulares, pessoas e número médio de pessoas, por domicílio e dormitório, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013
- 6.2 - Domicílios particulares permanentes urbanos, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*, segundo

as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

- 6.3 - Domicílios particulares permanentes urbanos, total e distribuição percentual, por condição de ocupação, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013
- 6.4 - Domicílios particulares permanentes urbanos, total e proporção com ônus excessivo de aluguel, por tipo de arranjo familiar da família principal do domicílio, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013
- 6.5 - Domicílios particulares permanentes urbanos, total e proporção dos domicílios particulares permanentes urbanos alugados e dos domicílios particulares permanentes urbanos com ônus excessivo com aluguel, com rendimento mensal domiciliar *per capita* de até 1/2 salário mínimo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013
- 6.6 - Domicílios particulares permanentes urbanos, total e proporção dos domicílios com acesso a saneamento adequado, por classes de rendimento médio mensal domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013
- 6.7 - Domicílios particulares permanentes urbanos, total, distribuição percentual e razão entre os domicílios com e sem acesso a saneamento adequado, e proporção de domicílios particulares urbanos sem acesso a saneamento adequado, por tipo de serviço inexistente, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013
- 6.8 - Domicílios particulares permanentes urbanos com rendimento mensal domiciliar *per capita* de até 1/2 salário mínimo, total, distribuição percentual e razão entre os domicílios com e sem acesso a saneamento adequado, e proporção de domicílios particulares urbanos sem acesso a saneamento adequado, por tipo de serviço inexistente, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013
- 6.9 - Domicílios particulares permanentes urbanos, total e proporção com posse de bens duráveis e acesso à Internet, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013
- 6.10 - Domicílios particulares permanentes urbanos com rendimento médio mensal domiciliar *per capita* de até 1/2 salário mínimo, total e proporção com posse de bens duráveis e acesso à Internet, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

Os indicadores apresentados neste volume da *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2014* sistematizam um conjunto de informações sobre a realidade social do País, a partir de temas de grande relevância para a construção de um quadro abrangente e integrado, considerando as distintas dimensões que envolvem a elaboração de um sistema de indicadores sociais, como Demografia, Famílias, Educação, Trabalho, Distribuição de Renda e Domicílios. As desigualdades de gênero, cor ou raça e de rendimentos foram abordados de forma transversal em todos os capítulos, assim como a comparação temporal de alguns indicadores, de forma a revelar aspectos importantes dos temas aqui abarcados e sua evolução no tempo.

A principal fonte de informação para a construção dos indicadores foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2013, cuja cobertura abrange todo o Território Nacional. Tais informações da PNAD foram combinadas, em alguns capítulos, a outras fontes de dados existentes, pesquisas e registros administrativos, como o Censo Demográfico 2010, Projeção da População do Brasil por sexo e idade 2013, Sistema de Contas Nacionais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PeNSE, Boletim Estatístico de Pessoal e Informações Organizacionais do Ministério do Planejamento, bases de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, do Ministério da Educação, e Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM, do Ministério da Saúde. Além disso, os indicadores

estão referenciados às recomendações internacionais, à legislação brasileira pertinente e às agendas nacional e internacional de debate dos diferentes temas, das quais o IBGE participa e acompanha.

O CD-ROM que acompanha a publicação contém, além das informações do volume impresso, em formato PDF, as tabelas em formato Excel.

Roberto Luís Olinto Ramos
Diretor de Pesquisas

Introdução

Towards a System of Social and Demographic Statistics foi o primeiro relatório da Organização das Nações Unidas a sistematizar informações estatísticas sociais e demográficas, servindo como manual de construção de sistemas de indicadores sociais em diversos países do mundo e se tornou um clássico da literatura sobre Indicadores Sociais. Até os dias atuais, em conjunto com o *Handbook on Social Indicators* (HANDBOOK..., 1989), serve de base técnica para o desenvolvimento de indicadores sociais no âmbito das Nações Unidas. Sem buscar uma definição precisa ao termo “indicador social”, este é entendido nesta publicação como uma construção baseada em observações geralmente quantitativas, que busca um esclarecimento sobre determinado aspecto da vida social em que estamos interessados ou sobre mudanças em curso. De suma importância, do ponto de vista metodológico, essa informação pode ser objetiva e subjetiva. Nesse sentido, indicadores sociais servem aos propósitos da especulação teórica, do conhecimento e, sobretudo, da ação. Considerando que a “curiosidade e o desejo de conhecimento frequentemente advêm de um desejo de ação, pode-se argumentar que indicadores sociais podem ser definidos com áreas específicas de política social em mente e, assim, direcionados a prover as informações necessárias à formulação de políticas públicas” (TOWARDS..., 1975, p. 27). Logo, desde a sua origem, “estabeleceu-se uma ligação básica entre a construção de indicadores e a esfera de planejamento” (INDICADORES..., 1979).

A produção de indicadores sociais foi, assim, impulsionada pelo entendimento de que os indicadores econômicos não eram

suficientes para a análise da situação social dos países. O seu uso restrito à formulação de políticas públicas também encontrava críticas à medida que, muitas vezes, os conceitos teoricamente formulados poderiam se distanciar da definição operacional dos mesmos. No meio desse debate, o IBGE criou, em 1973, o Grupo Projeto de Indicadores Sociais que se beneficiou amplamente dessa discussão em torno do significado e abrangência dos indicadores sociais. O fio condutor principal do trabalho desenvolvido pelo Grupo, que resultou no primeiro *Relatório de Indicadores Sociais* da instituição em 1979, se baseava na ideia de sistema, “desautorizando a visão de indicadores sociais como ‘um elenco’ de temas isolados ou como o ‘retrato’ de uma dada situação social”. Ainda na referida publicação, observa-se o reforço à opção pela precedência do conceito à medida: a proposta de indicadores sociais deve se subordinar ao que é relevante, e não ao que é mensurável.

Recentemente, houve uma recolocação do debate na agenda internacional em torno do escopo dos indicadores sociais, suas possibilidades e limitações para acompanhamento das questões sociais. A crescente importância dos estudos referentes à análise das condições de vida da população nos últimos anos se reflete em uma série de relatórios que guardam em comum, mais uma vez, críticas à exclusiva utilização de indicadores econômicos – especialmente o Produto Interno Bruto – como *proxy* do desenvolvimento social e humano dos países. Cabe destacar, nesse sentido, entre outros estudos, a publicação do documento *Report By the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*, de 2009, coordenado pelos cientistas sociais Joseph E. Stiglitz, Amartya Sen e Jean-Paul Fitoussi; e as discussões em torno dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, que irão substituir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM para o período posterior a 2015 (TRADE..., 2014). Tais documentos reconhecem a importância da dimensão social como elemento fundamental do desenvolvimento econômico dos países, propondo, para tanto, a elaboração de indicadores que apreendam os distintos aspectos referentes às condições de vida da população, com ênfase na qualidade de vida, bem-estar, questões relacionadas ao meio ambiente e sustentabilidade.

O IBGE vem acompanhando essa discussão sobre os indicadores sociais, seus significados e abrangências, ao mesmo tempo em que busca resgatar as concepções básicas e norteadoras do tema. A publicação Síntese de Indicadores Sociais traz de forma sistêmica, sob o eixo analítico das desigualdades sociais, os principais indicadores sociais que, embora subdivididos em temas para melhor organização e apresentação dos resultados, evidenciam suas interrelações, complexidades e multidimensionalidades. A Síntese de Indicadores Sociais torna-se, dessa forma, uma importante fonte de informação sobre as condições de vida da população brasileira, suprindo, ainda que em parte, a demanda por informações necessárias à compreensão da dimensão social e do desenvolvimento socioeconômico. Sem hierarquizar suas dimensões componentes, a sistematização aqui proposta para os indicadores sociais busca estabelecer conexões e elos importantes entre a agenda social proposta pela sociedade e o governo, a viabilidade e a disponibilidade de informações estatísticas, bem como a combinação das diversas fontes de dados existentes (pesquisas amostrais, censos demográficos e registros administrativos) e suas interfaces e limitações. A Síntese constitui, portanto, uma matriz de indicadores abrangente, mas ainda em

construção, dinâmica, atualizável, como deve ser uma matriz através da qual se pretende analisar fenômenos em constante mutação, novas prioridades, novos e velhos temas e inter-relações, dialogando com a tradição clássica. O intuito é apresentar um quadro geral de informações sociais para a população brasileira em determinado ano, mostrar suas tendências, situá-las em suas conjunturas e subsidiar a formulação de políticas públicas nas suas temáticas específicas.

Com uma estrutura baseada em capítulos, os temas abordados neste volume da Síntese de Indicadores Sociais contemplam, como de costume, os aspectos demográficos da população brasileira (incluindo indicadores voltados especificamente para crianças, jovens e idosos), desigualdades raciais e de gênero, arranjos familiares, condições habitacionais urbanas, características educacionais, indicadores de mercado de trabalho e da distribuição de rendimentos. Para alguns indicadores, foi realizada a comparação entre 2004 e 2013. Foram também privilegiadas as análises para Grandes Regiões e Unidades da Federação. Ao final da publicação, o Glossário traz a definição dos diversos conceitos e indicadores utilizados.

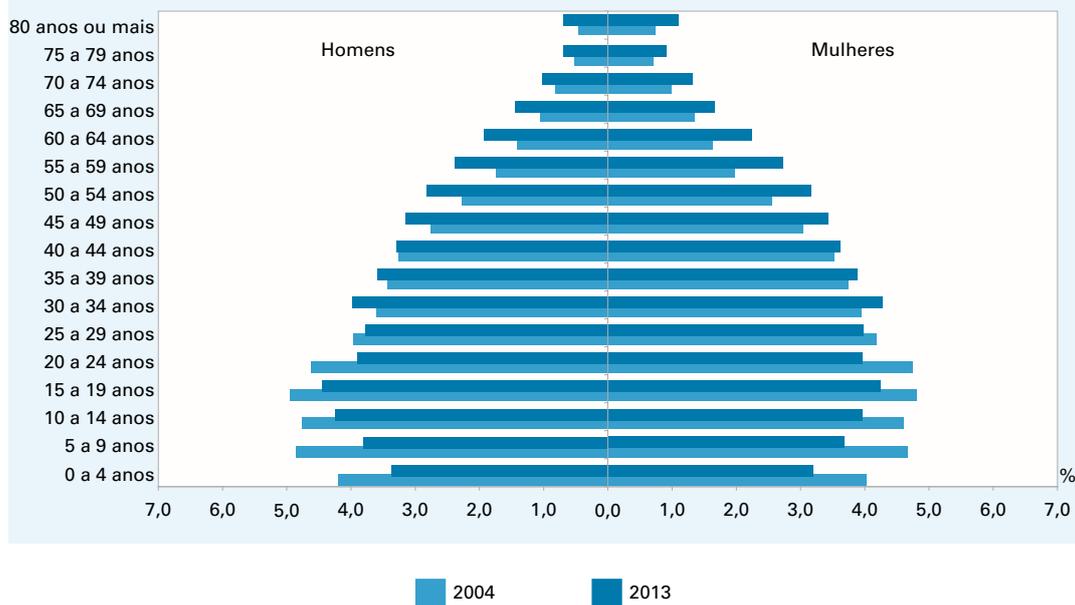
Aspectos demográficos

O estudo sobre o perfil populacional, incluindo tanto variáveis relacionadas à fecundidade, mortalidade e migração, quanto o tamanho da população, suas alterações no tempo, sua distribuição espacial e a composição segundo diferentes características, é uma dimensão fundamental na análise dos indicadores sociais e das condições de vida de qualquer sociedade.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, de 2013, a Região Sudeste foi aquela em que residia grande parte da população brasileira (42,0%), seguida pela Região Nordeste com 27,7%. A Região Sul, terceira maior em relação à participação da população, com 14,3%, é a menor em relação à área (6,8% do território). Na Região Norte, a maior em extensão territorial (45,3%), residia apenas 8,5% da população brasileira. A Região Centro-Oeste foi a que apresentou menor concentração populacional (7,5%). Ao observar a distribuição populacional no território de acordo com sua cor ou raça, nota-se que esta ocorreu de forma diferenciada: entre a população que se declarou como branca, a Região Sudeste concentrava 49,3%, seguida por Sul (23,6%), Nordeste (16,4%), Centro-Oeste (6,5%) e Norte (4,1%); já para a população preta ou parda a maior concentração foi na Região Nordeste (37,7%), seguida pela Sudeste (35,7%), Norte (12,1%), Centro-Oeste (8,3%) e Sul (6,2%). Enquanto no Brasil, em 2013, a maioria das pessoas declarou-se preta ou parda (52,9%), nas Regiões Sudeste (45,0%) e Sul (22,9%) esse grupo apresentou menor participação na população.

Outro aspecto relacionado à distribuição da população no território refere-se ao processo de sua concentração em áreas urbanas¹. A taxa de urbanização, medida pela proporção de pessoas que viviam em áreas urbanas, foi de 84,8% para o Brasil, em 2013. A Região Nordeste foi a que apresentou menor taxa de urbanização, de 73,3%, seguida pela Região Norte (74,6%). Os Estados do Maranhão (58,3%), Piauí (68,4%), Pará (68,9%) e Acre (71,2%) apresentaram os menores indicadores, enquanto Rio de Janeiro (97,0%), São Paulo (96,5%), Distrito Federal (95,5%) e Goiás (91,6%) concentraram parte significativa de sua população em áreas urbanas (Tabela 1.1).

Gráfico 1.1 - Distribuição percentual da população residente, por sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 2004/2013



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013.

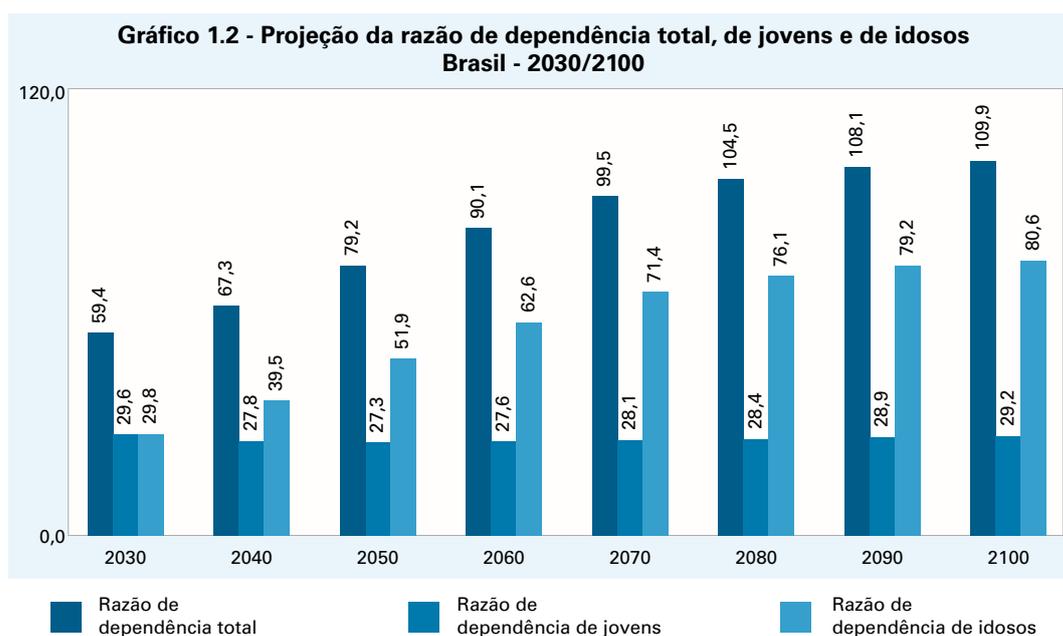
A razão de sexo, calculada pela razão entre o número de pessoas do sexo masculino por 100 pessoas do sexo feminino, foi de 94,5 para o Brasil, em 2013. A composição da população por sexo foi de 51,4% de mulheres e 48,6% de homens. Percebe-se que em todas as Regiões Metropolitanas a razão de sexo foi inferior a 100,0, ou seja, apresentavam maior concentração de mulheres que homens. Entre as Unidades da Federação, Rio de Janeiro apresentou maior proporção de mulheres (53,2%) e menor razão de sexo (88,0). Os homens eram maioria em Rondônia, Roraima, Amazonas e Pará. O Amapá apresentou equilíbrio na distribuição da população por sexo, com indicador da razão de sexo igual a 100,0 (Tabela 1.1).

Um aspecto importante da estrutura populacional por grupos etários e sexo foi a manutenção da tendência de envelhecimento da estrutura etária no País. Em 2004, a participação percentual dos grupos populacionais de 0 a 4, 5 a 9 e 10 a 14 anos de idade era menor que a do grupo de 15 a 19 anos de idade, ou seja, observava-se o forte

¹ Segundo sua localização, o domicílio é classificado como domicílio de situação urbana ou rural. Os domicílios de situação urbana são aqueles localizados nas áreas urbanas, que são as áreas internas ao perímetro urbano de uma cidade ou vila, definido por Lei Municipal. Como áreas urbanas consideram-se as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites. Este critério é, também, utilizado na classificação das populações urbana e rural.

estreitamento da base da pirâmide populacional. Na distribuição etária da população de 2013, observou-se que este estreitamento da base da pirâmide foi ainda mais destacado. No período analisado, verificou-se que a participação do grupo com até 29 anos de idade diminuiu de 54,4%, em 2004, para 46,6% em 2013, enquanto o aumento para o grupo com 45 anos ou mais de idade foi evidente, passando de 24,0% para 30,7%, no mesmo período (Gráfico 1.1 e Tabela 1.2). Os grupos populacionais de crianças, adolescentes e jovens e de idosos serão analisados em seções específicas deste capítulo.

A razão de dependência total é medida pela razão entre as pessoas economicamente dependentes e aquelas potencialmente ativas. Este indicador pode ser separado em dois grupos etários, por hipótese, economicamente dependentes, sendo denominado razão de dependência de jovens e razão de dependência de idosos. Neste indicador, para definir o grupo dos jovens, consideraram-se as pessoas com menos de 15 anos de idade. No caso do grupo de idosos, a definição aplicada teve como referência o Estatuto do Idoso, disposto na Lei nº 10.741, de 01.10.2003 (BRASIL, 2003) e a recomendação da Organização Mundial de Saúde - OMS – para países em desenvolvimento (HEALTH..., 2013), que considera idosa a pessoa com 60 anos ou mais de idade². No grupo das pessoas potencialmente ativas estavam aqueles com 15 a 59 anos de idade.



Fonte: World Population Prospects: the 2012 revision: highlights and advance tables. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, 2013. Disponível em: <<http://www.un.org/en/development/desa/population/theme/trends/index.shtml>>. Acesso em: dez. 2014.

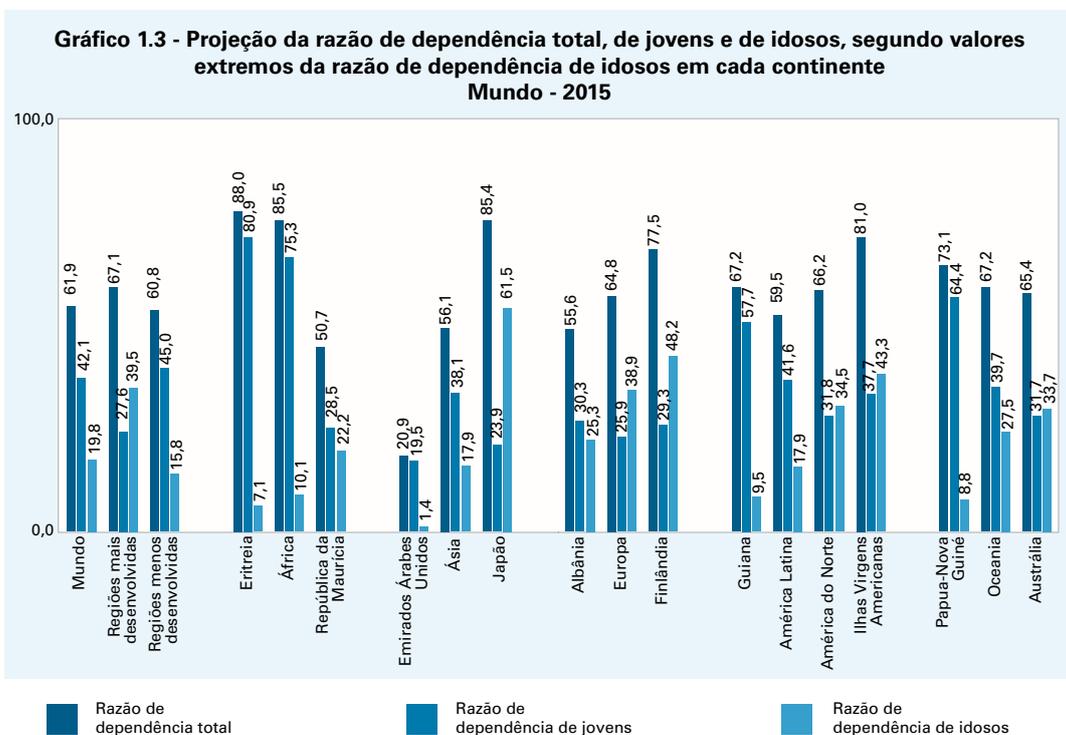
Nota: Variante da estimativa populacional utilizada foi fecundidade média.

No Brasil, a razão de dependência total passou de 58,3 pessoas economicamente dependentes por 100 pessoas em idade potencialmente ativa, em 2004, para 54,6, em 2013. Assim, este indicador mostra que houve ligeira diminuição do grupo que, por hipótese, é economicamente dependente em relação ao grupo de pessoas

² Na revisão de 2012 das projeções populacionais realizadas pela Organização das Nações Unidas (WORLD..., 2013), foram utilizados diferentes grupos etários para o cálculo da razão de dependência. Na definição do grupo de jovens foram consideradas as pessoas de 0 a 14 anos, 0 a 19 anos ou 0 a 24 anos de idade. Para definição do grupo de idosos foram consideradas as pessoas de 65 ou mais ou 70 ou mais anos de idade.

potencialmente ativas. Ao analisar o indicador pelos grupos etários das pessoas economicamente dependentes, nota-se que houve uma grande diminuição na razão de dependência dos jovens, passando de 43,0, em 2004, para 34,4, em 2013; enquanto para o grupo dos idosos, no mesmo período, o indicador apresentou aumento, de 15,3 para 20,2, ou seja, em 2013, havia um idoso de 60 anos ou mais de idade para 5 pessoas com idade entre 15 e 59 anos (Tabela 1.3). As mudanças neste indicador estão relacionadas ao processo de diminuição da fecundidade e de maior longevidade da população. De acordo com a revisão de 2012 das projeções populacionais, realizadas pela Organização das Nações Unidas - ONU (WORLD..., 2013), o Brasil apresentaria razão de dependência total crescente no período da projeção, passando de 59,4 para 109,9, entre 2030 e 2100 (Gráfico 1.2). A elevação seria devido especialmente pelo aumento na razão de dependência de idosos, que atingiria 80,6 idosos de 60 anos ou mais de idade para cada grupo de 100 pessoas em idade potencialmente ativa, em 2100, indicador 4 vezes maior ao atual (Gráfico 1.2). Dado o rápido processo de envelhecimento populacional, é importante destacar que entre os desafios que surgem neste cenário estão previdência social, saúde, cuidado e integração social dos idosos.

Para contextualizar o perfil demográfico brasileiro numa perspectiva mundial, observou-se que, em 2015, de acordo com as projeções populacionais realizadas pela ONU (WORLD..., 2013), o Japão apresentou a mais elevada razão de dependência de idosos (61,5), enquanto no continente asiático este indicador foi de 17,9. O continente africano foi o que apresentou maior valor para a razão de dependência total (85,5), especialmente pela componente da razão de dependência de jovens (75,3). Por outro lado, na Europa a razão de dependência total também foi elevada (64,8), mas devido à razão de dependência de idosos (38,9) (Gráfico 1.3).



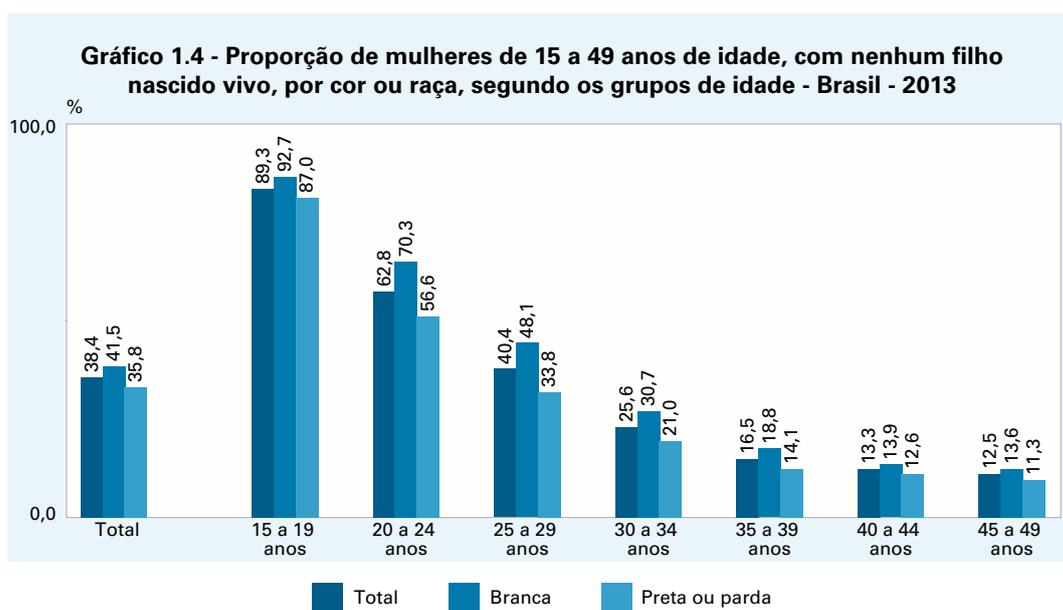
Fonte: World Population Prospects: the 2012 revision: highlights and advance tables. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, 2013. Disponível em: <<http://www.un.org/en/development/desa/population/theme/trends/index.shtml>>. Acesso em: dez. 2014.

Nota: Variante da estimativa populacional utilizada foi fecundidade média.

A fecundidade, assim como a mortalidade e a migração, corresponde a uma das componentes definidoras da dinâmica demográfica e é principalmente pelo seu comportamento que a estrutura etária da população é determinada. Um dos indicadores de fecundidade é a taxa de fecundidade total (TFT) que mede o número médio de filhos nascidos vivos que uma mulher teria ao fim do seu período reprodutivo. De acordo com a projeção de população do IBGE, divulgada em 2013 (PROJEÇÃO..., 2013), a taxa de fecundidade total para o Brasil passou de 2,39 filhos por mulher, em 2000, para 1,77 em 2013, representando uma queda de 26% neste indicador. Em 2013, os valores eram mais elevados no Acre (2,59 filhos por mulher), Amapá (2,42), Amazonas (2,38), Roraima (2,34), Maranhão (2,28) e Pará (2,20) com taxas acima do nível de reposição populacional (2,10). Os menores valores neste indicador foram observados em Santa Catarina (1,58 filho por mulher), Distrito Federal (1,59), Rio Grande do Sul (1,60), Rio de Janeiro (1,62) e São Paulo e Minas Gerais (1,63) – Tabela 1.4.

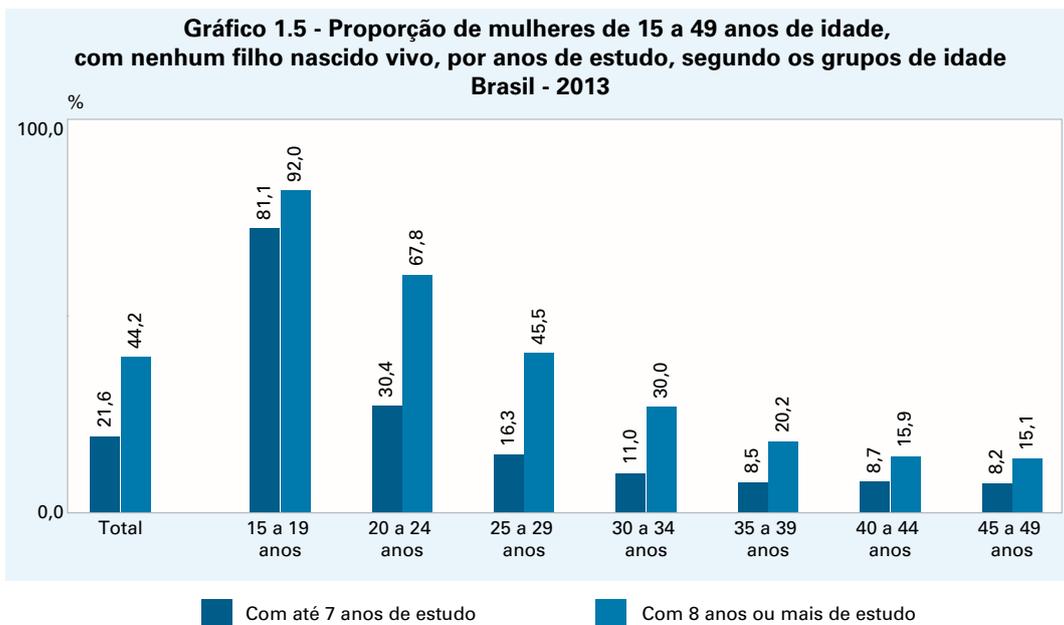
Um indicador relacionado à fecundidade é a proporção de mulheres, nos diferentes grupos etários, que não tiveram filhos nascidos vivos. Seguindo a tendência de queda na taxa de fecundidade total, observou-se também o aumento na proporção de mulheres que não tiveram filhos nascidos vivos. De acordo com dados da PNAD, em 2013, 38,4% das mulheres de 15 a 49 anos de idade não tinham filho nascido vivo. Os diferenciais são marcantes pelos grupos de idade da mulher: para aquelas com 25 a 29 anos de idade, em 2004, 32,5% não tinham nenhum filho nascido vivo, enquanto em 2013 este indicador foi de 40,4% das mulheres de mesma idade. Em 2013, entre as jovens de 15 a 19 anos, verifica-se que 89,3% delas não tinham filho; já no grupo final do período reprodutivo, formado pelas mulheres com 45 a 49 anos de idade, 12,5% não tiveram filho nascido vivo (Tabela 1.5 e Gráfico 1.4).

A cor ou raça da mulher é um fator que revela diferenças para a proporção de mulheres que permanecem sem ter filhos. Em 2013, entre as mulheres brancas de 15 a 49 anos de idade 41,5% não tinham filhos, enquanto para as pretas ou pardas o percentual foi de 35,8%. O principal diferencial observado foi entre as mulheres de 25 a 29 anos de idade: enquanto para as brancas a proporção que não tinha filho nascido vivo foi de 48,1%, para as pretas ou pardas foi de 33,8% (Gráfico 1.4 e Tabela 1.5).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Outro importante determinante da proporção de mulheres sem filho nascido vivo foi a escolaridade da mulher. Em 2013, entre as mulheres de 15 a 49 anos de idade com maior escolaridade (8 anos ou mais de estudo), 44,2% não tinham filhos; enquanto para aquelas com até 7 anos de estudo esta proporção foi de 21,6%. O diferencial no indicador foi mais expressivo no grupo de mulheres de 25 a 29 anos de idade, uma vez que para aquelas com até 7 anos de estudo, 16,3% não tinham filho, e para aquelas com 8 anos ou mais de estudo o indicador foi quase três vezes maior (45,5%). A proporção de mulheres ao final do período reprodutivo, com idade entre 45 e 49 anos, que permanecem sem filhos foi de 8,2% para aquelas com menor escolaridade e 15,1% entre as mais escolarizadas (Gráfico 1.5 e Tabela 1.7). Assim, nota-se que as mulheres com maior escolaridade adiam mais a maternidade e, ao final do período reprodutivo, maior proporção permanece não tendo filho. Entre as grandes regiões geográficas, a Norte, em que a taxa de fecundidade era maior, foi a que apresentou menor diferencial na relação entre proporção de mulheres sem filho nascido vivo e escolaridade (Tabela 1.7).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

É importante destacar a relação entre estudo e maternidade, especialmente entre as mulheres jovens. Em 2013, entre as mulheres de 15 a 17 anos de idade que não tinham filho, 88,4% estavam estudando; enquanto entre aquelas que tinham um filho ou mais, somente 28,4% estudavam. No grupo de mulheres de 18 a 24 anos de idade, 41,5% daquelas que não tinham filho ainda estudavam, 12,7% não estudavam e não tinham o ensino médio completo, 45,8% não estudavam e tinham pelo menos o ensino médio completo. No mesmo grupo etário, entre aquelas que tinham filho, somente 11,2% estudavam, 54,0% não estudavam e tinham até o ensino médio incompleto, 34,8% não estudavam e tinham pelo menos o ensino médio completo. Mesmo no grupo de mulheres com 25 a 29 anos de idade, a proporção daquelas que estava estudando ou daquelas que não estudavam, mas tinham ao menos o ensino médio completo, era maior entre as que não tinham tido filho (Tabela 1).

Apesar da dificuldade em se estabelecer a relação causal entre gravidez entre adolescentes e abandono precoce da escola, para muitas adolescentes que ficam grávidas a educação formal pode ser interrompida de forma parcial ou permanente (STATE..., 2012, 2013). Além disso, a escolarização tardia e truncada pode trazer efeitos sobre a inserção no mercado de trabalho e o rendimento destas jovens. Desta maneira, é importante que políticas de (re)inserção dessas jovens no sistema de ensino e/ou mercado de trabalho estejam associadas à ações relacionadas ao cuidado de crianças. Diferentes fatores podem estar associados à incidência diferenciada por grupos populacionais da gravidez na adolescência: em determinados contextos pode haver uma pressão social para que as mulheres se casem e tenham filhos precocemente; ou pode haver baixa perspectiva dessas adolescentes em relação à escolaridade e à inserção no trabalho produtivo; ou devido a lacunas no conhecimento sobre contracepção; ou ao acesso limitado a métodos contraceptivos eficazes; e em casos extremos, as adolescentes podem se ver em situação de violência sexual (WORLD..., 2012).

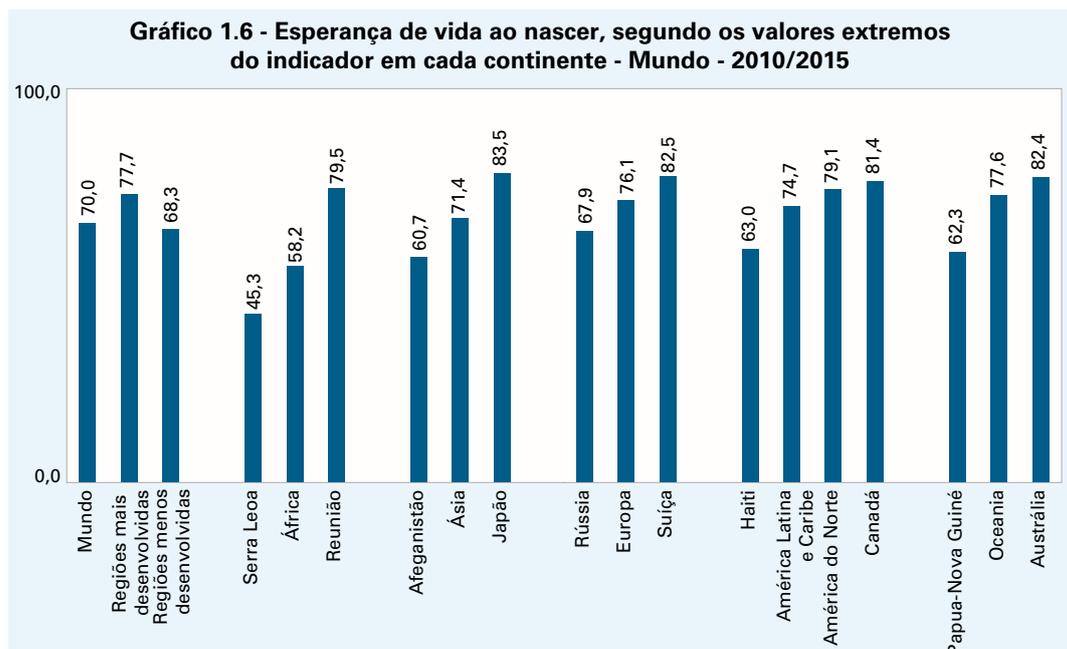
Tabela 1 - Distribuição percentual das mulheres de 15 a 29 anos de idade, por grupos de idade e indicação de presença de filhos nascidos vivos, segundo a frequência à escola e nível de instrução mais elevado alcançado - Brasil - 2013

Frequência à escola e nível de instrução mais elevado alcançado	Distribuição percentual das mulheres de 15 a 29 anos de idade, por grupos de idade e indicação de presença de filho nascido vivo (%)							
	Total		15 a 17 anos de idade		18 a 24 anos de idade		25 a 29 anos de idade	
	Nenhum filho	1 filho ou mais	Nenhum filho	1 filho ou mais	Nenhum filho	1 filho ou mais	Nenhum filho	1 filho ou mais
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Estuda	51,2	10,0	88,4	28,4	41,5	11,2	18,2	7,8
Não estuda, nível de ensino alcançado até médio incompleto	11,2	48,2	8,6	69,2	12,7	54,0	11,8	42,6
Não estuda, nível de ensino alcançado médio completo ou mais	37,6	41,8	3,0	2,5	45,8	34,8	70,1	49,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

A taxa de mortalidade infantil, por sua vez, é um indicador clássico que reflete, de maneira geral, as condições de desenvolvimento socioeconômico e infraestrutura ambiental, assim como o acesso e a qualidade dos recursos disponíveis para atenção à saúde materna e da população infantil (INDICADORES..., 2008). Esse indicador mede a razão entre o número de mortes de crianças até um ano de idade e o número de nascidos vivos em determinado ano e local. A estimativa da mortalidade infantil no Brasil, em 2013, foi de 15,0 mortes para 1 000 nascidos vivos, segundo a estimativa de população mais recente realizada pelo IBGE (PROJEÇÃO..., 2013). A melhoria neste indicador foi significativa, uma vez que em 2000 era estimado em 29,0 mortes por 1000 nascidos vivos, representando uma queda de 48,2%. Entretanto, em 2013, desigualdades regionais ainda podiam ser observadas: Regiões Nordeste (19,4), Norte (19,2) e Centro-Oeste (15,6) com valores maiores ao da média nacional, enquanto, Sudeste (11,6) e Sul (10,4) apresentavam valores inferiores. Os valores extremos na estimativa da taxa de mortalidade infantil foram observados no Maranhão (24,7 mortes por 1 000 nascidos vivos) e em Santa Catarina (10,1) (Tabela 1.4).

A esperança de vida ao nascer é outro indicador de mortalidade, relacionado às condições de vida e de saúde da população, e expressa o número médio de anos de vida que se espera que um recém-nascido viva, ao manter o padrão de mortalidade observado no período. Em 2000, a esperança de vida ao nascer para o brasileiro era de 69,8 anos de vida, passando a 74,8 anos em 2013, de acordo com a projeção populacional divulgada pelo IBGE em 2013 (PROJEÇÃO..., 2013). Em 2013, a estimativa da expectativa de vida para as mulheres foi de 78,5 anos e para os homens de 71,2 anos. A menor diferença entre homens e mulheres na esperança de vida ao nascer foi em Roraima (5,4 anos), sendo neste Estado onde as mulheres apresentaram a mais baixa esperança de vida ao nascer (73,4 anos) do País. A esperança de vida ao nascer mais elevada foi observada em Santa Catarina, tanto para homens (74,7 anos) quanto para mulheres (81,4) (Tabela 1.4). No contexto mundial, a esperança de vida ao nascer é de 70,0 anos no período 2010/2015, de acordo com as projeções populacionais realizadas pela ONU (WORLD..., 2013). A esperança de vida dos brasileiros (74,8 anos) foi bem próxima da estimada para América Latina e Caribe (74,7 anos), e substancialmente acima da estimativa do indicador para as regiões menos desenvolvidas (68,3 anos). Merece destacar o indicador estimado alcançado em países como Japão (83,5 anos), Suíça (82,5 anos) e Austrália (82,4 anos) (Gráfico 1.6).



Fonte: World Population Prospects: the 2012 revision: highlights and advance tables. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, 2013. Disponível em: <<http://www.un.org/en/development/desa/population/theme/trends/index.shtml>>. Acesso em: dez. 2014.

Na abordagem sobre a migração, utilizando a PNAD como fonte de dados, foi feito o cruzamento entre a informação da população residente em determinada região e o quesito sobre Unidade da Federação ou país estrangeiro em que nasceu, permitindo verificar o resultado dos fluxos migratórios entre as regiões (ou entre as Unidades da Federação) ao longo do tempo. Desta forma, utilizando as informações sobre local de residência atual e local de nascimento, tem-se dados sobre o estoque de pessoas naturais e não naturais em cada região (ou em cada Unidade da Federação), resultado da migração ocorrida em algum momento no passado, não especificando o momento em que a migração ocorreu, nem se outros deslocamentos ocorreram entre o nascimento e o deslocamento para o atual local de residência.

Na composição da população residente da Região Norte, em 2013, 85,0% eram naturais desta região e 15,0% nasceram em outra região. Entre as pessoas que, em 2013, residiam na Região Norte e eram não naturais desta região, 56,5% eram provenientes da Região Nordeste. A Região Nordeste foi a que apresentou maior proporção de pessoas residentes e naturais (97,2%), sendo que entre os residentes não naturais, 68,9% eram do Sudeste. A Região Sul também apresentou elevada proporção de população residente natural (93,7%), sendo que os não naturais provinham principalmente da Região Sudeste. A Região Centro-Oeste foi aquela que apresentou menor proporção de população residente natural (70,5%), ou seja, quase 1/3 da população (29,5%) residente na Região Centro-Oeste era natural de outra região. Na população residente na Região Sudeste, 87,8% era natural da região e 8,9% dos residentes eram naturais da Região Nordeste (Tabelas 1.8 a 1.10).

Quando o cruzamento sobre local de residência e local de nascimento foi feito para as Unidades da Federação, observou-se que o Distrito Federal teve menor proporção de população residente natural da Unidade da Federação (51,6%), sendo que entre os residentes não naturais destacam-se aqueles provenientes de Minas Gerais. Cabe mencionar que um fator relacionado à baixa proporção de residentes naturais é que o Distrito Federal foi criado em 1960. Rondônia também apresentou baixa proporção de população residente natural (54,4%), e para os não naturais tem relevância aqueles nascidos no Paraná. Nas Unidades da Federação da Região Nordeste, à exceção do Rio Grande do Norte, mais de 90% da população residente era natural da própria Unidade da Federação. O Rio Grande do Sul foi a Unidade da Federação com maior proporção de população residente natural (95,9%).

Dada a relevância de grupos etários específicos na análise dos indicadores sociais, relacionados ainda com políticas e programas públicos, a próxima seção é dedicada ao conjunto das crianças, adolescentes e jovens e a seguinte aos idosos.

Crianças, adolescentes e jovens

Entre os instrumentos internacionais que dispõem sobre as condições de vida e o bem-estar das crianças, visando proporcionar proteção especial a este grupo, estão a Declaração dos Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral da ONU, de 20.11.1959 e a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral da ONU, de 20.11.1989. No contexto nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, disposto na Lei nº 8.069, de 13.07.1990 (BRASIL, 1990) é instrumento legal específico para garantia dos direitos desse público. O ECA dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, garantindo-lhes gozo de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana. A efetivação dos direitos das crianças e adolescentes, referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público, com absoluta prioridade (BRASIL, 1990).

Para definir crianças, adolescentes e jovens sob perspectiva da idade, foram utilizados os instrumentos legais nacionais³. Desta maneira, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) criança é a pessoa com até 12 anos de idade

³ Internacionalmente, existem outras definições etárias para estes grupos. Na Assembleia Geral da ONU de 20.11.1989, que tratou da Convenção sobre os Direitos da Criança, considerou-se que o grupo de crianças seria formado pelas pessoas com até 18 anos de idade. A Assembleia Geral das Nações Unidas, de 18.11.1985, definiu como juventude o grupo de pessoas entre 15 e 24 anos de idade.

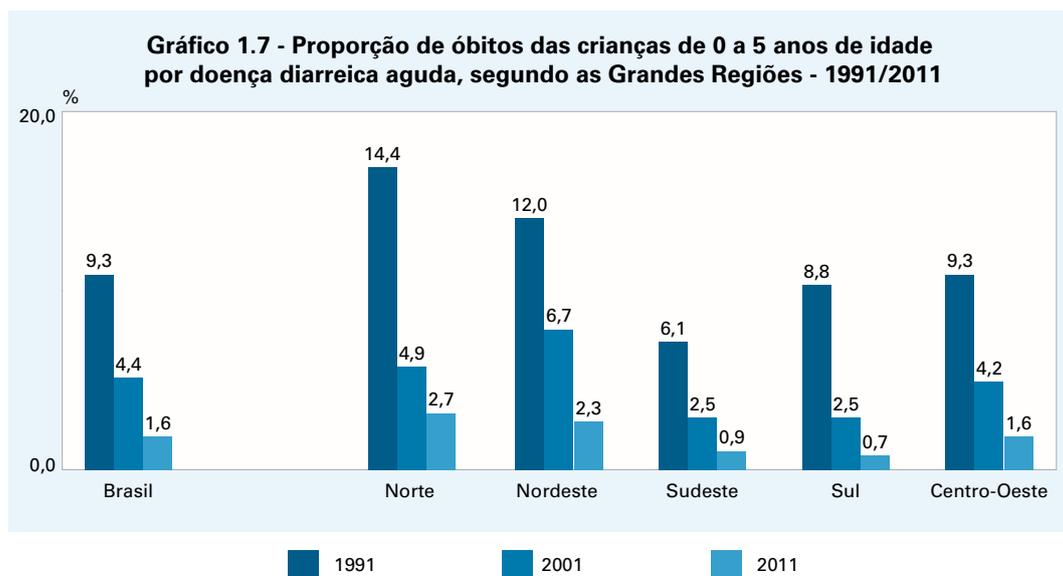
incompletos, e adolescente a pessoa com idade entre doze e dezoito anos, enquanto o Estatuto da Juventude, disposto na Lei nº 12.852, de 05.08.2013 (BRASIL, 2013b), define como jovens as pessoas de 15 a 29 anos de idade. Uma vez que o grupo formado pelas crianças, adolescente e jovens é bastante heterogêneo, outras subdivisões etárias se fazem necessárias para garantir a qualidade na análise. Assim, ao analisar dados relacionados à educação buscou-se utilizar os limites etários estabelecidos para níveis de ensino: educação infantil (creche para crianças de 0 a 3 anos de idade e pré-escola para crianças de 4 e 5 anos de idade), ensino fundamental para pessoas de 6 a 14 anos de idade, ensino médio para pessoas de 15 a 17 anos, ensino superior para pessoas de 18 a 24 anos. Para análise relacionada ao mercado de trabalho foram consideradas as limitações etárias estabelecidas por lei (BRASIL, 1998), que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre a pessoa menor de 18 anos e de qualquer trabalho a menor de 16 anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Crianças, adolescentes e jovens de até 29 anos de idade correspondiam a 46,6% da população brasileira total, de acordo com a PNAD 2013. A proporção deste grupo etário na população está diminuindo, dado que em 2004 representava mais da metade da população (54,4%) (Tabela 1.11). Alguns diferenciais regionais merecem ser destacados: em 2013, enquanto na Região Norte a proporção de pessoas neste grupo etário correspondia a 55,5% e na Nordeste era metade da população residente (50,0%), nas Regiões Sudeste (43,6%) e Sul (43,0%) esse público tinha menor participação na população. Em 2013, cerca de 2 em cada 3 arranjos familiares residentes em domicílio particular tinham ao menos uma criança, adolescente ou jovem de 0 a 29 anos de idade. Do ponto de vista do rendimento mensal familiar *per capita* estas são famílias mais vulneráveis, uma vez que o rendimento mensal familiar *per capita* médio dos arranjos familiares sem pessoas nesta faixa etária é quase duas vezes maior do que o rendimento nos arranjos familiares com presença de ao menos uma pessoa de 0 a 29 anos de idade. Mesmo sendo um grupo populacional que tende a diminuir, tanto em termos absolutos quanto percentuais, é importante destacar a relevância das políticas públicas de saúde, educação, trabalho e proteção social voltadas a este público e a preocupação com a qualidade de equipamentos e serviços sociais ofertados.

O grupo de crianças, adolescentes e jovens é tão amplo e heterogêneo que para uma análise mais substantiva precisa ser feita em partes. A vida e a saúde da criança estão entre os direitos fundamentais garantidos no ECA, e estão associadas ao acesso a serviços de saneamento básico. Em 2004, 53,7% das crianças com até 14 anos de idade residiam em domicílios em que o esgotamento sanitário era inadequado, ou seja, não se dava via rede geral ou fossa séptica ligada à rede coletora. Em 2013, esse indicador passou a 44,5%. Considera-se que, quando as três formas de saneamento (água, esgoto ou lixo) são inadequadas no domicílio, de forma simultânea, isto é, quando não há abastecimento de água por meio de rede geral, o esgotamento sanitário não se dava via rede geral ou fossa séptica ligada à rede coletora, e o lixo não é coletado, há maior exposição da população residente ao risco de doenças, especialmente as crianças. Em 2004, essa situação foi observada para 15,5% das crianças e adolescentes com até 14 anos de idade, diminuindo para 9,8% das pessoas de mesma idade em 2013, sendo mais agravante para aquelas residentes no Norte (20,7%) e Nordeste (17,0%) (Tabela 1.12).

Um indicador que reflete as condições sanitárias à que a população está exposta corresponde à proporção de óbitos por doença diarreica aguda nas crianças menores de 5 anos de idade. Pelos dados do Sistema de Informações de Mortalidade - SIM, do

Ministério da Saúde, em 20 anos este indicador diminuiu consideravelmente, passando de 9,3% dos óbitos de crianças com menos de 5 anos, em 1991, para 1,6% em 2011. A queda neste indicador foi mais significativa para as Regiões Sul e Sudeste, sendo na Região Sul onde foi registrado o menor valor (0,7%), em 2011. Relacionado com a maior proporção de crianças vivendo em domicílios com saneamento inadequado, as Regiões Norte (2,7%) e Nordeste (2,3%) apresentaram maior proporção de mortes por doença diarreica aguda em crianças com até 5 anos de idade (Gráfico 1.7).



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM 1991/2011.

Notas: 1. Proporções calculadas a partir dos óbitos informados ao SIM.

2. As análises devem considerar as limitações de cobertura e qualidade da informação da causa de óbito.

O direito à convivência familiar e comunitária também é contemplada no Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo que toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, sendo que a falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar (BRASIL, 1990). Em 2013, a presença de crianças e adolescentes de até 14 anos de idade foi observada em 42,0% do total de arranjos familiares residentes em domicílio particular, no Brasil. Nas famílias com ao menos uma pessoa de 0 a 14 anos de idade o rendimento mensal familiar *per capita* médio foi 52,7% inferior ao rendimento nos arranjos familiares sem crianças e adolescentes nesta faixa etária e 39,3% inferior ao rendimento familiar *per capita* médio do total dos arranjos familiares.

O ECA dispõe, ainda, que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Este tema é tratado em mais detalhes nesta publicação na parte sobre educação. Além disso, o ECA trata sobre o direito à cultura, ao esporte e ao lazer (BRASIL, 1990). Uma fonte de dados sobre atividades esportivas de adolescentes é a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PeNSE, que trata de fatores de risco e de proteção à saúde dos adolescentes, pesquisados entre os escolares do 9º ano do ensino fundamental, bem como de informações básicas

sobre as escolas incluídas na amostra (PESQUISA..., 2013). Grande parte da amostra (86,0%) de escolares do 9º ano era formada por adolescentes de 13 a 15 anos de idade, e nesta faixa etária as taxas de escolarização são elevadas⁴.

De acordo com a PeNSE 2012, um dos indicadores para avaliar a prática de atividade física foi construído somando-se os tempos de atividade física acumulada, nos últimos sete dias, investigados em seis questões, que tratavam de três diferentes domínios: deslocamento para a escola, aulas de Educação Física na escola, e outras atividades físicas extraescolares. Utilizando este conceito, os resultados apontaram que 30,1% dos escolares eram ativos, ou seja, praticaram 300 minutos ou mais de atividade física por semana. A maioria dos adolescentes, 63,1%, foi classificada como insuficientemente ativa (entre 1 e 299 minutos de atividade) e 6,8%, como inativa (não praticaram nenhuma atividade). A proporção de estudantes considerados ativos, entre as Grandes Regiões, variou de 36,3%, na Região Sul, a 25,2%, na Região Nordeste. O diferencial no percentual de escolares classificados como ativos também foi observado por sexo, 39,1% dos meninos e de 21,8% das meninas informaram a prática por 300 minutos ou mais de atividade física acumulada. Outro indicador sobre prática de atividade física foi construído por resultado de uma única questão, que investigava a realização de atividade física por pelo menos uma hora por dia, sendo denominado de tempo de atividade física globalmente estimado. Os resultados da PeNSE 2012 para este indicador mostraram que 20,2% dos escolares praticavam uma hora de atividade física em pelo menos cinco dias por semana, sendo 27,9%, para os estudantes do sexo masculino, e 13,1%, para os do sexo feminino (PESQUISA..., 2013).

A PeNSE 2012 também levantou informação sobre a disponibilidade de alguns espaços e equipamentos destinados à prática de esportes e atividade física na escola. Dentre esses recursos, destaca-se a quadra de esportes, disponível para 79,4% dos escolares, sendo em uma proporção maior na rede privada (93,4%) do que na pública (76,4%). O pátio da escola era utilizado para a atividade física, com instrutor, para 52,2% dos escolares, numa proporção de 59,7% na rede privada e 50,6% na rede pública (PESQUISA..., 2013).

Ainda em relação aos escolares, 78,0% informaram que costumavam assistir duas ou mais horas de televisão, num dia de semana comum, de acordo com dados da PeNSE 2012, caracterizando um indicador de sedentarismo (PESQUISA..., 2013). Desta maneira, pode-se notar que a elevada proporção de adolescentes considerados insuficientemente ativos ou inativos (69,9%), combinada com a informação sobre aqueles que declararam gastar duas ou mais horas por dia assistindo televisão, num dia de semana comum, sugerem que atitudes e hábitos relacionados a uma vida mais saudável não estavam presentes de forma significativa na vida de grande parte dos escolares.

No Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, há um capítulo sobre o direito à profissionalização e à proteção no trabalho de crianças e adolescentes, que estabelece que é proibido qualquer trabalho a menores de 14 anos de idade (BRASIL, 1990). Desta maneira, um aspecto sobre a proteção social e o bem-estar de crianças e adolescentes está relacionado à inserção de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade em atividades produtivas, pois isto aumenta a exposição destas a problemas de saúde (acidentes) e dificulta ou impede sua presença na escola, sendo

⁴ Mais informações sobre a taxa de escolarização, ver Capítulo 3, Educação.

estes fatores limitadores de seu pleno desenvolvimento e aprendizado. Segundo a PNAD 2013, no grupo de pessoas entre 5 e 13 anos de idade o nível de ocupação foi de 1,8%, para pessoas de 14 ou 15 anos de idade foi de 11,4% e para aqueles com 16 ou 17 anos de idade foi de 26,4%. Outro aspecto relacionado ao trabalho de crianças está na dedicação destas aos afazeres domésticos. Assim, para o grupo de 10 a 15 anos de idade, 37,6% dos meninos e 68,5% das meninas declararam cuidar de afazeres domésticos na semana de referência, em 2013, sendo que o número de horas dedicadas a esta atividade também foi superior para as meninas (em média, 12,2 horas semanais) (Tabela 1.17).

Considerando as especificidades do grupo formado pelos jovens, o Estatuto da Juventude, de 2013, é a lei que consolida os direitos dos jovens de 15 a 29 anos de idade, em relação à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil; à educação; à profissionalização, ao trabalho e à renda; à igualdade; à saúde; à cultura; ao desporto e ao lazer; ao território e à mobilidade; à sustentabilidade e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado; à segurança pública e ao acesso à justiça (BRASIL, 2013b).

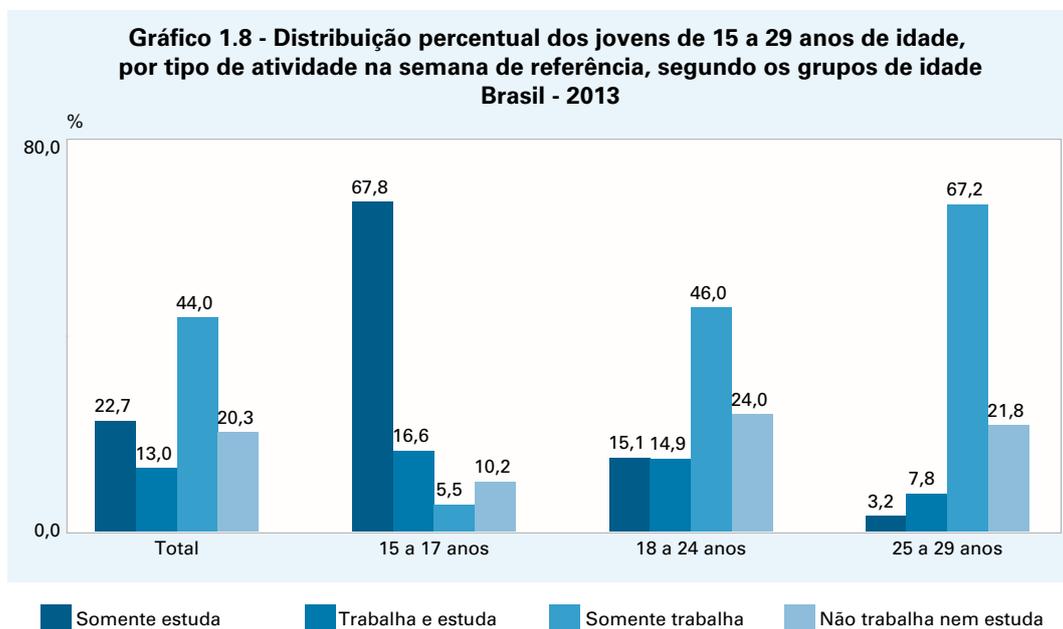
Os jovens de 15 a 29 anos de idade correspondiam a 24,3% da população, em 2013, e estavam presentes em 49,4% do total de arranjos familiares residentes em domicílios particulares, no Brasil. Nas famílias com ao menos um jovem de 15 a 29 anos de idade o rendimento mensal familiar *per capita* médio foi 36,3% inferior ao rendimento nos arranjos familiares sem jovens e 22,4% inferior ao rendimento familiar *per capita* médio do total dos arranjos familiares.

Com relação ao direito à profissionalização, ao trabalho e à renda de jovens, previsto no Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013b), em 2013, para os jovens de 15 a 29 anos de idade, a taxa de ocupação foi de 57,0%, sendo que há grande heterogeneidade dentro deste grupo em relação à inserção em atividades produtivas e frequência à escola. Para aqueles com idade entre 15 e 17 anos de idade, a taxa de ocupação foi de 22,1%, de acordo com dados da PNAD. Nesta faixa etária espera-se que o jovem esteja frequentando a escola, sendo este um direito garantido em lei. Assim, 67,8% do total de pessoas neste grupo etário somente estudavam, 16,6% trabalhavam e estudavam e 5,5% somente trabalhavam. Contrapondo estes resultados com os de 2004, percebe-se que houve aumento da proporção de pessoas nesta faixa etária que somente estudavam (59,3%) e diminuiu o percentual daqueles que trabalhavam e estudavam (22,6%) e daqueles que somente trabalhavam (8,6%) (Gráfico 1.8 e Tabelas 1.13 e 1.16).

Para os jovens de 18 a 24 anos de idade a taxa de ocupação era bem mais elevada que aquela observada para o grupo etário mais jovem, com destaque para a proporção daqueles que somente trabalhavam. A taxa de ocupação das pessoas de 18 a 24 anos foi de 60,8%, em 2013, sendo que 46,0% dos jovens neste grupo somente trabalhavam e 14,9% trabalhavam e estudavam. O percentual de jovens nesta faixa etária que somente estudava foi de 15,1%. Já no grupo de 25 a 29 anos de idade, observou-se que apenas 10,9% estudavam, sendo que 7,8% conjugava estudo com trabalho. Cerca de 2 em cada 3 pessoas neste grupo etário somente trabalhavam e a taxa de ocupação foi de 75,0% (Gráfico 1.8 e Tabelas 1.13 e 1.16).

Mesmo com avanços na inserção dos jovens na escola e no mercado de trabalho, merece destaque a proporção de jovens que, na semana de referência, não trabalhavam nem estudavam no ensino regular. Entre os jovens de 15 a 29 anos de idade, praticamente 1 em cada 5 não frequentavam escola de ensino regular e não trabalhavam na semana de referência, em 2013. No grupo de 15 a 17 anos esta

proporção foi de 10,2% dos jovens desta idade, enquanto entre aqueles com 18 a 24 anos a incidência chegou a 24,0% dos jovens, e para aqueles com 25 a 29 anos de idade o indicador foi de 21,8% (Gráfico 1.8 e Tabela 1.16).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Entre os jovens de 15 a 29 anos de idade que não trabalhavam ou estudavam, uma proporção elevada (45,8%) residia nas Regiões Nordeste e Norte se comparada com a proporção de jovens residentes nestas regiões (38,3%). Enquanto para o total dos jovens há certo equilíbrio entre os sexos, com ligeira maioria feminina (50,1%), merece destaque que no grupo daqueles que somente trabalhavam os homens eram maioria (59,6%) e no grupo que não trabalhava nem estudava as mulheres eram maioria (68,8%). No grupo de jovens que não trabalhava ou estudava, os pretos e pardos tinham maior participação (62,9%) do que no grupo total de jovens (56,1%) e em qualquer outra categoria de atividade na semana de referência. Os jovens de 15 a 29 anos de idade normalmente eram relacionados na categoria de filho (57,1%) no quesito sobre a condição na unidade domiciliar, sendo que no grupo que somente estudava esse indicador chegou a 80,0% e entre aqueles que não trabalhavam ou estudavam foi de 48,3% (Tabela 2).

É interessante notar que os jovens que não trabalhavam nem estudavam apresentaram 8,6 anos de estudo, em média, sendo que para o grupo de jovens que somente trabalhava este valor atingiu 9,8 anos e para aqueles que trabalhavam e estudavam foi de 10,4 anos. Mesmo para os jovens que somente estudavam, formado principalmente por jovens de 15 a 17 anos de idade, a escolaridade média foi ligeiramente superior (8,8 anos) ao do grupo que não trabalhava nem estudava.

Para os jovens que não trabalhavam nem estudavam, 30,7% não tinham o ensino fundamental completo, mas cerca de 46,6% já tinham ensino médio completo ou nível mais elevado. Entretanto, essa proporção é menor se comparada com aqueles que trabalhavam e estudavam, em que 49,8% tinham ensino médio completo ou nível mais elevado, ou no grupo que somente trabalhava, onde 59,9% tinham este nível de instrução (Tabela 2).

Tabela 2 - Distribuição percentual de jovens de 15 a 29 anos de idade, por tipo de atividade na semana de referência, segundo características selecionadas - Brasil - 2013

(continua)

Características selecionadas	Distribuição percentual de jovens de 15 a 29 anos de idade, por tipo de atividade na semana de referência (%)				
	Total	Tipo de atividade na semana de referência			
		Só estuda	Trabalha e estuda	Só trabalha	Não trabalha, nem estuda
Grandes Regiões	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	9,4	10,5	9,3	8,3	10,6
Nordeste	28,9	31,1	26,1	25,7	35,2
Sudeste	40,4	38,9	38,6	42,9	37,9
Sul	13,5	11,7	17,1	15,3	9,6
Centro-Oeste	7,7	7,7	8,9	7,9	6,7
Grupos de idade	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
15 a 17 anos	21,7	64,8	27,7	2,7	10,9
18 a 24 anos	46,3	30,8	53,1	48,4	54,8
25 a 29 anos	32,0	4,4	19,2	48,9	34,3
Sexo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homem	49,9	45,9	53,0	59,6	31,2
Mulher	50,1	54,1	47,0	40,4	68,8
Cor ou raça (1)	99,3	99,1	99,2	99,4	99,2
Branca	43,2	44,0	48,6	44,3	36,3
Preta	8,2	7,1	7,0	8,5	9,5
Parda	47,9	48,1	43,6	46,6	53,4
Condição na unidade domiciliar (2)	99,6	99,7	99,3	99,4	99,8
Pessoa de referência	14,9	2,0	9,4	24,8	11,4
Cônjuge	14,7	2,6	6,8	17,7	26,8
Filho	57,1	80,0	70,7	45,4	48,3
Outro parente ou agregado	12,8	15,1	12,5	11,4	13,3
Nível de instrução mais elevado alcançado (3)	99,6	99,2	98,3	100,0	100,0
Até fundamental incompleto ou equivalente	22,2	24,9	12,6	19,7	30,7
Fundamental completo ou equivalente até médio incompleto ou equivalente	30,5	54,1	35,9	20,4	22,8
Médio completo ou equivalente ou nível mais elevado	46,9	20,2	49,8	59,9	46,6

Tabela 2 - Distribuição percentual de jovens de 15 a 29 anos de idade, por tipo de atividade na semana de referência, segundo características selecionadas - Brasil - 2013

(conclusão)

Características selecionadas	Distribuição percentual de jovens de 15 a 29 anos de idade, por tipo de atividade na semana de referência (%)				
	Total	Tipo de atividade na semana de referência			
		Só estuda	Trabalha e estuda	Só trabalha	Não trabalha, nem estuda
Anos de estudo					
Média de anos de estudo	9,4	8,8	10,4	9,8	8,6
Indicação de presença de filhos nascidos vivos das mulheres (4)					
Nenhum filho	64,7	92,8	85,6	55,7	42,5
1 filho ou mais	35,0	7,1	14,4	44,0	57,1
Desocupação					
Proporção desocupada na semana de referência	7,9	11,4	-	-	26,3
Rendimento mensal domiciliar per capita (5)					
Até 1/2 salário mínimo	26,7	32,6	16,4	18,3	44,8
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	28,7	28,3	25,3	29,6	29,3
Mais de 1 a 2 salários mínimos	24,3	18,9	31,6	30,8	12,0
Mais de 2 salários mínimos	13,2	13,0	19,7	15,2	5,1
Afazeres domésticos					
Proporção do total de jovens que cuidavam de afazeres domésticos na semana de referência	61,7	61,4	56,4	57,8	73,6
De homens	40,8	42,0	40,3	40,8	39,3
De mulheres	82,4	77,9	74,6	83,0	89,2
Número médio de horas que dedicava normalmente por semana aos afazeres domésticos, do total de jovens	16,6	14,0	11,1	14,4	25,2
De homens	9,2	9,0	7,8	9,1	11,4
De mulheres	20,2	16,4	13,1	18,2	28,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Excluídas as pessoas de cor ou raça amarela e indígena e os sem declaração de cor ou raça. (2) Excluídos os pensionistas empregados domésticos ou parentes do empregado doméstico. (3) Excluídas as pessoas de nível de instrução não determinado. (4) Excluídas as mulheres em que havia alguma ausência de informação sobre filho nascido vivo. (5) Excluídas as pessoas com rendimento nulo ou sem declaração de rendimento mensal domiciliar per capita.

Para as mulheres que somente estudavam, 7,1% tinham ao menos 1 filho nascido vivo, entre aquelas que trabalhavam e estudavam essa proporção foi de 14,4%, para as que somente trabalhavam o indicador se eleva a 44,0% das mulheres, enquanto para aquelas que não trabalhavam nem estudavam, 57,1% tinham ao menos um filho nascido vivo. Pode-se destacar também que grande parte (44,8%) dos jovens que não trabalhavam nem estudavam vivia em domicílio em que o rendimento mensal domiciliar por pessoa não ultrapassava $\frac{1}{2}$ salário mínimo, e somente 5,1% residiam em domicílio com rendimento mensal domiciliar por pessoa superior a 2 salários mínimos. Salienta-se que, para os jovens que não trabalhavam nem estudavam a proporção de desocupados foi de 26,3%, sendo que este indicador foi maior para os homens (36,6%) que para as mulheres (21,6%). A proporção daqueles que cuidaram de afazeres domésticos na semana de referência foi mais elevada entre aqueles que não trabalhavam nem estudaram, especialmente para as mulheres. A principal diferença foi observada para o número médio de horas dedicadas aos afazeres domésticos, que variou de 13,1 horas para as mulheres que trabalhavam e estudavam a 28,0 horas para aquelas que não trabalhavam nem estudavam (Tabela 2).

Outro aspecto relacionado ao direito ao trabalho e à renda de jovens é a busca pelo trabalho, medida pela taxa de desocupação, que corresponde à razão entre as pessoas desocupadas e o total de pessoas economicamente ativas. Entre os jovens de 15 a 29 anos de idade a taxa de desocupação, em 2013, foi maior que para qualquer outro grupo etário, atingindo 12,2% da população economicamente ativa nesta faixa etária. No grupo de pessoas com idade entre 30 e 49 anos a taxa de desocupação foi de 4,6%, no mesmo ano. O maior desemprego entre os jovens é uma tendência observada mundialmente.

No Brasil, entre os jovens de 15 a 29 anos de idade ocupados na semana de referência, 36,2% tinham rendimento de todos os trabalhos até um salário mínimo (R\$ 678,00) em 2013, e cerca de 1 em cada 5 tinha rendimento superior a dois salários mínimos (Tabela 1.14). Observa-se que grande parte dos jovens tem baixo rendimento do trabalho, característica possivelmente relacionada ao fato desses jovens estarem iniciando a carreira e/ou por se inserirem em trabalhos com menos garantias legais. Para 26,2% dos jovens de 15 a 29 anos de idade ocupados a jornada de trabalho foi inferior a 40 horas semanais. No outro extremo estão os jovens que trabalharam mais que 45 horas semanais, que correspondia a 24,9% dos ocupados neste grupo de idade (Tabela 1.15).

O direito à saúde do jovem está garantido no Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013b). Atualmente um fator de risco que atinge especialmente a população jovem é a violência. Os resultados das tábuas de mortalidade projetada, para o ano de 2012, evidenciaram a maior mortalidade masculina no grupo de adultos jovens, de 15 a 29 anos de idade, em relação à população feminina. Este fenômeno pode ser explicado pela maior incidência dos óbitos por causas violentas, que atingem com maior intensidade a população masculina (TÁBUAS..., 2013), com reflexos importantes nas diferenças de expectativa de vida entre homens e mulheres.

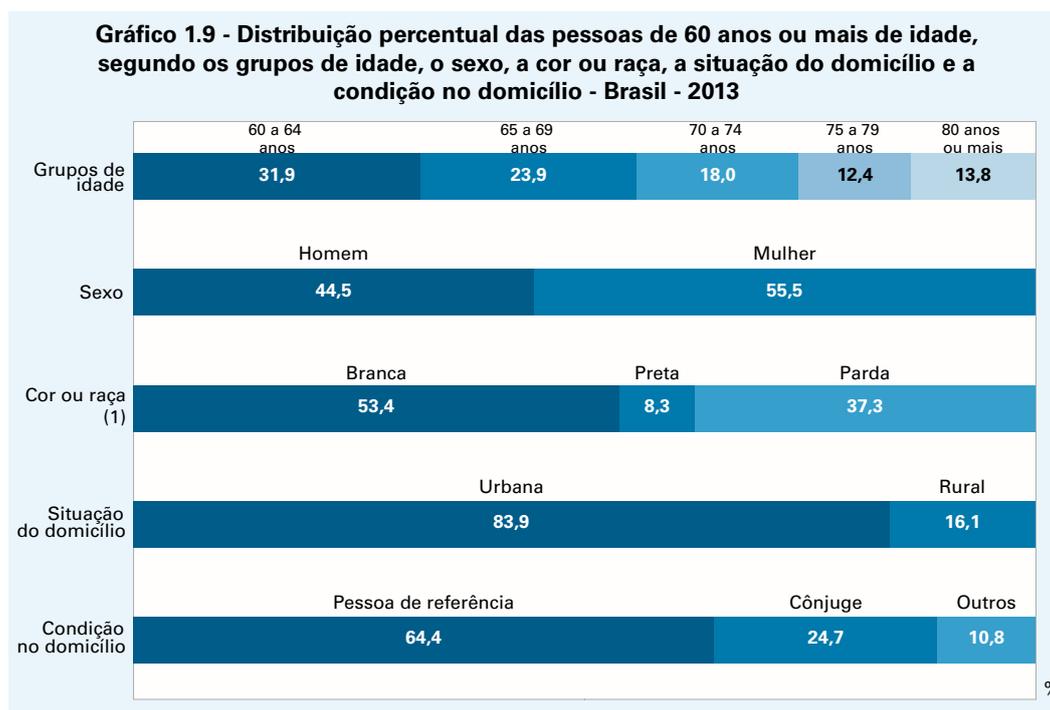
Idosos

As informações disponíveis nesta seção foram preparadas considerando o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003) para definição do corte etário, definindo como idosos o grupo de pessoas com 60 anos ou mais de idade. Em 2013, a participação relativa dos idosos de 60 anos ou mais de idade foi de 13,0% da população total, sendo que este indicador foi mais elevado para a Região Sul (14,5%) e menos expressivo na Região Norte (8,8%) (Tabela 1. 18).

As características mais marcantes para os idosos de 60 anos ou mais de idade, em 2013, foram (Gráficos 1.9 e Tabelas 1.19 a 1.24):

- maioria de mulheres no grupo (55,5%), sendo na Região Norte onde a proporção de mulheres idosas era menor (50,5%) e no Sudeste onde foi maior (56,7%);
- maioria se declarou como branca (53,4%), com indicador atingindo 79,5% dos idosos na Região Sul e somente 24,4% na Norte;
- 83,9% residentes em áreas urbanas, especialmente na Região Sudeste (92,6%);
- inserção no domicílio como a pessoa de referência (64,4%), principalmente no caso dos homens (80,3%);
- média de 4,7 anos de estudo, mas variando de 3,3 anos de estudo no Nordeste a 5,5 anos na Sudeste. 28,4% tinham menos de um ano de estudo, sendo que no Nordeste esse indicador chegou a 46,9%.
- 76,1% recebia algum benefício da previdência social, sendo que 75,3% dos homens e 59,8% das mulheres eram aposentados; e
- 48,4% tinham rendimento de todas as fontes superior a um salário mínimo (55,4% estavam nesta condição na Região Sul). 41,6% dos idosos residia em domicílios com rendimento mensal *per capita* igual ou inferior a um salário mínimo, sendo os valores significativamente mais altos no Norte (59,6%) e Nordeste (61,2%).

Uma dimensão importante ao tratar dos idosos refere-se ao tipo de arranjo domiciliar no qual este está inserido e como se dá a convivência familiar. Em 2013, o arranjo familiar mais comum para os idosos (30,6%) foi aquele composto por idosos morando com filhos, todos com 25 anos ou mais de idade, na presença ou não de outros parentes ou agregados, sendo este indicador mais elevado para as idosas (33,3%) que para os idosos (27,3%). Outro arranjo comum foi o formado por casais sem filhos (26,5%), e para os homens esse arranjo foi o mais comum (33,4%) do que para as mulheres (21,0%). A proporção de idosos que viviam sozinhos, ou seja, sem filhos, cônjuge, outros parentes ou agregados, foi de 15,1%, e para as mulheres este indicador atingiu o valor de 17,8%. Desta forma, 84,9% dos idosos estavam em arranjos em que havia presença de outra pessoa com quem estabelecesse alguma relação familiar, seja cônjuge, filho, outro parente ou agregado (Tabela 1.25). Os arranjos familiares, residentes em domicílios particulares, que tinham ao menos uma pessoa de 60 anos ou mais de idade correspondiam a 29,0% do total de arranjos familiares e para os arranjos familiares com idosos o rendimento mensal familiar *per capita* médio foi 25,0% superior ao rendimento dos arranjos familiares sem idosos e 16,6% superior ao rendimento do total de arranjos familiares.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Não são apresentados resultados para as pessoas de cor ou raça amarela e indígena e os sem declaração de cor ou raça.

Um desafio relacionado ao envelhecimento populacional diz respeito à previdência social. Para o grupo de pessoas de 60 anos ou mais de idade, 23,9% não recebiam aposentadoria ou pensão, enquanto 7,8% acumulavam aposentadoria e pensão. A proporção de pessoas de 60 anos ou mais de idade que acumulavam aposentadoria e pensão foi diferenciada por sexo, sendo que 2,6% dos homens e 11,9% das mulheres estavam nesta condição (Tabela 1.22). A alta proporção de idosos de 60 anos ou mais de idade que não recebiam aposentadoria ou pensão (23,9%) possivelmente está relacionada à inserção no mercado de trabalho, dado que a taxa de ocupação foi de 27,4% nesta faixa de idade, mas para aqueles que não eram aposentados ou pensionistas a taxa de ocupação foi de 45,1% (Tabela 1.26). Merece destacar também que 15,6% dos idosos de 60 anos ou mais de idade eram aposentados e estavam ocupados na semana de referência, sendo que o indicador foi de 23,2% para os homens e 9,5% entre as mulheres deste grupo etário (Tabela 1.27).

O tempo médio semanal dedicado ao trabalho das pessoas de 60 anos ou mais de idade foi de 34,7 horas (Tabela 1.28), valor abaixo do tempo médio para a população total ocupada. A principal fonte do rendimento dos idosos de 60 anos ou mais de idade, na semana de referência, foi de aposentadoria ou pensão (67,6%) e o trabalho contribuiu com 28,3% da composição do rendimento nesta faixa etária (Tabela 1.29).

Tabela 1.1 - Distribuição percentual da população residente, por sexo, razão de sexo e taxa de urbanização, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição percentual da população residente, por sexo (%)		Razão de sexo (%)	Taxa de urbanização (%)
	Homens	Mulheres		
Brasil	48,6	51,4	94,5	84,8
Norte	50,1	49,9	100,5	74,6
Rondônia	50,7	49,3	102,8	73,5
Acre	49,7	50,3	99,0	71,2
Amazonas	50,2	49,8	100,8	83,2
Roraima	50,4	49,6	101,7	83,5
Pará	50,2	49,8	100,7	68,9
Região Metropolitana de Belém	47,1	52,9	88,9	97,2
Amapá	50,0	50,0	100,0	90,0
Tocantins	49,1	50,9	96,4	75,9
Nordeste	48,4	51,6	93,8	73,3
Maranhão	49,5	50,5	98,1	58,3
Piauí	48,6	51,4	94,7	68,4
Ceará	48,4	51,6	93,9	73,0
Região Metropolitana de Fortaleza	47,7	52,3	91,3	95,8
Rio Grande do Norte	49,3	50,7	97,1	78,6
Paraíba	47,6	52,4	90,7	79,6
Pernambuco	47,5	52,5	90,4	81,6
Região Metropolitana de Recife	46,5	53,5	86,8	97,4
Alagoas	47,5	52,5	90,4	71,5
Sergipe	49,5	50,5	97,9	73,2
Bahia	48,5	51,5	94,2	74,0
Região Metropolitana de Salvador	47,0	53,0	88,6	98,3
Sudeste	48,2	51,8	93,2	93,2
Minas Gerais	48,7	51,3	95,1	84,5
Região Metropolitana de Belo Horizonte	48,0	52,0	92,1	97,7
Espírito Santo	49,0	51,0	96,0	86,0
Rio de Janeiro	46,8	53,2	88,0	97,0
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	46,4	53,6	86,5	99,6
São Paulo	48,5	51,5	94,1	96,5
Região Metropolitana de São Paulo	47,9	52,1	91,8	99,0
Sul	48,7	51,3	94,8	85,5
Paraná	48,8	51,2	95,5	87,5
Região Metropolitana de Curitiba	48,4	51,6	93,8	92,6
Santa Catarina	48,9	51,1	95,6	84,9
Rio Grande do Sul	48,4	51,6	93,8	84,0
Região Metropolitana de Porto Alegre	47,8	52,2	91,5	96,6
Centro-Oeste	49,3	50,7	97,3	90,1
Mato Grosso do Sul	49,5	50,5	97,8	89,7
Mato Grosso	50,0	50,0	99,9	82,5
Goiás	50,0	50,0	99,9	91,6
Distrito Federal	46,9	53,1	88,2	95,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 1.2 - Distribuição percentual da população residente, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

(continua)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição percentual da população residente, por grupos de idade (%)						
	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 17 anos	18 e 19 anos	20 a 24 anos
Brasil	1,3	5,3	7,5	8,2	5,3	3,4	7,9
Norte	1,5	6,8	9,8	10,3	6,2	4,0	8,6
Rondônia	1,5	5,7	8,4	9,3	5,9	3,5	8,8
Acre	1,7	7,9	10,9	11,2	6,9	4,2	8,9
Amazonas	1,6	7,8	10,8	10,7	6,4	4,3	8,7
Roraima	1,6	7,2	9,6	9,3	5,9	3,6	9,8
Pará	1,4	6,6	9,7	10,4	6,0	3,9	8,4
Região Metropolitana de Belém	1,5	5,3	7,4	8,4	5,4	3,9	8,8
Amapá	1,5	6,3	11,5	10,6	6,8	4,5	9,4
Tocantins	1,7	6,3	8,6	9,9	6,8	3,9	7,7
Nordeste	1,3	5,8	8,3	9,2	5,8	3,6	8,1
Maranhão	1,5	7,1	10,4	10,8	6,8	3,6	7,9
Piauí	1,4	6,3	8,7	9,1	5,9	3,9	7,7
Ceará	1,2	5,3	7,6	9,1	6,1	3,9	9,0
Região Metropolitana de Fortaleza	1,2	5,2	7,1	8,4	5,8	4,0	9,2
Rio Grande do Norte	1,3	5,6	7,4	8,1	5,4	3,7	8,5
Paraíba	1,3	5,8	7,7	8,7	5,4	3,5	8,3
Pernambuco	1,4	5,7	7,7	8,5	5,5	3,5	8,0
Região Metropolitana de Recife	1,1	5,2	6,7	7,8	4,9	3,5	7,6
Alagoas	1,4	6,2	8,6	10,4	5,7	3,7	9,2
Sergipe	1,0	5,6	8,8	8,6	5,6	3,4	8,8
Bahia	1,3	5,4	8,4	9,2	5,6	3,5	7,4
Região Metropolitana de Salvador	1,2	4,9	6,7	8,1	4,9	3,3	7,9
Sudeste	1,2	4,9	6,8	7,4	4,9	3,2	7,5
Minas Gerais	1,2	4,9	6,9	7,9	5,2	3,4	7,9
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1,2	5,0	6,6	7,6	4,9	3,3	8,3
Espírito Santo	1,1	5,2	7,2	7,8	5,0	3,0	8,4
Rio de Janeiro	1,1	4,5	6,5	7,1	5,1	3,1	7,0
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	1,0	4,4	6,1	6,7	4,9	3,0	7,2
São Paulo	1,2	4,9	6,8	7,2	4,7	3,2	7,5
Região Metropolitana de São Paulo	1,3	4,8	6,9	7,4	4,7	3,2	7,6
Sul	1,2	4,8	6,6	7,4	4,9	3,3	7,6
Paraná	1,3	5,3	6,9	7,3	4,9	3,5	7,9
Região Metropolitana de Curitiba	1,3	5,3	6,6	7,4	4,6	3,4	8,0
Santa Catarina	1,1	4,7	6,5	7,3	4,9	3,4	7,9
Rio Grande do Sul	1,1	4,4	6,4	7,6	4,9	3,0	7,2
Região Metropolitana de Porto Alegre	1,1	4,8	6,4	7,4	4,9	3,0	7,0
Centro-Oeste	1,3	5,5	7,4	8,1	5,3	3,4	8,2
Mato Grosso do Sul	1,5	6,1	7,6	7,9	4,6	3,4	8,4
Mato Grosso	1,3	6,0	7,7	7,6	5,7	3,5	8,5
Goiás	1,2	5,2	7,4	8,2	5,5	3,3	7,9
Distrito Federal	1,4	4,7	7,0	8,7	4,8	3,6	8,3

Tabela 1.2 - Distribuição percentual da população residente, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição percentual da população residente, por grupos de idade (%)						
	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 64 anos	65 a 69 anos	70 anos ou mais
Brasil	7,8	15,8	13,5	11,1	4,2	3,1	5,8
Norte	8,2	15,5	11,7	8,5	3,0	2,2	3,7
Rondônia	8,2	16,0	14,3	9,6	3,4	1,7	3,9
Acre	8,3	14,9	10,2	7,7	2,5	1,9	2,9
Amazonas	8,0	15,6	11,3	7,5	2,5	1,8	3,0
Roraima	7,7	16,2	11,7	9,1	3,0	2,0	3,3
Pará	8,4	15,4	11,4	8,7	3,2	2,4	4,0
Região Metropolitana de Belém	8,1	16,4	13,3	10,8	3,4	2,6	4,7
Amapá	8,4	15,4	11,6	7,6	2,1	1,6	2,7
Tocantins	7,4	15,2	12,3	9,4	3,4	2,7	4,7
Nordeste	7,9	15,4	12,5	9,7	3,8	3,0	5,6
Maranhão	8,2	14,5	10,3	8,4	3,3	2,8	4,6
Piauí	7,4	15,3	12,2	10,0	3,8	2,6	5,6
Ceará	7,7	14,4	12,4	10,0	3,9	2,8	6,5
Região Metropolitana de Fortaleza	8,6	15,8	13,3	10,1	3,7	2,7	5,0
Rio Grande do Norte	7,8	16,3	13,8	10,1	3,4	2,3	6,4
Paraíba	8,1	15,3	12,8	10,2	4,4	3,2	5,3
Pernambuco	7,8	15,6	12,8	10,0	4,1	3,4	6,0
Região Metropolitana de Recife	7,6	16,4	14,5	11,2	4,4	3,5	5,8
Alagoas	7,1	15,2	13,0	8,6	3,9	2,8	4,2
Sergipe	8,5	16,3	12,8	9,8	3,4	2,7	4,7
Bahia	8,0	15,9	13,0	9,9	3,7	3,1	5,7
Região Metropolitana de Salvador	8,9	17,8	14,9	10,8	3,5	2,5	4,4
Sudeste	7,7	16,1	14,0	12,1	4,5	3,4	6,3
Minas Gerais	7,6	15,7	13,9	11,8	4,2	3,2	6,1
Região Metropolitana de Belo Horizonte	8,3	17,1	13,9	11,6	4,3	2,8	5,1
Espírito Santo	8,3	15,6	14,5	11,2	4,1	2,9	5,7
Rio de Janeiro	7,3	15,6	13,9	13,0	5,0	3,9	7,1
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	7,4	15,5	13,8	13,3	5,0	4,1	7,6
São Paulo	7,9	16,5	14,1	12,1	4,6	3,2	6,1
Região Metropolitana de São Paulo	8,0	16,8	14,1	11,9	4,3	3,0	5,9
Sul	7,2	15,1	14,7	12,6	4,8	3,5	6,3
Paraná	7,9	15,5	14,8	12,1	4,1	3,0	5,6
Região Metropolitana de Curitiba	8,3	16,6	14,8	11,6	3,9	3,1	5,2
Santa Catarina	6,8	16,0	15,0	12,2	4,8	3,5	5,9
Rio Grande do Sul	6,7	14,2	14,4	13,4	5,5	3,9	7,2
Região Metropolitana de Porto Alegre	7,2	15,3	14,1	13,4	5,1	3,7	6,6
Centro-Oeste	8,3	16,9	14,0	10,5	3,6	2,7	4,8
Mato Grosso do Sul	8,0	16,1	13,8	10,8	4,0	2,6	5,2
Mato Grosso	8,5	16,3	13,3	10,8	3,4	2,8	4,5
Goiás	8,2	16,7	14,2	10,4	3,6	3,1	5,0
Distrito Federal	8,4	19,0	14,5	10,0	3,3	2,0	4,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 1.3 - Razão de dependência, total, de jovens e de idosos segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Razão de dependência		
	Total	Jovens	Idosos
Brasil	54,6	34,4	20,2
Norte	59,5	45,4	14,1
Rondônia	51,1	37,5	13,6
Acre	64,0	51,9	12,2
Amazonas	62,0	50,1	11,9
Roraima	56,4	43,4	13,0
Pará	60,3	45,0	15,3
Região Metropolitana de Belém	49,9	33,8	16,1
Amapá	57,1	46,8	10,2
Tocantins	59,4	42,3	17,2
Nordeste	58,9	39,2	19,7
Maranhão	67,8	49,9	17,9
Piauí	60,3	41,0	19,4
Ceará	57,6	36,7	20,9
Região Metropolitana de Fortaleza	49,8	32,7	17,1
Rio Grande do Norte	52,5	34,2	18,3
Paraíba	57,6	37,1	20,4
Pernambuco	58,2	36,8	21,4
Região Metropolitana de Recife	52,5	31,7	20,8
Alagoas	60,2	42,7	17,5
Sergipe	53,7	37,0	16,7
Bahia	58,3	38,5	19,8
Região Metropolitana de Salvador	45,9	30,6	15,3
Sudeste	52,4	30,8	21,6
Minas Gerais	52,5	31,8	20,7
Região Metropolitana de Belo Horizonte	48,4	30,3	18,1
Espírito Santo	51,9	32,5	19,3
Rio de Janeiro	54,1	29,4	24,7
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	53,6	28,0	25,6
São Paulo	51,7	30,6	21,1
Região Metropolitana de São Paulo	50,7	30,7	19,9
Sul	52,9	30,6	22,2
Paraná	50,5	31,4	19,1
Região Metropolitana de Curitiba	48,7	30,6	18,1
Santa Catarina	50,8	29,6	21,3
Rio Grande do Sul	56,5	30,5	26,0
Região Metropolitana de Porto Alegre	54,2	30,4	23,7
Centro-Oeste	50,1	33,5	16,6
Mato Grosso do Sul	53,4	35,4	18,0
Mato Grosso	50,2	34,1	16,1
Goiás	50,9	33,3	17,6
Distrito Federal	45,6	31,9	13,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: Razão de dependência calculada com base no Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003). A população considerada potencialmente ativa foi aquela composta por pessoas de 15 a 59 anos de idade e a população idosa composta pelas pessoas de 60 anos ou mais de idade.

Tabela 1.4 - Taxa de fecundidade total, taxa de mortalidade infantil e esperança de vida ao nascer, por sexo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Taxa de fecundidade total	Taxa de mortalidade infantil (%)	Esperança de vida ao nascer		
			Total	Homens	Mulheres
Brasil	1,77	15,0	74,8	71,2	78,5
Norte	2,22	19,2	71,5	68,2	75,3
Rondônia	1,83	21,3	70,7	67,7	74,4
Acre	2,59	19,2	72,9	69,7	76,6
Amazonas	2,38	20,0	71,2	68,0	74,7
Roraima	2,34	17,8	70,6	68,1	73,4
Pará	2,20	18,3	71,5	67,9	75,5
Amapá	2,42	23,9	73,1	70,3	76,1
Tocantins	2,02	17,4	72,5	69,6	75,8
Nordeste	1,89	19,4	72,2	68,1	76,4
Maranhão	2,28	24,7	69,7	66,0	73,7
Piauí	1,83	21,1	70,5	66,5	74,6
Ceará	1,82	16,6	73,2	69,2	77,2
Rio Grande do Norte	1,80	17,0	75,0	71,0	79,0
Paraíba	1,85	19,0	72,3	68,4	76,2
Pernambuco	1,83	14,9	72,6	68,5	76,7
Alagoas	2,04	24,0	70,4	65,8	75,3
Sergipe	1,83	18,9	71,9	67,7	76,1
Bahia	1,79	19,9	72,7	68,4	77,4
Sudeste	1,63	11,6	76,6	73,3	79,8
Minas Gerais	1,63	12,6	76,4	73,5	79,4
Espírito Santo	1,67	10,1	77,1	73,2	81,3
Rio de Janeiro	1,62	12,7	75,2	71,5	78,8
São Paulo	1,63	10,8	77,2	73,9	80,4
Sul	1,62	10,4	76,9	73,5	80,3
Paraná	1,68	10,6	76,2	72,8	79,6
Santa Catarina	1,58	10,1	78,1	74,7	81,4
Rio Grande do Sul	1,60	10,5	76,9	73,4	80,3
Centro-Oeste	1,74	15,6	74,4	71,2	77,9
Mato Grosso do Sul	1,92	15,4	74,7	71,3	78,4
Mato Grosso	1,91	18,1	73,5	70,4	77,1
Goiás	1,66	16,2	73,7	70,6	77,0
Distrito Federal	1,59	11,2	77,3	73,5	80,7

Fonte: IBGE, Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 2000/2060; Projeção da População das Unidades da Federação por Sexo e Idade para o Período 2000/2030 - Revisão 2013.

Tabela 1.5 - Distribuição percentual das mulheres de 15 a 49 anos de idade, por cor ou raça, com indicação de presença de filhos nascidos vivos, segundo as Grandes Regiões e os grupos de idade - 2013

Grandes Regiões e grupos de idade	Distribuição percentual das mulheres de 15 a 49 anos de idade, com indicação da presença de filhos nascidos vivos (%)					
	Total		Cor ou raça			
			Brancas		Pretas ou pardas	
	Nenhum filho	1 filho ou mais	Nenhum filho	1 filho ou mais	Nenhum filho	1 filho ou mais
Brasil	38,4	60,8	41,5	57,8	35,8	63,5
15 a 19 anos	89,3	10,6	92,7	7,2	87,0	12,9
20 a 24 anos	62,8	36,9	70,3	29,4	56,6	43,1
25 a 29 anos	40,4	59,1	48,1	51,3	33,8	65,8
30 a 34 anos	25,6	73,6	30,7	68,6	21,0	78,1
35 a 39 anos	16,5	82,4	18,8	80,1	14,1	84,7
40 a 44 anos	13,3	85,4	13,9	84,7	12,6	86,2
45 a 49 anos	12,5	86,2	13,6	85,0	11,3	87,5
Norte	35,5	63,8	39,4	60,1	34,4	64,9
15 a 19 anos	84,5	15,4	87,2	12,5	83,9	16,0
20 a 24 anos	50,6	49,0	60,0	40,0	48,1	51,5
25 a 29 anos	30,8	68,9	38,6	61,4	28,8	70,9
30 a 34 anos	19,3	79,5	22,9	76,4	18,2	80,4
35 a 39 anos	12,7	86,1	16,1	83,1	11,7	87,0
40 a 44 anos	11,9	86,6	16,0	82,6	10,7	87,7
45 a 49 anos	11,6	87,6	10,4	88,2	11,8	87,5
Nordeste	36,4	63,1	40,2	59,2	34,9	64,5
15 a 19 anos	87,4	12,6	90,2	9,6	86,5	13,4
20 a 24 anos	58,7	41,2	66,3	33,6	55,6	44,3
25 a 29 anos	34,2	65,5	42,6	57,2	31,2	68,5
30 a 34 anos	20,8	78,7	25,0	74,7	19,1	80,3
35 a 39 anos	13,7	85,2	15,6	83,5	12,9	85,9
40 a 44 anos	12,2	86,7	13,3	85,4	11,8	87,2
45 a 49 anos	11,8	87,0	13,1	85,4	11,3	87,6
Sudeste	40,9	58,3	43,0	56,2	38,2	60,9
15 a 19 anos	91,5	8,5	94,0	6,0	89,1	10,8
20 a 24 anos	67,6	32,1	73,0	26,8	61,7	37,9
25 a 29 anos	45,4	54,0	51,0	48,4	38,5	61,1
30 a 34 anos	30,1	69,0	34,7	64,6	24,4	74,5
35 a 39 anos	19,8	78,9	21,5	77,3	16,9	81,7
40 a 44 anos	15,4	83,1	15,5	82,9	14,9	83,7
45 a 49 anos	14,0	84,5	15,4	83,4	11,9	86,4
Sul	38,0	61,3	40,1	59,3	30,9	68,3
15 a 19 anos	91,1	8,8	93,6	6,4	83,6	16,1
20 a 24 anos	66,4	33,1	70,7	28,9	51,2	47,8
25 a 29 anos	44,1	55,2	48,7	50,7	27,3	71,8
30 a 34 anos	25,6	73,6	27,2	72,1	19,5	79,7
35 a 39 anos	15,3	84,0	16,5	82,6	10,7	88,7
40 a 44 anos	11,3	87,8	11,8	87,4	9,6	89,4
45 a 49 anos	10,8	87,9	11,7	86,9	7,4	91,7
Centro-Oeste	36,8	62,4	39,7	59,4	34,7	64,5
15 a 19 anos	89,2	10,6	92,2	7,8	87,6	12,1
20 a 24 anos	61,8	37,9	68,6	31,2	56,3	43,2
25 a 29 anos	40,3	59,0	45,5	54,0	36,9	62,3
30 a 34 anos	24,5	74,5	30,9	68,0	19,6	79,5
35 a 39 anos	14,0	85,0	15,4	83,5	13,0	86,0
40 a 44 anos	10,7	88,0	10,3	87,6	10,9	88,4
45 a 49 anos	10,1	88,6	9,7	88,8	10,4	88,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: Excluídas as mulheres em que havia alguma ausência de informação sobre filho nascido vivo.

Tabela 1.6 - Distribuição percentual das mulheres de 15 a 49 anos de idade, por presença de cônjuge ou companheiro, com indicação de presença de filhos nascidos vivos, segundo as Grandes Regiões e os grupos de idade - 2013

Grandes Regiões e grupos de idade	Distribuição percentual das mulheres de 15 a 49 anos de idade, por presença de cônjuge ou companheiro, com indicação de presença de filhos nascidos vivos (%)					
	Que viviam em companhia de cônjuge ou companheiro		Que não viviam em companhia de cônjuge ou companheiro e já tinham vivido antes		Que não viviam em companhia de cônjuge ou companheiro e nunca tinham vivido antes	
	Nenhum filho	1 filho ou mais	Nenhum filho	1 filho ou mais	Nenhum filho	1 filho ou mais
Brasil	16,6	82,4	17,5	81,4	89,0	10,9
15 a 19 anos	53,8	45,8	60,8	39,0	96,7	3,2
20 a 24 anos	35,2	64,2	31,5	68,0	90,4	9,6
25 a 29 anos	23,9	75,6	21,8	77,6	84,8	15,0
30 a 34 anos	15,6	83,5	17,8	81,2	78,0	21,6
35 a 39 anos	9,6	89,2	12,2	86,3	70,9	28,5
40 a 44 anos	7,7	90,9	8,4	90,3	71,3	28,3
45 a 49 anos	7,3	91,3	9,3	89,4	70,2	29,6
Norte	15,1	84,0	17,5	81,2	87,5	12,3
15 a 19 anos	49,2	50,6	46,0	54,0	96,0	4,0
20 a 24 anos	25,7	73,8	25,8	73,1	86,4	13,6
25 a 29 anos	17,4	82,5	21,4	77,4	80,0	20,0
30 a 34 anos	12,6	86,2	16,1	82,5	69,8	29,6
35 a 39 anos	8,4	90,5	9,8	88,7	63,9	35,1
40 a 44 anos	7,2	91,2	10,4	88,1	64,4	35,0
45 a 49 anos	9,0	90,2	7,9	90,7	60,1	39,9
Nordeste	13,4	85,8	15,4	83,8	87,4	12,5
15 a 19 anos	50,6	48,9	55,1	44,9	96,2	3,8
20 a 24 anos	30,6	69,3	31,5	68,3	89,1	10,9
25 a 29 anos	16,4	83,2	18,1	81,4	82,0	18,0
30 a 34 anos	10,4	89,0	12,8	86,8	73,3	26,5
35 a 39 anos	6,5	92,4	8,8	89,9	68,6	31,0
40 a 44 anos	5,6	93,3	6,8	91,9	69,8	30,2
45 a 49 anos	5,7	93,0	8,8	89,9	67,2	32,2
Sudeste	18,1	80,7	18,3	80,5	89,4	10,4
15 a 19 anos	54,0	45,6	69,8	29,9	96,8	3,2
20 a 24 anos	38,4	60,9	31,9	67,5	90,6	9,4
25 a 29 anos	27,8	71,6	22,7	76,7	85,9	13,7
30 a 34 anos	18,7	80,3	20,2	78,6	81,9	17,6
35 a 39 anos	11,9	86,9	15,2	83,0	73,2	26,1
40 a 44 anos	9,7	88,7	8,4	90,5	73,8	25,4
45 a 49 anos	8,4	89,9	10,3	88,4	72,3	27,7
Sul	18,7	80,4	20,8	78,0	92,6	7,3
15 a 19 anos	63,9	35,7	69,3	30,7	97,7	2,3
20 a 24 anos	43,0	56,1	36,7	62,3	94,1	5,7
25 a 29 anos	31,2	68,0	27,9	71,6	91,2	8,5
30 a 34 anos	18,3	80,9	22,2	76,4	78,0	22,0
35 a 39 anos	10,0	89,2	13,5	85,7	75,3	24,7
40 a 44 anos	6,6	92,8	11,2	86,9	79,8	20,2
45 a 49 anos	6,3	92,3	9,5	89,1	75,7	24,3
Centro-Oeste	16,5	82,3	15,9	83,3	88,5	11,4
15 a 19 anos	54,9	44,2	52,8	45,5	97,7	2,3
20 a 24 anos	37,1	62,2	29,1	70,9	91,6	8,2
25 a 29 anos	24,5	74,4	24,0	76,0	83,2	16,6
30 a 34 anos	14,8	84,1	19,3	80,2	76,2	23,1
35 a 39 anos	9,0	90,1	10,8	87,7	63,5	36,0
40 a 44 anos	6,8	91,7	7,5	91,4	55,7	44,3
45 a 49 anos	6,1	92,5	5,2	93,8	66,0	33,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: Excluídas as mulheres em que havia alguma ausência de informação sobre filho nascido vivo.

Tabela 1.7 - Distribuição percentual das mulheres de 15 a 49 anos de idade, por grupos de anos de estudo, com indicação de presença de filhos nascidos vivos, segundo as Grandes Regiões e os grupos de idade - 2013

Grandes Regiões e grupos de idade	Distribuição percentual das mulheres de 15 a 49 anos de idade, por grupos de anos de estudo, com indicação de filhos nascidos vivos (%)			
	Com até 7 anos de estudo		Com 8 anos ou mais de estudo	
	Nenhum filho	1 filho ou mais	Nenhum filho	1 filho ou mais
Brasil	21,6	77,3	44,2	55,1
15 a 19 anos	81,1	18,7	92,0	8,0
20 a 24 anos	30,4	69,0	67,8	32,0
25 a 29 anos	16,3	82,9	45,5	54,1
30 a 34 anos	11,0	88,1	30,0	69,2
35 a 39 anos	8,5	90,0	20,2	78,9
40 a 44 anos	8,7	90,1	15,9	82,9
45 a 49 anos	8,2	90,2	15,1	83,7
Norte	24,0	75,0	40,8	58,6
15 a 19 anos	76,9	23,0	88,4	11,5
20 a 24 anos	23,0	76,8	57,5	42,1
25 a 29 anos	13,7	85,9	36,4	63,4
30 a 34 anos	10,3	88,7	23,5	75,2
35 a 39 anos	6,1	92,0	16,3	82,8
40 a 44 anos	8,1	89,8	14,2	84,6
45 a 49 anos	9,9	89,2	13,0	86,2
Nordeste	21,6	77,6	44,2	55,4
15 a 19 anos	79,1	20,6	91,1	8,9
20 a 24 anos	29,6	70,4	65,7	34,2
25 a 29 anos	15,6	83,9	41,0	58,8
30 a 34 anos	9,9	89,5	26,2	73,3
35 a 39 anos	8,0	90,6	18,0	81,2
40 a 44 anos	6,9	92,0	16,4	82,5
45 a 49 anos	9,3	89,4	14,4	84,6
Sudeste	22,1	76,6	45,6	53,7
15 a 19 anos	85,7	14,0	92,8	7,2
20 a 24 anos	35,3	63,8	70,6	29,2
25 a 29 anos	18,6	80,0	49,0	50,5
30 a 34 anos	11,8	87,1	33,6	65,5
35 a 39 anos	9,3	89,1	23,3	75,6
40 a 44 anos	11,0	87,8	17,4	81,0
45 a 49 anos	7,5	90,5	17,1	81,7
Sul	19,1	79,9	43,5	55,9
15 a 19 anos	81,6	18,4	93,1	6,8
20 a 24 anos	36,6	61,3	69,7	29,9
25 a 29 anos	17,1	82,5	48,1	51,2
30 a 34 anos	11,7	86,8	29,1	70,4
35 a 39 anos	7,8	91,4	18,5	80,7
40 a 44 anos	7,8	91,1	13,2	86,1
45 a 49 anos	7,3	91,6	12,6	85,9
Centro-Oeste	20,6	78,1	41,7	57,6
15 a 19 anos	79,0	20,4	92,0	8,0
20 a 24 anos	21,4	76,7	67,2	32,6
25 a 29 anos	14,7	83,9	44,4	55,0
30 a 34 anos	13,3	86,1	27,6	71,4
35 a 39 anos	11,5	86,7	15,0	84,3
40 a 44 anos	7,6	91,0	12,0	86,7
45 a 49 anos	7,2	91,3	11,7	87,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: Excluídas as mulheres sem declaração de anos de estudo e aquelas em que havia alguma ausência de informação sobre filho nascido vivo.

Tabela 1.8 - Distribuição percentual da população residente, por Grandes Regiões de residência atual, segundo o lugar de nascimento - 2013

Lugar de nascimento	Distribuição percentual da população residente, por Grandes Regiões de residência atual (%)				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Norte	85,0	0,4	0,3	0,2	2,5
Nordeste	8,5	97,2	8,9	1,2	12,9
Sudeste	2,8	1,9	87,8	3,9	9,3
Sul	1,7	0,2	1,9	93,7	4,5
Centro-Oeste	1,9	0,3	0,7	0,5	70,5
País estrangeiro	0,2	0,1	0,6	0,5	0,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 1.9 - Distribuição percentual da população não natural, por lugar de nascimento, segundo as Grandes Regiões de residência - 2013

Grandes Regiões de residência	Distribuição percentual da população não natural, por lugar de nascimento (%)					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	País estrangeiro
Norte	-	12,9	11,7	10,7	27,1	4,5
Nordeste	23,2	-	26,3	3,6	12,5	5,1
Sudeste	27,4	66,7	-	60,2	47,7	64,2
Sul	6,6	3,1	27,6	-	12,8	20,1
Centro-Oeste	42,9	17,3	34,4	25,5	-	6,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 1.10 - Distribuição percentual da população não natural, por Grandes Regiões de residência, segundo o lugar de nascimento - 2013

Lugar de nascimento	Distribuição percentual da população não natural, por Grandes Regiões de residência (%)				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Norte	-	13,1	2,3	3,2	8,5
Nordeste	56,5	-	72,3	19,0	43,7
Sudeste	18,7	68,9	-	61,3	31,5
Sul	11,1	6,1	15,3	-	15,2
Centro-Oeste	12,4	9,4	5,4	8,1	-
País estrangeiro	1,3	2,5	4,7	8,4	1,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 1.11 - Proporção de crianças, adolescentes e jovens de 0 a 29 anos de idade, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Proporção de crianças, adolescentes e jovens de 0 a 29 anos de idade (%)						
	Total	Grupos de idade					
		0 a 3 anos	4 e 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos
Brasil	46,6	5,2	2,8	14,3	5,3	11,3	7,8
Norte	55,5	6,6	3,5	18,4	6,2	12,6	8,2
Rondônia	51,2	5,7	2,8	16,3	5,9	12,3	8,2
Acre	59,9	7,2	4,3	20,1	6,9	13,1	8,3
Amazonas	58,3	7,3	4,3	19,4	6,4	13,0	8,0
Roraima	54,7	7,2	3,9	16,7	5,9	13,4	7,7
Pará	54,9	6,4	3,4	18,3	6,0	12,4	8,4
Região Metropolitana de Belém	48,7	5,4	2,7	14,5	5,4	12,7	8,1
Amapá	58,9	6,1	3,5	20,2	6,8	13,9	8,4
Tocantins	52,4	6,5	2,9	17,1	6,8	11,6	7,4
Nordeste	50,0	5,6	3,1	16,0	5,8	11,7	7,9
Maranhão	56,2	6,8	3,8	19,2	6,8	11,5	8,2
Piauí	50,4	6,0	3,2	16,3	5,9	11,5	7,4
Ceará	49,9	5,2	2,8	15,3	6,1	12,9	7,7
Região Metropolitana de Fortaleza	49,4	5,0	2,6	14,2	5,8	13,3	8,6
Rio Grande do Norte	47,8	5,3	2,9	14,2	5,4	12,3	7,8
Paraíba	48,8	5,7	2,9	15,0	5,4	11,8	8,1
Pernambuco	48,1	5,6	2,9	14,8	5,5	11,5	7,8
Região Metropolitana de Recife	44,3	5,0	2,5	13,3	4,9	11,1	7,6
Alagoas	52,3	6,1	3,2	17,3	5,7	12,9	7,1
Sergipe	50,2	5,3	2,9	15,8	5,6	12,2	8,5
Bahia	48,7	5,2	3,0	16,1	5,6	10,9	8,0
Região Metropolitana de Salvador	46,0	4,9	2,5	13,6	4,9	11,2	8,9
Sudeste	43,6	4,8	2,5	12,9	4,9	10,8	7,7
Minas Gerais	45,0	4,8	2,5	13,6	5,2	11,3	7,6
Região Metropolitana de Belo Horizonte	45,2	4,8	2,6	13,0	4,9	11,6	8,3
Espírito Santo	46,0	4,9	2,7	13,8	5,0	11,3	8,3
Rio de Janeiro	41,5	4,3	2,4	12,4	5,1	10,1	7,3
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	40,7	4,2	2,3	11,7	4,9	10,2	7,4
São Paulo	43,5	4,9	2,5	12,8	4,7	10,7	7,9
Região Metropolitana de São Paulo	44,0	4,8	2,5	13,1	4,7	10,9	8,0
Sul	43,0	4,8	2,5	12,8	4,9	10,9	7,2
Paraná	45,0	5,2	2,8	12,8	4,9	11,4	7,9
Região Metropolitana de Curitiba	44,8	5,3	2,5	12,7	4,6	11,3	8,3
Santa Catarina	42,7	4,7	2,2	12,8	4,9	11,3	6,8
Rio Grande do Sul	41,3	4,4	2,3	12,7	4,9	10,2	6,7
Região Metropolitana de Porto Alegre	41,8	4,6	2,3	12,8	4,9	10,0	7,2
Centro-Oeste	47,5	5,4	2,7	14,2	5,3	11,7	8,3
Mato Grosso do Sul	47,7	6,4	2,8	13,9	4,6	11,9	8,0
Mato Grosso	48,9	5,8	3,0	13,9	5,7	12,0	8,5
Goiás	47,0	5,2	2,7	14,2	5,5	11,3	8,2
Distrito Federal	47,0	4,8	2,5	14,7	4,8	11,9	8,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 1.12 - Proporção de crianças de 0 a 14 anos de idade residentes em domicílios particulares permanentes com saneamento inadequado, por forma de inadequação, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Proporção de crianças de 0 a 14 anos de idade residentes em domicílios particulares permanentes, por forma de inadequação (%)			
	Sem abastecimento de água de rede geral	Sem esgotamento sanitário de rede geral ou fossa séptica	Sem coleta de lixo direta ou indireta	Com todas formas de saneamento inadequado, simultaneamente (1)
Brasil	18,3	44,5	14,1	9,8
Norte	44,6	84,8	25,8	20,7
Rondônia	56,0	89,6	23,5	22,6
Acre	50,6	76,8	28,0	25,9
Amazonas	33,6	72,0	22,7	17,1
Roraima	10,9	72,8	16,0	9,5
Pará	53,8	90,9	30,4	24,1
Amapá	41,8	98,1	11,5	7,3
Tocantins	21,8	85,2	21,7	18,5
Nordeste	24,0	66,3	26,7	17,0
Maranhão	36,6	91,2	51,0	28,7
Piauí	30,5	98,1	33,8	26,0
Ceará	24,9	65,1	27,2	17,8
Rio Grande do Norte	13,7	80,7	14,7	9,6
Paraíba	21,3	50,9	18,0	16,7
Pernambuco	21,0	50,8	18,0	12,7
Alagoas	30,2	83,4	25,9	15,0
Sergipe	15,9	54,4	16,9	11,7
Bahia	19,3	53,6	22,8	13,6
Sudeste	9,0	14,1	4,4	3,3
Minas Gerais	14,8	23,7	10,9	8,8
Espírito Santo	12,4	20,0	9,1	8,3
Rio de Janeiro	14,0	17,5	3,6	1,2
São Paulo	4,1	7,6	1,0	1,0
Sul	11,6	42,1	5,8	4,2
Paraná	9,7	36,1	5,7	5,0
Santa Catarina	17,8	55,7	5,2	4,2
Rio Grande do Sul	9,9	40,3	6,4	3,4
Centro-Oeste	16,2	56,4	8,6	7,1
Mato Grosso do Sul	17,1	67,3	11,0	9,5
Mato Grosso	19,2	74,6	15,7	13,5
Goiás	18,4	61,0	6,0	5,3
Distrito Federal	6,6	13,8	3,8	1,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Não havia no domicílio, simultaneamente, abastecimento de água por meio de rede geral, esgotamento sanitário de rede geral ou fossa séptica ligada à rede coletora, e o lixo não era coletado direta ou indiretamente.

Tabela 1.13 - Taxa de ocupação de jovens de 15 a 29 anos de idade, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Taxa de ocupação de jovens de 15 a 29 anos de idade, por grupos de idade (%)			
	15 a 29 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos
Brasil	57,0	22,1	60,8	75,0
Norte	51,5	21,6	53,4	71,3
Rondônia	58,1	28,3	61,7	73,9
Acre	48,3	16,6	51,7	69,5
Amazonas	50,4	18,3	53,5	71,1
Roraima	48,1	13,0	50,8	70,1
Pará	52,0	23,4	52,7	71,4
Região Metropolitana de Belém	42,4	7,7	44,1	63,2
Amapá	40,4	11,2	42,8	60,3
Tocantins	53,2	24,9	55,5	75,7
Nordeste	50,8	21,6	53,6	68,2
Maranhão	51,9	27,3	53,3	70,2
Piauí	51,5	29,2	54,2	65,3
Ceará	50,8	18,9	54,0	70,7
Região Metropolitana de Fortaleza	52,7	16,0	55,9	72,2
Rio Grande do Norte	49,1	17,6	51,7	66,6
Paraíba	48,9	17,9	50,8	67,1
Pernambuco	50,3	19,5	53,6	67,0
Região Metropolitana de Recife	47,8	11,2	50,0	68,1
Alagoas	45,2	16,8	49,4	60,4
Sergipe	51,1	18,9	53,6	68,6
Bahia	52,5	22,9	55,5	69,2
Região Metropolitana de Salvador	53,8	18,0	54,3	73,2
Sudeste	59,0	19,8	63,7	77,4
Minas Gerais	60,6	25,2	65,2	78,0
Região Metropolitana de Belo Horizonte	62,4	22,3	66,4	80,6
Espírito Santo	57,2	24,3	58,3	75,7
Rio de Janeiro	50,0	10,5	53,3	72,9
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	49,5	9,3	52,0	72,8
São Paulo	61,7	20,3	67,1	78,9
Região Metropolitana de São Paulo	60,8	18,2	66,4	78,5
Sul	66,0	29,1	71,4	82,8
Paraná	65,1	27,2	69,3	82,5
Região Metropolitana de Curitiba	62,9	21,7	65,6	82,2
Santa Catarina	69,7	32,0	76,3	85,7
Rio Grande do Sul	64,6	29,2	70,4	81,5
Região Metropolitana de Porto Alegre	61,2	23,9	66,7	79,3
Centro-Oeste	60,0	24,3	63,5	77,8
Mato Grosso do Sul	64,9	27,2	68,5	81,3
Mato Grosso	58,6	23,8	63,6	75,0
Goiás	61,0	28,4	64,4	78,0
Distrito Federal	55,1	11,2	57,0	77,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 1.14 - Distribuição percentual de jovens de 15 a 29 anos de idade, ocupados na semana de referência, por classes de rendimento mensal de todos os trabalhos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição percentual de jovens de 15 a 29 anos de idade, ocupados na semana de referência, por classes de rendimento mensal de todos os trabalhos (%)			
	Até 1/2 salário mínimo (1)	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 salários mínimos
Brasil	14,0	22,1	42,1	18,9
Norte	24,0	28,0	33,5	13,2
Rondônia	18,4	19,6	44,7	16,4
Acre	24,2	30,1	33,7	10,8
Amazonas	21,2	25,5	38,0	15,1
Roraima	9,5	30,4	40,7	18,1
Pará	28,7	30,3	27,8	11,5
Região Metropolitana de Belém	10,1	32,2	38,1	14,2
Amapá	9,4	31,5	41,5	13,8
Tocantins	23,2	29,1	32,5	13,3
Nordeste	30,3	34,5	25,1	8,2
Maranhão	43,4	25,0	21,4	8,3
Piauí	43,7	30,8	19,7	5,7
Ceará	30,3	35,1	25,2	7,6
Região Metropolitana de Fortaleza	11,2	38,0	36,5	11,7
Rio Grande do Norte	21,0	32,4	34,2	9,3
Paraíba	27,7	34,8	26,8	9,8
Pernambuco	20,0	37,9	31,2	8,4
Região Metropolitana de Recife	7,7	33,0	40,5	13,5
Alagoas	25,4	40,2	24,8	7,6
Sergipe	25,9	38,9	26,6	7,5
Bahia	31,7	35,9	21,7	8,5
Região Metropolitana de Salvador	11,5	33,4	34,9	16,1
Sudeste	5,7	16,7	50,0	23,4
Minas Gerais	11,8	27,0	43,6	16,6
Região Metropolitana de Belo Horizonte	4,7	20,1	52,5	21,5
Espírito Santo	11,3	22,1	48,2	16,4
Rio de Janeiro	4,0	17,9	50,0	22,4
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	3,1	17,1	49,7	24,1
São Paulo	2,9	11,0	53,2	27,6
Região Metropolitana de São Paulo	2,2	9,6	51,4	29,9
Sul	8,1	13,8	51,5	24,7
Paraná	7,3	13,6	53,5	24,1
Região Metropolitana de Curitiba	3,1	7,7	52,2	34,5
Santa Catarina	6,1	11,1	51,4	28,3
Rio Grande do Sul	10,3	15,9	49,5	22,8
Região Metropolitana de Porto Alegre	2,8	14,6	53,9	26,0
Centro-Oeste	6,3	20,7	46,1	24,2
Mato Grosso do Sul	7,1	20,0	51,3	20,1
Mato Grosso	6,4	18,1	46,2	25,9
Goiás	7,1	23,9	44,8	22,0
Distrito Federal	3,1	16,9	43,9	32,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Inclusive sem rendimento.

Tabela 1.15 - Distribuição percentual de jovens de 15 a 29 anos de idade, ocupados na semana de referência, por número de horas trabalhadas por semana no trabalho principal, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição percentual de jovens de 15 a 29 anos de idade, ocupados na semana de referência, por número de horas trabalhadas por semana no trabalho principal (%)		
	Até 39 horas	40 a 44 horas	45 horas ou mais
Brasil	26,2	48,9	24,9
Norte	35,0	41,3	23,7
Rondônia	26,2	51,0	22,8
Acre	29,6	48,1	22,3
Amazonas	36,8	38,4	24,8
Roraima	26,2	52,1	21,7
Pará	38,2	37,5	24,3
Região Metropolitana de Belém	29,2	48,0	22,8
Amapá	21,8	49,4	28,8
Tocantins	35,6	45,9	18,5
Nordeste	36,0	41,6	22,4
Maranhão	44,7	34,9	20,5
Piauí	46,3	34,9	18,8
Ceará	34,0	40,4	25,6
Região Metropolitana de Fortaleza	23,4	43,9	32,7
Rio Grande do Norte	32,0	46,5	21,5
Paraíba	32,6	41,2	26,2
Pernambuco	28,6	47,6	23,9
Região Metropolitana de Recife	20,7	54,1	25,3
Alagoas	32,5	41,5	26,0
Sergipe	35,6	43,7	20,7
Bahia	37,9	42,2	19,9
Região Metropolitana de Salvador	32,2	47,8	19,9
Sudeste	20,6	52,7	26,6
Minas Gerais	25,2	51,9	22,9
Região Metropolitana de Belo Horizonte	21,9	59,4	18,7
Espírito Santo	22,7	47,4	29,9
Rio de Janeiro	23,0	49,1	27,9
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	24,5	49,1	26,5
São Paulo	17,6	54,6	27,8
Região Metropolitana de São Paulo	18,9	54,8	26,3
Sul	22,0	53,2	24,9
Paraná	21,5	54,7	23,8
Região Metropolitana de Curitiba	23,5	55,8	20,7
Santa Catarina	19,2	57,4	23,4
Rio Grande do Sul	24,3	48,6	27,1
Região Metropolitana de Porto Alegre	19,3	57,0	23,7
Centro-Oeste	22,5	52,4	25,1
Mato Grosso do Sul	23,2	50,0	26,8
Mato Grosso	19,6	52,6	27,8
Goiás	21,4	52,4	26,3
Distrito Federal	28,1	54,7	17,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 1.16 - Distribuição percentual de jovens de 15 a 29 anos de idade, por grupos de idade e tipo de atividade na semana de referência, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

(continua)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição percentual de jovens de 15 a 29 anos de idade, por grupos de idade e tipo de atividade na semana de referência (%)			
	Total			
	Só estuda	Trabalha e estuda	Só trabalha	Não trabalha, nem estuda
Brasil	22,7	13,0	44,0	20,3
Norte	25,5	12,8	38,7	23,0
Rondônia	20,9	14,4	43,6	21,0
Acre	27,8	12,0	36,3	23,8
Amazonas	26,3	14,2	36,1	23,3
Roraima	26,1	10,9	37,3	25,7
Pará	25,0	12,1	40,0	23,0
Região Metropolitana de Belém	30,3	9,3	33,1	27,3
Amapá	30,7	8,7	31,7	28,9
Tocantins	26,7	14,5	38,7	20,1
Nordeste	24,5	11,7	39,1	24,7
Maranhão	24,5	13,3	38,6	23,6
Piauí	26,2	14,7	36,9	22,3
Ceará	24,5	10,2	40,6	24,7
Região Metropolitana de Fortaleza	25,5	10,0	42,7	21,8
Rio Grande do Norte	24,5	10,6	38,5	26,5
Paraíba	25,4	10,6	38,4	25,6
Pernambuco	23,9	10,6	39,7	25,8
Região Metropolitana de Recife	26,0	9,6	38,2	26,2
Alagoas	25,2	10,2	35,0	29,6
Sergipe	26,7	12,1	39,0	22,1
Bahia	23,6	12,8	39,8	23,9
Região Metropolitana de Salvador	24,6	12,2	41,6	21,6
Sudeste	21,9	12,4	46,6	19,1
Minas Gerais	21,8	13,9	46,6	17,7
Região Metropolitana de Belo Horizonte	21,3	14,7	47,7	16,2
Espírito Santo	22,1	11,0	46,2	20,7
Rio de Janeiro	28,0	9,4	40,5	22,0
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	28,6	10,0	39,5	21,9
São Paulo	19,7	12,9	48,9	18,5
Região Metropolitana de São Paulo	20,8	13,4	47,4	18,4
Sul	19,7	16,4	49,6	14,3
Paraná	19,1	15,6	49,5	15,9
Região Metropolitana de Curitiba	19,7	13,9	49,1	17,4
Santa Catarina	18,5	17,8	51,9	11,8
Rio Grande do Sul	21,1	16,4	48,2	14,3
Região Metropolitana de Porto Alegre	21,5	15,2	46,0	17,3
Centro-Oeste	22,5	15,0	45,0	17,5
Mato Grosso do Sul	17,9	14,5	50,4	17,2
Mato Grosso	22,7	14,3	44,3	18,7
Goiás	21,6	15,7	45,3	17,4
Distrito Federal	28,4	14,6	40,5	16,6

Tabela 1.16 - Distribuição percentual de jovens de 15 a 29 anos de idade, por grupos de idade e tipo de atividade na semana de referência, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

(continuação)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição percentual de jovens de 15 a 29 anos de idade, por grupos de idade e tipo de atividade na semana de referência (%)			
	De 15 a 17 anos de idade			
	Só estuda	Trabalha e estuda	Só trabalha	Não trabalha, nem estuda
Brasil	67,8	16,6	5,5	10,2
Norte	67,9	16,2	5,4	10,5
Rondônia	63,1	20,4	7,9	8,6
Acre	66,9	13,3	3,2	16,6
Amazonas	68,5	13,9	4,4	13,2
Roraima	75,3	8,6	4,3	11,7
Pará	68,1	17,5	5,9	8,6
Região Metropolitana de Belém	81,5	6,4	1,3	10,7
Amapá	75,6	7,1	4,1	13,2
Tocantins	65,3	19,3	5,7	9,8
Nordeste	66,7	16,3	5,2	11,7
Maranhão	62,5	22,0	5,3	10,2
Piauí	63,0	25,6	3,6	7,8
Ceará	69,2	14,1	4,8	12,0
Região Metropolitana de Fortaleza	71,4	11,4	4,5	12,6
Rio Grande do Norte	67,6	12,1	5,5	14,7
Paraíba	68,1	11,6	6,3	14,0
Pernambuco	69,8	13,4	6,1	10,7
Região Metropolitana de Recife	74,8	7,6	3,6	14,0
Alagoas	67,7	12,3	4,5	15,5
Sergipe	71,0	15,1	3,8	10,1
Bahia	65,2	17,5	5,4	11,9
Região Metropolitana de Salvador	71,5	13,0	5,0	10,5
Sudeste	70,9	15,0	4,8	9,4
Minas Gerais	66,0	19,7	5,5	8,8
Região Metropolitana de Belo Horizonte	69,4	18,0	4,3	8,4
Espírito Santo	67,2	17,5	6,8	8,6
Rio de Janeiro	80,4	8,0	2,5	9,1
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	81,7	6,7	2,6	9,1
São Paulo	69,9	15,1	5,1	9,9
Região Metropolitana de São Paulo	72,4	13,6	4,6	9,4
Sul	61,7	21,5	7,5	9,3
Paraná	62,6	20,8	6,4	10,3
Região Metropolitana de Curitiba	67,8	16,0	5,7	10,5
Santa Catarina	59,1	21,7	10,3	8,9
Rio Grande do Sul	62,3	22,2	7,0	8,5
Região Metropolitana de Porto Alegre	64,4	17,0	6,9	11,7
Centro-Oeste	66,2	17,5	6,8	9,5
Mato Grosso do Sul	60,9	17,0	10,2	11,9
Mato Grosso	66,9	17,0	6,8	9,2
Goiás	62,4	21,4	7,1	9,2
Distrito Federal	80,1	8,5	2,7	8,7

Tabela 1.16 - Distribuição percentual de jovens de 15 a 29 anos de idade, por grupos de idade e tipo de atividade na semana de referência, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

(continuação)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição percentual de jovens de 15 a 29 anos de idade, por grupos de idade e tipo de atividade na semana de referência (%)			
	De 18 a 24 anos de idade			
	Só estuda	Trabalha e estuda	Só trabalha	Não trabalha, nem estuda
Brasil	15,1	14,9	46,0	24,0
Norte	18,6	14,2	39,3	28,0
Rondônia	13,2	15,3	46,4	25,1
Acre	20,6	13,1	38,6	27,6
Amazonas	18,9	16,6	36,9	27,6
Roraima	18,1	14,1	36,8	31,1
Pará	18,8	12,7	40,0	28,5
Região Metropolitana de Belém	23,8	11,6	32,6	32,1
Amapá	23,9	11,4	31,3	33,3
Tocantins	19,1	16,5	38,9	25,5
Nordeste	17,5	12,5	41,1	29,0
Maranhão	17,7	13,0	40,3	29,0
Piauí	21,4	13,7	40,5	24,4
Ceará	15,4	9,8	44,2	30,6
Região Metropolitana de Fortaleza	18,1	10,1	45,8	25,9
Rio Grande do Norte	17,6	12,9	38,8	30,8
Paraíba	20,5	11,0	39,8	28,7
Pernambuco	16,0	12,0	41,6	30,3
Região Metropolitana de Recife	19,2	11,6	38,5	30,7
Alagoas	17,9	10,8	38,5	32,7
Sergipe	22,3	14,3	39,3	24,1
Bahia	17,0	14,5	41,0	27,5
Região Metropolitana de Salvador	20,4	14,4	39,9	25,3
Sudeste	13,5	14,8	48,9	22,9
Minas Gerais	14,0	15,9	49,3	20,8
Região Metropolitana de Belo Horizonte	14,4	16,7	49,7	19,2
Espírito Santo	15,5	12,5	45,8	26,2
Rio de Janeiro	20,0	12,1	41,1	26,8
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	21,7	13,4	38,6	26,4
São Paulo	10,7	15,5	51,7	22,2
Região Metropolitana de São Paulo	11,9	16,4	50,0	21,7
Sul	12,0	18,7	52,7	16,6
Paraná	12,1	18,2	51,1	18,6
Região Metropolitana de Curitiba	12,7	17,2	48,4	21,6
Santa Catarina	10,2	20,0	56,3	13,5
Rio Grande do Sul	13,1	18,3	52,0	16,5
Região Metropolitana de Porto Alegre	13,3	17,8	48,9	20,0
Centro-Oeste	16,2	18,0	45,5	20,2
Mato Grosso do Sul	11,3	15,7	52,8	20,2
Mato Grosso	14,3	17,6	45,9	22,2
Goiás	15,2	18,3	46,1	20,4
Distrito Federal	25,3	19,7	37,3	17,7

Tabela 1.16 - Distribuição percentual de jovens de 15 a 29 anos de idade, por grupos de idade e tipo de atividade na semana de referência, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição percentual de jovens de 15 a 29 anos de idade, por grupos de idade e tipo de atividade na semana de referência (%)			
	De 25 a 29 anos de idade			
	Só estuda	Trabalha e estuda	Só trabalha	Não trabalha, nem estuda
Brasil	3,2	7,8	67,2	21,8
Norte	3,8	8,1	63,2	24,9
Rondônia	2,4	8,9	65,0	23,7
Acre	6,8	9,2	60,3	23,8
Amazonas	4,3	10,6	60,5	24,6
Roraima	2,8	7,0	63,1	27,1
Pará	3,6	7,3	64,1	25,0
Região Metropolitana de Belém	5,8	7,9	55,3	31,0
Amapá	5,4	5,4	55,0	34,3
Tocantins	3,1	6,9	68,8	21,1
Nordeste	3,8	7,1	61,1	28,0
Maranhão	2,6	6,5	63,8	27,1
Piauí	4,1	7,5	57,8	30,6
Ceará	4,4	7,8	63,0	24,9
Região Metropolitana de Fortaleza	6,1	8,7	63,5	21,7
Rio Grande do Norte	5,6	5,8	60,8	27,8
Paraíba	4,0	9,2	57,9	28,9
Pernambuco	3,6	6,5	60,5	29,5
Região Metropolitana de Recife	4,6	8,1	60,0	27,3
Alagoas	4,4	7,5	53,0	35,2
Sergipe	4,1	7,0	61,6	27,3
Bahia	3,5	7,0	62,1	27,3
Região Metropolitana de Salvador	3,6	8,9	64,3	23,1
Sudeste	2,6	7,4	70,0	20,0
Minas Gerais	2,8	7,0	71,0	19,2
Região Metropolitana de Belo Horizonte	2,6	10,0	70,6	16,7
Espírito Santo	3,8	5,2	70,5	20,6
Rio de Janeiro	2,7	6,7	66,2	24,4
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	3,0	7,6	65,2	24,2
São Paulo	2,4	8,0	70,9	18,8
Região Metropolitana de São Paulo	2,2	9,1	69,5	19,3
Sul	2,8	9,4	73,4	14,4
Paraná	2,2	8,6	73,9	15,3
Região Metropolitana de Curitiba	2,4	8,1	74,1	15,4
Santa Catarina	3,1	11,4	74,3	11,2
Rio Grande do Sul	3,4	9,1	72,4	15,1
Região Metropolitana de Porto Alegre	3,3	10,3	69,0	17,4
Centro-Oeste	3,6	9,1	68,6	18,7
Mato Grosso do Sul	2,9	11,2	70,1	15,7
Mato Grosso	4,8	7,7	67,3	20,2
Goiás	3,3	8,3	69,7	18,7
Distrito Federal	3,4	10,8	66,5	19,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 1.17 - Proporção de crianças, adolescentes e jovens de 10 a 29 anos de idade que cuidavam de afazeres domésticos e número médio de horas dedicadas aos afazeres domésticos na semana de referência, por grupos de idade e sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

(continua)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Crianças, adolescentes e jovens de 10 a 29 anos de idade, por grupos de idade e sexo			
	10 a 15 anos de idade			
	Homem		Mulher	
	Proporção que cuidava de afazeres domésticos (%)	Número médio de horas dedicadas aos afazeres domésticos	Proporção que cuidava de afazeres domésticos (%)	Número médio de horas dedicadas aos afazeres domésticos
Brasil	37,6	7,7	68,5	12,2
Norte	44,1	8,4	74,0	13,1
Rondônia	47,1	8,2	74,9	14,1
Acre	30,7	9,6	71,2	13,6
Amazonas	48,9	8,9	77,8	13,3
Roraima	44,8	11,6	70,9	13,9
Pará	40,9	7,6	71,6	12,5
Região Metropolitana de Belém	27,5	8,4	52,0	13,4
Amapá	45,9	9,5	64,8	14,8
Tocantins	53,1	8,6	82,8	13,0
Nordeste	33,2	7,9	69,4	13,3
Maranhão	36,9	8,8	75,9	14,4
Piauí	44,6	7,7	78,0	13,5
Ceará	34,1	7,9	66,6	13,0
Região Metropolitana de Fortaleza	34,9	7,9	56,4	12,0
Rio Grande do Norte	38,0	7,0	78,4	12,5
Paraíba	41,9	6,8	74,9	13,5
Pernambuco	23,3	8,7	56,8	13,1
Região Metropolitana de Recife	23,2	8,8	50,6	12,4
Alagoas	22,1	10,9	61,2	16,5
Sergipe	30,0	7,4	68,1	14,1
Bahia	33,9	7,2	71,7	12,0
Região Metropolitana de Salvador	50,4	6,6	71,3	10,0
Sudeste	34,8	7,7	64,5	11,5
Minas Gerais	45,2	7,3	78,7	10,9
Região Metropolitana de Belo Horizonte	51,8	7,4	75,5	10,8
Espírito Santo	34,9	7,4	63,8	12,0
Rio de Janeiro	23,5	8,5	49,3	12,9
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	26,8	8,7	48,3	13,0
São Paulo	33,8	7,8	62,7	11,4
Região Metropolitana de São Paulo	32,6	8,1	63,4	11,1
Sul	48,4	7,1	73,5	10,8
Paraná	47,7	7,2	72,8	10,8
Região Metropolitana de Curitiba	42,9	6,8	64,0	9,9
Santa Catarina	52,0	7,3	76,0	10,4
Rio Grande do Sul	47,1	6,8	72,7	11,0
Região Metropolitana de Porto Alegre	45,0	7,2	68,0	10,8
Centro-Oeste	41,6	7,1	68,2	11,8
Mato Grosso do Sul	48,5	7,3	69,0	10,3
Mato Grosso	44,7	7,9	74,3	13,7
Goiás	35,2	7,0	65,4	12,1
Distrito Federal	47,1	6,4	67,5	10,5

Tabela 1.17 - Proporção de crianças, adolescentes e jovens de 10 a 29 anos de idade que cuidavam de afazeres domésticos e número médio de horas dedicadas aos afazeres domésticos na semana de referência, por grupos de idade e sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

(continuação)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Crianças, adolescentes e jovens de 10 a 29 anos de idade, por grupos de idade e sexo			
	16 a 24 anos de idade			
	Homem		Mulher	
	Proporção que cuidava de afazeres domésticos (%)	Número médio de horas dedicadas aos afazeres domésticos	Proporção que cuidava de afazeres domésticos (%)	Número médio de horas dedicadas aos afazeres domésticos
Brasil	38,8	9,0	80,7	18,8
Norte	44,2	10,1	85,9	20,6
Rondônia	40,3	9,8	82,8	20,1
Acre	26,1	10,1	83,5	19,1
Amazonas	46,6	10,0	88,1	18,6
Roraima	43,2	11,7	85,2	21,3
Pará	44,8	10,0	85,8	21,8
Região Metropolitana de Belém	35,7	13,2	78,0	24,8
Amapá	48,8	11,0	81,4	22,7
Tocantins	45,8	9,6	88,4	19,4
Nordeste	35,0	9,2	82,6	20,9
Maranhão	34,3	9,1	84,2	22,0
Piauí	38,0	9,2	85,6	20,9
Ceará	35,3	10,0	79,8	21,4
Região Metropolitana de Fortaleza	39,4	10,2	72,7	19,9
Rio Grande do Norte	40,9	8,8	86,4	19,0
Paraíba	46,5	8,4	84,7	20,6
Pernambuco	24,7	10,3	76,2	22,1
Região Metropolitana de Recife	28,8	11,0	72,4	20,8
Alagoas	22,0	10,0	79,5	23,4
Sergipe	40,3	8,9	85,5	20,5
Bahia	39,2	8,4	85,9	19,4
Região Metropolitana de Salvador	52,0	8,1	85,3	16,6
Sudeste	36,9	9,2	77,5	17,9
Minas Gerais	44,9	8,5	85,5	17,6
Região Metropolitana de Belo Horizonte	55,4	8,9	86,3	16,6
Espírito Santo	34,4	8,3	79,2	18,0
Rio de Janeiro	28,0	10,3	72,8	18,6
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	29,6	10,5	72,2	18,2
São Paulo	36,3	9,3	75,0	17,8
Região Metropolitana de São Paulo	35,8	9,5	71,7	16,6
Sul	47,4	7,8	82,2	16,2
Paraná	44,5	8,2	82,6	16,7
Região Metropolitana de Curitiba	38,0	7,8	78,4	16,0
Santa Catarina	45,0	7,6	81,8	15,2
Rio Grande do Sul	52,0	7,7	82,1	16,3
Região Metropolitana de Porto Alegre	50,0	8,0	76,0	15,8
Centro-Oeste	40,8	8,2	80,5	17,2
Mato Grosso do Sul	43,2	8,2	80,1	16,6
Mato Grosso	39,3	8,5	83,1	17,9
Goiás	36,5	8,6	78,4	17,9
Distrito Federal	50,8	7,5	82,8	15,6

Tabela 1.17 - Proporção de crianças, adolescentes e jovens de 10 a 29 anos de idade que cuidavam de afazeres domésticos e número médio de horas dedicadas aos afazeres domésticos na semana de referência, por grupos de idade e sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Crianças, adolescentes e jovens de 10 a 29 anos de idade, por grupos de idade e sexo			
	25 a 29 anos de idade			
	Homem		Mulher	
	Proporção que cuidava de afazeres domésticos (%)	Número médio de horas dedicadas aos afazeres domésticos	Proporção que cuidava de afazeres domésticos (%)	Número médio de horas dedicadas aos afazeres domésticos
Brasil	44,5	9,7	86,8	23,6
Norte	46,2	10,3	88,1	24,5
Rondônia	39,2	8,7	87,7	24,0
Acre	32,5	9,4	84,4	20,9
Amazonas	49,5	10,2	90,7	23,0
Roraima	42,1	9,1	88,0	25,9
Pará	47,3	10,6	86,9	25,4
Região Metropolitana de Belém	44,1	15,4	79,6	30,2
Amapá	52,2	13,4	82,9	27,1
Tocantins	46,0	9,7	93,7	23,6
Nordeste	38,6	9,8	88,1	26,5
Maranhão	38,4	9,4	88,9	27,5
Piauí	39,9	9,2	92,1	27,8
Ceará	35,9	10,8	82,9	27,5
Região Metropolitana de Fortaleza	37,8	10,9	76,2	25,2
Rio Grande do Norte	44,1	10,9	89,1	27,7
Paraíba	49,1	8,4	89,7	24,8
Pernambuco	25,5	12,1	85,1	26,2
Região Metropolitana de Recife	32,6	11,9	80,5	25,2
Alagoas	34,2	11,5	86,8	31,5
Sergipe	42,5	10,1	93,5	25,2
Bahia	44,1	8,5	90,5	24,9
Região Metropolitana de Salvador	56,7	7,5	88,5	20,9
Sudeste	44,4	10,0	85,0	22,9
Minas Gerais	52,1	9,4	91,4	23,8
Região Metropolitana de Belo Horizonte	61,3	9,7	88,0	21,0
Espírito Santo	42,5	10,5	88,3	21,2
Rio de Janeiro	36,7	12,5	79,0	24,1
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	38,1	13,1	78,7	23,3
São Paulo	43,7	9,6	84,0	22,3
Região Metropolitana de São Paulo	40,6	9,4	81,5	20,0
Sul	54,5	8,8	88,9	20,3
Paraná	51,7	8,8	88,5	21,0
Região Metropolitana de Curitiba	48,0	7,6	80,2	20,1
Santa Catarina	53,0	7,9	87,5	20,0
Rio Grande do Sul	59,0	9,4	90,0	19,8
Região Metropolitana de Porto Alegre	60,6	10,0	84,8	19,3
Centro-Oeste	45,9	8,7	86,8	21,5
Mato Grosso do Sul	46,3	8,9	88,8	19,9
Mato Grosso	48,6	9,1	85,9	24,0
Goiás	37,4	8,9	85,9	21,8
Distrito Federal	63,0	7,9	88,2	19,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 1.18 - Proporção de pessoas de 60 anos ou mais de idade, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Proporção de pessoas de 60 anos ou mais de idade (%)					
	Total	Grupos de idade				
		60 a 64 anos	65 a 69 anos	70 a 74 anos	75 a 79 anos	80 anos ou mais
Brasil	13,0	4,2	3,1	2,3	1,6	1,8
Norte	8,8	3,0	2,2	1,5	1,0	1,1
Rondônia	9,0	3,4	1,7	1,6	1,2	1,1
Acre	7,4	2,5	1,9	1,3	0,9	0,8
Amazonas	7,3	2,5	1,8	1,2	0,9	0,9
Roraima	8,3	3,0	2,0	1,4	1,2	0,8
Pará	9,5	3,2	2,4	1,7	1,0	1,2
Região Metropolitana de Belém	10,7	3,4	2,6	1,9	1,4	1,4
Amapá	6,5	2,1	1,6	1,0	0,7	1,1
Tocantins	10,8	3,4	2,7	1,8	1,5	1,5
Nordeste	12,4	3,8	3,0	2,3	1,6	1,8
Maranhão	10,7	3,3	2,8	1,9	1,2	1,5
Piauí	12,1	3,8	2,6	2,1	1,7	1,8
Ceará	13,3	3,9	2,8	2,3	1,9	2,3
Região Metropolitana de Fortaleza	11,4	3,7	2,7	1,9	1,4	1,7
Rio Grande do Norte	12,0	3,4	2,3	2,5	1,7	2,2
Paraíba	13,0	4,4	3,2	2,1	1,4	1,8
Pernambuco	13,5	4,1	3,4	2,5	1,7	1,8
Região Metropolitana de Recife	13,6	4,4	3,5	2,5	1,6	1,7
Alagoas	10,9	3,9	2,8	2,0	1,1	1,1
Sergipe	10,9	3,4	2,7	2,2	1,1	1,4
Bahia	12,5	3,7	3,1	2,3	1,5	1,9
Região Metropolitana de Salvador	10,5	3,5	2,5	2,0	1,1	1,3
Sudeste	14,2	4,5	3,4	2,5	1,8	2,0
Minas Gerais	13,6	4,2	3,2	2,5	1,7	1,9
Região Metropolitana de Belo Horizonte	12,2	4,3	2,8	2,1	1,3	1,7
Espírito Santo	12,7	4,1	2,9	2,5	1,5	1,7
Rio de Janeiro	16,0	5,0	3,9	2,6	2,0	2,4
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	16,7	5,0	4,1	2,7	2,3	2,5
São Paulo	13,9	4,6	3,2	2,5	1,7	1,9
Região Metropolitana de São Paulo	13,2	4,3	3,0	2,3	1,6	1,9
Sul	14,5	4,8	3,5	2,7	1,8	1,8
Paraná	12,7	4,1	3,0	2,5	1,6	1,6
Região Metropolitana de Curitiba	12,2	3,9	3,1	2,1	1,5	1,6
Santa Catarina	14,1	4,8	3,5	2,6	1,7	1,5
Rio Grande do Sul	16,6	5,5	3,9	2,9	2,0	2,3
Região Metropolitana de Porto Alegre	15,4	5,1	3,7	2,8	1,8	2,0
Centro-Oeste	11,1	3,6	2,7	2,1	1,4	1,3
Mato Grosso do Sul	11,7	4,0	2,6	2,2	1,5	1,5
Mato Grosso	10,7	3,4	2,8	2,1	1,2	1,2
Goiás	11,7	3,6	3,1	2,2	1,5	1,3
Distrito Federal	9,4	3,3	2,0	1,7	1,2	1,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 1.19 - Distribuição percentual das pessoas de 60 anos ou mais de idade, por situação do domicílio, sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2013

Grandes Regiões	Distribuição percentual das pessoas de 60 anos ou mais de idade (%)						
	Situação do domicílio		Sexo		Cor ou raça (1)		
	Urbana	Rural	Homem	Mulher	Branca	Preta	Parda
Brasil	83,9	16,1	44,5	55,5	53,4	8,3	37,3
Norte	72,5	27,5	49,5	50,5	24,4	9,2	65,0
Nordeste	71,9	28,1	44,7	55,3	30,9	10,8	57,8
Sudeste	92,6	7,4	43,3	56,7	61,8	8,4	28,5
Sul	80,9	19,1	44,7	55,3	79,5	3,7	15,6
Centro-Oeste	88,3	11,7	46,5	53,5	46,2	7,4	45,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Não são apresentados resultados para pessoas de cor ou raça amarela e indígena e os sem declaração de cor ou raça.

Tabela 1.20 - Distribuição percentual das pessoas de 60 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, por condição no domicílio, segundo as Grandes Regiões - 2013

Grandes Regiões	Distribuição percentual das pessoas de 60 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, por condição no domicílio (%)		
	Pessoa de referência	Cônjuge	Outra condição
Brasil	64,4	24,7	10,8
Norte	64,2	24,0	11,8
Nordeste	65,3	24,2	10,6
Sudeste	64,2	24,5	11,2
Sul	63,3	26,6	10,2
Centro-Oeste	65,4	24,5	10,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 1.21 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade com indicação da média de anos de estudo e distribuição percentual, por grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2013

Grandes Regiões	Pessoas de 60 anos ou mais de idade (1)				
	Média de anos de estudo	Distribuição percentual, por grupos de anos de estudo (%)			
		Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 8 anos	9 anos ou mais
Brasil	4,7	28,4	17,1	34,5	19,9
Norte	3,7	37,6	20,7	27,6	14,0
Nordeste	3,3	46,9	16,5	22,0	14,5
Sudeste	5,5	20,0	15,6	39,9	24,4
Sul	5,0	18,0	20,6	43,2	18,2
Centro-Oeste	4,6	30,8	17,8	30,9	20,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Exclusive as pessoas com anos de estudo não determinados.

Tabela 1.22 - Distribuição percentual das pessoas de 60 anos ou mais de idade em aposentados e/ou pensionistas, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2013

Grandes Regiões	Distribuição percentual das pessoas de 60 anos ou mais de idade em aposentados e/ou pensionistas (%)			
	Aposentados	Pensionistas	Aposentados e pensionistas (1)	Outros
Total				
Brasil	59,0	9,3	7,8	23,9
Norte	58,7	7,7	4,0	29,6
Nordeste	63,8	6,6	8,2	21,4
Sudeste	56,2	11,3	6,9	25,6
Sul	60,9	8,9	11,6	18,6
Centro-Oeste	54,1	9,4	5,9	30,7
Homens				
Brasil	72,7	1,4	2,6	23,3
Norte	62,7	2,3	2,1	32,9
Nordeste	73,2	1,4	3,4	22,1
Sudeste	73,8	1,1	2,0	23,0
Sul	76,5	1,5	3,6	18,3
Centro-Oeste	63,7	2,1	1,5	32,7
Mulheres				
Brasil	48,0	15,7	11,9	24,5
Norte	54,7	13,0	5,8	26,4
Nordeste	56,3	10,8	12,1	20,9
Sudeste	42,7	19,1	10,6	27,6
Sul	48,4	14,9	18,0	18,8
Centro-Oeste	45,7	15,7	9,7	28,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Pessoas que acumulam tanto aposentadoria quanto pensão.

Tabela 1.23 - Distribuição percentual das pessoas de 60 anos ou mais de idade, por classes de rendimento mensal de todas as fontes, segundo as Grandes Regiões - 2013

Grandes Regiões	Distribuição percentual das pessoas de 60 anos ou mais de idade, por classes de rendimento mensal de todas as fontes (%)			
	Até 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 salários mínimos
Brasil	1,4	38,3	23,9	24,6
Norte	2,5	48,6	23,2	15,3
Nordeste	2,3	51,9	23,3	14,0
Sudeste	0,9	30,2	23,8	30,2
Sul	1,0	34,1	26,5	28,9
Centro-Oeste	1,4	41,0	20,6	25,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: Não são apresentados resultados para pessoas com rendimento mensal de todas as fontes nulo ou sem declaração de rendimento mensal de todas as fontes.

Tabela 1.24 - Distribuição percentual das pessoas de 60 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2013

Grandes Regiões	Distribuição percentual das pessoas de 60 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (%)			
	Até 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 salários mínimos
Brasil	9,7	31,9	30,2	21,2
Norte	19,1	40,5	23,7	11,1
Nordeste	16,8	44,4	22,7	10,4
Sudeste	6,1	25,3	33,4	26,6
Sul	5,1	27,1	36,0	26,5
Centro-Oeste	8,6	32,4	29,9	23,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Notas: 1. Excluídas as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

2. Não são apresentados resultados para pessoas com rendimento mensal domiciliar *per capita* nulo ou sem declaração de rendimento mensal domiciliar *per capita*.

Tabela 1.25 - Distribuição percentual de pessoas de 60 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, por tipo de arranjo domiciliar, segundo as Grandes Regiões - 2013

Grandes Regiões	Distribuição percentual das pessoas de 60 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, por tipo de arranjo domiciliar (%)					
	Unipessoal (1)	Casal sem filhos (2)	Morando sem filhos e com outros (3)	Morando com filhos e/ou com outros (4)		Outros (6)
				Com filhos menores de 25 anos (5)	Todos os filhos com 25 anos ou mais	
Brasil	15,1	26,5	10,7	9,8	30,6	7,2
Norte	12,0	19,3	12,5	16,9	30,4	8,8
Nordeste	13,2	21,4	13,0	13,0	32,6	6,8
Sudeste	15,7	27,7	9,7	7,9	31,7	7,3
Sul	16,9	33,5	8,9	8,4	25,0	7,3
Centro-Oeste	16,2	28,1	11,5	8,1	29,0	7,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: Excluído pensionistas, empregados domésticos ou parentes do empregado doméstico.

(1) Domicílio com pessoas de 60 anos ou mais de idade morando sem cônjuge, filhos, outros parentes e agregados. (2) Domicílio com pessoa responsável e cônjuge, tendo ao menos uma pessoa de 60 anos ou mais de idade, sem filhos, outros parentes e agregados. (3) Domicílio com pessoa responsável com ou sem cônjuge, tendo ao menos uma pessoa de 60 anos ou mais de idade, morando com outros parentes e/ou agregados de qualquer idade e sem filhos. (4) Domicílio com pessoa responsável com ou sem cônjuge, tendo ao menos uma de 60 anos ou mais de idade, morando com filhos e/ou com outros parentes e/ou agregados, de qualquer idade. (5) Domicílio com ao menos um filho com menos de 25 anos de idade. (6) Domicílio com pessoas de 60 anos ou mais de idade somente na condição de outro parente e/ou agregado.

Tabela 1.26 - Proporção das pessoas de 60, 65 e 70 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2013

Grandes Regiões	Proporção das pessoas de 60, 65 e 70 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo (%)								
	60 anos ou mais			65 anos ou mais			70 anos ou mais		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasil	27,4	40,3	17,1	19,1	29,4	11,1	13,6	21,8	7,5
Norte	31,9	44,4	19,6	22,2	31,0	13,6	17,1	25,2	9,4
Nordeste	28,9	42,6	17,9	21,6	33,3	12,2	16,5	26,7	8,8
Sudeste	24,9	36,9	15,7	16,2	25,5	9,4	10,6	17,4	6,0
Sul	30,5	43,6	19,9	22,4	33,2	14,0	16,2	24,8	10,2
Centro-Oeste	27,2	41,3	14,9	18,7	29,5	9,2	12,4	20,3	5,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 1.27 - Proporção das pessoas de 60, 65 e 70 anos ou mais de idade, aposentadas e ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2013

Grandes Regiões	Proporção das pessoas de 60, 65 e 70 anos ou mais de idade, aposentadas e ocupadas na semana de referência, por sexo (%)								
	60 anos ou mais			65 anos ou mais			70 anos ou mais		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasil	15,6	23,2	9,5	14,5	23,4	7,6	11,2	18,8	5,7
Norte	15,7	21,4	10,1	15,1	21,1	9,2	12,7	18,4	7,2
Nordeste	18,9	27,9	11,7	17,6	28,0	9,3	14,5	24,1	7,2
Sudeste	12,6	19,3	7,4	11,7	19,9	5,7	8,4	14,8	4,0
Sul	20,4	29,1	13,4	18,3	28,0	10,8	14,0	21,6	8,5
Centro-Oeste	11,1	17,1	5,8	11,6	19,2	4,9	9,7	16,5	3,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 1.28 - Média de horas habitualmente trabalhadas em todos os trabalhos das pessoas de 60, 65 e 70 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2013

Grandes Regiões	Média de horas habitualmente trabalhadas em todos os trabalhos das pessoas de 60, 65 e 70 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo								
	60 anos ou mais			65 anos ou mais			70 anos ou mais		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasil	34,7	38,2	28,2	32,0	35,6	24,6	29,0	32,9	20,9
Norte	32,9	36,4	25,3	29,7	33,4	21,5	27,1	30,8	17,7
Nordeste	32,0	35,7	24,8	29,5	33,1	21,9	27,8	31,4	19,6
Sudeste	37,1	40,5	30,9	34,8	38,6	27,3	31,6	36,2	22,6
Sul	33,6	37,1	27,4	30,2	33,6	23,8	26,0	29,3	20,3
Centro-Oeste	36,3	39,1	29,5	34,2	37,1	26,2	31,8	34,7	22,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 1.29 - Distribuição percentual dos rendimentos das pessoas de 60 e 65 anos ou mais de idade, por fonte dos rendimentos, segundo as Grandes Regiões - 2013

Grandes Regiões	Distribuição percentual dos rendimentos das pessoas de 60 e 65 anos ou mais de idade, por fonte dos rendimentos (%)					
	60 anos ou mais			65 anos ou mais		
	Trabalho	Aposentadoria e/ou pensão	Outras fontes	Trabalho	Aposentadoria e/ou pensão	Outras fontes
Brasil	28,3	67,6	4,1	18,1	77,3	4,6
Norte	29,2	64,2	6,6	16,7	75,4	7,9
Nordeste	22,8	71,5	5,7	14,5	79,1	6,4
Sudeste	30,5	66,2	3,3	19,6	76,8	3,6
Sul	27,9	69,0	3,1	19,2	77,4	3,4
Centro-Oeste	30,0	65,0	5,1	17,9	76,0	6,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: Exclusive pessoas com rendimento mensal de todas as fontes nulo.

Famílias

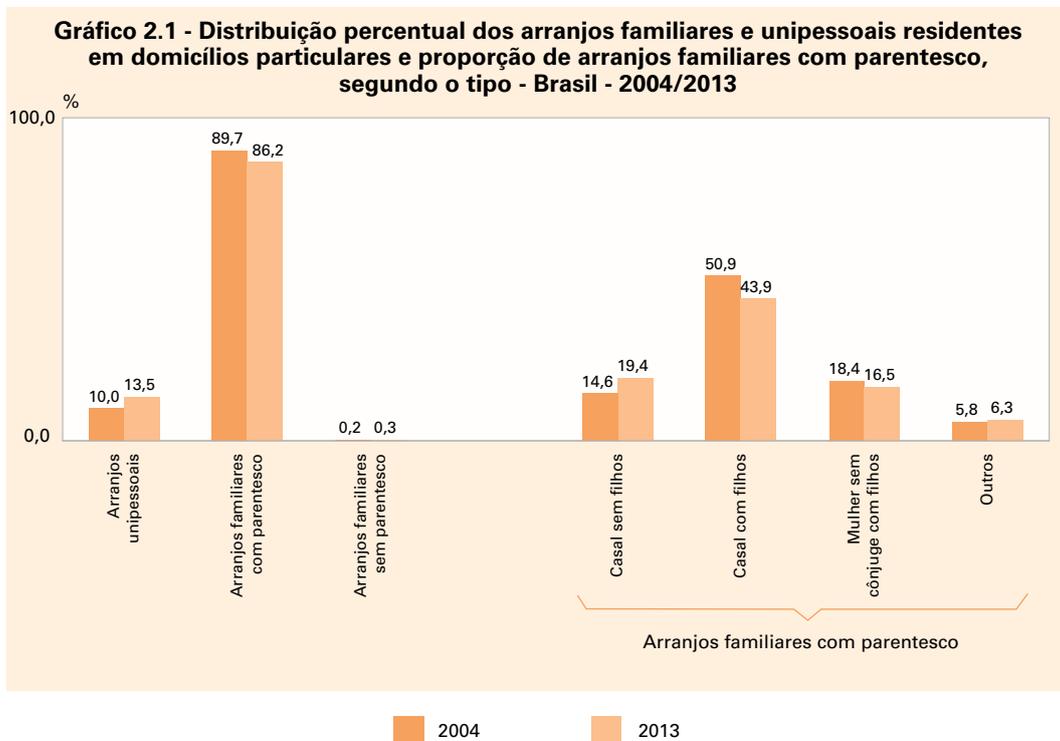
Conforme argumenta o prefácio da publicação *Doing better for families*, além do papel econômico que as famílias desempenham (economias de escala para os membros conviventes, fonte de produção para o próprio consumo e uso), estas se constituem o motor fundamental das redes de solidariedade e de redistribuição de recursos (dinheiro, em espécie ou tempo) entre indivíduos, famílias e gerações (FAMILIES..., 2011). Fornecem ainda proteção e seguro contra as dificuldades, oferecem identidade, amor, cuidado e desenvolvimento para os seus membros, formando o núcleo de muitas redes sociais. Segundo ainda a publicação *Família: indicadores sociais*, primeiro boletim sobre o tema no IBGE, “o interesse em tomar a família como unidade de análise decorre basicamente da importância deste grupo social como núcleo articulador das práticas que norteiam o processo de reprodução social” (CASTELLO BRANCO, 1989, p. 7). O presente capítulo busca, portanto, sob a perspectiva da unidade familiar, investigar a evolução nos padrões de organização da família em termos de composição familiar, rendimento familiar *per capita*, desigualdades de gênero, entre outros aspectos relevantes.

Os impactos do avanço do processo de modernização das estruturas econômicas e sociais sobre a população brasileira, ao longo das últimas décadas, pode ser analisado a partir das transformações nas características das famílias, dado seu importante papel na dinâmica de reprodução das condições materiais e subjetivas de vida da população. Novas formas de organização das famílias estão surgindo no bojo destas mudanças estruturais, passando a coexistir de forma mais significativa com formações familiares de tipo “tradicional”;

constituída por casal com filhos. Contribuem para esta dinâmica, dentre outros: a queda da fecundidade, o envelhecimento populacional, o aumento dos divórcios e o adiamento dos casamentos e da maternidade¹. Tais fenômenos estão relacionados com o crescimento do número de pessoas que moram sozinhas e de casais que optam por não terem filhos. A maior participação das mulheres no mercado de trabalho também é importante fator explicativo para as transformações na organização das famílias brasileiras².

A análise dos indicadores sobre as famílias, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2013, tem como objetivo mostrar algumas características dos arranjos familiares brasileiros, ressaltando, da mesma forma, aspectos referentes às condições de vida das famílias nas quais as pessoas têm relações de parentesco e convivência. Pretende-se, dessa forma, chegar mais próximo ao conceito sociológico de famílias, que considera os laços de consanguinidade, adoção ou casamento entre um grupo de indivíduos.

Nesse sentido, os resultados da PNAD mostram que a consanguinidade é o eixo principal de composição das famílias, representado pelo fato de que 86,2% dos arranjos eram compostos por pessoas com parentesco (Tabela 2.1). Na comparação com os dados de 2004, as características desta última forma de arranjo familiar revelam redução de 13,7% na proporção dos casais com filhos, que passou de 50,9% para 43,9% em 2013. Os casais sem filhos, por outro lado, tiveram crescimento de 33,0% neste período, chegando em 2013 a 19,4% do total de arranjos (Gráfico 2.1 e Tabela 2.1).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013.

¹ Para maiores informações sobre esses fatores, ver o Capítulo 1, **Aspectos demográficos**, dessa publicação, e a pesquisa Estatísticas do Registro Civil, realizada pelo IBGE.

² Para maiores informações sobre esse tema, ver o Capítulo 4, **Trabalho**.

A Tabela 1 mostra que a queda na proporção de casais com filhos entre 2004 e 2013 no País foi inferior ao observado para as Regiões Sul (15,6%) e Centro-Oeste (14,3%). A redução na proporção de casais com filhos na Região Norte (11,0%), por outro lado, foi inferior à observada para as demais regiões do País, o que justifica a manutenção de um percentual elevado deste tipo de arranjo familiar em 2013 (47,9%), quando comparado com a Região Centro-Oeste (42,8%), por exemplo.

Embora a Região Sul possua a maior proporção de famílias de tipo casal sem filhos (23,0%) a maior variação percentual entre 2004 e 2013 ocorreu na Região Norte (43,1%). Este comportamento se deve, muito provavelmente, ao fato desta região – como também a Região Nordeste, que apresentou variação superior à média nacional neste período – possuir maior margem de crescimento no período, o que está relacionado, por sua vez, aos impactos temporais distintos do processo de modernização sobre o Território Nacional³. Cabe destacar, nesse sentido, que as mudanças na composição e características dos arranjos familiares ocorreram inicialmente nas regiões cujo maior dinamismo socioeconômico levou a incorporação de novos hábitos e valores ao processo de reprodução social das famílias brasileiras (Tabela 1).

Tabela 1 - Proporção de casais com e sem filhos e variações percentuais, segundo as Grandes Regiões - 2004/2013

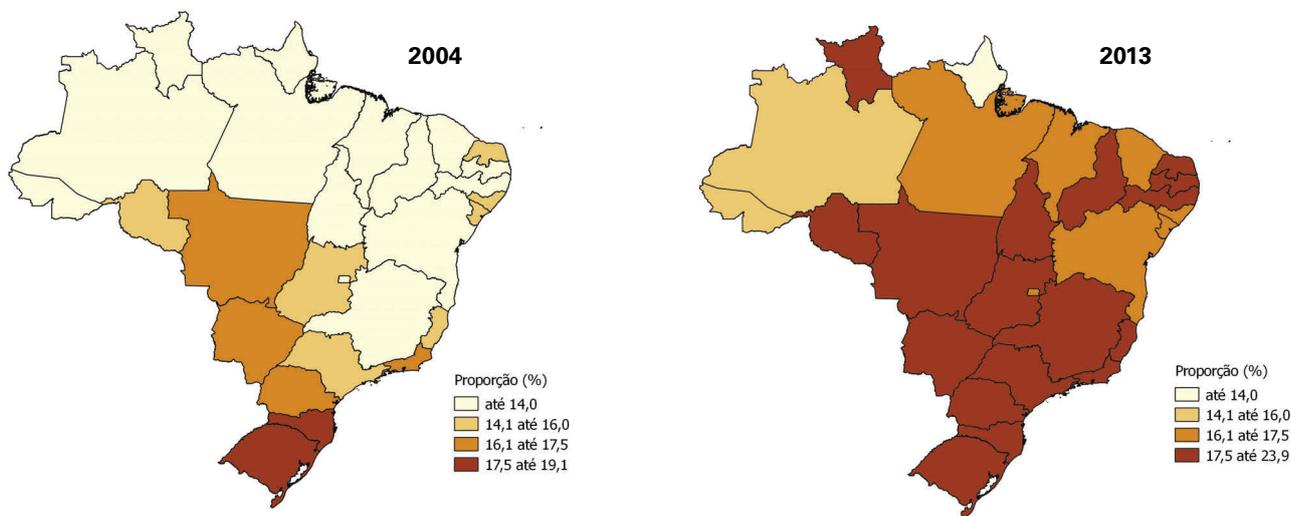
Grandes Regiões	Casal sem filhos			Casal com filhos		
	Proporção (%)		Variação 2004/2013 (%)	Proporção (%)		Variação 2004/2013 (%)
	2004	2013		2004	2013	
Brasil	14,6	19,4	33,0	50,9	43,9	(-) 13,7
Norte	12,1	17,3	43,1	53,8	47,9	(-) 11,0
Nordeste	12,9	17,7	37,5	52,0	44,9	(-) 13,7
Sudeste	14,8	19,3	30,5	49,8	43,1	(-) 13,5
Sul	18,0	23,0	27,6	51,5	43,5	(-) 15,6
Centro Oeste	15,2	20,8	36,7	50,0	42,8	(-) 14,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013.

O Mapa 1 apresenta informações complementares à análise por Unidades da Federação, ao mostrar o crescimento da proporção de casais sem filhos. Este crescimento foi expressivo, por exemplo, nos Estados de Roraima, Tocantins, Piauí e Minas Gerais, o que pode ser verificado a partir do escurecimento das manchas nestes territórios em 2013, quando comparado com 2004, onde a proporção de casais sem filhos era inferior ao observado em Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Tabela 2.1).

³ Cabe assinalar, nesse sentido, que as Regiões Norte e Nordeste ainda apresentam taxas de fecundidade mais elevadas que as demais regiões, o que é um fator explicativo, por um lado, para a presença de maior proporção de casais com filhos. Por outro lado, explica a existência de uma margem para o crescimento da proporção de casais sem filhos, em virtude da queda das taxas de fecundidade e seu ajuste ao padrão das regiões mais dinâmicas do País.

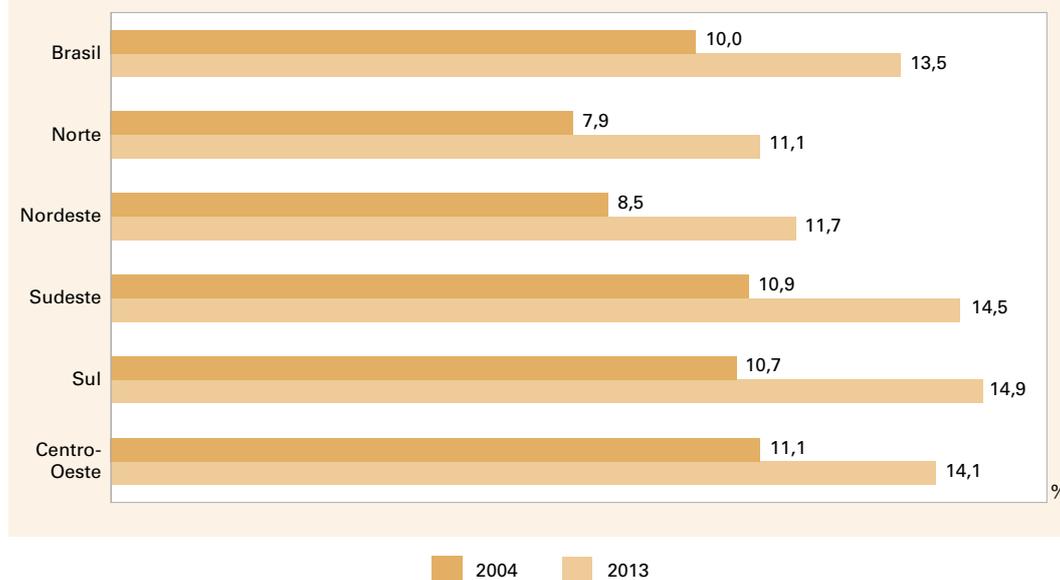
Mapa 1 - Proporção de arranjos familiares com casal sem filhos, segundo as Unidades da Federação - 2004/2013



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2004/2013.

Não são apenas as mudanças no interior dos arranjos familiares com parentesco que refletem as transformações nas formas de organização das famílias brasileiras. Este comportamento também pode ser notado no crescimento de 35,0% da proporção de arranjos unipessoais, que passaram de 10,0% em 2004 para 13,5% do total de arranjos em 2013 (Gráfico 2.2). A maior variação percentual ocorreu na Região Norte (40,5%) do País, que ainda possui, por outro lado, a menor proporção de arranjos unipessoais. As maiores proporções deste tipo de arranjo se encontram nas Regiões Sul (14,9%) e Sudeste (14,5%).

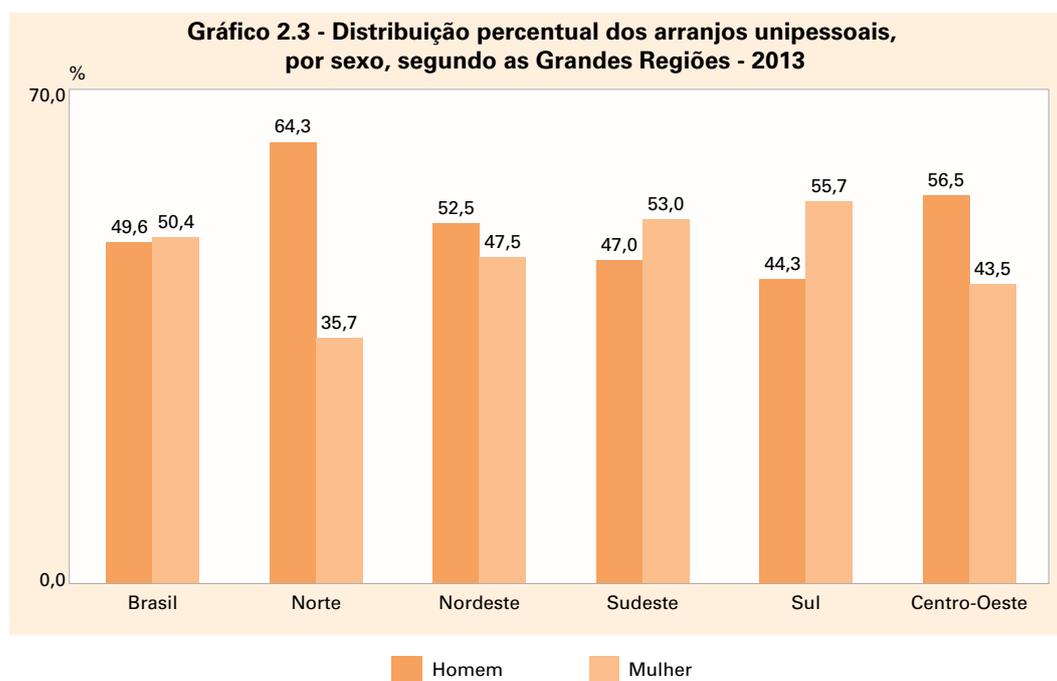
Gráfico 2.2 - Proporção de arranjos unipessoais, segundo as Grandes Regiões - 2004/2013



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013.

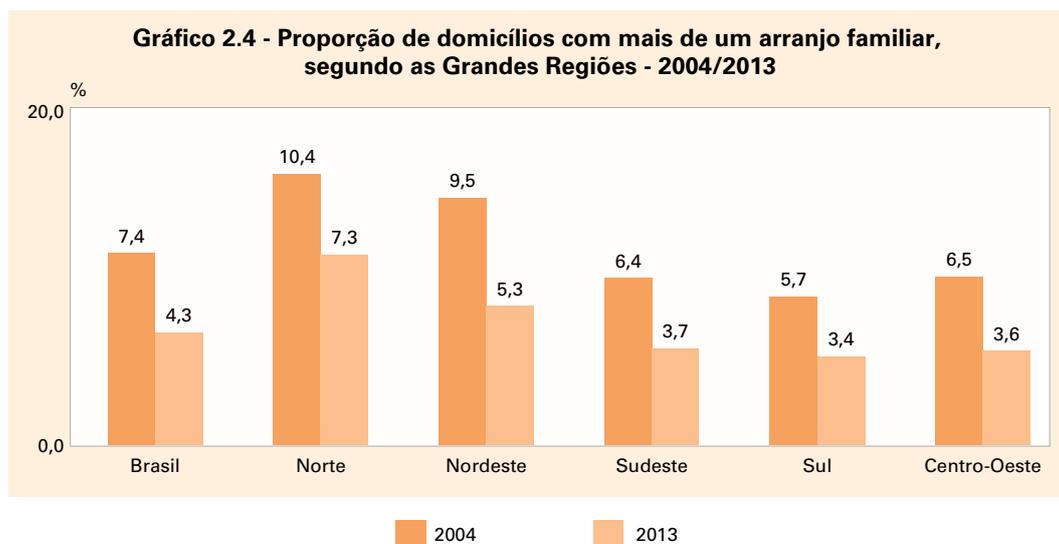
O crescimento da proporção de arranjos unipessoais reflete as transformações no padrão demográfico nacional – onde se destaca o envelhecimento da população –, oriundo da queda das taxas de fecundidade e elevação da esperança de vida. São especialmente os mais velhos que constituem esse tipo de arranjo. Em 2013, 61,7% dos arranjos unipessoais eram compostos por pessoas com 50 anos ou mais (Tabela 2.3). Esse número representa uma elevação em relação ao registrado em 2004, quando essa proporção foi de 57,4%.

As características regionais são determinantes na distribuição por sexo da parcela da população que compõe os arranjos unipessoais (Gráfico 2.3 e Tabela 2.2). Enquanto para o conjunto do País as proporções entre homens e mulheres são similares, nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste é maior a presença de homens. Na Região Norte esta proporção é significativamente superior a das demais regiões. A maior proporção de mulheres em arranjos unipessoais nas Regiões Sudeste e Sul revela o efeito de fatores distintos ao observado nas demais regiões como, por exemplo, a sua maior expectativa de vida quando comparada a dos homens.



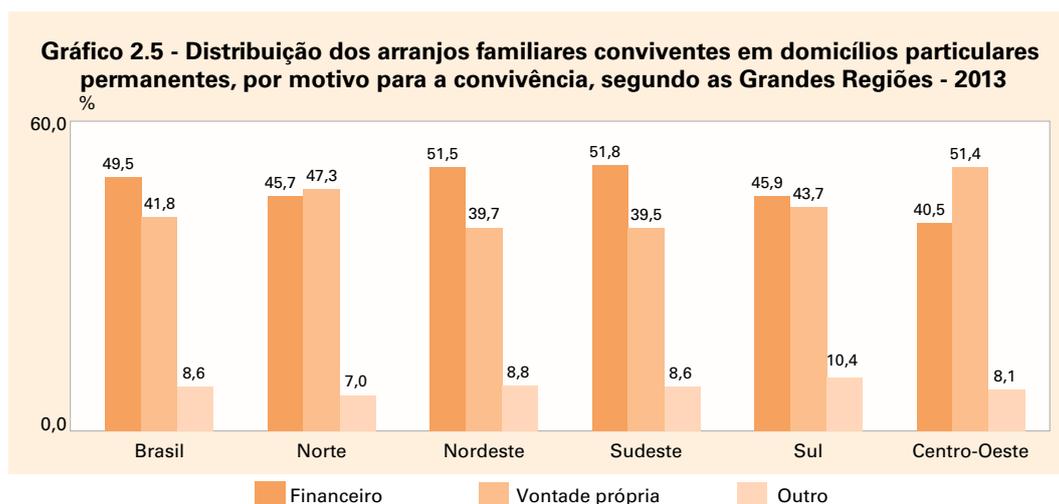
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Quando há, na mesma unidade domiciliar, mais de um núcleo familiar, estas famílias são classificadas como conviventes. Nos debates sobre déficit habitacional, estas unidades domiciliares são consideradas na metodologia de cálculo (DÉFICIT..., 2014), o que torna oportuno apresentar as informações trazidas pela PNAD 2013: enquanto 95,7% dos domicílios eram ocupados por apenas um núcleo familiar, 4,3% eram ocupados por dois ou mais núcleos, proporção menor do que a encontrada em 2004 (7,4%). Havia mais famílias conviventes na Região Norte (7,3%) e Nordeste (5,3%) que na Região Sul (3,4%). Além dos fatores culturais, tal característica também pode ser explicada pelos níveis baixos de rendimento das famílias que pertencem às duas primeiras regiões, exigindo estratégias de sobrevivência diferenciadas em relação às famílias da Região Sul (Gráfico 2.4 e Tabela 2.11).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013.

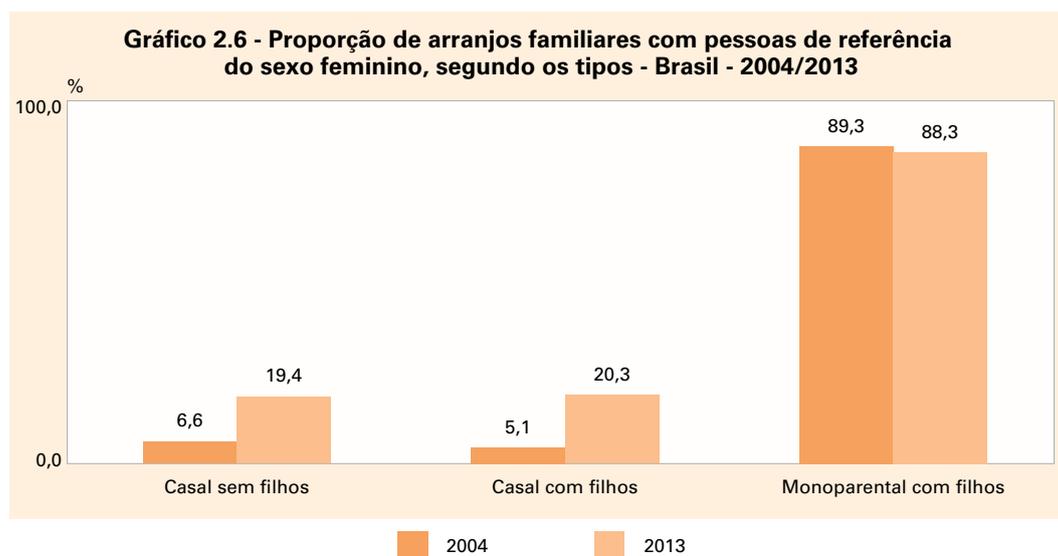
Já foi observado em pesquisas anteriores – como Censos Demográficos – que a maior parte das pessoas de referência da segunda família tem relação de parentesco com a família principal do domicílio, além de a grande maioria ser constituída por famílias monoparentais⁴ (mãe com filhos) (CENSO DEMOGRÁFICO 2010, 2010). Esse aspecto revela que, em termos de configuração familiar, trata-se, na maior parte dos casos, de um grupo familiar extenso. Dentre os motivos para a convivência entre mais de um arranjo familiar, 49,5% declarou que o principal motivo era financeiro e, para 41,8% dos arranjos, a convivência se dava por vontade própria (Gráfico 2.5 e Tabela 2.11). Nas Regiões Norte e Centro-Oeste este último motivo na determinação da convivência entre as famílias foi citado por 47,3% e 51,4% das famílias conviventes, respectivamente.



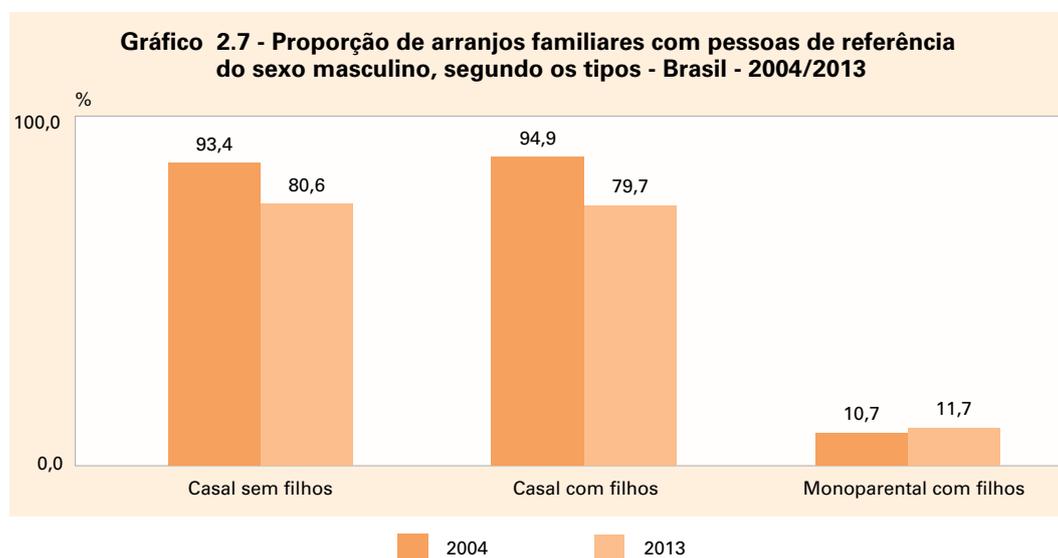
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

⁴ Cabe ressaltar que a investigação sobre famílias no Censo Demográfico 2010 se diferencia da captação realizada pela PNAD. Enquanto nesta última a identificação de famílias é feita no próprio questionário de coleta, no Censo 2010, a identificação e composição familiar foi realizada por meio de algoritmo desenvolvido especificamente para este fim, após a coleta. Para maiores informações sobre a metodologia do algoritmo, consultar a publicação: SABOIA, A. L.; COBO, B.; MATOS, G. *Desafios e possibilidades da investigação sobre os novos arranjos familiares e a metodologia para identificação de família no censo 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 38 p. (Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas, n. 39).

Também se observam mudanças nas relações estabelecidas no interior dos arranjos familiares do tipo casal, com aumento da proporção de mulheres como pessoa de referência destas famílias entre 2004 e 2013. No caso dos núcleos formados por casal sem filhos, a proporção de mulheres como pessoa de referência passou de 6,6% para 19,4% e, no de casais com filhos, de 5,1% para 20,3%. Nos arranjos monoparentais com filhos, as proporções mantiveram-se estáveis (Gráficos 2.6 e 2.7 e Tabelas 2.12 e 2.13).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013.

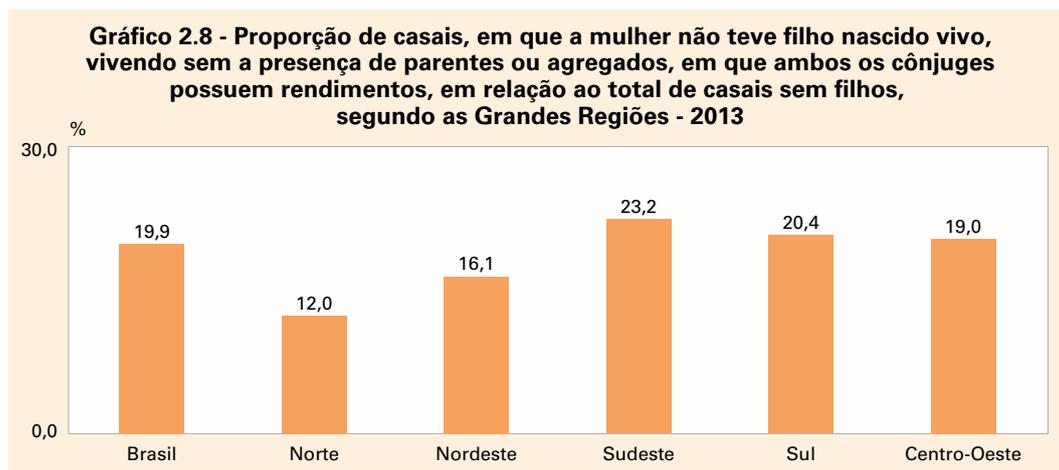


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013.

Uma análise mais detalhada referente ao crescimento da proporção dos arranjos familiares compostos por casais sem filhos revela o peso significativo de uma parcela específica deste grupo, os denominados Casais DINC⁵, cuja característica básica é

⁵ DINC é acrônimo da expressão *double income and no children*. Na literatura em português, ainda não há um acrônimo estabelecido. Alguns autores utilizam o mesmo acrônimo com a seguinte tradução: duplo ingresso e nenhuma criança. Consultar, por exemplo, a publicação: ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. M.; BARROS, L. F.W. *A família DINC no Brasil: algumas características sociodemográficas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 34 p. (Textos para discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, n. 30). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49328.pdf>>. Acesso em: nov. 2014.

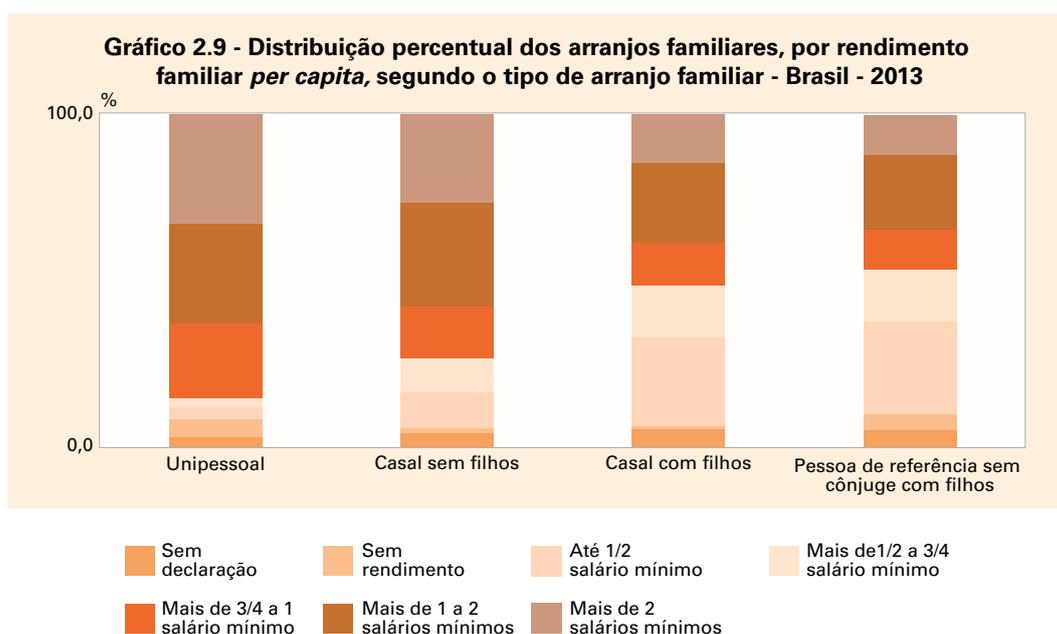
ambos os cônjuges receberem rendimentos. Em 2013 sua participação no total de casais sem filhos era de 19,9% (Gráfico 2.8). A Região Sudeste (23,2%) apresentou a maior proporção de casais DINC em 2013, o que é fruto da maior incidência de fatores, como, por exemplo, a maior participação das mulheres no mercado de trabalho, a postergação da maternidade, a redução das taxas de fecundidade e o aumento da escolaridade. A Região Norte, por outro lado, apresentou a menor proporção (12,0%).



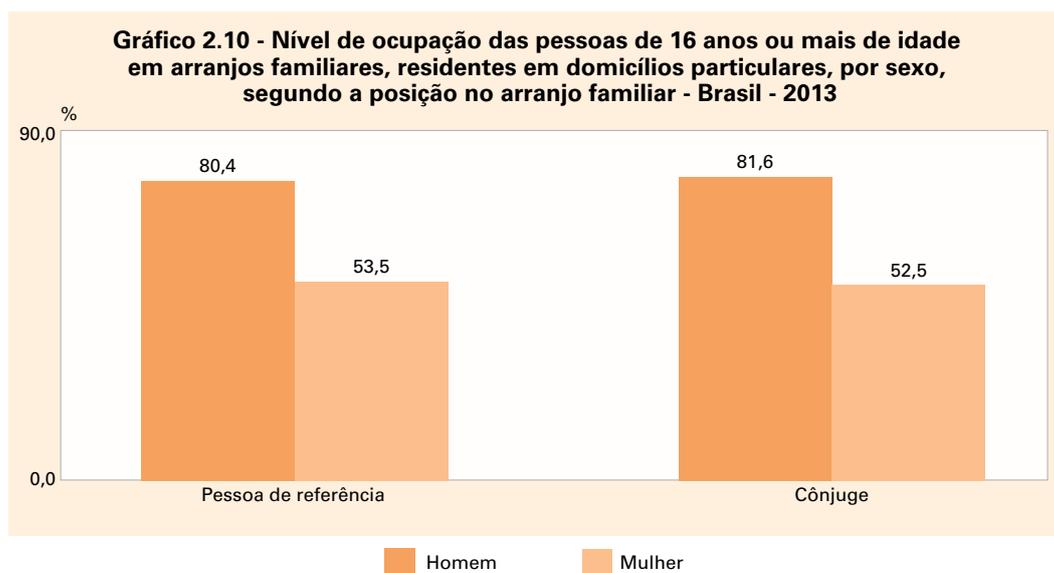
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

A configuração do arranjo familiar está bastante relacionada com a renda familiar *per capita* das famílias. Em 2013, entre os arranjos unipessoais, 32,9% tinham renda familiar *per capita* superior a 2 salários mínimos, e apenas 3,8% tinham renda igual ou inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo (Gráfico 2.9 e Tabela 2.14). No outro extremo, entre os arranjos monoparentais, apenas 11,9% se encontravam na classe de rendimento superior a 2 salários mínimos, e 28,0% se encontravam na classe de rendimento de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Analisando o subgrupo de arranjos monoparentais onde todos os filhos tinham menos de 16 anos de idade, a concentração nas classes de menor rendimento foi ainda maior: 42,7% encontravam-se na classe de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, e 4,2% na classe de rendimento superior a 2 salários mínimos. Os casais, com ou sem filhos, encontravam-se entre esses dois extremos. Entre os casais com filhos, 26,6% tinham renda *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, e 14,5% renda superior a 2 salários mínimos. Entre os casais sem filhos, essas proporções passam para 10,6% e 26,5%, respectivamente (Gráfico 2.9).

Como mencionado anteriormente, a ampliação do ingresso das mulheres no mercado de trabalho tem produzido impactos significativos sobre a organização das famílias brasileiras. Porém, os níveis de ocupação das mulheres ainda são menores que os níveis apresentados pelos homens. Esta tendência foi verificada tanto quando as mulheres se encontravam na posição de pessoa de referência da família quanto na de cônjuge (Gráfico 2.10 e Tabela 2.6). Ou seja, a condição da mulher na família não produz alterações em seu nível de ocupação, que se mantém próximo ao nível de ocupação das mulheres brasileiras com mais de 16 anos de idade (50,7%).

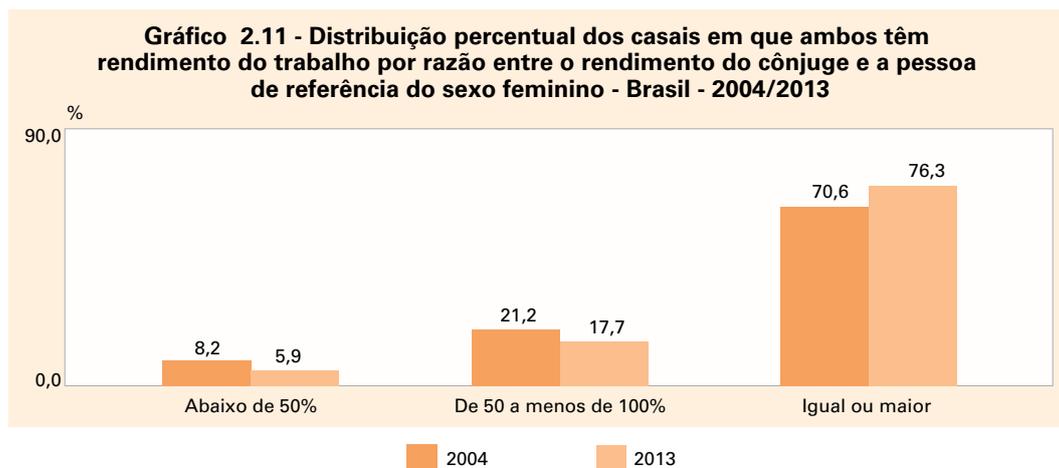


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Mesmo tendo passado por mudanças importantes em suas características ao longo dos últimos anos, as famílias brasileiras ainda convivem com desigualdades que refletem questões estruturais que se mantêm presentes no mercado de trabalho. A razão entre os rendimentos de todos os trabalhos do cônjuge e da pessoa de referência revelam desigualdades de gênero mesmo com a mulher em posição de destaque no âmbito familiar. Tomando como base os arranjos de casal onde a mulher é a pessoa de referência, estes são subdivididos em faixas que representam os percentuais nos quais o rendimento do cônjuge (homem) está abaixo de 50% do rendimento da mulher; é de 50% a menos de 100% do rendimento da mulher; e igual ou maior do que 100% do rendimento da mulher. Assim, em 2013, em 76,3% dos arranjos de casal onde a mulher era a pessoa de referência, os cônjuges tinham rendimento igual ou superior a elas. Em 2004 essa proporção era de 70,6% (Gráfico 2.11 e Tabelas 2.7 e 2.8).

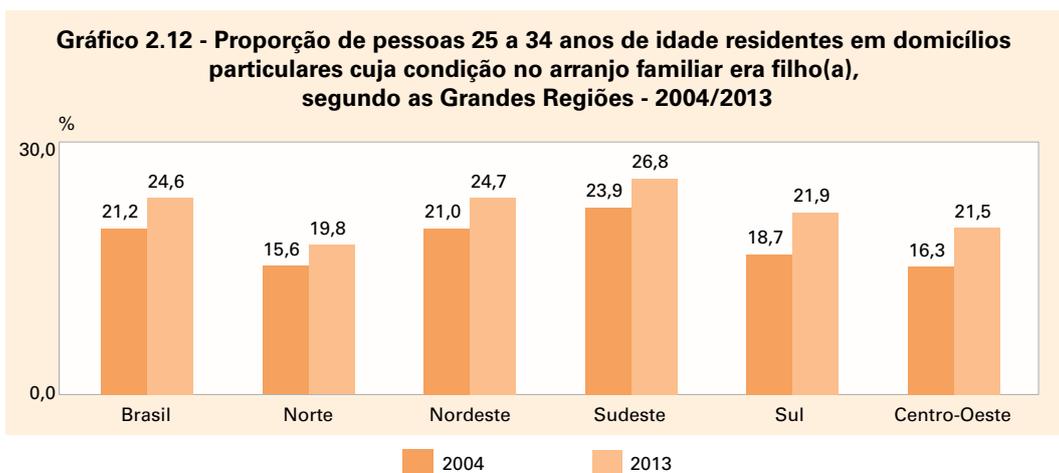


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013.

Nota: Proporções calculadas com a soma dos rendimentos de todos os trabalhos.

Nos últimos anos o fenômeno do prolongamento da convivência familiar entre pais e filhos ganhou importância nos estudos sobre as famílias brasileiras⁶, originando o termo “geração canguru”, que compreende as pessoas de 25 a 34 anos de idade que ainda vivem na casa dos pais. Entre 2004 a 2013, houve aumento da proporção dos indivíduos deste segmento etário na condição de filho nos arranjos familiares, que passou de 21,2% para 24,6% no País. Esta proporção foi de 26,8% no Sudeste e de 19,8% na Região Norte (Gráfico 2.12).

Outra informação importante é que a permanência das pessoas de 25 a 34 anos na casa dos pais não está, necessariamente, relacionada à falta de ocupação. A Tabela 2 mostra que as taxas de ocupação desses indivíduos são elevadas, embora um pouco mais baixas do que o observado para os demais. Por outro lado, a “geração canguru” possui maior escolaridade média, indicando que a opção de viver na casa dos pais pode estar ligada ao prolongamento e à maior dedicação dos estudos. Outros fatores importantes são aqueles relacionados às questões financeiras – que podem manter os filhos dependentes dos pais por períodos mais longos-, o casamento mais tardio e mesmo fatores emocionais.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013.

⁶ Para mais informações sobre o fenômeno, consultar: COBO, B.; SABOIA, A. L. A “geração canguru” no Brasil. Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambú, 2010. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_12/abep2010_2645.pdf>. Acesso em: dez. 2014.

A presença de jovens na condição de filhos é diferenciada por classes de rendimento familiar *per capita*. Do total de arranjos familiares com parentesco no Brasil, 11,4% possuíam jovens de 25 a 34 anos de idade na condição de filhos. Nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza e São Paulo essa proporção ultrapassou 14%, enquanto na Região Metropolitana de Porto Alegre foi de 10,3%. Nos arranjos familiares com renda familiar *per capita* até ½ salário mínimo esta proporção foi inferior ao observado para os arranjos familiares com renda mais elevada. Na Região Metropolitana de Fortaleza, por exemplo, 21,9% dos arranjos familiares com renda familiar *per capita* de mais de 2 salários mínimos possuíam jovens de 25 a 34 anos de idade na condição de filhos. Por outro lado, na faixa de ½ salário mínimo, essa proporção era de apenas 9,4% (Tabela 3).

Tabela 2 - Taxa de ocupação e média de anos de estudo das pessoas de 25 a 34 anos de idade residentes em domicílios particulares, por condição na família, segundo as Grandes Regiões - 2013

Grandes Regiões	Pessoas de 25 a 34 anos de idade residentes em domicílios particulares					
	Taxa de ocupação (%)			Média de anos de estudo		
	Total	Condição na família		Total	Condição na família	
		Filho	Outro		Filho	Outro
Brasil	93,1	90,7	93,9	10,0	10,9	9,7
Norte	92,2	89,3	92,9	9,2	10,0	8,9
Nordeste	90,9	87,4	92	8,9	9,9	8,6
Sudeste	93,4	91,6	94,1	10,6	11,5	10,3
Sul	96,0	94,0	96,6	10,5	11,1	10,3
Centro-Oeste	94,1	92,0	94,7	10,4	11,3	10,1

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 3 - Proporção de arranjos familiares com jovens entre 25 e 34 anos de idade na condição de filhos, por classes de rendimento familiar *per capita*, segundo as Regiões Metropolitanas - 2013

Regiões Metropolitanas	Proporção de arranjos familiares com jovens entre 25 e 34 anos de idade na condição de filhos (%)				
	Total (1)	Classes de rendimento familiar <i>per capita</i> (salários mínimos)			
		Até 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Brasil	11,4	6,7	10,6	13,4	14,7
Regiões Metropolitanas	13,1	7,4	10,8	14,5	16,2
Belém	13,0	8,8	12,8	15,0	20,1
Fortaleza	14,2	9,4	15,5	15,1	21,9
Recife	13,5	10,8	13,4	15,9	14,9
Salvador	13,0	8,6	12,1	15,7	15,3
Belo Horizonte	13,3	5,6	10,4	15,2	17,4
Rio de Janeiro	12,5	5,7	10,0	13,9	15,7
São Paulo	14,1	6,4	10,2	15,1	17,2
Curitiba	11,4	3,0	6,8	13,3	13,2
Porto Alegre	10,3	6,2	8,0	11,0	12,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

(1) Inclusive famílias sem rendimento e sem declaração de rendimento familiar *per capita*.

Tabela 2.1 - Arranjos familiares e unipessoais residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por tipo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

(continua)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Arranjos familiares e unipessoais residentes em domicílios particulares					
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por tipo (%)				
		Unipessoal	Arranjos		Casal sem filhos	
			Com parentesco	Sem parentesco	Com outros parentes	Sem parentes
Brasil	68 376	13,5	86,2	0,3	2,4	17,0
Norte	5 170	11,1	88,6	0,4	3,3	14,0
Rondônia	571	12,7	86,9	0,4	3,2	18,7
Acre	227	12,8	86,9	0,3	2,6	12,7
Amazonas	1 091	8,3	91,4	0,3	2,9	11,4
Roraima	164	14,2	85,2	0,5	3,5	14,9
Pará	2 422	11,0	88,6	0,4	3,5	13,9
Região Metropolitana de Belém	701	9,5	90,1	0,4	3,1	14,0
Amapá	209	13,6	86,3	0,1	2,1	11,6
Tocantins	486	13,1	86,4	0,5	4,0	16,0
Nordeste	18 104	11,7	88,1	0,2	2,9	14,8
Maranhão	1 961	8,5	91,4	0,1	4,6	12,6
Piauí	1 030	9,8	89,9	0,3	3,1	15,1
Ceará	2 822	11,3	88,4	0,3	2,5	14,7
Região Metropolitana de Fortaleza	1 205	10,0	89,6	0,4	2,4	14,4
Rio Grande do Norte	1 116	9,7	90,0	0,4	2,3	16,3
Paraíba	1 288	11,5	88,3	0,2	2,2	15,8
Pernambuco	3 026	11,8	88,0	0,2	2,8	16,1
Região Metropolitana de Recife	1 299	11,8	87,9	0,2	2,9	16,0
Alagoas	1 027	9,3	90,4	0,2	3,1	13,4
Sergipe	741	12,3	87,6	0,1	1,7	15,8
Bahia	5 092	14,2	85,5	0,2	3,0	14,5
Região Metropolitana de Salvador	1 396	15,7	83,9	0,4	2,0	14,6
Sudeste	29 544	14,5	85,3	0,2	2,0	17,4
Minas Gerais	7 178	14,1	85,8	0,1	1,9	17,0
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 803	13,7	86,2	0,1	1,4	15,0
Espírito Santo	1 356	15,0	84,5	0,5	2,3	18,1
Rio de Janeiro	5 945	16,7	83,0	0,4	2,2	17,6
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4 448	17,5	82,1	0,4	1,9	17,6
São Paulo	15 065	13,8	86,0	0,2	1,9	17,4
Região Metropolitana de São Paulo	7 066	13,4	86,3	0,3	1,4	15,7
Sul	10 360	14,9	84,8	0,2	2,3	20,7
Paraná	3 836	13,8	86,0	0,2	2,5	19,0
Região Metropolitana de Curitiba	1 174	15,6	84,2	0,2	2,3	17,9
Santa Catarina	2 376	13,7	85,9	0,4	2,2	21,5
Rio Grande do Sul	4 149	16,6	83,2	0,2	2,2	21,7
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 556	17,7	81,9	0,4	2,0	19,9
Centro-Oeste	5 197	14,1	85,5	0,3	2,7	18,1
Mato Grosso do Sul	908	13,2	86,6	0,2	2,7	19,2
Mato Grosso	1 106	15,3	84,1	0,5	3,7	19,2
Goiás	2 231	14,3	85,3	0,4	2,7	18,6
Distrito Federal	951	13,1	86,6	0,3	1,6	14,5

Tabela 2.1 - Arranjos familiares e unipessoais residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por tipo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Arranjos familiares e unipessoais residentes em domicílios particulares				
	Distribuição percentual, por tipo (%)				
	Casal com filhos		Mulher sem cônjuges com filhos		Outros tipos
	Com parentes	Sem parentes	Com parentes	Sem parentes	Com parentesco
Brasil	5,0	39,0	3,6	12,9	6,3
Norte	6,8	41,0	4,2	12,3	7,0
Rondônia	5,5	42,5	2,3	9,4	5,3
Acre	7,4	39,6	5,1	12,0	7,4
Amazonas	7,2	43,7	4,9	13,6	7,7
Roraima	5,0	35,9	3,7	15,0	7,4
Pará	7,1	40,8	4,3	11,9	7,1
Região Metropolitana de Belém	7,3	35,9	6,2	15,7	8,0
Amapá	9,2	40,1	5,8	11,0	6,5
Tocantins	5,6	37,2	3,3	13,9	6,5
Nordeste	5,4	39,5	4,3	14,3	6,8
Maranhão	8,1	41,2	5,3	12,2	7,4
Piauí	3,5	41,3	3,5	16,0	7,3
Ceará	5,8	40,6	4,1	14,2	6,6
Região Metropolitana de Fortaleza	6,3	40,0	5,0	14,4	7,0
Rio Grande do Norte	5,3	42,1	3,4	13,9	6,6
Paraíba	5,2	41,0	5,0	13,8	5,4
Pernambuco	6,0	37,4	5,3	13,3	7,2
Região Metropolitana de Recife	6,9	32,8	7,1	14,5	7,8
Alagoas	5,8	42,0	5,2	15,0	5,9
Sergipe	3,5	40,6	3,4	15,8	6,8
Bahia	4,3	37,6	3,7	15,3	7,1
Região Metropolitana de Salvador	3,6	34,1	4,6	17,2	7,8
Sudeste	4,6	38,4	3,5	13,1	6,4
Minas Gerais	3,2	40,2	2,9	14,3	6,3
Região Metropolitana de Belo Horizonte	3,0	39,2	3,7	16,5	7,4
Espírito Santo	3,3	39,7	3,2	12,3	5,8
Rio de Janeiro	4,8	33,4	4,2	13,9	6,9
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4,5	32,3	4,4	14,1	7,2
São Paulo	5,3	39,5	3,5	12,2	6,3
Região Metropolitana de São Paulo	5,1	40,4	3,7	13,4	6,6
Sul	4,5	39,0	2,6	10,8	5,1
Paraná	5,3	40,6	2,7	10,5	5,4
Região Metropolitana de Curitiba	6,5	38,5	3,2	10,2	5,5
Santa Catarina	5,0	40,6	2,4	10,0	4,2
Rio Grande do Sul	3,4	36,6	2,6	11,4	5,2
Região Metropolitana de Porto Alegre	3,6	35,0	3,4	12,2	5,8
Centro-Oeste	4,8	38,1	3,1	12,5	6,3
Mato Grosso do Sul	4,9	37,9	2,5	13,5	6,0
Mato Grosso	5,4	37,9	2,5	9,6	5,7
Goiás	4,9	37,7	3,2	11,8	6,5
Distrito Federal	3,6	39,3	4,0	16,7	6,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo familiar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 2.2 - Arranjos familiares e unipessoais residentes em domicílios particulares, total e por sexo da pessoa de referência dos arranjos unipessoais, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Arranjos familiares e unipessoais residentes em domicílios particulares			
	Total (1 000 arranjos)	Unipessoais		
		Total (1 000 arranjos)	Sexo da pessoa de referência (%)	
			Homens	Mulheres
Brasil	68 376	9 239	49,6	50,4
Norte	5 170	572	64,3	35,7
Rondônia	571	72	59,3	40,7
Acre	227	29	64,7	35,3
Amazonas	1 091	90	63,6	36,4
Roraima	164	23	74,8	25,2
Pará	2 422	265	65,6	34,4
Região Metropolitana de Belém	701	66	52,3	47,7
Amapá	209	28	78,4	21,6
Tocantins	486	64	55,2	44,8
Nordeste	18 104	2 110	52,5	47,5
Maranhão	1 961	167	59,6	40,4
Piauí	1 030	101	48,6	51,4
Ceará	2 822	318	54,4	45,6
Região Metropolitana de Fortaleza	1 205	121	55,4	44,6
Rio Grande do Norte	1 116	108	56,8	43,2
Paraíba	1 288	148	47,9	52,1
Pernambuco	3 026	357	44,4	55,6
Região Metropolitana de Recife	1 299	154	43,1	56,9
Alagoas	1 027	96	50,0	50,0
Sergipe	741	91	57,9	42,1
Bahia	5 092	724	54,4	45,6
Região Metropolitana de Salvador	1 396	219	54,6	45,4
Sudeste	29 544	4 277	47,0	53,0
Minas Gerais	7 178	1 009	52,2	47,8
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 803	247	51,1	48,9
Espírito Santo	1 356	203	50,7	49,3
Rio de Janeiro	5 945	992	44,4	55,6
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4 448	779	43,6	56,4
São Paulo	15 065	2 074	45,3	54,7
Região Metropolitana de São Paulo	7 066	946	40,9	59,1
Sul	10 360	1 545	44,3	55,7
Paraná	3 836	529	46,5	53,5
Região Metropolitana de Curitiba	1 174	183	42,0	58,0
Santa Catarina	2 376	327	45,6	54,4
Rio Grande do Sul	4 149	690	42,0	58,0
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 556	275	41,4	58,6
Centro-Oeste	5 197	735	56,5	43,5
Mato Grosso do Sul	908	120	56,0	44,0
Mato Grosso	1 106	170	63,4	36,6
Goiás	2 231	320	55,6	44,4
Distrito Federal	951	125	49,9	50,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo familiar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 2.3 - Distribuição percentual dos arranjos unipessoais residentes em domicílios particulares, por grupos de idade da pessoa de referência dos arranjos unipessoais, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição percentual dos arranjos unipessoais residentes em domicílios particulares, por grupos de idade da pessoa de referência (%)					
	Até 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
Brasil	0,9	9,4	13,1	14,9	19,0	42,8
Total	1,5	15,3	16,7	17,0	18,0	31,6
Rondônia	2,7	17,2	14,8	18,5	15,5	31,3
Acre	1,8	19,2	12,6	17,4	18,0	31,1
Amazonas	0,3	16,2	20,5	15,6	14,0	33,4
Roraima	0,0	12,2	16,8	22,1	20,6	28,2
Pará	1,6	15,0	17,4	15,5	18,3	32,3
Região Metropolitana de Belém	1,0	9,4	21,8	19,1	17,1	31,5
Amapá	0,0	9,9	17,1	28,8	23,4	20,7
Tocantins	2,2	14,8	12,6	15,9	22,0	32,5
Nordeste	0,9	8,9	12,8	15,0	19,2	43,2
Maranhão	0,9	10,1	16,2	14,5	18,4	39,9
Piauí	1,1	9,6	12,4	11,3	19,8	45,8
Ceará	0,8	8,9	13,3	13,0	21,4	42,6
Região Metropolitana de Fortaleza	1,6	13,8	18,6	17,0	19,1	30,0
Rio Grande do Norte	0,0	7,4	12,3	22,8	14,8	42,6
Paraíba	0,4	7,7	11,5	12,8	19,2	48,3
Pernambuco	0,7	9,2	13,3	12,9	18,9	44,9
Região Metropolitana de Recife	1,1	9,2	12,0	16,8	21,8	39,1
Alagoas	1,3	10,8	5,7	15,2	20,9	46,2
Sergipe	0,8	8,7	13,9	20,2	19,8	36,5
Bahia	1,1	8,5	12,8	16,1	18,8	42,6
Região Metropolitana de Salvador	1,0	11,5	18,1	17,1	19,7	32,6
Sudeste	0,6	8,3	13,0	15,1	19,1	43,9
Minas Gerais	0,8	8,8	12,7	15,6	21,2	40,8
Região Metropolitana de Belo Horizonte	0,5	11,1	17,4	14,3	21,0	35,8
Espírito Santo	0,6	11,0	17,5	15,5	18,6	36,9
Rio de Janeiro	0,6	7,6	12,1	12,6	19,5	47,6
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	0,5	8,0	12,5	13,1	18,2	47,7
São Paulo	0,5	8,1	13,1	16,0	18,0	44,3
Região Metropolitana de São Paulo	0,7	7,5	15,0	15,0	16,4	45,4
Sul	1,2	9,2	11,4	13,6	18,6	45,9
Paraná	1,6	9,7	11,8	15,1	19,0	42,7
Região Metropolitana de Curitiba	1,5	6,6	14,1	16,3	19,4	42,2
Santa Catarina	2,1	10,9	12,8	14,0	15,3	44,9
Rio Grande do Sul	0,4	8,0	10,5	12,3	19,9	48,9
Região Metropolitana de Porto Alegre	0,2	9,2	12,5	13,2	19,7	45,2
Centro-Oeste	1,2	13,6	15,3	14,1	19,0	36,8
Mato Grosso do Sul	2,0	14,0	15,0	16,0	17,4	35,5
Mato Grosso	1,3	13,9	14,2	14,7	20,0	35,8
Goiás	0,8	11,5	13,0	13,9	19,4	41,3
Distrito Federal	1,2	18,2	22,5	12,2	18,0	27,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 2.4 - Distribuição percentual dos arranjos unipessoais residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição percentual dos arranjos unipessoais residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal (salário mínimo) (%)				
	Até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2	Sem rendimento	Sem declaração
Brasil	28,9	30,0	32,9	5,4	2,9
Norte	35,7	31,6	24,3	6,7	1,7
Rondônia	22,6	41,8	29,6	5,7	0,3
Acre	31,1	35,9	25,7	7,2	0,0
Amazonas	33,1	27,9	28,9	8,8	1,3
Roraima	35,9	26,7	29,0	7,6	0,8
Pará	42,1	30,0	19,5	6,5	1,9
Região Metropolitana de Belém	33,6	27,2	24,2	8,7	6,4
Amapá	14,4	27,9	39,6	9,9	8,1
Tocantins	39,0	33,2	22,7	4,0	1,1
Nordeste	47,6	27,5	16,5	6,6	1,8
Maranhão	50,9	25,9	14,5	7,0	1,8
Piauí	48,0	31,6	18,6	1,1	0,6
Ceará	45,9	29,4	13,5	9,4	1,8
Região Metropolitana de Fortaleza	35,3	32,4	21,2	8,8	2,4
Rio Grande do Norte	45,1	30,9	20,4	1,9	1,9
Paraíba	50,0	30,8	14,1	5,1	0,0
Pernambuco	49,6	26,8	14,5	6,5	2,5
Região Metropolitana de Recife	41,0	26,0	21,9	6,1	5,0
Alagoas	46,8	25,3	17,7	10,1	0,0
Sergipe	50,8	26,2	17,9	4,0	1,2
Bahia	46,2	25,9	18,6	7,0	2,3
Região Metropolitana de Salvador	29,1	28,6	30,9	7,3	4,1
Sudeste	22,5	29,4	39,3	5,1	3,8
Minas Gerais	33,9	29,9	30,8	3,9	1,5
Região Metropolitana de Belo Horizonte	20,5	28,6	45,5	4,2	1,1
Espírito Santo	22,8	37,2	28,2	8,2	3,7
Rio de Janeiro	21,0	28,8	39,1	6,2	4,8
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	18,7	29,1	40,8	6,8	4,7
São Paulo	17,6	28,7	44,6	4,9	4,3
Região Metropolitana de São Paulo	15,0	27,3	47,1	5,1	5,5
Sul	20,4	33,8	39,5	4,0	2,3
Paraná	23,0	34,1	36,6	4,3	2,1
Região Metropolitana de Curitiba	14,6	28,6	48,1	6,1	2,7
Santa Catarina	18,6	33,4	40,6	3,9	3,5
Rio Grande do Sul	19,2	33,8	41,3	3,8	1,9
Região Metropolitana de Porto Alegre	14,9	28,7	49,2	5,2	2,0
Centro-Oeste	24,9	31,2	35,4	5,7	2,8
Mato Grosso do Sul	28,3	33,4	29,4	7,8	1,0
Mato Grosso	27,9	30,0	31,1	7,9	3,2
Goiás	27,7	33,2	34,3	3,4	1,2
Distrito Federal	10,3	25,4	50,1	6,2	7,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 2.5 - Arranjos familiares de casal com filhos residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por sexo da pessoa de referência e grupos de idade dos filhos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Arranjos familiares de casal com filhos residentes em domicílios particulares						
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por sexo da pessoa de referência e grupos de idade dos filhos (%)					
		Homem			Mulher		
		Com filhos menores de 16 anos de idade	Com filhos menores e maiores de 16 anos de idade	Com filhos maiores de 16 anos de idade	Com filhos menores de 16 anos de idade	Com filhos menores e maiores de 16 anos de idade	Com filhos maiores de 16 anos de idade
Brasil	30 051	42,6	12,2	25,0	10,6	3,4	6,3
Norte	2 474	44,4	13,1	18,2	14,0	4,2	6,1
Rondônia	274	44,3	14,0	21,3	13,2	3,1	4,1
Acre	107	46,1	13,7	10,6	16,0	6,2	7,5
Amazonas	555	41,9	12,9	15,2	18,5	5,3	6,2
Roraima	67	41,6	8,8	15,1	23,1	6,6	4,8
Pará	1 160	45,6	13,2	19,5	11,7	3,3	6,7
Região Metropolitana de Belém	302	33,2	8,3	22,6	18,9	4,2	12,8
Amapá	103	40,4	14,6	15,1	14,6	8,9	6,2
Tocantins	208	46,5	12,8	21,3	11,6	2,9	5,0
Nordeste	8 125	44,1	12,4	23,3	10,5	3,5	6,2
Maranhão	967	43,3	12,4	20,3	13,1	4,6	6,4
Piauí	462	45,0	14,1	26,3	7,9	2,5	4,3
Ceará	1 310	42,3	14,8	24,8	8,5	3,4	6,2
Região Metropolitana de Fortaleza	558	38,3	13,2	24,7	11,1	4,1	8,6
Rio Grande do Norte	529	42,6	9,8	24,6	12,0	3,9	7,1
Paraíba	595	46,1	12,4	23,4	8,6	2,8	6,7
Pernambuco	1 311	42,9	11,9	26,0	9,5	3,8	6,0
Região Metropolitana de Recife	515	40,2	10,0	31,4	8,8	2,8	6,9
Alagoas	491	48,8	11,1	19,9	10,2	3,7	6,3
Sergipe	327	50,0	12,7	20,9	9,2	2,9	4,3
Bahia	2 133	44,0	11,9	22,2	12,3	3,2	6,5
Região Metropolitana de Salvador	527	39,3	9,2	20,7	17,4	4,7	8,8
Sudeste	12 721	41,5	12,0	27,6	9,5	3,0	6,5
Minas Gerais	3 111	43,9	13,4	28,0	7,7	2,2	4,8
Região Metropolitana de Belo Horizonte	762	39,7	11,3	25,9	12,5	3,4	7,2
Espírito Santo	583	44,0	11,5	25,1	11,3	2,6	5,6
Rio de Janeiro	2 271	38,3	10,9	25,8	12,0	3,8	9,1
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	1 640	36,1	10,7	26,6	12,4	4,2	10,1
São Paulo	6 755	41,3	11,7	28,2	9,3	3,1	6,4
Região Metropolitana de São Paulo	3 209	40,3	12,3	28,1	9,3	3,5	6,6
Sul	4 504	41,5	12,0	25,8	11,2	3,7	5,8
Paraná	1 761	43,6	11,4	25,8	10,4	3,4	5,5
Região Metropolitana de Curitiba	529	40,9	11,3	24,6	12,1	4,6	6,5
Santa Catarina	1 084	41,8	12,0	26,9	10,1	3,5	5,7
Rio Grande do Sul	1 659	39,1	12,7	25,1	12,7	4,0	6,3
Região Metropolitana de Porto Alegre	601	36,7	10,6	24,6	15,2	4,6	8,3
Centro-Oeste	2 227	43,2	11,5	22,4	12,5	3,6	6,7
Mato Grosso do Sul	388	45,2	10,8	23,3	11,0	3,7	6,0
Mato Grosso	480	41,3	10,2	20,2	15,1	4,9	8,3
Goiás	950	44,8	11,8	23,1	11,1	2,9	6,3
Distrito Federal	409	39,8	13,0	22,4	14,3	3,9	6,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 2.6 - Nível da ocupação das pessoas de 16 anos ou mais de idade, nos arranjos familiares com laços de parentesco residentes em domicílios particulares, por posição no arranjo familiar e sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Nível da ocupação das pessoas de 16 anos ou mais de idade, nos arranjos familiares com laços de parentesco residentes em domicílios particulares, por posição no arranjo familiar e sexo (%)			
	Pessoa de referência		Cônjuge	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Brasil	80,4	53,5	81,6	52,5
Norte	84,4	52,6	84,6	49,1
Rondônia	85,5	54,8	86,0	49,3
Acre	85,5	48,8	84,7	44,1
Amazonas	83,7	53,1	85,2	50,3
Roraima	82,7	53,4	88,9	43,3
Pará	84,0	51,8	83,2	47,7
Região Metropolitana de Belém	77,0	47,7	80,0	41,2
Amapá	85,8	49,8	84,4	42,6
Tocantins	85,7	56,4	86,6	59,9
Nordeste	80,2	49,6	80,7	48,6
Maranhão	84,5	56,7	84,8	55,7
Piauí	85,4	53,9	83,1	57,8
Ceará	79,9	50,3	79,8	52,3
Região Metropolitana de Fortaleza	81,3	53,0	82,0	52,9
Rio Grande do Norte	77,9	47,2	80,1	46,3
Paraíba	79,6	45,5	78,5	45,2
Pernambuco	75,5	42,9	79,1	40,6
Região Metropolitana de Recife	76,2	42,1	78,6	42,6
Alagoas	78,8	43,3	73,8	37,8
Sergipe	80,9	49,1	85,6	46,7
Bahia	81,2	52,2	81,1	50,7
Região Metropolitana de Salvador	81,4	59,4	82,9	57,2
Sudeste	79,0	53,5	79,8	52,3
Minas Gerais	80,9	57,8	80,5	56,9
Região Metropolitana de Belo Horizonte	80,5	58,2	83,3	60,2
Espírito Santo	81,7	54,5	82,9	52,8
Rio de Janeiro	76,9	49,0	78,8	46,6
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	75,5	49,2	78,9	45,5
São Paulo	78,6	53,5	79,6	52,0
Região Metropolitana de São Paulo	78,9	55,9	80,5	52,9
Sul	81,1	60,2	83,9	60,3
Paraná	82,8	61,1	83,5	57,8
Região Metropolitana de Curitiba	80,3	57,1	82,6	56,0
Santa Catarina	79,1	60,3	84,6	59,7
Rio Grande do Sul	80,5	59,3	83,8	63,2
Região Metropolitana de Porto Alegre	75,1	55,5	80,5	57,4
Centro-Oeste	83,7	56,6	85,6	53,7
Mato Grosso do Sul	84,1	60,6	86,4	58,3
Mato Grosso	81,6	54,2	86,6	49,0
Goiás	84,3	53,7	84,0	52,8
Distrito Federal	84,1	61,0	86,7	56,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 2.7 - Casais residentes em domicílios particulares com pessoa de referência do sexo masculino e cônjuge ocupados, com rendimento do trabalho, total e respectiva distribuição percentual, por razão entre o rendimento do cônjuge e o rendimento da pessoa de referência do arranjo familiar, segundo as Grandes Regiões - 2013

Grandes Regiões	Casais residentes em domicílios particulares com pessoa de referência do sexo masculino e cônjuge ocupados, com rendimento do trabalho			
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por razão entre o rendimento do cônjuge e o rendimento da pessoa de referência do arranjo familiar (%)		
		Abaixo de 50%	De 50 a menos de 100%	Igual ou mais
Brasil	13 217	32,6	39,8	27,6
Norte	807	32,2	35,9	31,9
Nordeste	2 728	34,7	33,6	31,7
Sudeste	6 147	32,0	42,0	26,0
Sul	2 441	30,6	43,0	26,3
Centro-Oeste	1 094	35,9	38,7	25,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: Proporções calculadas com a soma dos rendimentos de todos os trabalhos.

Tabela 2.8 - Casais residentes em domicílios particulares com pessoa de referência do sexo feminino e cônjuge ocupados, com rendimento do trabalho, total e respectiva distribuição percentual, por razão entre o rendimento do cônjuge e o rendimento da pessoa de referência do arranjo familiar, segundo as Grandes Regiões - 2013

Grandes Regiões	Casais residentes em domicílios particulares com pessoa de referência do sexo feminino e cônjuge ocupados, com rendimento do trabalho			
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por razão entre o rendimento do cônjuge e o rendimento da pessoa de referência do arranjo familiar (%)		
		Abaixo de 50%	De 50 a menos de 100%	Igual ou mais
Brasil	3 712	5,9	17,7	76,3
Norte	314	9,1	20,1	70,8
Nordeste	841	8,8	18,3	72,9
Sudeste	1 495	4,3	17,7	78,0
Sul	727	4,2	17,3	78,5
Centro-Oeste	336	6,7	15,1	78,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: Proporções calculadas com a soma dos rendimentos de todos os trabalhos.

Tabela 2.9 - Casais residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de idade da pessoa de referência do arranjo familiar, segundo as Grandes Regiões - 2013

Grandes Regiões	Casais residentes em domicílios particulares				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por grupos de idade da pessoa de referência do arranjo familiar (%)			
		Até 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 anos ou mais
Brasil	2 636	12,2	41,7	19,7	26,5
Norte	107	15,3	42,3	20,5	21,9
Nordeste	516	15,5	40,5	17,1	26,9
Sudeste	1 322	8,9	40,8	20,9	29,4
Sul	486	14,3	44,3	19,3	22,1
Centro-Oeste	206	18,1	44,2	18,9	18,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: Compreende os casais formados por pessoa de referência e cônjuge com rendimentos e mulher sem filhos nascidos vivos, sem presença de outros parentes e agregados residentes no domicílio.

Tabela 2.10 - Média do rendimento familiar *per capita*, em salários mínimos, dos casais residentes em domicílios particulares, por grupos de idade da pessoa de referência do arranjo familiar, segundo as Grandes Regiões - 2013

Grandes Regiões	Média do rendimento familiar <i>per capita</i> , em salários mínimos, dos casais residentes em domicílios particulares				
	Total	Grupos de idade da pessoa de referência do arranjo familiar			
		Até 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 anos ou mais
Brasil	3,24	1,72	3,29	3,94	3,36
Norte	2,76	1,85	3,07	3,1	2,46
Nordeste	1,94	1,15	2,1	2,36	1,88
Sudeste	3,72	1,90	3,7	4,39	3,82
Sul	3,28	2,01	3,28	3,86	3,57
Centro-Oeste	3,6	1,77	3,65	4,91	3,93

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Notas: 1. Compreende os casais formados por pessoa de referência e cônjuge com rendimentos e mulher sem filhos nascidos vivos, sem presença de outros parentes e agregados residentes no domicílio.

2. Exclui as pessoas cuja condição no arranjo familiar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 2.11 - Domicílios particulares permanentes, por número de arranjos residentes e arranjos familiares conviventes com um arranjo familiar principal em domicílios particulares permanentes, total e respectiva distribuição percentual, por motivo para a convivência e número médio de pessoas, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Domicílios particulares permanentes (1 000 domicílios)			Arranjos familiares conviventes com um arranjo familiar principal em domicílios particulares permanentes			
	Total	Número de arranjos residentes		Total (1 000 arranjos) (1)	Distribuição percentual, por motivo para a convivência (%)		Número médio de pessoas
		Um	Dois ou mais		Financeiro	Vontade própria	
Brasil	65 130	62 303	2 827	3 103	49,5	41,9	2,6
Norte	4 748	4 400	349	396	45,5	47,5	2,7
Rondônia	552	535	17	18	47,3	41,9	2,5
Acre	215	207	8	8	31,9	57,4	2,6
Amazonas	962	857	105	122	41,2	52,8	2,8
Roraima	148	134	14	16	37,8	46,7	2,7
Pará	2 224	2 058	166	190	49,3	44,3	2,7
Região Metropolitana de Belém	628	569	59	68	50,7	40,8	2,8
Amapá	191	179	13	14	50,0	44,4	3,0
Tocantins	457	431	27	28	43,9	49,6	2,6
Nordeste	17 078	16 166	912	1 004	51,5	39,8	2,6
Maranhão	1 844	1 733	111	117	52,2	40,9	2,8
Piauí	930	841	89	99	60,1	32,4	2,6
Ceará	2 664	2 526	138	157	47,4	44,4	2,5
Região Metropolitana de Fortaleza	1 140	1 082	58	65	44,8	49,3	2,6
Rio Grande do Norte	1 034	959	75	80	35,0	53,3	2,5
Paraíba	1 214	1 146	67	73	51,7	36,2	2,6
Pernambuco	2 913	2 815	99	106	55,3	36,2	2,6
Região Metropolitana de Recife	1 253	1 213	41	43	57,1	32,0	2,6
Alagoas	966	913	52	59	52,6	37,1	2,6
Sergipe	690	646	44	49	56,3	39,3	2,5
Bahia	4 823	4 586	237	264	52,8	38,3	2,5
Região Metropolitana de Salvador	1 330	1 270	60	64	44,7	45,2	2,5
Sudeste	28 347	27 299	1 048	1 146	51,8	39,6	2,6
Minas Gerais	6 818	6 488	330	356	52,8	38,3	2,5
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 700	1 605	95	102	55,7	37,3	2,5
Espírito Santo	1 310	1 267	43	46	38,3	49,4	2,6
Rio de Janeiro	5 765	5 606	158	169	53,1	39,5	2,6
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4 327	4 220	106	111	54,7	40,1	2,6
São Paulo	14 455	13 939	516	574	52,0	39,6	2,6
Região Metropolitana de São Paulo	6 772	6 530	243	266	50,8	40,0	2,6
Sul	9 966	9 629	337	361	45,6	43,9	2,5
Paraná	3 728	3 635	93	99	45,1	44,4	2,6
Região Metropolitana de Curitiba	1 145	1 123	22	24	43,6	43,6	2,7
Santa Catarina	2 267	2 176	92	96	47,9	41,5	2,5
Rio Grande do Sul	3 971	3 818	153	166	44,5	45,0	2,5
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 491	1 439	51	56	47,6	41,6	2,5
Centro-Oeste	4 991	4 809	182	197	40,5	51,5	2,6
Mato Grosso do Sul	862	824	38	41	45,5	46,5	2,5
Mato Grosso	1 075	1 047	27	30	44,8	41,8	2,7
Goiás	2 153	2 081	72	76	37,9	55,2	2,6
Distrito Federal	901	857	45	49	37,4	55,8	2,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo familiar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

(1) Inclusive outros motivos.

Tabela 2.12 - Arranjos familiares com filhos residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por tipo e sexo da pessoa de referência, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Arranjos familiares com filhos residentes em domicílios particulares				
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por tipo e sexo da pessoa de referência (%)			
		Casal com filhos		Monoparental com filhos	
		Pessoa de referência do sexo masculino	Pessoa de referência do sexo feminino	Pessoa de referência do sexo masculino	Pessoa de referência do sexo feminino
Brasil	42 853	55,9	14,2	3,5	26,4
Norte	3 474	54,0	17,3	4,3	24,4
Rondônia	355	61,5	15,8	3,8	18,9
Acre	151	49,8	21,0	3,3	25,8
Amazonas	789	49,2	21,1	4,1	25,6
Roraima	103	42,7	22,5	5,0	29,8
Pará	1 627	55,8	15,4	4,6	24,1
Região Metropolitana de Belém	476	40,8	22,8	4,2	32,3
Amapá	145	49,9	21,2	4,8	24,2
Tocantins	304	55,2	13,3	4,1	27,4
Nordeste	11 905	54,5	13,8	3,4	28,4
Maranhão	1 355	54,2	17,2	3,4	25,3
Piauí	689	57,2	9,8	3,8	29,1
Ceará	1 889	56,8	12,6	3,3	27,3
Região Metropolitana de Fortaleza	820	51,8	16,2	3,4	28,6
Rio Grande do Norte	747	54,6	16,3	3,3	25,9
Paraíba	861	56,5	12,5	2,9	28,0
Pernambuco	1 928	54,9	13,1	2,8	29,2
Região Metropolitana de Recife	823	51,0	11,5	3,5	34,0
Alagoas	715	54,8	13,9	2,2	29,1
Sergipe	490	55,8	10,9	4,1	29,1
Bahia	3 231	51,5	14,5	3,9	30,0
Região Metropolitana de Salvador	865	42,1	18,8	4,0	35,1
Sudeste	18 272	56,4	13,2	3,7	26,7
Minas Gerais	4 521	58,7	10,1	3,8	27,4
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 166	50,3	15,1	3,5	31,2
Espírito Santo	818	57,4	13,9	3,1	25,6
Rio de Janeiro	3 480	48,9	16,3	4,0	30,8
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	2 567	46,8	17,0	4,1	32,0
São Paulo	9 453	58,0	13,4	3,6	25,0
Região Metropolitana de São Paulo	4 577	56,5	13,6	3,4	26,5
Sul	6 064	58,9	15,4	2,9	22,8
Paraná	2 337	60,8	14,5	2,9	21,7
Região Metropolitana de Curitiba	708	57,3	17,4	3,0	22,3
Santa Catarina	1 411	62,0	14,8	2,4	20,8
Rio Grande do Sul	2 316	55,1	16,5	3,2	25,1
Região Metropolitana de Porto Alegre	879	49,2	19,2	4,0	27,6
Centro-Oeste	3 139	54,7	16,3	3,3	25,8
Mato Grosso do Sul	553	55,6	14,5	3,6	26,3
Mato Grosso	633	54,4	21,5	3,0	21,2
Goiás	1 329	57,0	14,5	3,4	25,1
Distrito Federal	625	49,2	16,2	3,0	31,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 2.13 - Arranjos familiares sem filhos residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por tipo e sexo da pessoa de referência, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Arranjos familiares sem filhos residentes em domicílios particulares						
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por tipo e sexo da pessoa de referência (%)					
		Unipessoal		Casal sem filhos		Outros tipos	
		Pessoa de referência do sexo masculino	Pessoa de referência do sexo feminino	Pessoa de referência do sexo masculino	Pessoa de referência do sexo feminino	Pessoa de referência do sexo masculino	Pessoa de referência do sexo feminino
Brasil	25 522	18,0	18,2	41,9	10,1	4,2	7,6
Norte	1 696	21,7	12,0	40,9	11,8	4,9	8,6
Rondônia	216	19,8	13,6	48,3	9,5	3,9	4,8
Acre	76	24,7	13,5	30,4	15,3	6,8	9,4
Amazonas	302	19,0	10,9	37,0	14,8	6,7	11,6
Roraima	61	28,5	9,6	36,9	12,2	6,7	6,1
Pará	794	21,9	11,5	41,8	11,5	4,3	9,1
Região Metropolitana de Belém	225	15,5	14,1	35,1	18,2	4,7	12,5
Amapá	64	34,8	9,6	33,2	11,6	3,6	7,2
Tocantins	182	19,3	15,6	43,5	9,8	4,8	6,9
Nordeste	6 199	17,9	16,2	41,9	9,9	4,2	9,9
Maranhão	606	16,5	11,1	44,1	11,6	3,4	13,3
Piauí	341	14,4	15,2	48,2	6,9	3,8	11,5
Ceará	934	18,5	15,5	43,9	8,0	4,6	9,4
Região Metropolitana de Fortaleza	385	17,3	13,9	42,0	10,7	5,0	11,0
Rio Grande do Norte	368	16,7	12,7	42,8	13,6	4,0	10,3
Paraíba	426	16,6	18,1	42,8	11,4	3,4	7,6
Pernambuco	1 098	14,4	18,1	42,6	9,4	4,8	10,7
Região Metropolitana de Recife	475	13,9	18,4	41,4	10,2	4,9	11,2
Alagoas	312	15,3	15,3	44,3	9,9	4,5	10,7
Sergipe	252	21,0	15,2	43,1	8,3	4,0	8,3
Bahia	1 862	21,1	17,8	37,6	10,3	4,2	8,9
Região Metropolitana de Salvador	531	22,6	18,8	30,9	12,8	5,5	9,5
Sudeste	11 273	17,8	20,1	41,2	9,4	4,3	7,1
Minas Gerais	2 658	19,8	18,2	43,5	7,4	3,7	7,5
Região Metropolitana de Belo Horizonte	637	19,8	19,0	37,0	9,4	5,1	9,8
Espírito Santo	538	19,1	18,6	40,1	11,1	3,8	7,2
Rio de Janeiro	2 465	17,9	22,4	37,0	10,8	4,4	7,5
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	1 880	18,1	23,4	35,2	10,8	4,9	7,5
São Paulo	5 612	16,8	20,2	42,1	9,6	4,7	6,7
Região Metropolitana de São Paulo	2 489	15,6	22,4	39,5	9,0	5,6	7,8
Sul	4 297	15,9	20,0	44,0	11,4	3,5	5,2
Paraná	1 499	16,4	18,9	44,3	10,7	3,8	5,9
Região Metropolitana de Curitiba	466	16,5	22,8	39,5	11,3	4,6	5,3
Santa Catarina	965	15,4	18,4	47,0	11,2	3,1	4,7
Rio Grande do Sul	1 833	15,8	21,8	42,1	12,0	3,4	4,8
Região Metropolitana de Porto Alegre	677	16,8	23,8	36,5	13,8	3,4	5,7
Centro-Oeste	2 058	20,2	15,5	42,0	10,5	4,5	7,4
Mato Grosso do Sul	355	18,9	14,9	47,3	8,7	3,3	6,8
Mato Grosso	474	22,7	13,1	40,7	12,9	4,4	6,1
Goiás	903	19,7	15,7	42,8	9,6	4,8	7,3
Distrito Federal	327	19,0	19,1	35,6	11,3	4,8	10,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 2.14 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Brasil - 2013

(continua)

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares			
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)		
		Até 1/2	Mais de 1/2 a 3/4	Mais de 3/4 a 1
Total	68 376	20,2	12,8	14,6
Unipessoal	9 239	3,8	2,7	22,3
Casal com filhos	30 051	26,6	15,7	12,9
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	15 983	33,2	16,9	12,6
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	4 666	33,0	16,9	13,0
Todos os filhos com 16 anos ou mais	9 402	12,1	13,2	13,2
Casal sem filhos	13 273	10,6	10,4	15,5
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	12 802	28,0	15,7	12,1
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	4 210	42,7	18,9	8,9
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 407	46,1	19,0	11,5
Todos os filhos com 16 anos ou mais	7 186	15,8	13,2	14,1
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	2 837	16,2	11,9	14,8
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	173	10,4	7,3	13,4
Pessoa de referência do sexo masculino	41 812	19,3	12,7	14,1
Unipessoal	4 585	4,3	3,1	18,8
Casal com filhos	23 959	26,5	15,6	12,7
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	12 794	33,2	16,9	12,5
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	3 653	33,0	16,6	12,9
Todos os filhos com 16 anos ou mais	7 512	11,9	12,9	12,9
Casal sem filhos	10 692	10,7	10,3	15,7
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	1 503	18,8	15,0	12,9
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	401	28,3	21,3	12,1
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	116	32,7	20,8	14,2
Todos os filhos com 16 anos ou mais	986	13,4	11,7	13,1
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	986	9,5	9,7	12,4
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	89	8,8	4,0	13,5
Pessoa de referência do sexo feminino	26 564	21,5	12,9	15,3
Unipessoal	4 654	3,4	2,3	25,8
Casal com filhos	6 092	26,9	16,3	13,6
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	3 189	33,0	16,8	13,3
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 013	33,2	18,1	13,5
Todos os filhos com 16 anos ou mais	1 890	13,3	14,5	14,1
Casal sem filhos	2 581	9,9	11,0	14,7
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	11 300	29,2	15,8	12,0
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	3 809	44,2	18,6	8,6
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 291	47,3	18,9	11,3
Todos os filhos com 16 anos ou mais	6 200	16,1	13,5	14,3
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	1 852	19,7	13,1	16,1
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	84	12,1	10,8	13,3

Tabela 2.14 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Brasil - 2013

(conclusão)

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares			
	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)			
	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 salários mínimos	Sem rendimento	Sem declaração
Total	26,2	19,0	2,4	4,8
Unipessoal	30,0	32,9	5,4	2,9
Casal com filhos	24,0	14,5	0,9	5,4
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	20,4	11,5	1,4	4,0
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	21,4	9,6	0,4	5,7
Todos os filhos com 16 anos ou mais	31,6	21,9	0,5	7,5
Casal sem filhos	31,2	26,5	1,6	4,2
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	22,6	11,9	4,8	5,0
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	10,5	4,7	11,7	2,5
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	12,5	4,2	1,8	4,9
Todos os filhos com 16 anos ou mais	31,6	17,6	1,3	6,5
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	29,8	18,7	2,4	6,2
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	24,8	35,2	1,8	7,2
Pessoa de referência do sexo masculino	27,1	20,3	1,7	4,8
Unipessoal	30,9	34,1	5,8	3,1
Casal com filhos	24,2	14,8	0,9	5,3
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	20,5	11,6	1,3	3,9
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	22,1	9,7	0,3	5,5
Todos os filhos com 16 anos ou mais	31,7	22,8	0,4	7,4
Casal sem filhos	31,1	26,4	1,6	4,1
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	27,6	17,7	2,7	5,2
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	21,0	7,1	6,9	3,3
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	19,3	8,7	0,9	3,5
Todos os filhos com 16 anos ou mais	31,3	23,0	1,3	6,2
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	36,3	23,6	1,6	6,9
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	22,4	42,7	0,8	7,8
Pessoa de referência do sexo feminino	24,7	17,1	3,6	4,8
Unipessoal	29,0	31,8	5,0	2,6
Casal com filhos	23,3	13,1	1,0	5,8
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	19,9	11,1	1,4	4,5
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	18,8	9,2	0,8	6,3
Todos os filhos com 16 anos ou mais	31,3	18,5	0,5	7,9
Casal sem filhos	31,5	26,9	1,5	4,5
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	21,9	11,1	5,0	5,0
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	9,5	4,5	12,2	2,4
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	11,9	3,7	1,9	5,0
Todos os filhos com 16 anos ou mais	31,6	16,7	1,3	6,5
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	26,4	16,0	2,9	5,8
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	27,3	27,2	2,8	6,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo familiar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 2.15 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Nordeste - 2013

(continua)

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares			
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)		
		Até 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 3/4 salário mínimo	Mais de 3/4 a 1 salário mínimo
Total	18 104	36,8	15,7	15,4
Unipessoal	2 110	9,3	5,2	33,1
Casal com filhos	8 125	48,0	17,6	10,1
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	4 439	56,6	15,8	8,0
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 292	59,9	15,5	7,2
Todos os filhos com 16 anos ou mais	2 393	25,6	22,0	15,6
Casal sem filhos	3 211	22,2	16,2	20,7
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	3 780	43,2	16,8	11,4
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	1 337	58,9	14,3	5,0
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	433	65,3	15,5	7,0
Todos os filhos com 16 anos ou mais	2 011	28,0	18,7	16,6
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	835	26,0	17,1	18,5
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	42	19,0	13,9	20,5
Pessoa de referência do sexo masculino	10 851	37,2	16,1	14,5
Unipessoal	1 107	10,5	6,4	28,2
Casal com filhos	6 484	48,5	17,4	9,8
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	3 584	57,2	15,7	7,7
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 010	61,0	14,7	6,8
Todos os filhos com 16 anos ou mais	1 891	25,4	22,0	15,4
Casal sem filhos	2 596	22,8	16,2	20,6
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	402	32,9	21,0	13,7
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	113	44,1	24,8	5,5
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	25	50,0	24,5	18,0
Todos os filhos com 16 anos ou mais	264	26,4	19,0	16,8
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	246	18,3	16,5	15,6
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	15	14,7	9,2	12,6
Pessoa de referência do sexo feminino	7 252	36,4	15,1	16,6
Unipessoal	1 003	8,1	3,9	38,4
Casal com filhos	1 641	46,0	18,5	11,5
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	855	54,3	16,4	9,6
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	283	55,9	18,4	8,8
Todos os filhos com 16 anos ou mais	503	26,4	22,3	16,2
Casal sem filhos	615	20,1	15,9	20,9
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	3 378	44,4	16,3	11,1
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	1 223	60,3	13,3	5,0
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	408	66,2	14,9	6,3
Todos os filhos com 16 anos ou mais	1 746	28,2	18,6	16,5
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	589	29,2	17,4	19,7
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	27	21,5	16,5	24,9

Tabela 2.15 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Nordeste - 2013

(conclusão)

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares			
	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)			
	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 salários mínimos	Sem rendimento	Sem declaração
Total	16,9	8,8	2,9	3,5
Unipessoal	27,5	16,5	6,6	1,8
Casal com filhos	12,4	6,9	1,0	3,9
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	9,7	5,6	1,4	2,8
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	9,2	3,9	0,3	4,0
Todos os filhos com 16 anos ou mais	19,2	11,1	0,5	5,9
Casal sem filhos	23,5	12,4	2,2	2,9
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	14,3	5,2	5,6	3,5
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	4,4	2,2	13,5	1,7
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	5,6	2,1	2,1	2,4
Todos os filhos com 16 anos ou mais	22,8	7,9	1,1	5,0
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	20,1	10,1	3,2	5,0
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	24,0	19,0	0,7	3,0
Pessoa de referência do sexo masculino	17,3	9,5	2,0	3,4
Unipessoal	28,6	17,3	7,5	1,6
Casal com filhos	12,4	7,2	0,9	3,8
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	9,6	5,8	1,4	2,7
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	9,3	4,3	0,2	3,7
Todos os filhos com 16 anos ou mais	19,2	11,5	0,4	6,1
Casal sem filhos	23,4	12,0	2,2	2,8
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	19,4	6,3	4,1	2,7
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	9,3	4,9	10,3	1,1
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	5,0	2,5	0,0	0,0
Todos os filhos com 16 anos ou mais	25,0	7,3	1,9	3,6
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	26,7	13,9	2,5	6,5
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	28,5	32,9	0,0	2,1
Pessoa de referência do sexo feminino	16,4	7,8	4,2	3,6
Unipessoal	26,2	15,7	5,7	2,0
Casal com filhos	12,6	5,8	1,2	4,3
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	9,9	4,8	1,5	3,5
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	8,9	2,4	0,8	4,8
Todos os filhos com 16 anos ou mais	19,3	9,6	0,8	5,4
Casal sem filhos	24,1	14,0	1,9	3,2
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	13,7	5,1	5,8	3,6
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	3,9	2,0	13,9	1,7
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	5,6	2,1	2,3	2,6
Todos os filhos com 16 anos ou mais	22,4	8,0	1,0	5,2
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	17,4	8,5	3,5	4,3
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	21,4	11,1	1,1	3,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo familiar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 2.16 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Sudeste - 2013

(continua)

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares			
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)		
		Mais de 2 salários mínimos	Mais de 1/2 a 3/4 salários mínimos	Mais de 3/4 a 1 salários mínimos
Total	29 544	12,4	11,4	14,2
Unipessoal	4 277	1,9	1,6	19,0
Casal com filhos	12 721	16,1	14,7	14,1
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	6 485	21,6	17,2	14,7
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 902	19,4	18,1	15,9
Todos os filhos com 16 anos ou mais	4 335	6,3	9,6	12,4
Casal sem filhos	5 707	5,9	8,3	12,7
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	5 550	19,6	15,2	12,8
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	1 666	33,5	21,6	11,3
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	556	35,6	21,4	14,6
Todos os filhos com 16 anos ou mais	3 328	9,9	11,0	13,2
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	1 219	10,2	9,0	13,1
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	69	7,1	2,4	10,2
Pessoa de referência do sexo masculino	18 126	11,4	11,1	13,5
Unipessoal	2 010	1,9	1,6	14,3
Casal com filhos	10 312	15,9	14,5	13,9
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	5 280	21,6	17,1	14,6
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 521	19,1	18,0	15,8
Todos os filhos com 16 anos ou mais	3 511	6,1	9,1	12,1
Casal sem filhos	4 646	6,0	7,9	12,7
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	670	10,8	11,5	12,5
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	154	18,9	18,0	16,7
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	52	24,8	17,8	13,2
Todos os filhos com 16 anos ou mais	464	6,5	8,6	11,1
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	452	5,4	6,8	10,9
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	36	9,3	0,0	11,3
Pessoa de referência do sexo feminino	11 418	14,1	11,9	15,4
Unipessoal	2 267	2,0	1,6	23,0
Casal com filhos	2 410	16,6	15,5	14,9
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	1 205	22,0	17,3	15,2
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	381	20,4	18,5	16,4
Todos os filhos com 16 anos ou mais	824	7,1	11,4	13,8
Casal sem filhos	1 061	5,2	9,9	12,9
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	4 880	20,8	15,7	12,8
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	1 512	35,0	22,0	10,8
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	504	36,7	21,8	14,7
Todos os filhos com 16 anos ou mais	2 864	10,5	11,4	13,6
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	767	13,0	10,3	14,5
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	33	4,6	5,0	9,1

Tabela 2.16 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Sudeste - 2013

(conclusão)

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares			
	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)			
	Mais de 1 a 2	Mais de 2	Sem rendimento	Sem declaração
Total	29,9	23,6	2,2	6,2
Unipessoal	29,4	39,3	5,1	3,8
Casal com filhos	29,2	17,9	0,9	7,0
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	25,2	14,4	1,4	5,5
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	27,1	12,1	0,5	6,9
Todos os filhos com 16 anos ou mais	36,3	25,6	0,4	9,4
Casal sem filhos	34,1	32,5	1,3	5,2
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	26,6	15,2	4,0	6,6
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	13,8	5,8	10,3	3,6
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	15,5	4,8	1,5	6,6
Todos os filhos com 16 anos ou mais	34,9	21,6	1,2	8,2
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	34,8	22,8	1,8	8,3
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	23,8	43,7	1,9	11,0
Pessoa de referência do sexo masculino	31,2	25,1	1,5	6,2
Unipessoal	30,7	41,9	5,2	4,4
Casal com filhos	29,6	18,3	0,9	6,8
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	25,4	14,6	1,3	5,4
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	28,2	12,1	0,3	6,6
Todos os filhos com 16 anos ou mais	36,5	26,6	0,4	9,1
Casal sem filhos	34,2	32,7	1,3	5,2
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	31,5	23,8	2,0	7,9
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	27,6	7,0	5,9	6,0
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	24,3	11,9	1,5	6,5
Todos os filhos com 16 anos ou mais	33,6	30,7	0,8	8,7
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	39,7	27,7	0,8	8,8
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	19,9	48,6	0,0	10,8
Pessoa de referência do sexo feminino	28,0	21,1	3,4	6,1
Unipessoal	28,2	37,0	5,0	3,2
Casal com filhos	27,9	16,0	1,2	7,9
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	24,3	13,6	1,7	5,9
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	23,0	12,2	1,4	8,1
Todos os filhos com 16 anos ou mais	35,5	21,1	0,4	10,6
Casal sem filhos	34,0	31,5	1,3	5,0
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	25,9	14,0	4,3	6,5
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	12,4	5,7	10,8	3,3
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	14,6	4,1	1,6	6,6
Todos os filhos com 16 anos ou mais	35,1	20,1	1,3	8,1
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	31,9	19,8	2,5	8,1
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	28,0	38,3	3,9	11,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo familiar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 2.17 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Brasil - 2013

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares				
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)			
		Abaixo de 60% da mediana	Igual ou superior a 60% da mediana	Sem rendimento	Sem declaração
Total	68 376	25,2	67,5	2,4	4,8
Unipessoal	9 239	5,1	86,6	5,4	2,9
Casal com filhos	30 051	32,7	61,0	0,9	5,4
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	15 983	40,2	54,4	1,4	4,0
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	4 666	40,1	53,8	0,4	5,7
Todos os filhos com 16 anos ou mais	9 402	16,3	75,7	0,5	7,5
Casal sem filhos	13 273	14,6	79,6	1,6	4,2
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	12 802	34,4	55,8	4,8	5,0
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	4 210	51,7	34,1	11,7	2,5
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 407	53,6	39,8	1,8	4,9
Todos os filhos com 16 anos ou mais	7 186	20,6	71,7	1,3	6,5
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	2 837	20,8	70,6	2,4	6,2
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	173	13,7	77,3	1,8	7,2
Pessoa de referência do sexo masculino	41 812	24,3	69,2	1,7	4,8
Unipessoal	4 585	5,8	85,4	5,8	3,1
Casal com filhos	23 959	32,5	61,3	0,9	5,3
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	12 794	40,3	54,5	1,3	3,9
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	3 653	39,9	54,4	0,3	5,5
Todos os filhos com 16 anos ou mais	7 512	15,8	76,3	0,4	7,4
Casal sem filhos	10 692	14,8	79,5	1,6	4,1
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	1 503	24,7	67,3	2,7	5,2
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	401	38,6	51,3	6,9	3,3
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	116	38,2	57,5	0,9	3,5
Todos os filhos com 16 anos ou mais	986	17,5	75,0	1,3	6,2
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	986	13,0	78,6	1,6	6,9
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	89	11,3	80,1	0,8	7,8
Pessoa de referência do sexo feminino	26 564	26,8	64,9	3,6	4,8
Unipessoal	4 654	4,5	87,8	5,0	2,6
Casal com filhos	6 092	33,3	59,8	1,0	5,8
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	3 189	39,9	54,2	1,4	4,5
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 013	40,9	52,0	0,8	6,3
Todos os filhos com 16 anos ou mais	1 890	18,1	73,4	0,5	7,9
Casal sem filhos	2 581	13,9	80,1	1,5	4,5
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	11 300	35,7	54,3	5,0	5,0
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	3 809	53,1	32,3	12,2	2,4
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 291	54,9	38,2	1,9	5,0
Todos os filhos com 16 anos ou mais	6 200	21,0	71,2	1,3	6,5
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	1 852	25,0	66,3	2,9	5,8
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	84	16,3	74,4	2,8	6,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo familiar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 2.18 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Nordeste - 2013

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares				
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)			
		Abaixo de 60% da mediana	Igual ou superior a 60% da mediana	Sem rendimento	Sem declaração
Total	18 104	43,3	50,3	2,9	3,5
Unipessoal	2 110	11,9	79,7	6,6	1,8
Casal com filhos	8 125	55,0	40,1	1,0	3,9
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	4 439	63,4	32,3	1,4	2,8
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 292	67,3	28,4	0,3	4,0
Todos os filhos com 16 anos ou mais	2 393	32,6	61,0	0,5	5,9
Casal sem filhos	3 211	29,5	65,5	2,2	2,9
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	3 780	50,2	40,6	5,6	3,5
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	1 337	66,2	18,6	13,5	1,7
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	433	70,5	24,9	2,1	2,4
Todos os filhos com 16 anos ou mais	2 011	35,3	58,7	1,1	5,0
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	835	32,3	59,5	3,2	5,0
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	42	27,3	69,0	0,7	3,0
Pessoa de referência do sexo masculino	10 851	43,8	50,8	2,0	3,4
Unipessoal	1 107	13,6	77,3	7,5	1,6
Casal com filhos	6 484	55,4	39,9	0,9	3,8
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	3 584	63,9	32,0	1,4	2,7
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 010	68,2	27,9	0,2	3,7
Todos os filhos com 16 anos ou mais	1 891	32,3	61,2	0,4	6,1
Casal sem filhos	2 596	30,1	64,8	2,2	2,8
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	402	41,6	51,6	4,1	2,7
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	113	55,9	32,7	10,3	1,1
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	25	64,9	35,1	0,0	0,0
Todos os filhos com 16 anos ou mais	264	33,2	61,4	1,9	3,6
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	246	23,8	67,2	2,5	6,5
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	15	23,9	74,0	0,0	2,1
Pessoa de referência do sexo feminino	7 252	42,6	49,6	4,2	3,6
Unipessoal	1 003	9,9	82,4	5,7	2,0
Casal com filhos	1 641	53,3	41,2	1,2	4,3
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	855	61,3	33,6	1,5	3,5
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	283	64,3	30,1	0,8	4,8
Todos os filhos com 16 anos ou mais	503	33,6	60,3	0,8	5,4
Casal sem filhos	615	26,6	68,2	1,9	3,2
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	3 378	51,3	39,3	5,8	3,6
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	1 223	67,2	17,3	13,9	1,7
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	408	70,9	24,3	2,3	2,6
Todos os filhos com 16 anos ou mais	1 746	35,6	58,3	1,0	5,2
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	589	35,8	56,3	3,5	4,3
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	27	29,2	66,2	1,1	3,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo familiar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 2.19 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Sudeste - 2013

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares				
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)			
		Abaixo de 60% da mediana	Igual ou superior a 60% da mediana	Sem rendimento	Sem declaração
Total	29 544	16,7	74,8	2,2	6,2
Unipessoal	4 277	2,8	88,4	5,1	3,8
Casal com filhos	12 721	21,5	70,5	0,9	7,0
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	6 485	28,5	64,6	1,4	5,5
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 902	26,3	66,3	0,5	6,9
Todos os filhos com 16 anos ou mais	4 335	9,0	81,1	0,4	9,4
Casal sem filhos	5 707	8,6	84,9	1,3	5,2
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	5 550	25,6	63,7	4,0	6,6
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	1 666	43,6	42,5	10,3	3,6
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	556	44,0	47,8	1,5	6,6
Todos os filhos com 16 anos ou mais	3 328	13,6	77,0	1,2	8,2
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	1 219	13,7	76,1	1,8	8,3
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	69	7,9	79,3	1,9	11,0
Pessoa de referência do sexo masculino	18 126	15,4	76,8	1,5	6,2
Unipessoal	2 010	2,7	87,7	5,2	4,4
Casal com filhos	10 312	21,3	70,9	0,9	6,8
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	5 280	28,5	64,8	1,3	5,4
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 521	26,0	67,1	0,3	6,6
Todos os filhos com 16 anos ou mais	3 511	8,5	81,9	0,4	9,1
Casal sem filhos	4 646	8,7	84,8	1,3	5,2
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	670	15,0	75,1	2,0	7,9
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	154	28,4	59,7	5,9	6,0
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	52	25,9	66,1	1,5	6,5
Todos os filhos com 16 anos ou mais	464	9,4	81,2	0,8	8,7
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	452	7,7	82,8	0,8	8,8
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	36	9,3	79,9	0,0	10,8
Pessoa de referência do sexo feminino	11 418	18,8	71,7	3,4	6,1
Unipessoal	2 267	2,8	89,0	5,0	3,2
Casal com filhos	2 410	22,4	68,5	1,2	7,9
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	1 205	28,6	63,8	1,7	5,9
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	381	27,5	63,1	1,4	8,1
Todos os filhos com 16 anos ou mais	824	11,1	77,9	0,4	10,6
Casal sem filhos	1 061	8,2	85,4	1,3	5,0
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	4 880	27,1	62,2	4,3	6,5
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	1 512	45,2	40,7	10,8	3,3
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	504	45,9	46,0	1,6	6,6
Todos os filhos com 16 anos ou mais	2 864	14,3	76,4	1,3	8,1
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	767	17,2	72,2	2,5	8,1
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	33	6,4	78,6	3,9	11,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo familiar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 2.20 - Arranjos familiares monoparentais com filhos residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por sexo da pessoa de referência e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Arranjos familiares monoparentais com filhos residentes em domicílios particulares						
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por sexo da pessoa de referência e grupos de idade (%)					
		Pessoa de referência do sexo masculino			Pessoa de referência do sexo feminino		
		Menores de 16 anos de idade	Menores e maiores de 16 anos de idade	Maiores de 16 anos de idade	Menores de 16 anos de idade	Menores e maiores de 16 anos de idade	Maiores de 16 anos de idade
Brasil	12 802	3,1	0,9	7,7	29,8	10,1	48,4
Norte	1 000	5,3	1,7	8,1	35,0	11,1	38,9
Rondônia	81	6,6	2,1	8,2	32,9	9,4	40,8
Acre	44	2,8	2,8	5,9	34,0	15,4	39,1
Amazonas	234	5,1	1,8	6,8	37,5	10,8	38,0
Roraima	36	5,5	1,0	8,0	42,3	8,5	34,8
Pará	468	5,1	1,5	9,6	33,1	11,0	39,9
Região Metropolitana de Belém	174	2,8	0,8	7,8	30,2	10,3	48,1
Amapá	42	11,0	0,6	4,9	29,9	14,0	39,6
Tocantins	96	4,6	2,2	6,2	39,6	11,3	36,2
Nordeste	3 780	3,0	0,7	7,0	32,4	10,8	46,2
Maranhão	388	3,2	0,6	7,9	34,2	11,7	42,3
Piauí	227	2,5	0,5	8,5	41,5	8,3	38,7
Ceará	579	3,0	0,5	7,4	32,4	10,7	46,1
Região Metropolitana de Fortaleza	263	3,2	0,5	7,1	28,0	11,3	49,9
Rio Grande do Norte	218	4,6	1,2	5,5	33,3	11,3	44,0
Paraíba	267	1,9	1,2	6,4	29,5	10,9	50,1
Pernambuco	617	1,7	0,6	6,6	28,0	9,7	53,4
Região Metropolitana de Recife	308	2,5	0,7	6,1	22,6	8,7	59,5
Alagoas	224	3,0	-	4,1	30,3	11,6	51,1
Sergipe	163	3,6	0,9	8,0	31,6	12,4	43,6
Bahia	1 098	3,6	0,7	7,2	33,3	11,1	44,0
Região Metropolitana de Salvador	338	2,8	0,7	6,6	31,1	10,1	48,7
Sudeste	5 550	2,8	0,9	8,4	27,2	9,1	51,6
Minas Gerais	1 409	2,6	1,0	8,5	30,2	9,4	48,3
Região Metropolitana de Belo Horizonte	404	2,5	0,8	6,8	29,2	8,7	51,9
Espírito Santo	235	3,4	1,2	6,3	32,1	6,1	50,9
Rio de Janeiro	1 209	3,1	0,8	7,5	24,0	8,8	55,7
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	928	3,1	0,9	7,3	23,2	8,5	57,0
São Paulo	2 697	2,7	1,0	8,8	26,7	9,3	51,6
Região Metropolitana de São Paulo	1 368	2,8	0,7	7,9	26,6	9,6	52,4
Sul	1 560	2,9	1,0	7,4	28,8	11,1	48,7
Paraná	575	2,7	0,8	8,5	27,5	10,0	50,5
Região Metropolitana de Curitiba	179	2,2	0,7	8,9	23,6	10,4	54,1
Santa Catarina	327	3,1	0,4	6,8	27,6	14,4	47,7
Rio Grande do Sul	657	3,1	1,4	6,9	30,6	10,5	47,5
Região Metropolitana de Porto Alegre	278	4,1	1,2	7,4	29,9	9,4	48,0
Centro-Oeste	912	3,8	0,8	6,7	30,1	10,3	48,3
Mato Grosso do Sul	165	4,2	1,5	6,2	35,1	8,0	45,0
Mato Grosso	153	4,7	0,6	7,0	31,9	12,9	43,0
Goiás	379	3,6	0,7	7,7	27,3	9,6	51,2
Distrito Federal	216	3,0	0,6	5,1	30,1	11,6	49,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Educação

A educação é um bem coletivo essencial para a promoção da cidadania e apresenta um visível impacto nas condições gerais de vida da população, o que a torna cada vez mais imprescindível para a inserção social plena. Além disso, a educação é reconhecidamente a principal mediadora de oportunidades existentes nas sociedades democráticas, participando de forma inequívoca na determinação dos rendimentos do trabalho e da mobilidade social. Nesse sentido, a elevação do nível educacional da população e a maior igualdade no acesso à educação de qualidade devem ser objetivos prioritários da sociedade.

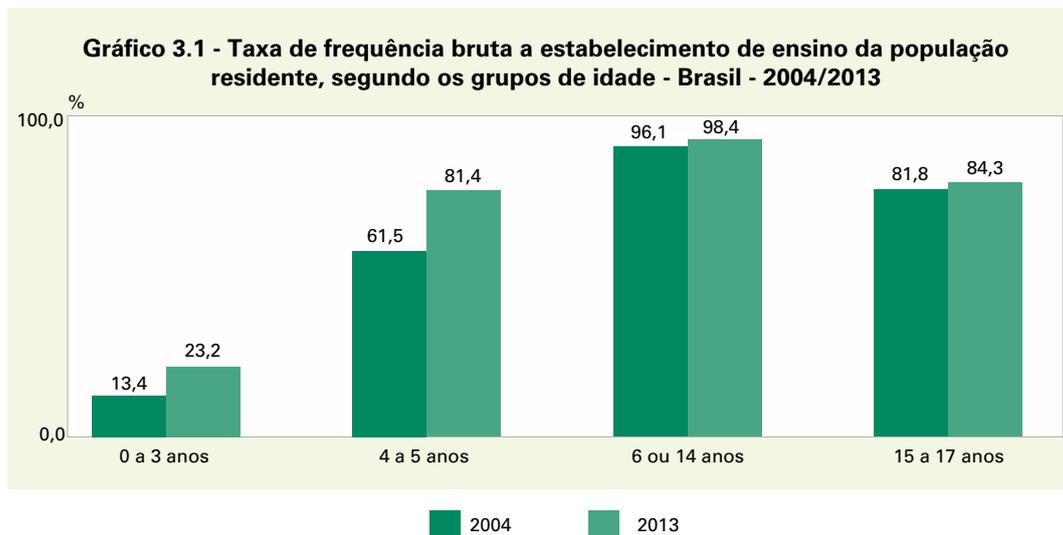
Os dados obtidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, realizada pelo IBGE, permitem retratar o sistema educacional brasileiro e monitorar diversas dimensões da escolaridade da população brasileira. Esse sistema está legalmente organizado em dois níveis: educação básica e superior. A educação básica, por sua vez, divide-se em três níveis: educação infantil, que compreende formalmente a faixa de 0 a 5 anos de idade, ensino fundamental, de 6 a 14 anos de idade, e ensino médio, de 15 a 17 anos de idade. Trata-se de um sistema descentralizado, no qual a educação infantil e o ensino fundamental são de responsabilidade de oferta e gestão dos municípios enquanto o ensino médio é, prioritariamente, de responsabilidade dos estados e do Distrito Federal. É competência do governo federal, dentre outras atribuições, atuar no ensino superior e prestar assistência técnica e financeira às esferas estadual e municipal, buscando garantir a equidade dos gastos nas diferentes Unidades da Federação.

Em termos gerais, na última década, foram continuadas e aprofundadas as políticas educacionais anteriormente adotadas.

Com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, institucionalizado pela Lei nº 11.494, de 20.06.2007 (BRASIL, 2007), foi possível ampliar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, instituído pela Lei nº 9.424, de 24.12.1996 (BRASIL, 1996b), o qual vigorou até 2006. O FUNDEB passou a destinar recursos para a educação básica, tanto na modalidade regular quanto na integrada à educação profissional e educação de jovens e adultos. Em 2006, a obrigatoriedade do ensino fundamental foi ampliada de 8 para 9 anos, através da Lei nº 11.274, de 06.02.2006 (BRASIL, 2006), e, no ano seguinte, o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, do Ministério da Educação, deu clara ênfase ao ensino fundamental e definiu metas para a melhoria da qualidade a partir do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB¹.

Merece destaque a Emenda Constitucional nº 59, de 11.11.2009, que ampliou, progressivamente, a obrigatoriedade da educação básica para a faixa de 4 a 17 anos de idade até 2016. A Lei nº 12.796, de 04.04.2013, oficializou essa mudança, alterando o texto original da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB instituída pela Lei nº 9.394, de 20.12.1996 (BRASIL, 1996a, 2013a). A educação básica passou a ser obrigatória dos 4 aos 17 anos de idade e organizada em três etapas: pré-escola (nível obrigatório da educação infantil), ensino fundamental e ensino médio.

Houve um crescimento substantivo do acesso à educação infantil de acordo com os dados da PNAD 2013. De 2004 a 2013, as taxas de escolarização das crianças de 0 a 3 anos e de 4 e 5 anos de idade subiram de 13,4% e 61,5% para 23,2% e 81,4%, respectivamente (Gráfico 3.1 e Tabela 3.1). A taxa de frequência escolar bruta das pessoas de 6 a 14 anos de idade permaneceu próxima da universalização. Por sua vez, a proporção de jovens de 15 a 17 anos de idade que frequentava escola cresceu somente 2,5 pontos percentuais, passando de 81,8% em 2004 para 84,3% em 2013.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013.

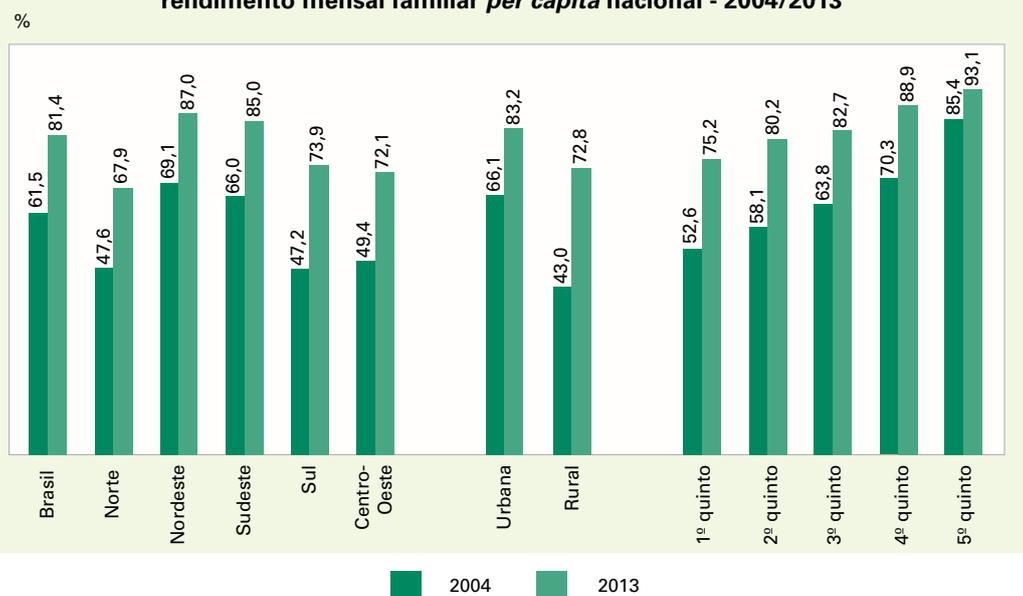
¹ Esse indicador integra os resultados de desempenho dos alunos com as informações sobre rendimento escolar provenientes do Censo Escolar da Educação Básica, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. O desempenho dos alunos é medido por meio da Prova Brasil e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB. A Prova Brasil é uma avaliação em larga escala aplicada aos alunos das 4ª e 8ª séries (5º e 9º anos) do ensino fundamental, de escolas públicas localizadas em áreas urbanas. O SAEB é aplicado para amostras de estudantes do 5º e 9º ano (4ª e 8ª séries) do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio, nas redes pública e privada. As duas avaliações medem o desempenho dos alunos em português e matemática, além de fornecerem informações sobre seu contexto socioeconômico.

Tendo em conta a Meta 1 do Plano Nacional de Educação - PNE, estabelecido no Projeto de Lei nº 8.035, de 20 de dezembro de 2010 (BRASIL, 2010), apesar do avanço observado, permanece desafiador ampliar para 50% o atendimento escolar das crianças de até 3 anos de idade, até 2020 e de universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos. Por sua vez, esses grupos etários sofrerão decréscimo populacional significativo até 2060, o que representa uma oportunidade para a expansão da oferta e da qualidade do ensino nos anos iniciais de formação da criança².

Os anos iniciais da infância são cruciais para o desenvolvimento cognitivo. Nesse período, determinados estímulos ou experiências exercem maior influência, em especial nas habilidades envolvidas no processo de aprendizado da linguagem, do que em qualquer outra época da vida (ARAÚJO, 2011; CUNHA; HECKMAN, 2009). Atrasar o estímulo dessas habilidades torna muito mais difícil obter os mesmos resultados mais tarde, podendo significar uma perda de potencial humano, o que não pode ser ignorado na formulação de políticas públicas educacionais.

Nesse sentido, a antecipação da obrigatoriedade da educação básica para 4 anos de idade representa uma medida importante. Nesse aspecto, cabe ressaltar que as desigualdades regionais de acesso são significativas. Em 2013, o Norte possuía a menor proporção de crianças de 4 e 5 anos na escola (67,9%), contra 87,0% no Nordeste e 85,0% no Sudeste (Gráfico 3.2 e Tabela 3.2). Essas diferenças regionais resultam de fatores que vão desde questões culturais aos limites da oferta de estabelecimentos de ensino e dificuldades de deslocamento. Além disso, 27,2% das crianças dessa faixa etária, que viviam na área rural, não frequentava a escola. O acesso à escola estava próximo da universalização (93,1%) para o quinto mais rico (os 20% com maiores rendimentos), enquanto as crianças de 4 e 5 anos pertencentes ao quinto mais pobre (os 20% com menores rendimentos) apresentaram uma escolarização de 75,2%.

Gráfico 3.2 - Proporção das crianças de 4 e 5 anos de idade que frequentam instituição de ensino, segundo as Grandes Regiões, a situação do domicílio e os quintos do rendimento mensal familiar per capita nacional - 2004/2013

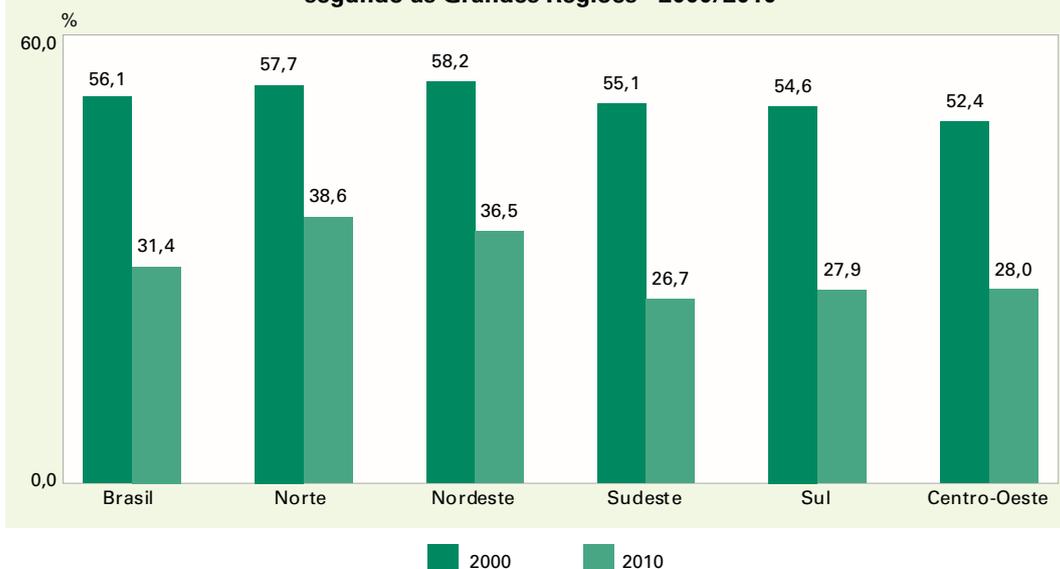


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2004/2013.

² Para mais informações sobre o tema, ver Tabela 1.2 no Capítulo 1, **Aspectos demográficos**.

Outro desafio da educação básica é universalizar o atendimento escolar dos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, de acordo com a Meta 4 do PNE. Uma das deficiências que mais impacta o acesso à escola é a deficiência motora severa, isto é, crianças com grande dificuldade ou que não conseguem de modo algum andar ou subir degraus. A partir do Censo Demográfico 2010 é possível observar mudanças significativas no acesso à escola das crianças de 6 a 14 anos com deficiência motora severa entre 2000 e 2010 (Gráfico 3.3). Enquanto mais da metade dessas crianças estavam fora da escola em 2000, cerca de um terço das mesmas não frequentavam escola em 2010. Durante esses 10 anos, verificou-se uma ampliação das diferenças regionais. Por exemplo, a Região Sudeste apresentava uma proporção de crianças fora da escola com deficiência motora severa nessa faixa etária 3,1 pontos percentuais menor do que a Região Nordeste em 2000. Em 2010, essa diferença percentual passa para 9,8 pontos percentuais, 36,5% para Nordeste e 26,7% para Sudeste. Mesmo com melhoria em todas as regiões, os avanços não foram suficientes para a universalização do atendimento escolar desse grupo.

Gráfico 3.3 - Proporção das crianças de 6 a 14 anos de idade com deficiência motora severa que não frequentam instituição de ensino, segundo as Grandes Regiões - 2000/2010



Fonte: IBGE, Amostra do Censo Demográfico 2000/2010.

Nota: Foram considerados como portadores de deficiência motora severa aqueles que apresentaram o primeiro ou o segundo nível mais grave de dificuldade de deficiência motora em 2000 (incapaz/grande dificuldade permanente) e em 2010 (Sim, não consegue de modo algum/Sim, grande dificuldade).

A adequação da infraestrutura escolar às crianças com deficiência motora é essencial para viabilizar o acesso e manutenção dessas crianças na escola. Em 2012, de acordo com o Censo Escolar da Educação Básica realizado pelo INEP, do total de matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental, 26,3% pertenciam a escolas que possuíam banheiro e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida. Esse percentual era de 25,4% nas escolas públicas e de 31,2% nas escolas privadas. A diferença na adequação da infraestrutura para esse grupo é ainda maior quando se comparam a proporção de matrículas nas escolas das áreas urbanas com a das áreas rurais (Tabela 1). Políticas de acesso e permanência na escola, nesses casos, passam pela adequação do espaço escolar (via rampas, elevadores, banheiros, etc) assim como requerem integração com políticas, por exemplo, de mobilidade/transporte.

Tabela 1 - Matrícula nos anos iniciais do ensino fundamental, total e proporção de matrículas em escolas que oferecem recursos para alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, segundo a dependência administrativa e a localização - Brasil - 2012

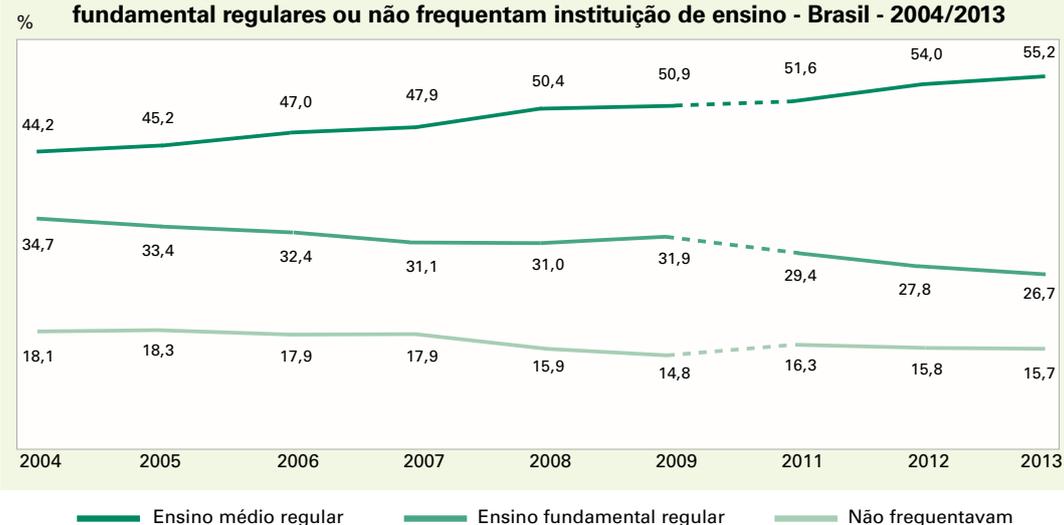
Dependência administrativa e localização	Matrícula nos anos iniciais do ensino fundamental	
	Total	Proporção de matrículas em escolas que oferecem recursos para alunos com deficiência ou mobilidade reduzida (%) (1)
Total	16 016 030	26,3
Pública	13 533 964	25,4
Federal	7 164	65,0
Estadual	2 610 030	27,5
Municipal	10 916 770	24,9
Privada	2 482 066	31,2
Localização		
Urbana	13 162 350	30,7
Rural	2 853 680	6,0

Fonte: MEC/Inep, Censo Escolar da Educação Básica 2012.

(1) Banheiro e vias adequadas.

A universalização da educação básica obrigatória dependerá também do aumento da frequência escolar no ensino médio. Além disso, a elevada frequência escolar bruta dos jovens de 15 a 17 anos de idade (84,3%) não significa que eles estavam frequentando o nível adequado à sua faixa etária. O Gráfico 3.4 evidencia que as proporções desses jovens que frequentavam o ensino médio subiu de 44,2% para 55,2% de 2004 a 2013, elevando a taxa de frequência escolar líquida. Consequentemente, observa-se queda da proporção desses jovens no ensino fundamental, reduzindo de 34,7% em 2004, para 26,7% em 2013. A visível regularização do fluxo escolar foi possível graças à diminuição da evasão e da reprovação escolar (Gráfico 3.4 e Tabela 3.3).

Gráfico 3.4 - Proporção das pessoas de 15 a 17 anos de idade que frequentam ensino médio, fundamental regulares ou não frequentam instituição de ensino - Brasil - 2004/2013



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013.

Nota: Exclusiva Educação de Jovens e Adultos (EJA), supletivo, Alfabetização de Jovens e Adultos (AJA), curso superior e pré-vestibular.

Contudo, a realização da Meta 3 do PNE, que vislumbra o aumento da frequência escolar líquida dessa faixa etária para 85%, ainda exigirá um empenho significativo, especialmente se forem consideradas as desigualdades que permeiam esse indicador

de eficiência escolar. Os jovens de 15 a 17 anos de idade brancos possuíam uma taxa de frequência escolar líquida 14,4% pontos percentuais maior do que a dos jovens pretos ou pardos, com 49,3% (Tabela 3.4). As mulheres tinham frequência escolar líquida 9,9% pontos percentuais maior do que a dos homens, 50,3% (Tabela 3.5). A vantagem das jovens pode estar relacionada a papéis de gênero que direcionam os jovens mais cedo para o mercado de trabalho, fazendo com que eles conciliem mais frequentemente estudo e trabalho, reduzindo seu tempo disponível para os estudos e agravando seu atraso escolar³.

O atraso escolar no ensino médio reflete o nível de permanência e sucesso na etapa anterior, isto é, no ensino fundamental. A média de anos de estudo do segmento etário 10 a 14 anos é um indicador da trajetória educacional daqueles que deveriam ter no mínimo quatro anos de estudo (levando em conta que a variável anos de estudo está adaptada ao ensino fundamental de 8 anos). O Gráfico 3.5 evidencia que o atraso escolar se intensifica na medida em que a idade aumenta, e que ocorreu um lento avanço entre 2004 e 2013 (Tabela 3.6).



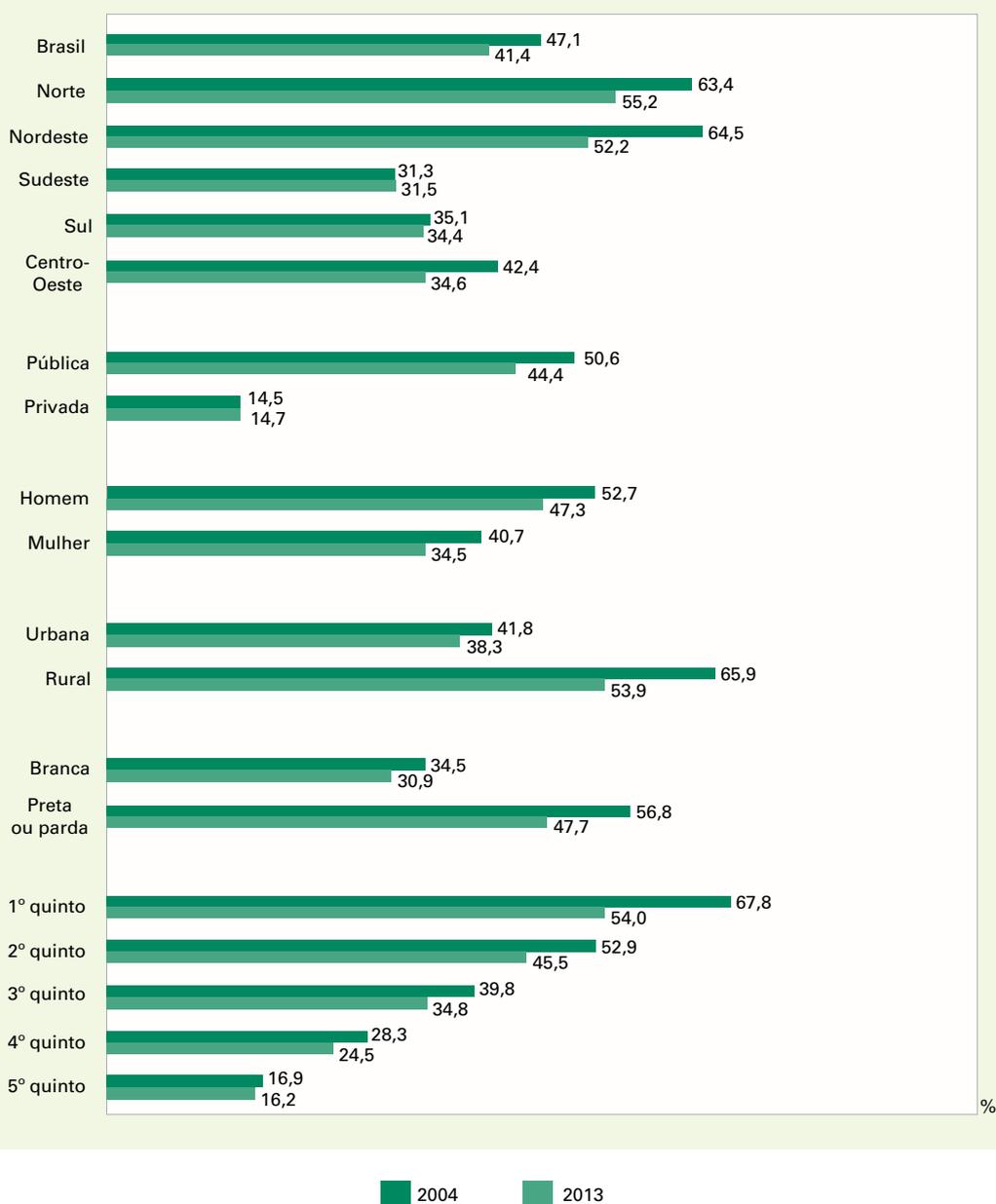
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013.

Uma forma de conhecer melhor os estudantes com atraso escolar no ensino fundamental é investigar o perfil do grupo com distorção idade-série, isto é, dos estudantes que frequentavam ensino fundamental regular com idade dois anos ou mais acima da adequada para a série/ano que frequentam. A distorção idade-série atingia quase metade dos estudantes de 13 a 16 anos de idade em 2004 (47,1%) e 41,4% deles em 2013, totalizando cerca de 3,7 milhões de estudantes (Gráfico 3.6 e Tabela 3.7). Em 2013, as Regiões Norte e Nordeste apresentaram as maiores taxas de distorção idade-série (55,2% e 52,2%, respectivamente). A proporção desses estudantes com atraso no ensino fundamental era mais elevada entre estudantes da rede de ensino pública, homens, residentes em área rural e de cor preta ou parda. Além disso, os 20% mais pobres da distribuição do rendimento mensal familiar *per capita* nacional (1º quinto)

³ Para informações mais detalhadas sobre esse tema, ver Tabela 1.16 e Tabela 2 no Capítulo 1, **Aspectos demográficos**.

possuíam taxa distorção idade-série 3,3 vezes maior do que a taxa dos estudantes pertencentes aos 20% mais ricos (5º quinto), fazendo com que o atraso escolar afetasse mais da metade desses estudantes (54,0%). Em 2004, a distância entre o 1º quinto e o 5º quinto era ainda maior (4,3 vezes).

Gráfico 3.6 - Proporção de pessoas de 13 a 16 anos de idade que frequentam ensino fundamental regular com distorção idade-série, segundo algumas características selecionadas Brasil - 2004/2013



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2004/2013.

Nota: A proporção de estudantes de 13 a 16 anos de idade com distorção idade-série foi calculada dividindo-se o total de estudantes que frequentavam ensino fundamental regular com idade dois anos ou mais acima da adequada para a série/ano que frequentavam pelo total de estudantes dessa faixa etária.

Além de indicadores que avaliam a adequação do fluxo escolar, como a taxa de frequência escolar líquida e a distorção idade-série, é importante acompanhar o principal indicador de resultados educacionais qualitativos para a educação básica, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB. Desde 2007, o Brasil vem alcançando as metas estabelecidas em todas as etapas do ensino básico – anos iniciais e finais do ensino fundamental e ensino médio. Entretanto, os resultados de 2013 indicam que, apesar das melhoras no fluxo escolar, o desempenho no ensino médio não melhorou conforme o planejado em nenhuma das dependências administrativas. Além disso, o IDEB de 2013 revela o elevado nível de estratificação do sistema educacional brasileiro entre as redes pública e particular. Por exemplo, em 2013, a rede pública de ensino médio atingia apenas 63% do IDEB alcançado pela rede particular.

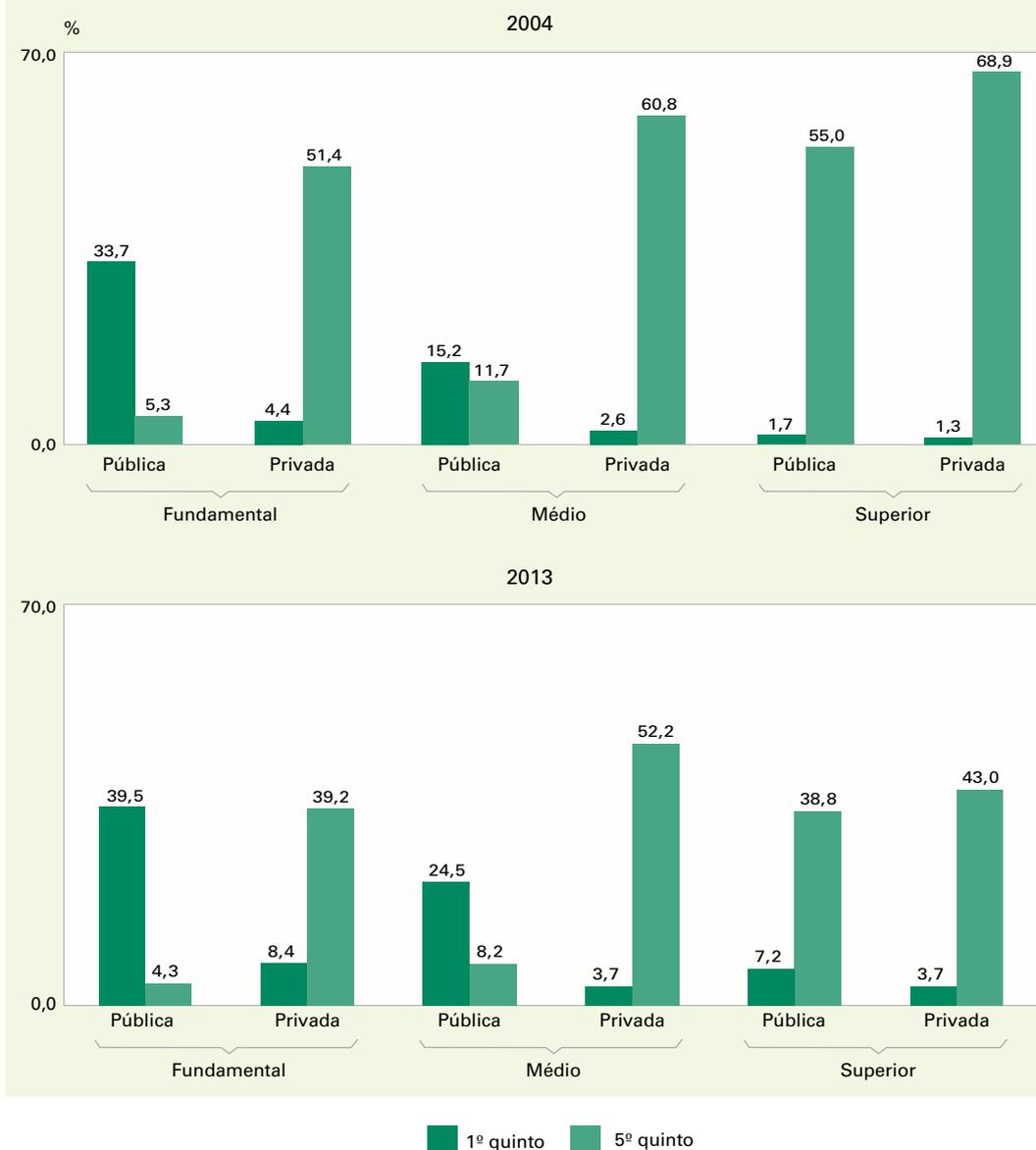
Tabela 2 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, observado e metas, por nível de ensino, segundo a dependência administrativa - Brasil - 2013

Dependência administrativa	Anos iniciais do ensino fundamental		Anos finais do ensino fundamental		Ensino médio	
	IDEB observado	Metas	IDEB observado	Metas	IDEB observado	Metas
Total	5,2	4,9	4,2	4,4	3,7	3,9
Pública	4,9	4,7	4,0	4,1	3,4	3,6
Estadual	5,4	5,0	4,0	4,2	3,4	3,6
Municipal	4,9	4,5	3,8	3,9	–	–
Particular	6,7	6,8	5,9	6,5	5,4	6,0

Fonte: Resultados e metas. In: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB. Brasília, DF, 2014. <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam?cid=106661>>. Acesso em: dez. 2014.

A rede privada atendia 14,0%, 13,1% e 76,1% dos estudantes dos ensinos fundamental, médio e superior em 2013, respectivamente (Tabela 3.8). Durante os nove anos analisados, a rede pública continuou atendendo uma proporção maior de alunos pertencentes aos 20% com menores rendimentos no ensino fundamental e médio, enquanto que a rede privada concentrou um percentual maior de alunos provenientes do quinto com maiores rendimentos (5º quinto), independentemente do aumento da participação dos mais pobres na rede privada de educação básica (Gráficos 3.7 e 3.9). Em relação ao ensino superior, é importante verificar a redução da participação relativa dos estudantes mais ricos entre 2004 e 2013 nas duas redes de ensino. Em 2004, eles representavam 55,0% e 68,9% dos estudantes nas redes de ensino pública e privada, respectivamente. Em 2013, esses valores caem para 38,8% e 43,0%, respectivamente. Como resultado, os estudantes do quinto com maiores rendimentos deixaram de ser maioria nas duas redes do ensino superior, aumentando o acesso de estudantes provenientes dos demais estratos de rendimento, inclusive dos mais pobres.

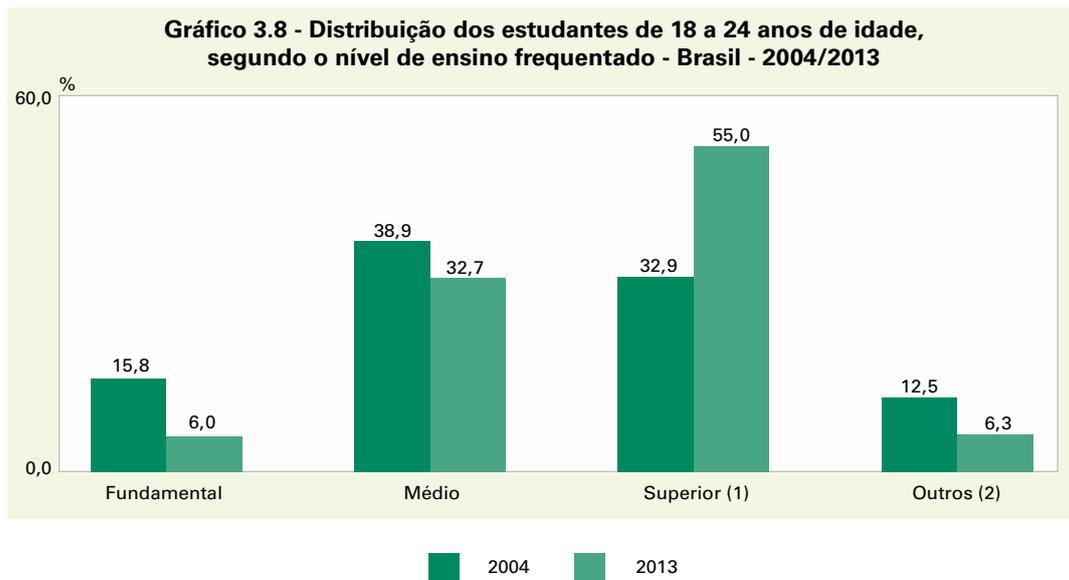
Gráfico 3.7 - Distribuição percentual dos estudantes da rede pública e particular no ensino fundamental, médio e superior, por quintos de rendimento mensal familiar *per capita* - Brasil - 2004/2013



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013.

De fato, observou-se um aumento da proporção de pessoas de 18 a 24 anos de idade que frequentava o ensino superior. Essa proporção era de 10,4%, em 2004, e passou para 16,3%, em 2013 (Tabela 3.3), mas terá que dobrar até 2020 para atingir a Meta 12 do PNE, que prevê essa expansão, assegurando a qualidade da oferta. O aumento da taxa de frequência escolar líquida no ensino médio observada entre os estudantes de 15 a 17 anos de idade nos últimos anos certamente irá acelerar esse processo. Um avanço nesse sentido já pode ser observado com a queda significativa de 15,8% para 6,0% na proporção dos estudantes de 18 a 24 anos que frequentavam o ensino fundamental entre 2004 e 2013 (Gráfico 3.9 e Tabela 3.10). Em 2013, entre os estudantes dessa faixa

etária, 55,0% frequentavam o ensino superior, enquanto, em 2004, somente 32,9% desses estudantes estavam no nível de ensino recomendado para a sua faixa etária. Contudo, essa adequação da idade em relação ao curso frequentado ainda é bastante desigual dependendo da cor ou raça do estudante. Enquanto do total de estudantes brancos de 18 a 24 anos 69,4% frequentavam o ensino superior, apenas 40,7% dos jovens estudantes pretos ou pardos cursavam o mesmo nível (Tabela 3.11). Essa proporção ainda é menor do que o patamar alcançado pelos jovens brancos em 2004 (47,2%).

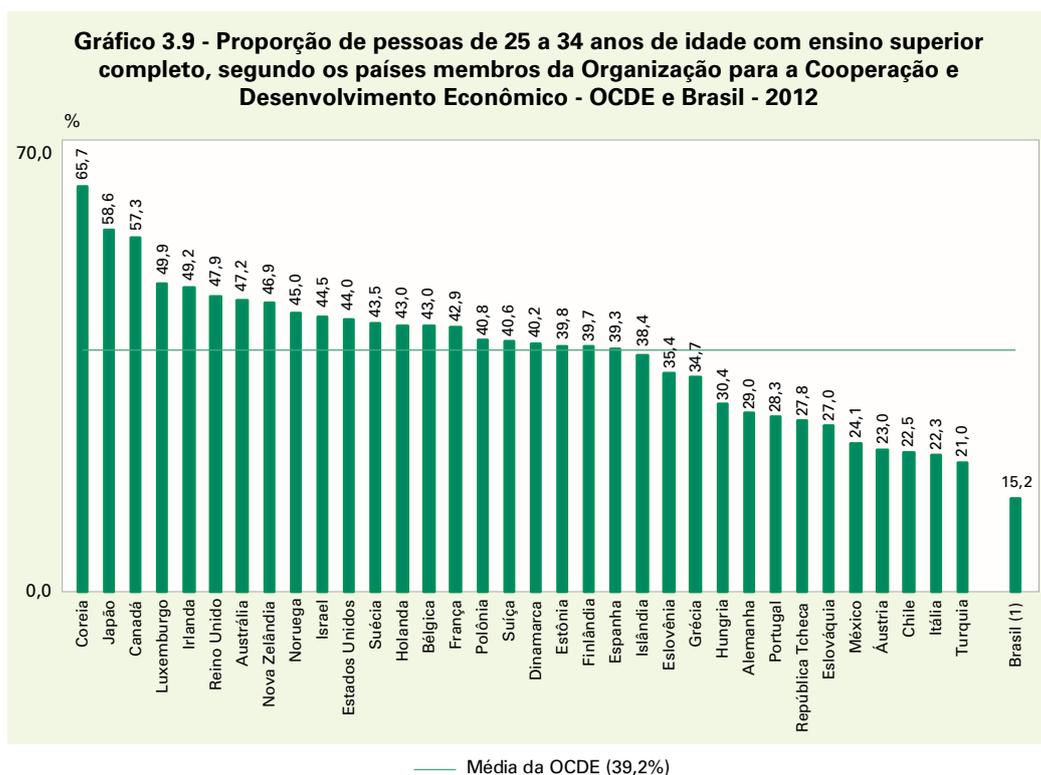


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013.

(1) Inclusive mestrado e doutorado. (2) Pré-vestibular, supletivo e alfabetização de adultos.

É importante ressaltar que, em 2013, 31,0% dos jovens de 18 a 24 anos de idade não haviam concluído o ensino médio e não estavam estudando, representando uma queda de 7,6 pontos percentuais nos últimos nove anos (Tabela 3.12). Essa taxa representa o abandono escolar precoce, um importante indicador de vulnerabilidade na medida em que esses jovens podem, futuramente, tornar-se um grupo com menos oportunidades de inserção qualificada no mercado de trabalho. Para fins comparativos, a taxa média de abandono escolar precoce entre os jovens dessa faixa etária nos 28 países membros da União Europeia, divulgado em 2013, pelo Instituto de Estatística da União Europeia (Statistical Office of the European Communities - EUROSTAT) foi de 12,0% (INDICATORS..., 2014). Em 2013, o abandono escolar precoce atingia cerca de metade dos jovens de 18 a 24 anos de idade pertencentes ao quinto mais pobre (50,9%) enquanto no quinto mais rico essa proporção era de apenas 9,8% (Tabela 3.12).

Outro importante indicador divulgado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE (Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD), na publicação *Education at a glance 2014* (2014), é a proporção de pessoas de 25 a 34 anos com ensino superior completo ou mais em 2012. Na comparação com os países membros da OCDE, o Brasil possui a menor proporção de pessoas com ensino superior dessa faixa etária (Gráfico 3.10). Entretanto, nos últimos nove anos, houve um incremento significativo nessa proporção, que praticamente dobrou de valor se comparada com a de 2004, passando de 8,1% para 15,2%, em 2013 (Tabela 3.16).



Fonte: Education at a glance 2014: OECD indicators. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD, 2014. Disponível em: <<http://www.oecd.org/edu/education-at-a-glance-2014.pdf>>. Acesso em: dez. 2014.

(1) Dado proveniente da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013, realizada pelo IBGE.

A evolução da média de anos de estudo permite, por sua vez, o acompanhamento do processo de democratização escolar, isto é, das oportunidades de acesso ao ensino. A escolaridade média da população de 25 anos ou mais de idade aumentou de 2004 a 2013, passando de 6,4 para 7,7 anos de estudo completos (Tabela 3.14). Apenas 41,8% das pessoas dessa faixa etária alcançaram 11 anos de estudo ou mais, o que era esperado considerando-se o impacto da baixa escolaridade da população idosa⁴ na evolução desse indicador (Tabela 3.13). A análise da média de anos de estudo por quintos do rendimento familiar *per capita* evidencia que o incremento de escolaridade foi mais intenso para o quinto inferior, cujo aumento foi de 45,9%, enquanto o quinto superior apresentou uma elevação de 9,2% na média de anos de estudo entre 2004 e 2013. Essa evolução pode significar maior igualdade educacional entre os distintos estratos de renda, mas não se pode perder de vista que o aumento observado para o quinto mais pobre também reflete o patamar relativamente mais baixo do qual ele partiu no início do período (Gráfico 3.10). Ao selecionar uma faixa etária mais jovem, de 18 a 24 anos de idade, observa-se que a média de anos de estudo completos era de 8,4 e passou para 9,8 no mesmo período, ainda distante da Meta 8 do PNE, que busca atingir um mínimo de 12 anos de estudo para a população nessa faixa etária até 2020 (Tabela 3.15).

⁴ Para informações mais detalhadas sobre esse tema, ver Tabela 1.21 no Capítulo 1, **Aspectos demográficos**.

Gráfico 3.10 - Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade, segundo os quintos do rendimento mensal familiar *per capita* - Brasil - 2004/2013



Fonte: Education at a glance 2014: OECD indicators. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD, 2014. Disponível em: <<http://www.oecd.org/edu/Education-at-a-Glance-2014.pdf>>. Acesso em: dez. 2014.
(1) Inclusive pessoas sem declaração de rendimento mensal *per capita*.

Outro aspecto relevante com relação à realidade educacional brasileira é a evolução da taxa de analfabetismo entre as pessoas de 15 anos ou mais. Houve uma queda de 3,0 pontos percentuais nessa taxa nos nove anos analisados, reduzindo a proporção de pessoas que não sabiam ler nem escrever de 11,5%, em 2004, para 8,5% em 2013 (Tabela 3.18). De acordo com os dados mais recentes, a maior incidência de analfabetismo ocorre entre homens (8,8%), entre os de cor preta ou parda (11,5%) e entre aqueles com idade acima dos 65 anos (27,7%). Outras dimensões pertinentes são a renda, a região de residência e situação do domicílio. A taxa de analfabetismo é maior entre aqueles que pertencem ao quinto mais pobre (13,9%), entre os que residem na Região Nordeste (16,9%) e entre aqueles que estavam nas áreas rurais (20,8%). Vale ressaltar que entre os jovens de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos de idade o analfabetismo está praticamente erradicado, com taxas de 1,0% e 1,6%, respectivamente.

Os dados apresentados pela PNAD 2013 e outras fontes revelam uma série de avanços em diversos aspectos das características educacionais da população brasileira, mas também apontam para importantes desafios a serem enfrentados, tendo como referência, por exemplo, as metas do PNE. Em termos gerais, foi verificado um aumento da frequência escolar para todas as faixas etárias analisadas da educação básica, ainda que universalização dos níveis recentemente incluídos no ensino obrigatório ainda não tenha sido alcançada. Além disso, o atraso escolar continua incidindo sobre um contingente significativo de estudantes. Por outro lado, observou-se uma melhora progressiva do fluxo escolar nos últimos nove anos, mesmo que esse processo não tenha beneficiado a todos no mesmo ritmo. Finalmente, a democratização do perfil dos estudantes do ensino superior na rede pública e na privada tem contribuído para o aumento da população com ensino superior completo.

Tabela 3.1 - Taxa de frequência bruta a estabelecimento de ensino da população residente, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Taxa de frequência bruta a estabelecimento de ensino da população residente (%)						
	Total	Grupos de idade					
		0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 anos ou mais
Brasil	27,9	23,4	81,2	98,4	84,3	30,1	4,1
Norte	33,2	9,2	67,9	97,1	84,1	32,8	5,6
Rondônia	29,2	8,8	56,9	98,2	83,4	28,5	4,8
Acre	35,7	7,4	58,6	96,8	80,2	33,8	6,8
Amazonas	35,3	4,7	63,6	96,2	82,4	35,5	7,5
Roraima	32,6	11,6	73,8	98,1	84,0	32,2	6,3
Pará	32,8	11,2	73,9	97,3	85,6	31,4	5,1
Região Metropolitana de Belém	29,5	15,7	80,9	97,8	87,9	35,4	5,1
Amapá	35,9	8,5	62,4	95,6	82,7	35,3	6,6
Tocantins	31,7	12,1	67,4	98,2	84,6	35,6	4,1
Nordeste	30,4	19,3	86,9	98,1	83,1	30,1	4,7
Maranhão	34,7	15,1	87,2	98,4	84,5	30,7	4,4
Piauí	32,3	16,1	93,9	98,8	88,6	35,1	5,1
Ceará	29,6	22,0	92,5	98,8	83,2	25,6	4,4
Região Metropolitana de Fortaleza	28,8	21,1	87,9	98,4	82,9	28,2	5,0
Rio Grande do Norte	29,0	25,6	89,7	98,7	79,8	30,4	5,0
Paraíba	29,5	17,1	87,8	97,3	79,7	31,5	5,8
Pernambuco	28,1	21,1	82,2	97,6	83,1	28,3	4,2
Região Metropolitana de Recife	26,8	26,0	84,8	98,6	82,4	30,8	4,5
Alagoas	31,4	20,7	75,6	97,1	80,0	28,7	4,8
Sergipe	31,2	21,6	92,2	99,1	86,1	36,6	4,2
Bahia	30,1	18,2	86,1	98,0	82,7	31,6	4,9
Região Metropolitana de Salvador	28,3	26,6	88,4	98,0	84,5	34,8	5,4
Sudeste	25,8	28,4	84,9	99,0	86,0	28,5	3,5
Minas Gerais	26,5	21,5	81,1	98,7	85,8	29,9	3,6
Região Metropolitana de Belo Horizonte	27,1	27,5	85,0	99,3	87,4	31,1	4,4
Espírito Santo	26,7	26,1	81,8	98,3	84,6	28,0	3,6
Rio de Janeiro	25,3	27,5	84,0	99,2	88,4	32,1	3,3
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	24,9	27,8	82,0	99,3	88,3	35,1	3,5
São Paulo	25,6	32,1	87,3	99,2	85,2	26,6	3,5
Região Metropolitana de São Paulo	26,3	32,2	86,3	99,2	86,0	28,3	3,7
Sul	25,8	32,5	72,9	98,5	82,9	30,6	3,9
Paraná	26,4	31,0	77,1	98,8	83,4	30,2	4,0
Região Metropolitana de Curitiba	26,3	33,7	74,2	98,7	83,8	30,0	4,5
Santa Catarina	26,3	38,5	84,0	98,7	80,8	30,2	4,2
Rio Grande do Sul	25,0	30,6	62,0	98,1	83,8	31,4	3,7
Região Metropolitana de Porto Alegre	25,1	32,6	56,2	97,7	81,4	31,1	4,1
Centro-Oeste	28,3	18,3	72,1	98,4	83,7	34,2	4,9
Mato Grosso do Sul	27,3	23,3	75,6	98,1	77,9	27,0	5,4
Mato Grosso	28,7	15,9	71,8	99,3	83,9	31,9	5,3
Goiás	27,2	14,1	69,1	98,0	83,7	33,5	3,8
Distrito Federal	31,3	26,0	76,5	98,8	88,6	45,0	6,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 3.2 - Proporção de pessoas de 4 e 5 anos de idade que frequentam estabelecimento de ensino, segundo as Grandes Regiões e algumas características selecionadas - 2004/2013

Grandes Regiões e algumas características selecionadas	Proporção de pessoas de 4 e 5 anos de idade que frequentam estabelecimento de ensino (%)	
	2004	2013
Brasil	61,5	81,4
Norte	47,6	67,9
Nordeste	69,1	87,0
Sudeste	66,0	85,0
Sul	47,2	73,9
Centro-Oeste	49,4	72,1
Situação do domicílio		
Urbana	66,1	83,2
Rural	43,0	72,8
Sexo		
Homem	61,1	80,7
Mulher	61,9	82,0
Cor ou raça (1)		
Branca	63,9	83,9
Preta ou parda	59,1	79,4
Quintos de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> nacional		
1° quinto	52,6	75,2
2° quinto	58,1	80,2
3° quinto	63,8	82,7
4° quinto	70,3	88,9
5° quinto	85,4	93,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013.

(1) Exclui-se as pessoas de cor ou raça amarela e indígena.

Tabela 3.3 - Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente de 6 a 24 anos de idade, por grupos de idade e nível de ensino, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente de 6 a 24 anos de idade, por grupos de idade e nível de ensino (%)		
	6 a 14 anos, no ensino fundamental	15 a 17 anos, no ensino médio	18 a 24 anos, no ensino superior (1)
Brasil	92,5	55,2	16,4
Norte	91,5	44,9	12,4
Rondônia	92,7	49,4	14,0
Acre	90,1	45,5	15,7
Amazonas	90,5	44,2	14,3
Roraima	92,9	59,9	19,2
Pará	91,8	39,9	8,7
Região Metropolitana de Belém	92,2	50,1	14,4
Amapá	90,3	52,3	18,9
Tocantins	92,6	57,1	16,9
Nordeste	91,6	46,2	12,3
Maranhão	91,2	50,2	8,5
Piauí	93,9	42,8	14,3
Ceará	92,9	52,9	12,6
Região Metropolitana de Fortaleza	92,8	49,3	16,4
Rio Grande do Norte	92,8	41,2	14,7
Paraíba	91,4	44,8	17,6
Pernambuco	90,0	51,2	13,6
Região Metropolitana de Recife	90,9	53,7	16,9
Alagoas	91,2	37,4	12,5
Sergipe	91,3	43,2	17,4
Bahia	91,3	41,4	9,5
Região Metropolitana de Salvador	90,7	45,9	15,6
Sudeste	93,4	63,1	17,7
Minas Gerais	94,6	60,9	17,2
Região Metropolitana de Belo Horizonte	95,8	62,6	18,8
Espírito Santo	92,4	55,0	18,4
Rio de Janeiro	92,2	52,5	16,8
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	92,8	55,7	18,7
São Paulo	93,3	69,3	18,1
Região Metropolitana de São Paulo	93,2	70,8	18,7
Sul	93,2	59,2	20,7
Paraná	94,8	61,5	20,7
Região Metropolitana de Curitiba	94,8	61,3	20,6
Santa Catarina	91,8	62,6	22,5
Rio Grande do Sul	92,6	55,0	19,6
Região Metropolitana de Porto Alegre	92,0	54,2	19,7
Centro-Oeste	92,2	57,2	22,3
Mato Grosso do Sul	94,3	51,0	17,6
Mato Grosso	91,5	63,3	19,0
Goiás	91,6	56,2	21,8
Distrito Federal	92,7	57,3	31,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Exclusivo mestrado e doutorado.

Tabela 3.4 - Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente de 6 a 24 anos de idade, por grupos de idade, nível de ensino e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2013

Grandes Regiões	Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente de 6 a 24 anos de idade, por grupos de idade e nível de ensino (%) (1)		
	6 a 14 anos, no ensino fundamental	15 a 17 anos, no ensino médio	18 a 24 anos, no ensino superior (2)
Branca			
Brasil	92,7	63,6	23,5
Norte	91,6	53,8	19,2
Nordeste	91,5	52,9	19,7
Sudeste	93,1	69,5	24,4
Sul	93,0	62,9	24,0
Centro-Oeste	92,9	62,8	29,4
Preta ou parda			
Brasil	92,4	49,5	10,8
Norte	91,5	42,8	10,5
Nordeste	91,6	44,0	9,5
Sudeste	93,7	57,3	10,9
Sul	94,1	48,5	9,6
Centro-Oeste	92,0	54,0	17,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Exclusive as pessoas de cor ou raça amarela e indígena. (2) Exclusive mestrado e doutorado.

Tabela 3.5 - Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente de 6 a 24 anos de idade, por grupos de idade, nível de ensino e sexo, segundo as Grandes Regiões - 2013

Grandes Regiões	Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente de 6 a 24 anos de idade, por grupos de idade e nível de ensino (%)		
	6 a 14 anos, no ensino fundamental	15 a 17 anos, no ensino médio	18 a 24 anos, no ensino superior (1)
Homens			
Brasil	92,5	50,4	14,0
Norte	91,4	39,8	9,9
Nordeste	91,7	39,2	10,1
Sudeste	93,2	59,7	15,3
Sul	93,4	56,6	17,4
Centro-Oeste	92,7	52,5	20,0
Mulheres			
Brasil	92,5	60,1	18,8
Norte	91,6	50,2	14,8
Nordeste	91,4	53,7	14,4
Sudeste	93,6	66,5	20,0
Sul	93,1	62,0	24,1
Centro-Oeste	91,8	61,7	24,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Exclusive mestrado e doutorado.

Tabela 3.6 - Média de anos de estudo das pessoas de 10 a 14 anos de idade que frequentavam instituição de ensino, por idade pontual, segundo as Grandes Regiões - 2013

Grandes Regiões	Média de anos de estudo das pessoas, por idade pontual				
	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos
Brasil	2,5	3,3	4,2	5,0	6,0
Norte	2,3	3,1	3,8	4,6	5,4
Nordeste	2,4	3,2	4,0	4,8	5,6
Sudeste	2,6	3,5	4,3	5,2	6,2
Sul	2,5	3,4	4,4	5,3	6,2
Centro-Oeste	2,4	3,3	4,3	5,1	6,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Inclusive pessoas com anos de estudo indeterminados.

Tabela 3.7 - Proporção de pessoas de 13 a 16 anos de idade que frequentam ensino fundamental com distorção idade-série, segundo as Grandes Regiões e algumas características selecionadas - 2004/2013

Grandes Regiões e algumas características selecionadas	Proporção de pessoas de 13 a 16 anos de idade que frequentam ensino fundamental com distorção idade-série (1)	
	2004	2013
Brasil	47,1	41,4
Norte	63,4	55,2
Nordeste	64,5	52,2
Sudeste	31,3	31,5
Sul	35,1	34,4
Centro-Oeste	42,4	34,6
Situação do domicílio		
Urbana	41,8	38,3
Rural	65,9	53,9
Sexo		
Homem	52,7	47,3
Mulher	40,7	34,5
Cor ou raça (2)		
Branca	34,5	30,9
Preta ou parda	56,8	47,7
Quintos de rendimento mensal familiar per capita nacional		
1º quinto	67,8	54,0
2º quinto	52,9	45,5
3º quinto	39,8	34,8
4º quinto	28,3	24,5
5º quinto	16,9	16,2
Rede de ensino		
Pública	50,6	44,4
Privada	14,5	14,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013.

(1) A proporção de estudantes de 13 a 16 anos de idade com distorção idade-série foi calculada dividindo-se o total de estudantes que frequentavam ensino fundamental regular com idade dois anos ou mais acima da adequada para a série/ano que frequentavam pelo total de estudantes dessa faixa etária. (2) Exclusive as pessoas de cor ou raça amarela e indígena

Tabela 3.8 - Distribuição percentual das pessoas que frequentam estabelecimento de ensino, por nível e rede de ensino frequentado, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição percentual das pessoas que frequentam estabelecimento de ensino, por nível e rede de ensino frequentados (%)					
	Fundamental (1)		Médio (1)		Superior (2)	
	Pública	Particular	Pública	Particular	Pública	Particular
Brasil	85,7	14,3	86,6	13,4	23,7	76,3
Norte	92,3	7,7	92,6	7,4	32,6	67,4
Rondônia	94,9	5,1	93,7	6,3	21,7	78,3
Acre	97,0	3,0	96,6	3,4	34,6	65,4
Amazonas	91,1	8,9	91,3	8,7	26,9	73,1
Roraima	96,1	3,9	95,0	5,0	44,5	55,5
Pará	91,5	8,5	91,9	8,1	40,2	59,8
Região Metropolitana de Belém	76,6	23,4	84,2	15,8	35,8	64,2
Amapá	91,8	8,2	94,2	5,8	30,6	69,4
Tocantins	93,5	6,5	94,7	5,3	29,1	70,9
Nordeste	84,1	15,9	88,8	11,2	32,0	68,0
Maranhão	93,4	6,6	93,2	6,8	26,2	73,8
Piauí	88,8	11,2	88,5	11,5	37,4	62,6
Ceará	82,6	17,4	88,3	11,7	25,6	74,4
Região Metropolitana de Fortaleza	73,1	26,9	81,1	18,9	24,3	75,7
Rio Grande do Norte	81,3	18,7	90,7	9,3	46,9	53,1
Paraíba	78,0	22,0	82,9	17,1	53,1	46,9
Pernambuco	77,8	22,2	87,1	12,9	29,3	70,7
Região Metropolitana de Recife	66,7	33,3	82,2	17,8	30,0	70,0
Alagoas	89,0	11,0	86,0	14,0	32,1	67,9
Sergipe	80,0	20,0	84,6	15,4	42,6	57,4
Bahia	83,6	16,4	89,9	10,1	23,9	76,1
Região Metropolitana de Salvador	65,8	34,2	81,4	18,6	17,7	82,3
Sudeste	84,3	15,7	84,0	16,0	17,6	82,4
Minas Gerais	90,2	9,8	89,2	10,8	21,1	78,9
Região Metropolitana de Belo Horizonte	86,1	13,9	84,1	15,9	15,5	84,5
Espírito Santo	89,5	10,5	88,5	11,5	22,2	77,8
Rio de Janeiro	73,6	26,4	76,6	23,4	24,4	75,6
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	68,6	31,4	74,1	25,9	25,1	74,9
São Paulo	84,9	15,1	83,8	16,2	13,5	86,5
Região Metropolitana de São Paulo	83,7	16,3	82,3	17,7	12,7	87,3
Sul	88,7	11,3	86,2	13,8	22,8	77,2
Paraná	87,5	12,5	86,3	13,7	30,1	69,9
Região Metropolitana de Curitiba	84,8	15,2	83,2	16,8	24,9	75,1
Santa Catarina	88,3	11,7	85,9	14,1	15,5	84,5
Rio Grande do Sul	90,2	9,8	86,3	13,7	20,7	79,3
Região Metropolitana de Porto Alegre	86,7	13,3	80,5	19,5	19,1	80,9
Centro-Oeste	84,5	15,5	85,1	14,9	23,9	76,1
Mato Grosso do Sul	90,5	9,5	83,6	16,4	24,1	75,9
Mato Grosso	90,3	9,7	89,7	10,3	28,1	71,9
Goiás	83,2	16,8	87,3	12,7	25,1	74,9
Distrito Federal	75,8	24,2	73,9	26,1	19,3	80,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Exclusive educação de jovens e adultos ou supletivo. (2) Exclusive mestrado e doutorado.

Tabela 3.9 - Estudantes da rede pública e da rede particular no ensino fundamental, médio e superior, total e respectiva distribuição percentual, segundo os quintos de rendimento mensal familiar *per capita* - Brasil - 2013

Quintos de rendimento mensal familiar <i>per capita</i>	Estudantes					
	Ensino fundamental		Ensino médio		Ensino superior	
	Rede pública	Rede particular	Rede pública	Rede particular	Rede pública	Rede particular
Números absolutos (1 000 pessoas) (1)						
Total	25 210	3 979	7 335	1 072	1 522	4 837
Distribuição percentual (%)						
1° quinto	39,5	8,4	24,5	3,7	7,2	3,7
2° quinto	27,9	14,2	26,5	8,2	11,5	8,3
3° quinto	16,9	16,2	21,8	11,8	17,3	15,9
4° quinto	11,3	22,1	19,0	24,1	25,2	29,1
5° quinto	4,3	39,2	8,2	52,2	38,8	43,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Exclui as pessoas em famílias sem rendimentos, sem declaração de rendimentos, pensionistas, empregados domésticos e parentes do empregado doméstico.

Tabela 3.10 - Estudantes de 18 a 24 anos de idade, total e respectiva distribuição percentual, por nível de ensino frequentado, segundo as Grandes Regiões - 2013

Grandes Regiões	Estudantes de 18 a 24 anos de idade				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por nível de ensino frequentado (%)			
		Fundamental	Médio	Superior (1)	Outros (2)
Brasil	6 839	6,0	32,8	55,1	6,2
Norte	702	10,8	42,8	37,9	8,5
Nordeste	1 971	10,9	41,5	41,2	6,4
Sudeste	2 603	2,9	28,9	62,7	5,5
Sul	963	2,7	22,3	68,6	6,4
Centro-Oeste	600	2,5	26,7	65,6	5,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Inclui mestrado e doutorado. (2) Pré-vestibular, supletivo e alfabetização de adultos.

Tabela 3.11 - Estudantes de 18 a 24 anos de idade, total e respectiva distribuição percentual, por nível de ensino frequentado e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2013

Grandes Regiões	Estudantes de 18 a 24 anos de idade (1)				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por nível de ensino frequentado (%)			
		Fundamental	Médio	Superior (2)	Outros (3)
Branca					
Brasil	3 388	2,9	22,4	69,5	5,2
Norte	176	4,1	34,3	52,2	9,4
Nordeste	605	6,1	30,1	58,1	5,6
Sudeste	1 542	1,9	20,3	73,1	4,8
Sul	795	2,3	19,4	73,1	5,2
Centro-Oeste	271	2,0	18,5	75,5	4,0
Preta ou parda					
Brasil	3 389	8,8	43,4	40,7	7,1
Norte	510	11,7	46,1	34,0	8,2
Nordeste	1 350	12,9	46,7	33,7	6,6
Sudeste	1 051	4,4	41,6	47,3	6,7
Sul	161	4,7	37,6	45,5	12,2
Centro-Oeste	318	3,0	33,8	57,2	6,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Exclusive as pessoas de cor ou raça amarela e indígena. (2) Inclui mestrado e doutorado. (3) Pré-vestibular, supletivo e alfabetização de adultos.

Tabela 3.12 - Proporção de pessoas de 18 a 24 anos de idade, com menos de 11 anos de estudo e que não frequentavam escola, por quintos de rendimento mensal familiar *per capita* nacional, segundo as Grandes Regiões - 2013

Grandes Regiões	Proporção de pessoas de 18 a 24 anos de idade, com menos de 11 anos de estudo e que não frequentavam escola (%)					
	Total (1)	Quintos de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> nacional				
		1º quinto	2º quinto	3º quinto	4º quinto	5º quinto
Brasil	30,8	50,8	41,1	30,9	22,1	9,4
Norte	34,4	48,0	38,0	30,1	21,4	10,2
Nordeste	35,7	50,2	39,1	27,4	19,3	7,9
Sudeste	26,2	50,3	40,6	29,6	19,9	8,3
Sul	32,0	64,0	52,1	40,6	28,2	11,2
Centro-Oeste	30,3	53,3	45,6	34,2	25,8	11,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Inclusive pessoas sem declaração de rendimento familiar *per capita*.

Tabela 3.13 - Pessoas de 25 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas de 25 anos ou mais de idade								
	Total (1 000 pessoas) (1)	Distribuição percentual, por grupos de anos de estudo (%)							
		Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 anos	9 e 10 anos	11 anos	12 a 14 anos	15 anos ou mais
Brasil	123 275	12,2	9,3	21,9	10,1	3,9	24,5	5,7	12,2
Norte	8 984	15,3	11,7	21,3	9,1	4,4	24,4	4,8	8,6
Rondônia	988	15,1	11,6	26,0	10,6	4,4	19,8	3,5	8,6
Acre	377	24,7	8,6	16,9	7,9	3,4	21,3	5,0	10,7
Amazonas	1 897	16,0	6,4	16,6	10,1	3,4	28,7	8,1	10,4
Roraima	260	15,6	6,7	18,1	7,4	5,0	29,6	7,2	10,3
Pará	4 279	14,0	14,9	23,4	8,9	5,1	23,2	3,5	6,7
Região Metropolitana de Belém	1 294	5,9	7,1	19,0	10,8	6,8	34,4	4,9	10,8
Amapá	366	14,3	7,7	15,2	8,7	4,1	30,7	6,9	12,4
Tocantins	816	16,2	12,4	21,6	7,3	4,0	22,9	3,7	11,8
Nordeste	32 367	20,8	12,7	20,4	8,0	4,0	21,8	4,0	8,0
Maranhão	3 536	26,1	14,0	18,6	7,8	4,0	19,4	3,1	6,8
Piauí	1 816	23,8	16,5	20,6	7,2	4,0	16,4	3,3	8,0
Ceará	5 094	20,9	11,4	19,6	9,8	3,9	22,5	4,1	7,4
Região Metropolitana de Fortaleza	2 592	11,8	8,5	19,3	11,2	4,8	28,5	5,4	10,1
Rio Grande do Norte	2 028	19,8	11,9	19,3	7,7	5,0	22,9	3,8	9,2
Paraíba	2 323	21,7	14,3	21,1	7,1	3,8	17,7	4,3	10,1
Pernambuco	5 535	17,3	11,3	21,6	8,4	3,3	24,3	4,4	9,1
Região Metropolitana de Recife	2 699	11,4	6,9	19,1	9,5	4,1	31,7	5,1	11,6
Alagoas	1 811	24,5	15,4	20,6	8,1	4,4	16,4	3,3	6,9
Sergipe	1 282	18,4	14,0	21,4	8,7	3,8	20,5	4,1	8,6
Bahia	8 941	19,7	11,9	20,7	7,1	4,2	24,1	4,4	7,6
Região Metropolitana de Salvador	2 663	6,4	6,2	18,0	8,2	5,4	34,7	7,2	13,7
Sudeste	54 259	8,2	7,2	21,9	11,1	3,6	26,9	6,4	14,5
Minas Gerais	12 919	10,5	10,9	27,5	9,3	3,6	22,2	4,3	11,6
Região Metropolitana de Belo Horizonte	3 735	7,5	6,8	22,5	10,7	4,0	26,9	5,3	16,2
Espírito Santo	2 396	10,3	9,1	24,5	10,0	4,3	26,4	4,1	11,3
Rio de Janeiro	10 780	7,2	6,3	20,1	11,6	4,2	27,3	7,3	15,8
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	8 055	6,5	5,1	18,5	11,7	4,3	28,1	8,1	17,6
São Paulo	28 163	7,4	5,8	19,9	11,8	3,4	28,9	7,3	15,6
Região Metropolitana de São Paulo	16 378	7,0	4,5	18,1	11,5	3,2	29,4	8,2	18,0
Sul	18 528	7,8	8,3	24,9	11,7	3,8	22,8	6,6	13,6
Paraná	6 945	9,5	8,4	20,3	11,6	3,9	24,3	6,9	14,4
Região Metropolitana de Curitiba	3 085	7,8	6,5	17,0	12,3	3,5	26,1	8,1	18,4
Santa Catarina	4 271	6,7	7,9	25,3	12,6	3,3	22,8	7,5	13,5
Rio Grande do Sul	7 311	6,9	8,5	29,1	11,3	4,0	21,4	5,8	12,9
Região Metropolitana de Porto Alegre	3 818	6,8	6,2	23,0	12,6	3,7	24,6	7,0	16,1
Centro-Oeste	9 139	11,2	8,9	21,1	9,5	4,4	23,7	6,3	14,6
Mato Grosso do Sul	1 567	11,8	11,3	23,1	8,5	4,9	21,1	6,3	12,8
Mato Grosso	1 902	13,5	9,1	21,4	11,1	4,1	23,2	4,7	12,7
Goiás	3 950	11,9	9,5	22,8	9,9	4,8	23,6	6,0	11,3
Distrito Federal	1 719	6,7	5,3	14,8	7,8	3,6	27,1	8,9	25,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Inclusive pessoas com anos de estudo indeterminados.

Tabela 3.14 - Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões e algumas características selecionadas - 2004/2013

Grandes Regiões e algumas características selecionadas	Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade	
	2004	2013
Brasil	6,4	7,7
Norte	5,8	7,1
Nordeste	4,9	6,4
Sudeste	7,1	8,4
Sul	6,8	8,0
Centro-Oeste	6,6	8,1
Situação do domicílio		
Urbana	7,0	8,2
Rural	3,2	4,4
Sexo		
Homem	6,3	7,5
Mulher	6,5	7,9
Cor ou raça (1)		
Branca	7,3	8,6
Preta ou parda	5,2	6,8
Grupos de idade		
25 a 64 anos	6,8	8,3
65 anos ou mais	3,3	4,2
Quintos de rendimento mensal familiar per capita nacional		
1º quinto	3,7	5,4
2º quinto	4,4	6,1
3º quinto	4,9	6,3
4º quinto	6,5	7,8
5º quinto	9,8	10,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013.

(1) Exclui as pessoas de cor ou raça amarela e indígena.

Tabela 3.15 - Média de anos de estudo das pessoas de 18 a 24 anos de idade, por quintos de rendimento mensal familiar per capita nacional, segundo as Grandes Regiões - 2013

Grandes Regiões	Média de anos de estudo das pessoas de 18 a 24 anos de idade					
	Total (1)	Quintos de rendimento mensal familiar per capita nacional				
		1º quinto	2º quinto	3º quinto	4º quinto	5º quinto
Brasil	9,8	8,1	8,9	9,7	10,4	11,7
Norte	9,2	7,8	8,8	9,5	10,4	11,5
Nordeste	9,1	7,9	8,7	9,7	10,5	11,8
Sudeste	10,2	8,6	9,2	9,9	10,6	11,8
Sul	10,1	8,0	8,6	9,5	10,2	11,6
Centro-Oeste	10,1	8,6	9,0	9,6	10,4	11,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013

(1) Inclusive pessoas sem declaração de rendimento familiar per capita.

Tabela 3.16 - Pessoas de 25 a 34 anos de idade, total e com ensino superior completo, total e respectiva proporção, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2013

Grandes Regiões	Pessoas de 25 a 34 anos de idade						
	Total (1 000 pessoas)	Total (1 000 pessoas)	Com ensino superior completo				
			Total	Sexo		Cor ou raça (1)	
				Homens	Mulheres	Branca	Preta ou parda
Brasil	32 311	4 918	15,2	12,7	17,6	23,3	8,4
Norte	2 786	285	10,2	8,1	12,3	18,8	7,9
Nordeste	8 956	811	9,1	7,1	10,8	15,4	6,7
Sudeste	13 634	2 558	18,8	16,2	21,1	26,4	9,6
Sul	4 357	773	17,8	14,1	21,2	21,4	5,7
Centro-Oeste	2 578	491	19,0	16,1	21,8	28,0	13,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Exclusive as pessoas de cor ou raça amarela e indígena.

Tabela 3.17 - Pessoas de 25 a 64 anos de idade, total e que frequentam escola, total e respectiva proporção, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2013

Grandes Regiões	Pessoas de 25 a 64 anos de idade						
	Total (1 000 pessoas)	Total (1 000 pessoas)	Que frequentam escola				
			Total	Sexo		Cor ou raça (1)	
				Homens	Mulheres	Branca	Preta ou parda
Brasil	105 496	4 987	4,7	4,0	5,4	4,8	4,6
Norte	7 988	498	6,2	4,7	7,7	7,0	5,9
Nordeste	27 588	1 472	5,3	4,2	6,4	5,8	5,1
Sudeste	46 167	1 853	4,0	3,6	4,4	4,3	3,7
Sul	15 742	719	4,6	4,2	4,9	4,8	3,6
Centro-Oeste	8 011	445	5,6	4,6	6,5	5,7	5,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Exclusive as pessoas de cor ou raça amarela e indígena.

Tabela 3.18 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões e algumas características selecionadas - 2004/2013

Grandes Regiões e algumas características selecionadas	Taxa de analfabetismo das pessoas 15 anos ou mais de idade	
	2004	2013
Brasil	11,5	8,5
Norte	13,0	9,5
Nordeste	22,4	16,9
Sudeste	6,6	4,8
Sul	6,3	4,6
Centro-Oeste	9,2	6,5
Situação do domicílio		
Urbana	8,7	6,4
Rural	25,8	20,8
Sexo		
Homem	11,7	8,8
Mulher	11,3	8,2
Cor ou raça (1)		
Branca	7,2	5,2
Preta ou parda	16,3	11,5
Grupos de idade		
15 a 19	2,4	1,0
20 a 24	4,0	1,6
25 a 34	6,6	3,2
35 a 44	9,6	6,3
45 a 54	14,0	9,3
55 a 64	23,5	14,8
65 ou mais	34,4	27,7
Quintos de rendimento mensal familiar per capita		
1° quinto	21,4	13,9
2° quinto	16,9	11,8
3° quinto	15,5	12,9
4° quinto	7,4	5,9
5° quinto	2,1	2,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013.

(1) Exclusive as pessoas de cor ou raça amarela e indígena.

Tabela 3.19 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade que frequentam cursos de educação de jovens e adultos ou supletivo, total e respectiva distribuição percentual, por nível de ensino, grupos de idade, cor ou raça e sexo, segundo as Grandes Regiões - 2013

Grandes Regiões	Pessoas de 15 anos ou mais de idade, que frequentam cursos de educação de jovens e adultos ou supletivo								
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual (%)							
		Nível de ensino		Grupos de idade		Cor ou raça (1)		Sexo	
		Funda- mental	Médio	15 a 24 anos	25 anos ou mais	Branca	Preta ou parda	Homem	Mulher
Brasil	1 239 743	58,9	41,1	37,0	63,0	33,3	65,5	43,0	57,0
Norte	178 052	68,8	31,2	43,5	56,5	22,4	74,0	41,7	58,3
Nordeste	445 856	70,8	29,2	36,1	63,9	21,5	77,3	41,1	58,9
Sudeste	363 269	46,1	53,9	34,7	65,3	41,7	57,9	44,7	55,3
Sul	159 176	46,6	53,4	40,4	59,6	63,0	36,7	48,3	51,7
Centro-Oeste	93 390	54,0	46,0	31,8	68,2	26,7	70,9	38,3	61,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Exclusive as pessoas de cor ou raça amarela e indígena.

Trabalho

Há várias formas de se analisar o mercado de trabalho, seja através da sua estrutura ou da sua dinâmica, assim como através de uma perspectiva mais descritiva ou com base na noção de desigualdade. Há ainda dois tipos de abordagens comumente utilizadas para se interpretar o comportamento do mercado de trabalho: a social e a econômica. No caso da primeira, busca-se mostrar que o trabalho é elemento estruturante das relações sociais visto que, para grande parte das pessoas, é através do trabalho que se obtém a renda necessária para a sua reprodução social. Dessa maneira, conhecer a estrutura do mercado de trabalho é um aspecto importante para a análise das condições de vida da população e redução das desigualdades sociais.

Quando se analisa o mercado de trabalho com uma abordagem mais econômica, em geral busca-se avaliar os impactos da política e da conjuntura econômica sobre os principais indicadores do mercado de trabalho, tais como: taxa de desemprego, taxa de atividade, nível de ocupação, rendimento médio, massa de salários, criação de empregos, distribuição da força de trabalho, etc. O relatório *Global Employment Trends 2013*, elaborado pela Organização Internacional do Trabalho - OIT (International Labour Office - ILO) por exemplo, ressalta os efeitos iniciais da crise econômica em 2009/2010 nos países, bem como os impactos das políticas pró-cíclicas em 2011/2012.

Há ainda uma perspectiva mais ampla de se analisar o tema trabalho, que é considerar não somente o trabalho relacionado à atividade econômica, isto é, aquele destinado à produção de bens e serviços dentro da fronteira de produção do Sistema de Contas Nacionais, mas outros grupos de trabalhadores não remunerados. O documento de discussão apresentado na 19ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho - CIET, promovido pela OIT, sistematiza essas diferentes formas de trabalho: trabalho remunerado (em dinheiro ou

benefícios); trabalho na produção para o auto-consumo e trabalho voluntário, estes três grupos dentro da fronteira geral de produção. Há também outras formas de trabalho que estão fora da fronteira de produção, como a produção de serviços para o próprio consumo e o trabalho voluntário na produção de serviços. São consideradas ainda formas de trabalho não remunerado, porém não inclusas na definição da OIT, a realização de afazeres domésticos e o cuidado de pessoas.

Vale ressaltar, no entanto, que essas diferentes abordagens não são excludentes, pelo contrário, se complementam e possibilitam ter uma visão mais ampla acerca do funcionamento do mercado de trabalho. Dado que os indicadores deste capítulo são obtidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, a abordagem proposta busca ao mesmo tempo fazer um retrato da estrutura do mercado de trabalho brasileiro em 2013, bem como identificar se nos últimos 9 anos houve mudanças nesta estrutura e nas relações de desigualdade.

O Diagrama 1 mostra alguns indicadores básicos sobre a estrutura do mercado de trabalho brasileiro, destacando a população que compõe a força de trabalho, bem como a que está fora da força de trabalho. Na comparação com 2004, verificou-se que, em 2013, a população com 16 anos ou mais de idade (PIA) aumentou 18,7%, enquanto a população economicamente ativa teve uma variação de 13,6% e a não economicamente ativa teve um crescimento mais elevado de 30,6%. Esta última corresponde a população potencial que, embora tenha um maior contingente feminino, foi na população masculina que teve a maior variação (44,8%) como mostra o Diagrama 2.

Com o processo de transição demográfica, as projeções têm apontado para uma redução da população com idade entre 0 e 14 anos e um crescimento da população com idade entre 15 e 59 anos e, conseqüentemente, um envelhecimento populacional cada vez mais expressivo nos anos seguintes. Logo, inicialmente se espera um crescimento da população em idade ativa, o que os demógrafos costumam chamar de bônus demográfico. Neste período, com uma maior força de trabalho disponível (porém crescendo a taxas menores), espera-se que a economia tenha um crescimento maior que o crescimento populacional, promovendo assim uma elevação da renda *per capita*.

Segundo as projeções populacionais 2013 elaboradas pelo IBGE, em 2000 o percentual da população com idade entre 15 e 59 anos era 61,8%. Em 2013, este percentual foi de 64,9%. Entre 2013 e 2024, o percentual da população nesta faixa etária deve atingir o maior nível (65,3%) e a partir de 2024 tende a se reduzir (Tabela 1) (PROJEÇÃO..., 2013). Logo, o desempenho da economia neste período tem papel crucial no comportamento do mercado de trabalho, principalmente na absorção da população em idade ativa. No Brasil, redução do número de pessoas desocupadas de 7,8 milhões para 6,5 milhões, no período de 2004-2013, já reflete uma maior absorção da força de trabalho, ainda que num contexto de crise financeira global.

Tabela 1 - Proporção da população, segundo os grupos de idade - Brasil - 2000/2060

Grupos de idade	Proporção da população (%)				
	2000	2013	2017	2024	2060
0 a 14 anos	30,0	24,1	22,2	19,4	13,0
15 a 59 anos	61,8	64,9	65,3	64,9	53,3
60 anos ou mais	8,2	11,0	12,5	15,7	33,7

Fonte: PROJEÇÃO da população do Brasil por sexo e idade 2000-2060. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default.shtm>. Acesso em: nov. 2014.

A população feminina teve uma redução no nível de desocupação, no período, um pouco maior que a masculina, mas elas representam ainda o maior contingente de desocupados (3,7 milhões) e registraram a maior taxa de desocupação (8,3%), como mostra o Gráfico 4.1. Contudo, acerca dos movimentos da força de trabalho, deve-se considerar que, nos últimos nove anos, foram as mulheres que mais incrementaram a população ocupada. Com efeito, uma maior procura por trabalho implica numa maior taxa de desocupação se a demanda é limitada.

A taxa de desocupação dos jovens de 16 a 24 anos¹ teve uma redução no período 2004-2013; porém, esta foi mais intensa na comparação com os demais grupos etários o que, de um lado, pode ser interpretado como uma maior pressão dos jovens no mercado de trabalho decorrente dessa transição demográfica; por outro, pode estar refletindo um cenário onde a economia não tem sido capaz de absorver essa população (Gráfico 4.1). Além disso, tem-se que dos 51,1 milhões de pessoas não economicamente ativas, 22,2% eram jovens de 16 a 24 anos e neste grupo constatou-se que 40% (4,6 milhões) não estavam no sistema de ensino.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013.

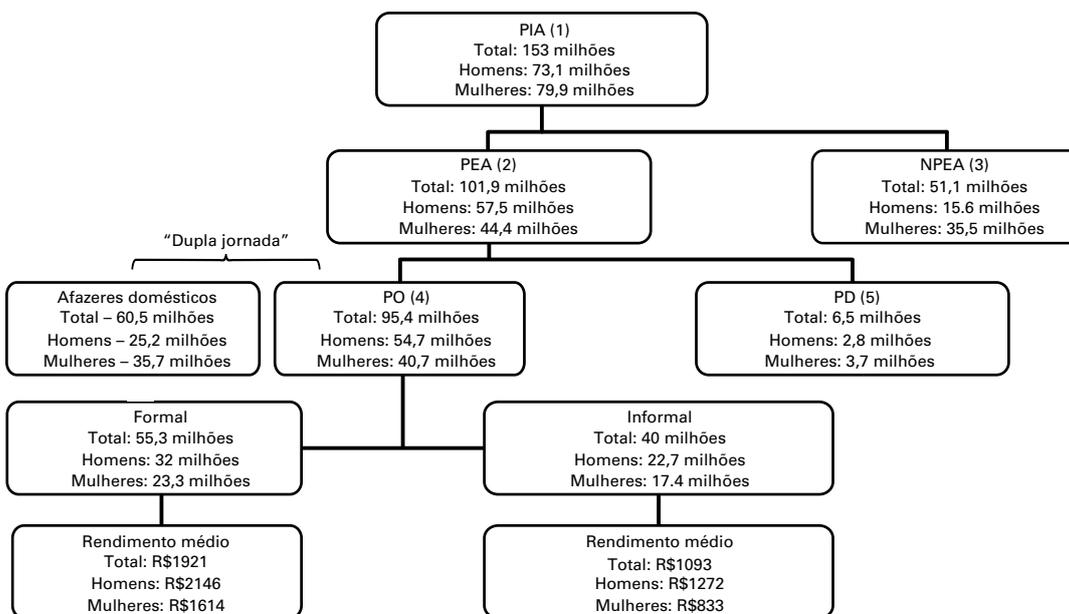
Acerca dos movimentos da população ocupada classificada entre trabalho formal e informal, pôde-se constatar que o aumento da taxa de formalização dos trabalhadores deve-se principalmente ao crescimento da oferta de empregos formais, resultando em uma maior cobertura previdenciária. Em 2004, o número de trabalhadores em trabalhos formais era de 37,4 milhões e, em nove anos, esse número aumentou 47,8%. Já a população ocupada em trabalhos informais teve uma redução de apenas 10,1%, passando de 44,5 para 40 milhões (Diagramas 1 e 2). Isto é, o contingente de pessoas em trabalhos informais pouco se alterou o que indica que, neste período, a conjuntura favoreceu o emprego formal. Entretanto, quando se analisa a variação do rendimento médio, constata-se que as pessoas em trabalhos informais tiveram um ganho maior (Diagrama 2). Neste grupo, observa-se que 62% tinham até 8 anos de estudo, mais de 70% era empregado sem carteira ou trabalhador por conta-própria e quase 11 milhões (27%) estavam no setor agrícola. Logo, a dinâmica dos salários neste segmento pode estar relacionada com a redução da oferta de trabalhadores pouco qualificados.

Cabe chamar atenção também para um aspecto invisível da estrutura do mercado de trabalho, mas que afeta principalmente o trabalho das mulheres: a realização de afazeres domésticos, o que popularmente é denominada de "dupla jornada". Tem-se que 88% das mulheres ocupadas de 16 anos ou mais de idade realizavam afazeres domésticos,

¹ Vale ressaltar que a taxa de desemprego maior entre os jovens é características reconhecida desse grupo etário nos diversos países do mundo.

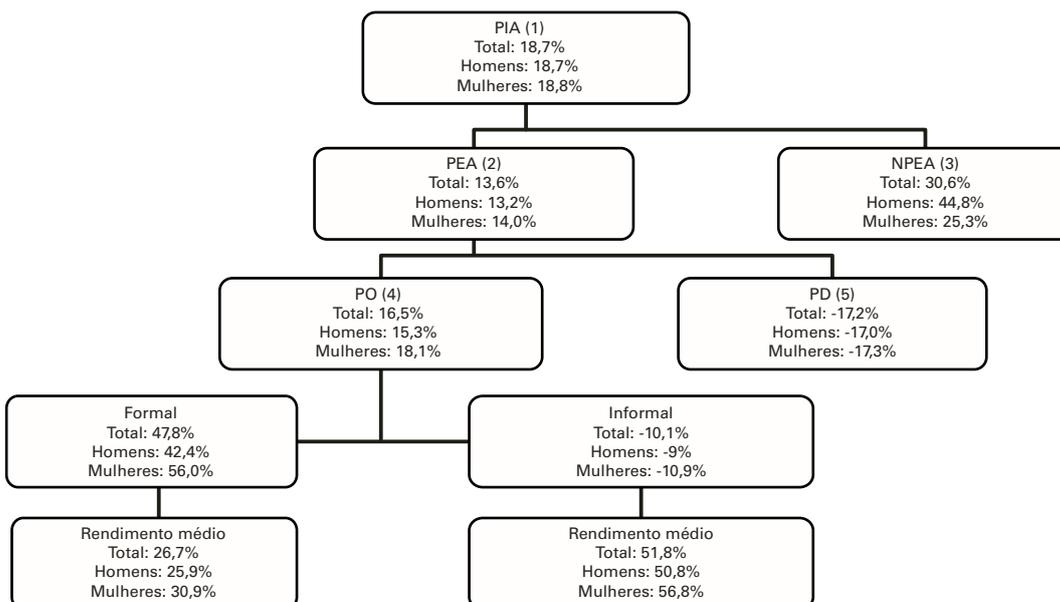
enquanto entre os homens este percentual era 46% (Diagrama 1). As mulheres tinham uma jornada média em afazeres domésticos mais que o dobro da observada para os homens (20,6 horas/semana). Considerando a jornada no mercado de trabalho e aquela com a realização de afazeres domésticos, tem-se uma jornada feminina semanal total de 56,4 horas, superior em quase cinco horas à jornada masculina (Tabela 4.15).

Diagrama 1 - Indicadores estruturais do mercado de trabalho - 2013



(1) População em idade ativa. (2) População economicamente ativa. (3) População não economicamente ativa.
(4) População ocupada. (5) População desocupada.

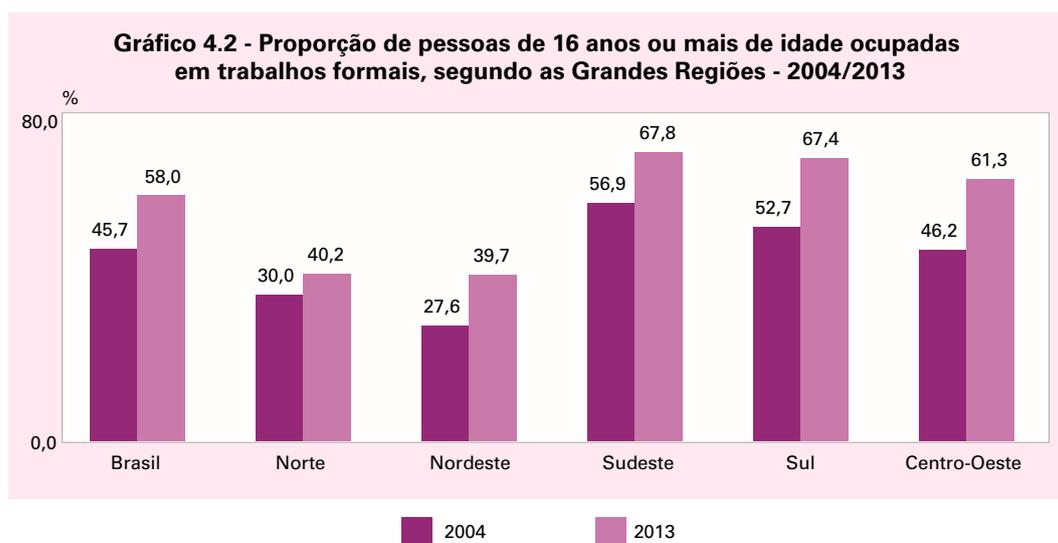
Diagrama 2 - Indicadores estruturais do mercado de trabalho - variação 2004/2013



(1) População em idade ativa. (2) População economicamente ativa. (3) População não economicamente ativa.
(4) População ocupada. (5) População desocupada.

Após essa visão mais geral sobre a estrutura do mercado de trabalho e restringindo a análise para a população ocupada de 16 anos ou mais de idade, tem-se que, em 2013, o mercado de trabalho brasileiro registrou a mais elevada taxa de formalização: 58,0% (Tabela 4.1). Há nove anos atrás a taxa não chegava à metade da população ocupada. Entretanto, as características de formalização continuam bastante diferenciadas entre as regiões do País, visto que as Regiões Norte e Nordeste registraram, em 2013, percentuais de formalização abaixo da média nacional na década passada (40,2% e 39,7%, respectivamente). Por outro lado, as Regiões Sul e Sudeste apresentaram os maiores percentuais de pessoas em trabalhos formais (67,4% e 67,8%, respectivamente), como mostra o Gráfico 4.2.

Apesar do aumento contínuo da formalização nos últimos anos, o País conta com 40 milhões de pessoas ocupadas em trabalhos informais. Este contingente representa 42% de pessoas que não possuem carteira de trabalho assinada ou não contribuem para a previdência social. Estão incluídos ainda neste grupo os trabalhadores na produção e construção para o próprio consumo e uso e os trabalhadores não remunerados, inclusive em ajuda a membro da família, cujo conceito da OIT de trabalho informal remonta à noção de precariedade do trabalho e à falta de acesso às políticas de proteção social.

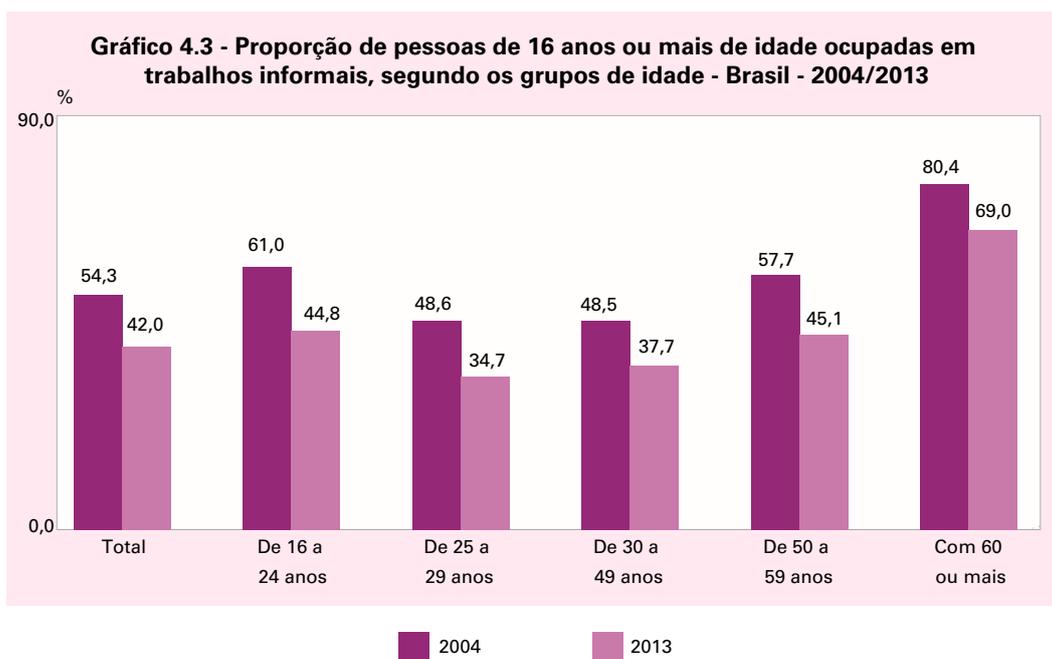


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013.

O perfil sociodemográfico das pessoas em trabalhos informais indica uma proporção um pouco maior de mulheres nesta condição (42,7%) (Tabela 4.4). Contudo, cabe salientar que a distância entre as taxas por sexo reduziu significativamente nos últimos anos. Em 2004, o percentual de homens e mulheres em trabalhos informais era 52,6% e 56,7%, respectivamente. Em 2013 essa diferença era cerca de um ponto percentual.

Dois grupos populacionais tiveram importante contribuição para o indicador de informalidade: os jovens e os idosos. Em 2013, cerca de 45% dos jovens de 16 a 24 anos ocupados estavam em trabalhos informais. Entre os idosos no mercado de trabalho este percentual era ainda maior (69%). Esses dois grupos têm características distintas, visto que os jovens estão iniciando sua trajetória profissional; os idosos, por sua vez, estão em outro estágio da vida laboral, seja encerrando um ciclo profissional ou

retornando ao mercado de trabalho, já aposentados. Dessa maneira, as características de proteção social do trabalho formal podem não ser o principal atrativo para os idosos. No caso dos jovens, a conjuntura econômica do período tem influenciado a inserção profissional deles que, na busca por experiência e qualificação no mercado de trabalho, aceitam inclusive formas de trabalho sem garantias sociais. Entretanto, cabe ressaltar que nos últimos nove anos a redução da informalidade foi maior entre os mais jovens (Gráfico 4.3 e Tabela 4.4).

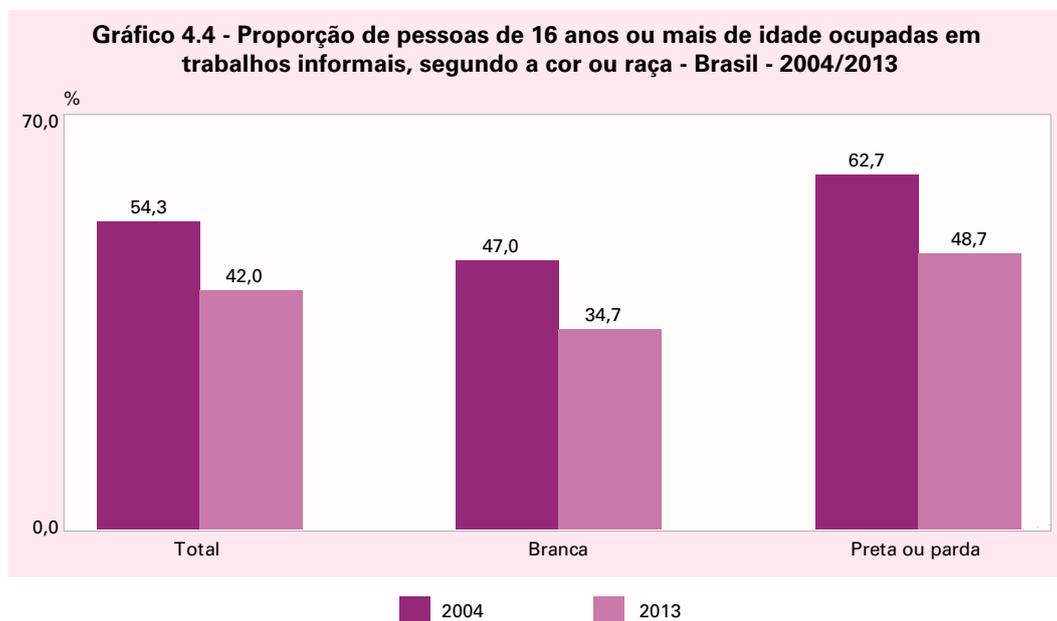


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013.

Além das mulheres, jovens e idosos, outro grupo populacional que engrossa as estatísticas de informalidade é a população preta e parda. Quase metade das pessoas de 16 anos ou mais de idade de cor preta ou parda ocupadas estão em trabalhos informais. Na população branca ocupada este percentual é de 34,7%. Apesar da crescente formalização nos últimos anos, a distância que separa a população ocupada de cor preta e parda da população ocupada de cor branca no que se refere às características de inserção no mercado de trabalho pouco se alterou (Gráfico 4.4 e Tabela 4.14).

Outra característica que distingue os trabalhadores em trabalhos formais e informais é a condição de rendimento. Os trabalhadores informais são os que recebem em média os menores rendimentos no mercado de trabalho. Em 2013, o rendimento médio da população ocupada em trabalhos informais correspondia a 57% do rendimento médio da população ocupada em trabalhos formais. No Piauí, essa relação de desigualdade foi de 36%, a maior dentre todas as Unidades da Federação (Tabela 4.5). Nos últimos nove anos essa relação de desigualdade reduziu um pouco, pois a variação do rendimento médio dos trabalhadores informais foi de 51,8%, percentual superior ao observado para os trabalhadores formais, cuja variação foi de 26,7%. Segundo o recorte regional, verificou-se que o maior avanço do rendimento médio da população ocupada em trabalhos formais ocorreu na Região Nordeste (34,6%); sendo que no Estado do Rio Grande do Norte a variação foi a mais elevada do País (54,4%). No caso da população ocupada em trabalhos informais, a maior variação

do rendimento médio foi na Região Centro-Oeste (62,8%); contudo, foi na Região Metropolitana de Salvador, que os trabalhadores informais viram seu rendimento médio quase dobrar no período (96,2%).



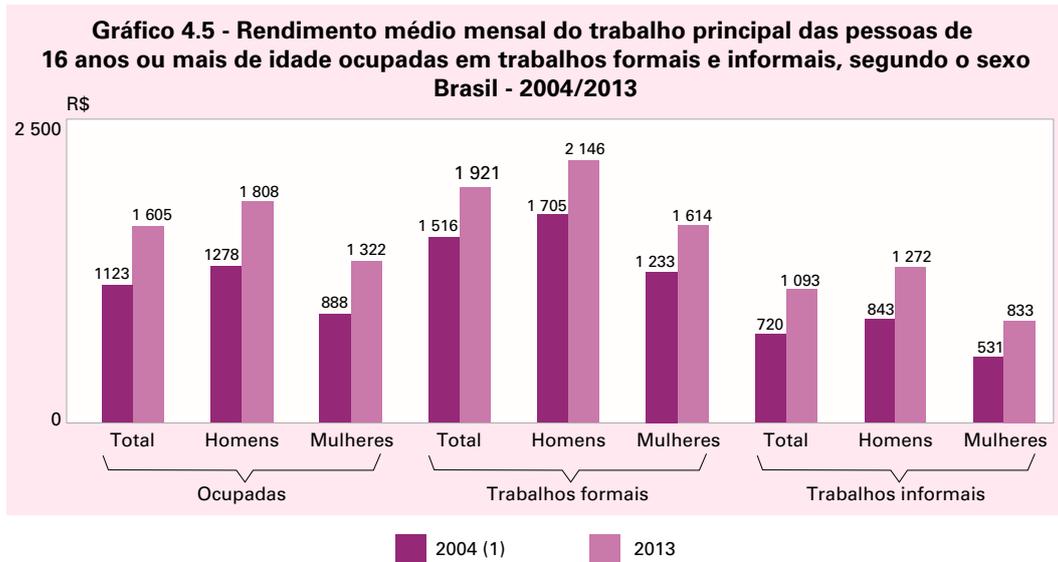
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013.

Embora a taxa de formalização entre homens e mulheres seja bastante próxima, as mulheres recebem em média menos que os homens em todas as formas de trabalho, seja formal ou informal. No entanto, a relação de desigualdade de rendimentos entre homens e mulheres é maior nos trabalhos informais. Em 2013, o rendimento médio das mulheres em trabalhos informais era equivalente a 65% do rendimento médio dos homens nesses trabalhos. Nos trabalhos formais essa relação era de 75%. Vale ressaltar que essa desigualdade de rendimento segundo o sexo era maior em 2004, cuja redução foi possível em virtude de um maior crescimento do rendimento das mulheres em trabalhos informais no período (56,8%) (Gráfico 4.5 e Tabela 4.5). Logo, os resultados indicam que uma maior formalização no mercado de trabalho implica não somente o acesso a direitos trabalhistas e de proteção social, mas o acesso a postos de trabalhos que oferecem condições de rendimento melhores.

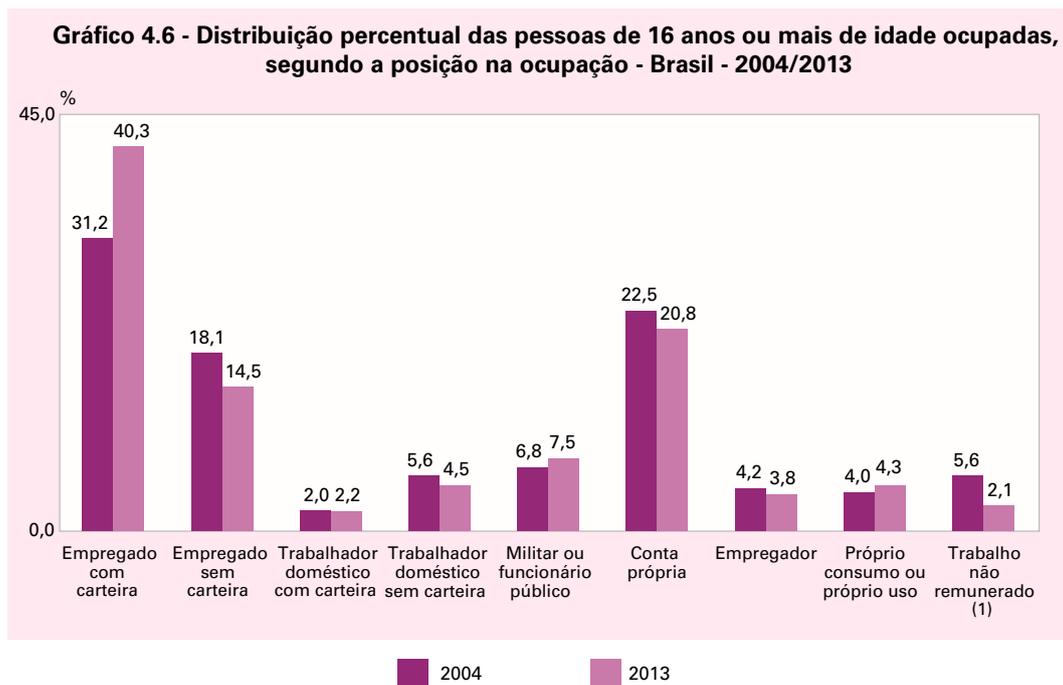
Além da caracterização da população ocupada segundo a condição de formalização, outra perspectiva de análise da inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho pode ser obtida segundo a posição na ocupação. Em 2013, as categorias ocupacionais que agregavam grande parte da população ocupada eram: empregado com carteira (40,3%), conta-própria (20,8%) e empregado sem carteira (14,5%). Essas duas últimas categorias, no entanto, tiveram uma perda relativa nos últimos nove anos, acompanhado de um crescimento de 9,1 pontos percentuais na categoria de empregados com carteira (Gráfico 4.6 e Tabela 4.3).

Os empregados sem carteira de trabalho assinada, os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada e os trabalhadores por conta-própria contabilizavam quase 40% da força de trabalho e uma parcela reduzida desse grupo buscava a previdência social de forma individual (contribuição voluntária). Dentre os

empregados sem carteira somente 22,3% contribuía para a previdência social. No caso dos trabalhadores domésticos sem carteira e trabalhadores por conta-própria os percentuais eram 11,9% e 25,6%, respectivamente. Havia diferenciação por sexo somente na categoria de empregados sem carteira, visto que uma parcela maior de mulheres (32,3% em contrapartida a 17% dos homens) buscava a proteção social por meio da contribuição à previdência social (Tabela 4.7).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013.
 (1) Valores inflacionados pelo INPC de setembro de 2013.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013.
 (1) Trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar; e outro trabalhador não remunerado.

Os empregados sem carteira e os trabalhadores por conta-própria são duas categorias que agregam 33,6 milhões de pessoas e se assemelham por apresentar baixa formalização e um dos menores rendimentos médios, acima apenas dos trabalhadores domésticos. Logo, uma análise um pouco mais aprofundada sobre esse grupo ajuda a compreender a estrutura do mercado de trabalho brasileiro. Tem-se que 44% dos empregados sem carteira estavam no setor de serviços, sendo que entre as mulheres este percentual chegava a 67,6% (Tabela 4.8). No caso dos homens, uma parcela significativa dos empregados sem carteira estava no setor agrícola (23,6%). O perfil educacional dos empregados sem carteira é bastante diferenciado segundo o sexo, considerando que quase 60% dos homens tinham até o ensino fundamental e cerca de 73% das mulheres tinham mais de 8 anos de estudo (Tabela 4.9).

O rendimento médio das mulheres nesta categoria é bastante próximo do auferido pelos homens (90%). Entretanto, as características da desigualdade de rendimento por sexo também se manifestam neste grupo ocupacional quando controlados segundo a escolaridade, isto é, assim como para o total de ocupados, a desigualdade se acentua entre os mais escolarizados. O rendimento médio dos empregados sem carteira com mais de 8 anos de estudo era o dobro daqueles com até 4 anos de estudo. O rendimento médio das mulheres com mais de 8 anos de estudo nesta categoria correspondia a 71% do rendimento médio dos homens com os mesmos atributos. Entre os menos escolarizados essa relação era de 79% (Tabela 4.10).

Embora a categoria de trabalhador por conta-própria tenha um percentual de informalidade próximo ao do empregado sem carteira, o primeiro grupo se diferencia do segundo com relação ao tipo de trabalho desenvolvido. Os empregados sem carteira têm uma relação trabalhista de patrão (pessoa física ou jurídica) – empregado, enquanto para os trabalhadores por conta-própria a relação é trabalhador (própria pessoa, sócio ou trabalhador não remunerado) – cliente. Logo, neste último a decisão de recorrer a previdência social é uma decisão pessoal. Com efeito, as políticas de ampliação da taxa de formalização nestes dois grupos devem ser diferenciadas.

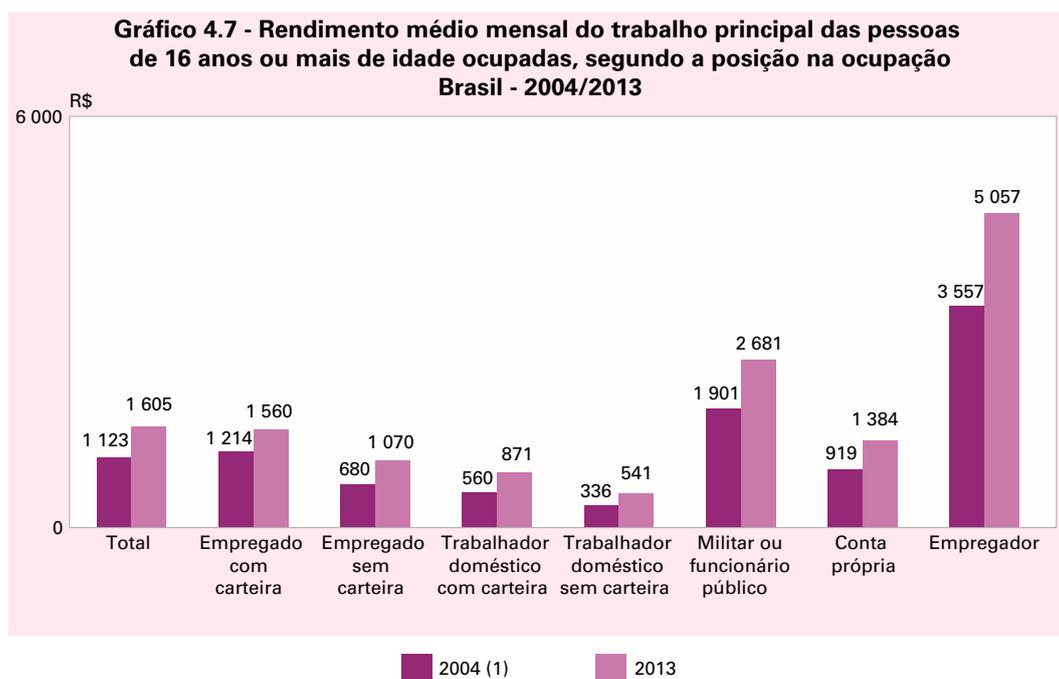
O trabalho por conta-própria é uma categoria cujo sexo do trabalhador influencia no perfil deste segmento, pois o trabalho é inerente à formação de cada pessoa. Dessa maneira, tem-se que 51% dos trabalhadores por conta-própria do sexo masculino estavam nos setores agrícola e construção; por outro lado, havia uma concentração de 69,2% das trabalhadoras por conta-própria nos setores de comércio e serviços (Tabela 4.11).

Os trabalhadores por conta-própria são uma categoria bastante heterogênea, pois o perfil educacional mostrou que parcela significativa dos 19,8 milhões de trabalhadores tinha até quatro anos de estudo (33,5%) e outra com mais de oito anos de estudo (39,5%). No caso da população masculina nesta categoria, um percentual elevado destes estavam entre os menos escolarizados (38,5%). Diferentemente do observado para os homens, mais da metade das trabalhadoras por conta-própria tinha mais de oito anos de estudo (52%). Isso mostra que o trabalho no comércio e serviços para os trabalhadores por conta-própria exige uma escolaridade mais elevada ou reflete uma particularidade do trabalho nestes setores, mais favorável ao emprego feminino e, portanto, com uma maior escolaridade (Tabela 4.12).

As características de rendimento deste grupo no mercado de trabalho indicam que os mais escolarizados recebiam em média 2,3 vezes o rendimento médio daqueles com até 4 anos de estudo. Além disso, a desigualdade de rendimentos entre mulheres e homens neste segmento ocupacional era mais elevada que na categoria de empregados sem carteira. As mulheres que trabalham por conta-própria recebiam em média 69% do rendimento auferido pelos homens. Essa relação é ainda menor se a análise leva em consideração os grupos de anos de estudo, pois o rendimento médio das mulheres com até 4 anos de estudo nesta categoria era equivalente a 53% do rendimento dos homens. Entre os mais escolarizados essa relação era de 61% (Tabela 4.13).

As categorias de militar ou funcionário público e empregador correspondem a menos de 12% da população ocupada e possuem os maiores rendimentos médios no mercado de trabalho. O rendimento médio dos militares e funcionários públicos é 67% superior o rendimento médio total; no caso da categoria de empregadores essa relação é mais de o triplo (Gráfico 4.7 e Tabela 4.6).

Nos últimos nove anos, as categorias ocupacionais com os maiores ganhos relativos de remuneração foram os trabalhadores domésticos sem carteira (60,9%) e o empregado sem carteira (57,3%). Cabe ressaltar, no entanto, que a informalidade não é uma alternativa para os maiores ganhos no mercado de trabalho, visto que as duas categorias tinham um dos menores rendimentos no mercado de trabalho. Por outro lado, um importante atributo para se obter um maior rendimento no mercado de trabalho é a educação. O rendimento-hora da população ocupada de 16 anos ou mais de idade aumenta com a escolaridade. Em 2013, em média, a hora trabalhada da população ocupada com até 4 anos de estudo era R\$ 7,10, enquanto para aqueles com 12 anos ou mais de estudo o rendimento-hora era de R\$ 28,24 (Tabela 4.16).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013.
(1) Valores inflacionados pelo INPC de setembro de 2013.

No entanto, o avanço da escolaridade não tem sido suficiente para romper um quadro de desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho. À medida que avança a escolaridade, a desigualdade de rendimentos por sexo aumenta. Entre os menos escolarizados (com até 4 anos de estudo) o rendimento-hora das mulheres era equivalente a 81% do rendimento dos homens com a mesma escolaridade. Com 12 anos ou mais de estudo essa relação era 66%.

As desigualdades de gênero no mercado de trabalho não se configuram apenas no rendimento, o acesso de mulheres a cargos gerenciais e de direção é reduzido comparativamente aos homens. Em 2013, a proporção de mulheres de 25 anos ou mais de idade nestes cargos era 5,1%, enquanto entre os homens a proporção era 6,4%. A menor proporção de mulheres em cargos gerenciais estava no Nordeste; enquanto a maior proporção estava no Centro-Oeste (Tabela 4.17). Este resultado é reflexo, em parte, da concentração de servidores públicos no Distrito Federal e dado que em grande parte o acesso aos cargos é realizado por concurso, há uma menor discriminação do acesso de mulheres aos cargos gerenciais, embora a desigualdade exista.

Segundo o *Boletim Estatístico de Pessoal e Informações Organizacionais* (2013), do total de 543,1 mil servidores ativos civis do poder executivo, 46% eram mulheres. No grupo de ocupantes de cargos e funções de confiança do poder executivo federal (Direção e Assessoramento Superior - DAS) que totalizava 22,6 mil pessoas, 9,7 mil eram mulheres (o que era equivalente a 43% do total de ocupantes). Contudo, é importante destacar que há uma maior proporção de mulheres nos níveis DAS 1 a 3, cujos valores da remuneração são menores. O percentual de mulheres com DAS é superior ao percentual de mulheres em cargos gerenciais e de direção evidenciado no mercado de trabalho como um todo; pois dos 4,6 milhões de pessoas de 25 anos ou mais de idade nestes cargos, 1,7 milhão era mulheres, o que correspondia a 37%.

Este resultado repercute, inclusive, no indicador de remuneração média das pessoas em cargos gerenciais e de direção. A Região Sudeste apresentava o maior rendimento médio neste grupo ocupacional (R\$ 5 025); no entanto, entre as mulheres o maior rendimento era verificado na Região Centro-Oeste (R\$ 4 117). A desigualdade de rendimento entre homens e mulheres também é evidenciada nesses cargos, considerando que o rendimento médio das mulheres correspondia a 68% do rendimento médio dos homens.

Na análise da distribuição dos cargos de gerenciamento por setor de atividade e sexo, o número de mulheres superou o dos homens somente no setor de educação, saúde e serviços sociais (154 mil mulheres em contrapartida com 87 mil homens). No entanto, o rendimento médio das mulheres correspondia somente a 58% do rendimento médio dos homens (Tabela 4.18).

Tabela 4.1 - Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, total e proporção em trabalhos formais, por sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo					
	Total (1 000 pessoas)			Proporção em trabalhos formais (%) (1)		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasil	95 407	54 702	40 705	58,0	58,5	57,3
Norte	7 328	4 476	2 853	40,2	39,7	41,1
Rondônia	821	505	316	53,9	53,3	54,7
Acre	305	190	114	41,0	37,4	47,1
Amazonas	1 587	949	638	44,9	44,1	46,2
Roraima	213	133	80	45,5	42,0	51,3
Pará	3 413	2 113	1 300	33,9	34,1	33,6
Região Metropolitana de Belém	897	517	380	53,0	56,1	48,7
Amapá	289	180	110	46,9	44,5	50,8
Tocantins	700	406	294	39,4	39,5	39,3
Nordeste	24 109	14 152	9 957	39,7	40,2	39,0
Maranhão	2 936	1 722	1 214	27,7	28,7	26,4
Piauí	1 469	841	629	31,7	33,2	29,6
Ceará	3 905	2 245	1 660	36,7	36,1	37,4
Região Metropolitana de Fortaleza	1 770	990	781	54,1	56,8	50,8
Rio Grande do Norte	1 460	878	581	46,5	47,8	44,4
Paraíba	1 637	971	666	40,1	40,7	39,2
Pernambuco	3 747	2 234	1 513	48,2	48,5	47,9
Região Metropolitana de Recife	1 618	923	695	64,4	67,0	61,0
Alagoas	1 251	757	494	48,8	52,2	43,6
Sergipe	959	581	378	42,0	42,6	41,1
Bahia	6 745	3 922	2 823	40,0	39,7	40,4
Região Metropolitana de Salvador	1 910	1 012	898	62,5	66,8	57,7
Sudeste	41 322	23 329	17 993	67,8	69,0	66,1
Minas Gerais	10 393	5 839	4 554	59,7	61,1	57,9
Região Metropolitana de Belo Horizonte	2 684	1 431	1 253	71,6	73,0	69,9
Espírito Santo	1 858	1 076	783	61,9	64,7	58,2
Rio de Janeiro	7 457	4 198	3 258	66,9	69,3	63,8
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	5 498	3 053	2 445	68,3	71,4	64,5
São Paulo	21 614	12 216	9 397	72,4	73,1	71,5
Região Metropolitana de São Paulo	10 343	5 678	4 666	71,6	71,9	71,3
Sul	15 204	8 414	6 790	67,4	68,7	65,9
Paraná	5 748	3 218	2 530	68,0	69,1	66,7
Região Metropolitana de Curitiba	1 729	959	770	73,4	72,8	74,2
Santa Catarina	3 544	1 976	1 568	72,8	74,6	70,5
Rio Grande do Sul	5 913	3 220	2 693	63,6	64,7	62,4
Região Metropolitana de Porto Alegre	2 068	1 113	955	73,7	73,4	74,1
Centro-Oeste	7 443	4 331	3 112	61,3	61,5	61,1
Mato Grosso do Sul	1 326	758	568	61,2	62,2	59,9
Mato Grosso	1 525	933	592	58,8	58,9	58,6
Goiás	3 203	1 895	1 307	57,8	58,6	56,6
Distrito Federal	1 390	746	644	72,3	71,2	73,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: Para classificação dos trabalhos formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho – OIT (PERFIL..., 2009).

(1) Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuíam para a previdência social.

**Tabela 4.2 - Taxa de desocupação das pessoas de 16 anos ou mais de idade ,
por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e
as Regiões Metropolitanas - 2013**

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Taxa de desocupação das pessoas de 16 anos ou mais de idade, por sexo e por grupos de idade						
	Sexo			Grupos de idade			
	Total	Homens	Mulheres	16 a 24	25 a 39	40 a 49	50 ou mais
Brasil	6,4	4,9	8,3	14,8	6,2	3,7	2,3
Norte	7,3	4,9	10,7	16,7	6,9	3,8	1,9
Rondônia	4,6	2,8	7,3	10,3	4,9	2,3	0,6
Acre	7,5	4,2	12,5	17,8	6,8	2,2	1,6
Amazonas	8,5	6,6	11,1	18,4	7,9	3,8	3,1
Roraima	7,0	4,5	10,9	16,3	7,7	3,1	0,8
Pará	7,3	4,6	11,3	16,2	6,8	4,8	1,9
Região Metropolitana de Belém	12,3	8,6	16,9	25,7	12,6	8,7	4,4
Amapá	11,9	8,4	17,2	28,4	12,1	2,6	3,2
Tocantins	5,4	3,7	7,7	16,2	4,3	2,8	0,7
Nordeste	7,8	6,0	10,3	17,7	8,0	4,3	2,3
Maranhão	6,0	4,7	7,8	15,8	5,7	2,5	0,8
Piauí	5,5	4,5	6,8	13,4	7,2	1,1	0,7
Ceará	5,8	4,9	7,5	15,1	5,3	3,2	1,2
Região Metropolitana de Fortaleza	6,8	4,8	7,2	16,3	6,4	3,6	1,6
Rio Grande do Norte	10,9	8,2	14,6	26,0	10,5	5,7	2,1
Paraíba	8,3	6,9	10,3	19,3	9,1	3,8	2,1
Pernambuco	8,5	6,1	12,3	16,2	8,9	5,7	3,3
Região Metropolitana de Recife	10,9	6,8	13,6	23,1	11,0	6,4	5,5
Alagoas	10,9	9,0	13,7	22,4	10,3	6,6	4,1
Sergipe	8,4	6,2	11,5	19,3	8,4	3,7	2,8
Bahia	8,5	6,3	11,7	18,4	8,9	4,9	3,2
Região Metropolitana de Salvador	12,2	8,6	13,9	28,3	11,5	7,3	4,9
Sudeste	6,4	5,0	8,2	14,6	6,1	4,1	2,9
Minas Gerais	5,8	4,4	7,6	13,4	5,5	3,7	2,3
Região Metropolitana de Belo Horizonte	6,6	4,7	6,9	15,2	5,9	3,8	3,1
Espírito Santo	5,9	4,8	7,5	14,2	6,3	2,8	2,0
Rio de Janeiro	7,5	5,5	9,9	17,9	7,0	4,7	4,7
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	7,8	5,9	10,1	18,6	7,5	4,7	5,0
São Paulo	6,4	5,2	8,0	14,3	6,0	4,2	2,5
Região Metropolitana de São Paulo	6,7	4,6	6,4	15,1	6,0	4,3	3,4
Sul	3,9	3,0	4,9	10,1	3,6	1,9	1,4
Paraná	4,0	3,1	5,3	10,6	3,7	2,0	1,3
Região Metropolitana de Curitiba	4,4	2,4	3,9	12,3	3,4	2,4	1,8
Santa Catarina	3,1	2,7	3,5	8,1	3,0	1,2	0,6
Rio Grande do Sul	4,1	3,1	5,3	11,0	3,9	2,2	1,8
Região Metropolitana de Porto Alegre	4,4	2,5	3,9	10,7	4,0	2,4	2,6
Centro-Oeste	5,5	3,9	7,7	13,1	5,1	2,9	2,0
Mato Grosso do Sul	3,4	2,5	4,5	7,8	2,8	2,7	1,3
Mato Grosso	4,5	3,0	6,8	9,5	4,3	2,7	2,1
Goiás	5,3	3,9	7,3	12,8	5,0	2,6	2,0
Distrito Federal	8,9	6,1	12,0	22,9	8,1	4,1	2,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 4.3 - Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, total e respectiva distribuição percentual, por sexo e posição na ocupação, segundo as Grandes Regiões - 2013

Grandes Regiões	Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por posição na ocupação (%)			
		Empregado		Trabalhador doméstico	
		Com carteira de trabalho assinada	Sem carteira de trabalho assinada	Com carteira de trabalho assinada	Sem carteira de trabalho assinada
Total					
Brasil	95 407	40,3	14,5	2,2	4,5
Norte	7 328	25,5	18,4	1,2	4,7
Nordeste	24 109	26,5	19,6	1,2	5,3
Sudeste	41 322	48,8	12,0	3,0	4,3
Sul	15 204	46,0	10,8	2,0	3,5
Centro-Oeste	7 443	41,4	15,6	2,8	4,6
Homens					
Brasil	54 702	43,1	16,5	0,4	0,5
Norte	4 476	27,9	20,5	0,3	0,5
Nordeste	14 152	29,6	22,9	0,3	0,5
Sudeste	23 329	52,2	13,3	0,5	0,5
Sul	8 414	47,6	12,1	0,2	0,4
Centro-Oeste	4 331	44,9	17,3	0,6	0,6
Mulheres					
Brasil	40 705	36,6	11,9	4,7	9,8
Norte	2 853	21,9	15,1	2,6	11,2
Nordeste	9 957	22,0	15,0	2,5	12,1
Sudeste	17 993	44,3	10,4	6,3	9,3
Sul	6 790	43,9	9,1	4,1	7,4
Centro-Oeste	3 112	36,5	13,3	5,8	10,2

Grandes Regiões	Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo				
	Militar ou funcio- nário público estatutário	Distribuição percentual, por posição na ocupação (%)			
		Conta própria	Empregador	Trabalho na pro- dução para o pró- prio consumo e na construção para o próprio uso	Trabalho não remunerado
Total					
Brasil	7,5	20,8	3,8	4,3	2,1
Norte	9,4	28,1	2,5	5,5	4,6
Nordeste	7,5	24,7	2,6	9,5	3,1
Sudeste	6,9	18,2	4,0	1,7	1,0
Sul	6,9	19,4	5,1	3,5	2,9
Centro-Oeste	9,7	18,1	4,9	1,8	1,2
Homens					
Brasil	5,5	24,8	4,7	3,4	1,2
Norte	6,6	34,2	3,1	3,8	3,0
Nordeste	5,1	28,3	3,3	8,0	2,0
Sudeste	5,3	21,6	5,1	1,1	0,5
Sul	4,9	24,5	6,3	2,7	1,2
Centro-Oeste	7,2	21,4	6,1	1,1	0,7
Mulheres					
Brasil	10,2	15,4	2,6	5,5	3,3
Norte	13,8	18,4	1,6	8,3	7,1
Nordeste	10,9	19,5	1,7	11,6	4,5
Sudeste	9,1	13,8	2,7	2,5	1,7
Sul	9,3	13,1	3,6	4,7	4,9
Centro-Oeste	13,0	13,6	3,1	2,8	1,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 4.4 - Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos informais, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2013

Grandes Regiões	Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos informais, por sexo e grupos de idade (%)					
	Total	16 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
Total						
Brasil	42,0	44,8	34,7	37,7	45,1	69,0
Norte	59,8	64,9	53,0	55,7	64,4	80,7
Nordeste	60,3	66,3	53,1	55,4	62,8	82,8
Sudeste	32,2	33,0	24,7	28,7	35,7	59,5
Sul	32,6	33,3	23,3	26,9	37,3	65,9
Centro-Oeste	38,7	39,7	31,3	35,2	44,4	67,5
Homens						
Brasil	41,5	45,8	34,5	36,7	42,8	66,3
Norte	60,3	66,2	52,6	55,9	64,7	79,4
Nordeste	59,8	65,5	51,6	54,5	62,6	81,6
Sudeste	31,0	33,3	24,5	27,2	31,7	56,0
Sul	31,3	34,3	23,8	25,1	33,0	60,9
Centro-Oeste	38,5	40,4	29,1	34,3	44,4	65,4
Mulheres						
Brasil	42,7	43,4	34,9	39,0	48,2	74,1
Norte	58,9	62,4	53,7	55,5	63,8	83,5
Nordeste	61,0	67,8	55,3	56,6	63,0	85,2
Sudeste	33,9	32,5	25,0	30,6	41,3	65,6
Sul	34,1	32,1	22,6	29,0	42,7	74,9
Centro-Oeste	38,9	38,7	34,1	36,3	44,3	72,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: Para classificação dos trabalhos informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho – OIT (PERFIL..., 2009).

Tabela 4.5 - Rendimento médio do trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e em trabalhos formais e informais, por sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Rendimento médio do trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e em trabalhos formais e informais, por sexo (R\$) (1)								
	Ocupadas			Trabalhos formais (2)			Trabalhos informais		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasil	1 605	1 808	1 322	1 921	2 146	1 614	1 093	1 272	833
Norte	1 289	1 357	1 170	1 706	1 795	1 572	952	1 033	794
Rondônia	1 448	1 571	1 222	1 697	1 827	1 493	1 074	1 237	690
Acre	1 271	1 323	1 183	1 637	1 746	1 493	963	1 025	834
Amazonas	1 409	1 478	1 304	1 748	1 844	1 611	1 079	1 142	974
Roraima	1 499	1 539	1 432	1 973	2 070	1 842	1 064	1 125	935
Pará	1 137	1 199	1 021	1 597	1 647	1 513	858	945	685
Região Metropolitana de Belém	1 302	1 424	1 138	1 617	1 657	1 553	944	1 119	747
Amapá	1 554	1 568	1 530	1 996	2 050	1 919	1 136	1 157	1 097
Tocantins	1 377	1 484	1 207	1 861	2 061	1 581	969	1 039	843
Nordeste	1 083	1 168	955	1 537	1 628	1 404	707	796	568
Maranhão	1 071	1 140	965	1 639	1 676	1 580	740	827	606
Piauí	948	1 023	827	1 560	1 684	1 374	562	626	454
Ceará	956	1 024	859	1 375	1 489	1 227	634	691	546
Região Metropolitana de Fortaleza	1 153	1 264	1 010	1 413	1 483	1 314	827	965	669
Rio Grande do Norte	1 229	1 330	1 072	1 697	1 794	1 539	758	844	630
Paraíba	1 067	1 153	938	1 528	1 598	1 424	685	784	536
Pernambuco	1 092	1 165	981	1 421	1 508	1 291	739	803	637
Região Metropolitana de Recife	1 301	1 420	1 145	1 491	1 562	1 388	939	1 113	748
Alagoas	1 007	1 063	914	1 272	1 264	1 286	682	793	519
Sergipe	1 239	1 357	1 047	1 809	1 931	1 614	761	885	554
Bahia	1 143	1 248	990	1 647	1 765	1 487	741	857	560
Região Metropolitana de Salvador	1 699	1 998	1 362	1 995	2 170	1 766	1 193	1 642	802
Sudeste	1 820	2 098	1 452	2 028	2 301	1 662	1 341	1 620	987
Minas Gerais	1 463	1 684	1 158	1 698	1 952	1 355	1 035	1 209	784
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 865	2 234	1 436	2 011	2 363	1 590	1 469	1 867	1 039
Espírito Santo	1 516	1 741	1 190	1 740	1 946	1 424	1 091	1 324	786
Rio de Janeiro	1 896	2 123	1 605	2 188	2 378	1 923	1 293	1 530	1 037
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	2 029	2 267	1 735	2 330	2 505	2 090	1 375	1 664	1 090
São Paulo	1 987	2 323	1 553	2 137	2 452	1 723	1 578	1 964	1 102
Região Metropolitana de São Paulo	2 289	2 683	1 817	2 476	2 855	2 020	1 811	2 238	1 304
Sul	1 761	2 041	1 393	1 916	2 194	1 557	1 360	1 656	955
Paraná	1 753	2 037	1 377	1 908	2 171	1 562	1 373	1 714	919
Região Metropolitana de Curitiba	2 200	2 575	1 732	2 282	2 611	1 881	1 961	2 474	1 277
Santa Catarina	1 880	2 226	1 421	1 983	2 333	1 517	1 537	1 868	1 104
Rio Grande do Sul	1 696	1 931	1 393	1 879	2 124	1 577	1 264	1 504	917
Região Metropolitana de Porto Alegre	2 033	2 332	1 685	2 183	2 490	1 831	1 580	1 869	1 221
Centro-Oeste	1 940	2 186	1 592	2 230	2 463	1 905	1 440	1 717	1 035
Mato Grosso do Sul	1 737	1 978	1 406	2 003	2 233	1 684	1 273	1 529	924
Mato Grosso	1 791	2 027	1 410	1 950	2 157	1 627	1 538	1 826	1 051
Goiás	1 617	1 866	1 245	1 840	2 090	1 463	1 283	1 527	923
Distrito Federal	3 039	3 423	2 598	3 410	3 800	2 977	2 040	2 468	1 501

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: Para classificação dos trabalhos formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho – OIT (PERFIL..., 2009).

(1) Exclui as pessoas sem declaração de rendimento e pessoas com rendimento nulo. (2) Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuíam para a previdência social.

Tabela 4.6 - Rendimento médio no trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo e posição na ocupação, segundo as Grandes Regiões - 2013

Grandes Regiões	Rendimento médio no trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (R\$) (1)							
	Total	Posição na ocupação						
		Empregado		Trabalhador doméstico		Militar ou funcionário público estatutário	Conta própria	Empregador
		Com carteira de trabalho assinada	Sem carteira de trabalho assinada	Com carteira de trabalho assinada	Sem carteira de trabalho assinada			
	Total							
Brasil	1 605	1 560	1 070	871	541	2 681	1 384	5 057
Norte	1 289	1 346	1 004	745	460	2 335	1 018	3 759
Nordeste	1 083	1 199	713	730	368	2 205	773	4 078
Sudeste	1 820	1 702	1 287	907	644	2 767	1 759	5 599
Sul	1 761	1 521	1 309	891	638	2 774	1 773	4 682
Centro-Oeste	1 940	1 614	1 364	886	580	3 744	1 725	5 836
	Homens							
Brasil	1 808	1 683	1 109	1 010	757	3 225	1 535	5 487
Norte	1 357	1 421	982	780	561	2 655	1 081	3 774
Nordeste	1 168	1 247	713	851	564	2 697	850	4 183
Sudeste	2 098	1 851	1 374	1 094	842	3 345	1 966	6 215
Sul	2 041	1 697	1 454	1 111	894	3 271	1 980	5 214
Centro-Oeste	2 186	1 737	1 448	990	881	4 459	1 934	6 123
	Mulheres							
Brasil	1 322	1 365	997	856	527	2 291	1 058	3 994
Norte	1 170	1 195	1 050	739	453	2 094	833	3 713
Nordeste	955	1 107	714	707	358	1 882	615	3 792
Sudeste	1 452	1 476	1 145	889	632	2 330	1 341	4 134
Sul	1 393	1 284	1 070	877	621	2 445	1 291	3 509
Centro-Oeste	1 592	1 404	1 214	870	557	3 194	1 266	5 037

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Exclusive as pessoas sem declaração de rendimento e pessoas com rendimento nulo.

Tabela 4.7 - Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade empregados sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada e trabalhadores por conta própria que contribuem para a previdência social, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2013

Grandes Regiões	Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade empregados sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada e trabalhadores por conta própria que contribuem para a previdência social		
	Empregados sem carteira de trabalho assinada	Trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada	Trabalhadores por conta própria
	Total		
Brasil	22,3	11,9	25,6
Norte	26,9	2,9	10,3
Nordeste	18,9	5,4	12,6
Sudeste	22,5	16,9	33,3
Sul	25,3	19,9	43,8
Centro-Oeste	26,1	6,4	23,3
	Homens		
Brasil	17,0	12,1	25,8
Norte	18,5	7,2	10,4
Nordeste	13,4	6,5	12,5
Sudeste	18,1	15,9	34,1
Sul	21,0	15,2	44,4
Centro-Oeste	21,3	10,1	21,9
	Mulheres		
Brasil	32,3	11,9	25,1
Norte	44,6	2,6	9,9
Nordeste	30,9	5,3	12,8
Sudeste	29,9	17,0	31,6
Sul	32,5	20,2	42,4
Centro-Oeste	34,8	6,1	26,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 4.8 - Empregados de 16 anos ou mais de idade sem carteira de trabalho assinada, total e respectiva distribuição percentual, por sexo e grupos de setor de atividade, segundo as Grandes Regiões - 2013

Grandes Regiões	Empregados de 16 anos ou mais de idade sem carteira de trabalho assinada					
	Total (1 000 pessoas) (1)	Distribuição percentual, por grupos de setor de atividade (%)				
		Agrícola	Indústria	Construção	Comércio	Serviços
	Total					
Brasil	13 841	17,1	9,4	12,3	17,2	44,0
Norte	1 351	18,8	8,0	10,6	16,9	45,7
Nordeste	4 732	22,5	8,9	11,6	17,6	39,4
Sudeste	4 958	12,9	10,0	12,5	17,2	47,3
Sul	1 638	13,3	10,4	14,6	17,0	44,6
Centro-Oeste	1 162	15,6	8,8	12,8	17,0	45,9
	Homens					
Brasil	9 014	23,6	9,3	18,5	17,2	31,4
Norte	919	26,3	9,7	15,2	17,3	31,4
Nordeste	3 234	30,3	8,1	16,8	17,5	27,3
Sudeste	3 093	17,9	10,1	19,5	17,3	35,2
Sul	1 020	17,8	10,7	23,1	16,2	32,2
Centro-Oeste	749	22,6	8,8	19,3	16,9	32,4
	Mulheres					
Brasil	4 827	4,8	9,5	0,7	17,4	67,6
Norte	432	2,7	4,4	0,7	16,0	76,2
Nordeste	1 498	5,7	10,5	0,4	17,8	65,5
Sudeste	1 866	4,6	9,9	1,0	17,1	67,5
Sul	619	6,0	9,9	0,7	18,3	65,1
Centro-Oeste	413	2,9	8,7	0,8	17,1	70,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Inclusive as pessoas em atividades mal definidas.

Tabela 4.9 - Empregados de 16 anos ou mais de idade sem carteira de trabalho assinada, total e respectiva distribuição percentual, por sexo e grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2013

Grandes Regiões	Empregados de 16 anos ou mais de idade sem carteira de trabalho assinada			
	Total (1 000 pessoas) (1)	Distribuição percentual, por grupos de anos de estudo (%)		
		Até 4 anos	5 a 8 anos	Mais de 8 anos
Total				
Brasil	13 841	23,6	24,7	51,4
Norte	1 351	25,0	25,0	49,5
Nordeste	4 732	31,6	24,5	43,5
Sudeste	4 958	18,7	23,9	57,3
Sul	1 638	17,8	26,7	55,0
Centro-Oeste	1 162	18,8	25,3	55,5
Homens				
Brasil	9 014	30,7	28,9	40,0
Norte	919	32,6	28,8	38,3
Nordeste	3 234	40,3	28,0	31,3
Sudeste	3 093	24,0	28,6	47,3
Sul	1 020	22,7	32,5	44,4
Centro-Oeste	749	25,6	30,0	44,0
Mulheres				
Brasil	4 827	10,3	16,7	72,7
Norte	432	8,7	17,0	73,3
Nordeste	1 498	12,7	16,9	70,0
Sudeste	1 866	9,8	16,2	73,9
Sul	619	9,7	17,2	72,5
Centro-Oeste	413	6,4	16,8	76,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de anos de estudo.

Tabela 4.10 - Rendimento médio no trabalho principal dos empregados de 16 anos ou mais de idade sem carteira de trabalho assinada, por sexo e grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2013

Grandes Regiões	Rendimento médio no trabalho principal dos empregados de 16 anos ou mais de idade sem carteira de trabalho assinada			
	Total (1) (2)	Grupos de anos de estudo		
		Até 4 anos	5 a 8 anos	Mais de 8 anos
Total				
Brasil	1 070	687	810	1 377
Norte	1 004	729	801	1 250
Nordeste	713	490	571	958
Sudeste	1 287	869	945	1 574
Sul	1 309	905	977	1 604
Centro-Oeste	1 364	934	978	1 689
Homens				
Brasil	1 109	710	854	1 612
Norte	982	743	851	1 289
Nordeste	713	507	589	1 096
Sudeste	1 374	916	1 011	1 839
Sul	1 454	952	1 041	2 022
Centro-Oeste	1 448	971	1 038	2 014
Mulheres				
Brasil	997	562	667	1 138
Norte	1 050	614	620	1 206
Nordeste	714	375	510	827
Sudeste	1 145	679	750	1 296
Sul	1 070	723	774	1 188
Centro-Oeste	1 214	670	779	1 356

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Excluídas as pessoas sem declaração de rendimento e pessoas com rendimento nulo. (2) Inclusive as pessoas sem declaração de anos de estudo.

Tabela 4.11 - Trabalhadores por conta própria de 16 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por sexo e grupos de setor de atividade, segundo as Grandes Regiões - 2013

Grandes Regiões	Trabalhadores por conta própria de 16 anos ou mais de idade					
	Total (1 000 pessoas) (1)	Distribuição percentual, por grupos de setor de atividade (%)				
		Agrícola	Indústria	Construção	Comércio	Serviços
Total						
Brasil	19 835	19,9	10,3	18,2	22,0	29,4
Norte	2 056	30,4	11,6	15,0	21,7	20,8
Nordeste	5 952	27,8	9,5	12,9	24,5	25,1
Sudeste	7 530	9,2	10,4	22,4	21,4	36,5
Sul	2 946	26,3	10,4	18,6	18,5	25,9
Centro-Oeste	1 351	14,5	11,7	21,7	22,8	29,3
Homens						
Brasil	13 569	24,9	5,3	26,3	18,7	24,5
Norte	1 531	36,4	9,7	19,9	16,5	17,0
Nordeste	4 008	34,8	3,8	18,9	20,2	22,1
Sudeste	5 043	12,5	5,4	33,1	18,9	29,9
Sul	2 059	30,5	5,1	26,4	16,3	21,3
Centro-Oeste	928	18,7	5,3	31,4	19,8	24,8
Mulheres						
Brasil	6 266	9,0	21,2	0,6	29,2	40,0
Norte	525	13,1	17,4	0,7	36,7	32,0
Nordeste	1 944	13,4	21,3	0,4	33,5	31,4
Sudeste	2 487	2,6	20,5	0,7	26,3	49,8
Sul	887	16,4	23,0	0,6	23,5	36,4
Centro-Oeste	423	5,2	25,8	0,5	29,6	39,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Inclusive as pessoas em atividades mal definidas.

Tabela 4.12 - Trabalhadores por conta própria de 16 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por sexo e grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2013

Grandes Regiões	Trabalhadores por conta própria de 16 anos ou mais de idade			
	Total (1 000 pessoas) (1)	Distribuição percentual, por grupos de anos de estudo (%)		
		Até 4 anos	5 a 8 anos	Mais de 8 anos
Total				
Brasil	19 835	33,5	26,7	39,5
Norte	2 056	41,7	26,2	31,7
Nordeste	5 952	44,1	24,4	31,1
Sudeste	7 530	26,3	26,4	47,2
Sul	2 946	27,5	31,2	41,1
Centro-Oeste	1 351	28,0	29,2	42,7
Homens				
Brasil	13 569	38,5	27,6	33,8
Norte	1 531	46,4	26,3	27,0
Nordeste	4 008	50,7	23,9	25,1
Sudeste	5 043	30,8	27,9	41,2
Sul	2 059	30,2	33,4	36,3
Centro-Oeste	928	33,0	30,4	36,5
Mulheres				
Brasil	6 266	22,8	24,8	52,0
Norte	525	28,0	25,9	45,5
Nordeste	1 944	30,6	25,5	43,4
Sudeste	2 487	17,2	23,3	59,4
Sul	887	21,1	26,1	52,2
Centro-Oeste	423	17,0	26,5	56,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de anos de estudo.

Tabela 4.13 - Rendimento médio no trabalho principal dos trabalhadores por conta própria de 16 anos ou mais de idade, por sexo e grupos de anos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2013

Grandes Regiões	Rendimento médio no trabalho principal dos trabalhadores por conta própria de 16 anos ou mais de idade (R\$) (1)			
	Total	Grupos de anos de estudo		
		Até 4 anos	5 a 8 anos	Mais de 8 anos
Total				
Brasil	1 384	844	1 198	1 981
Norte	1 018	727	938	1 475
Nordeste	773	488	723	1 217
Sudeste	1 759	1 129	1 403	2 324
Sul	1 773	1 211	1 528	2 346
Centro-Oeste	1 725	1 278	1 519	2 176
Homens				
Brasil	1 535	939	1 375	2 363
Norte	1 081	778	1 026	1 671
Nordeste	850	540	843	1 483
Sudeste	1 966	1 270	1 606	2 749
Sul	1 980	1 352	1 703	2 773
Centro-Oeste	1 934	1 395	1 755	2 595
Mulheres				
Brasil	1 058	501	775	1 448
Norte	833	481	678	1 141
Nordeste	615	314	491	905
Sudeste	1 341	622	920	1 728
Sul	1 291	733	1 004	1 664
Centro-Oeste	1 266	771	932	1 584

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Exclusive as pessoas sem declaração de rendimento e pessoas com rendimento nulo.

Tabela 4.14 - Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais e informais, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais e informais, por cor ou raça (%)					
	Trabalhos formais (1)			Trabalhos informais		
	Total (2)	Branca	Preta e parda	Total (2)	Branca	Preta e parda
Brasil	58,0	65,3	51,3	42,0	34,7	48,7
Norte	40,2	49,5	37,8	59,8	50,5	62,2
Rondônia	53,9	57,3	51,8	46,1	42,7	48,2
Acre	41,0	49,4	39,1	59,0	50,6	60,9
Amazonas	44,9	54,3	43,4	55,1	45,7	56,6
Roraima	45,5	53,1	44,1	54,5	46,9	55,9
Pará	33,9	42,7	31,9	66,1	57,3	68,1
Região Metropolitana de Belém	53,0	58,8	51,3	47,0	41,2	48,7
Amapá	46,9	55,1	44,0	53,1	44,9	56,0
Tocantins	39,4	49,3	36,1	60,6	50,7	63,9
Nordeste	39,7	45,6	37,5	60,3	54,4	62,5
Maranhão	27,7	36,3	25,5	72,3	63,7	74,5
Piauí	31,7	38,4	29,2	68,3	61,6	70,8
Ceará	36,7	40,2	35,1	63,3	59,8	64,9
Região Metropolitana de Fortaleza	54,1	60,5	51,7	45,9	39,5	48,3
Rio Grande do Norte	46,5	52,1	42,9	53,5	47,9	57,1
Paraíba	40,1	45,8	37,3	59,9	54,2	62,7
Pernambuco	48,2	51,6	46,9	51,8	48,4	53,1
Região Metropolitana de Recife	64,4	65,4	63,9	35,6	34,6	36,1
Alagoas	48,8	55,8	46,0	51,2	44,2	54,0
Sergipe	42,0	45,9	40,6	58,0	54,1	59,4
Bahia	40,0	44,9	38,7	60,0	55,1	61,3
Região Metropolitana de Salvador	62,5	68,3	61,4	37,5	31,7	38,6
Sudeste	67,8	70,7	64,1	32,2	29,3	35,9
Minas Gerais	59,7	62,4	57,7	40,3	37,6	42,3
Região Metropolitana de Belo Horizonte	71,6	71,7	71,5	28,4	28,3	28,5
Espírito Santo	61,9	63,3	60,9	38,1	36,7	39,1
Rio de Janeiro	66,9	70,4	63,8	33,1	29,6	36,2
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	68,3	72,1	65,1	31,7	27,9	34,9
São Paulo	72,4	74,0	69,6	27,6	26,0	30,4
Região Metropolitana de São Paulo	71,6	73,0	69,6	28,4	27,0	30,4
Sul	67,4	68,7	63,4	32,6	31,3	36,6
Paraná	68,0	70,5	63,0	32,0	29,5	37,0
Região Metropolitana de Curitiba	73,4	74,7	69,4	26,6	25,3	30,6
Santa Catarina	72,8	73,7	67,7	27,2	26,3	32,3
Rio Grande do Sul	63,6	64,0	62,0	36,4	36,0	38,0
Região Metropolitana de Porto Alegre	73,7	73,6	74,6	26,3	26,4	25,4
Centro-Oeste	61,3	63,3	59,9	38,7	36,7	40,1
Mato Grosso do Sul	61,2	62,7	60,3	38,8	37,3	39,7
Mato Grosso	58,8	58,9	58,7	41,2	41,1	41,3
Goiás	57,8	59,8	56,3	42,2	40,2	43,7
Distrito Federal	72,3	74,7	70,4	27,7	25,3	29,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: Para classificação dos trabalhos formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho – OIT (PERFIL..., 2009).

(1) Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuíam para a previdência social. (2) Inclusive amarelos e indígenas.

Tabela 4.15 - Média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal, média de horas gastas em afazeres domésticos e jornada total das pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por sexo								
	Média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal			Média de horas gastas em afazeres domésticos			Jornada total		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasil	39,2	41,8	35,7	16,2	9,8	20,6	55,4	51,6	56,4
Norte	37,6	40,4	33,3	15,7	10,1	20,1	53,3	50,4	53,4
Rondônia	38,6	41,2	34,3	16,1	9,3	21,4	54,6	50,5	55,7
Acre	38,6	40,5	35,2	15,2	9,9	18,4	53,8	50,4	53,6
Amazonas	36,8	39,0	33,4	14,2	9,7	17,6	51,0	48,8	51,0
Roraima	38,3	40,0	35,4	15,6	10,7	19,7	53,9	50,7	55,1
Pará	37,7	40,6	33,0	16,2	10,4	21,0	53,9	51,1	54,0
Região Metropolitana de Belém	40,2	41,8	37,9	19,3	14,4	22,8	59,5	56,2	60,7
Amapá	41,8	43,6	39,0	14,8	10,8	19,0	56,7	54,3	57,9
Tocantins	35,6	39,5	30,2	16,6	9,6	21,4	52,1	49,1	51,5
Nordeste	36,5	39,4	32,3	17,9	9,9	23,0	54,4	49,3	55,3
Maranhão	34,4	38,4	28,7	18,6	9,3	24,0	53,0	47,7	52,7
Piauí	34,1	38,6	28,1	18,9	10,1	24,2	53,0	48,7	52,3
Ceará	36,5	39,3	32,7	19,3	10,7	24,6	55,8	50,0	57,3
Região Metropolitana de Fortaleza	40,3	41,9	38,2	18,6	11,5	23,3	58,9	53,4	61,4
Rio Grande do Norte	37,8	40,4	33,9	16,9	9,7	22,0	54,7	50,0	55,9
Paraíba	37,4	40,6	32,7	16,7	8,9	23,5	54,2	49,5	56,3
Pernambuco	38,7	40,7	35,8	18,8	11,3	22,6	57,5	52,0	58,3
Região Metropolitana de Recife	40,0	41,8	37,7	18,6	12,4	21,9	58,6	54,3	59,6
Alagoas	37,5	40,5	33,1	20,7	11,9	25,2	58,3	52,4	58,3
Sergipe	37,0	39,8	32,7	17,6	10,0	23,1	54,6	49,7	55,7
Bahia	35,9	38,6	32,2	16,3	9,3	21,2	52,2	47,8	53,4
Região Metropolitana de Salvador	38,1	40,3	35,6	14,4	8,7	18,8	52,5	49,0	54,4
Sudeste	40,6	43,0	37,5	16,2	10,2	20,3	56,7	53,2	57,7
Minas Gerais	39,2	42,7	34,8	16,2	9,7	21,2	55,5	52,4	55,9
Região Metropolitana de Belo Horizonte	40,2	42,5	37,6	15,2	9,9	19,4	55,4	52,4	57,0
Espírito Santo	40,3	43,0	36,7	16,1	9,8	20,4	56,4	52,8	57,1
Rio de Janeiro	39,8	42,0	37,1	17,2	12,0	20,3	57,0	54,0	57,4
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	39,5	41,5	37,0	16,9	12,1	19,7	56,3	53,6	56,7
São Paulo	41,5	43,4	39,0	15,8	10,1	19,8	57,3	53,5	58,8
Região Metropolitana de São Paulo	41,4	43,1	39,3	15,0	9,7	18,4	56,3	52,7	57,7
Sul	40,0	42,7	36,7	14,8	9,2	19,3	54,8	51,8	56,0
Paraná	40,0	42,5	36,8	14,5	8,9	18,9	54,5	51,5	55,6
Região Metropolitana de Curitiba	39,6	41,2	37,7	14,0	8,6	18,0	53,6	49,8	55,7
Santa Catarina	40,4	42,6	37,6	14,5	9,0	18,7	54,9	51,6	56,4
Rio Grande do Sul	39,7	42,8	36,0	15,3	9,4	20,0	55,0	52,3	56,0
Região Metropolitana de Porto Alegre	41,4	43,2	39,3	14,4	10,0	18,2	55,8	53,2	57,5
Centro-Oeste	40,3	42,8	36,8	14,6	8,7	18,7	54,8	51,5	55,5
Mato Grosso do Sul	39,3	42,1	35,5	13,6	8,5	17,5	52,9	50,5	53,0
Mato Grosso	41,1	43,5	37,2	14,6	8,8	18,9	55,6	52,3	56,1
Goiás	40,7	43,5	36,7	15,6	8,8	20,1	56,3	52,3	56,8
Distrito Federal	39,3	40,7	37,7	13,4	8,5	17,1	52,8	49,3	54,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 4.16 - Rendimento-hora médio no trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por sexo e grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2013

Grandes Regiões	Rendimento-hora médio no trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas (1)				
	Total	Grupos de anos de estudo			
		Até 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 anos ou mais
Total					
Brasil	13,34	7,10	8,60	10,95	28,24
Norte	14,68	7,32	8,67	12,20	39,09
Nordeste	9,38	4,85	6,88	8,84	22,19
Sudeste	15,12	8,24	8,83	11,53	31,39
Sul	13,07	8,76	9,71	11,50	22,07
Centro-Oeste	14,45	8,50	9,81	11,24	27,70
Homens					
Brasil	14,30	7,52	9,52	12,61	34,72
Norte	13,89	7,64	9,29	13,72	40,46
Nordeste	9,56	4,99	7,69	10,09	26,93
Sudeste	16,80	9,06	9,85	13,22	39,52
Sul	14,62	9,43	10,86	13,62	27,48
Centro-Oeste	15,04	9,04	10,53	12,87	31,58
Mulheres					
Brasil	11,99	6,08	6,91	8,91	22,83
Norte	16,06	6,06	7,20	10,15	38,00
Nordeste	9,11	4,46	5,31	7,40	18,85
Sudeste	12,90	6,60	7,09	9,42	24,13
Sul	11,05	7,42	7,64	8,93	17,63
Centro-Oeste	13,60	7,03	8,44	9,16	24,37

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Exclui as pessoas sem declaração de rendimento e pessoas com rendimento nulo.

Tabela 4.17 - Proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, em cargos de direção ou gerência, e rendimento médio do trabalho principal, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2013

Grandes Regiões	Proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em cargos de direção ou gerência (%)			Rendimento médio no trabalho principal das pessoas em cargos de direção ou gerência (R\$) (1)		
	Total	Sexo		Total	Sexo	
		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres
Brasil	5,8	6,4	5,1	4 498	5 113	3 463
Norte	4,4	4,4	4,4	3 496	3 841	2 948
Nordeste	4,0	4,2	3,7	3 484	3 966	2 727
Sudeste	6,6	7,4	5,5	5 025	5 691	3 873
Sul	6,9	7,8	5,8	4 148	4 842	2 992
Centro-Oeste	7,0	7,7	6,0	4 993	5 496	4 117

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Exclusive as pessoas sem declaração de rendimento e sem rendimento.

Tabela 4.18 - Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, em cargos de direção ou gerência, e rendimento médio no trabalho principal, por sexo, segundo os grupos de setor de atividade - Brasil - 2013

Grupos de setor de atividade	Pessoas de 25 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em cargos de direção ou gerência, total e por sexo (1 000 pessoas)			Rendimento médio no trabalho principal das pessoas em cargos de direção ou gerência, total e por sexo (1)		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	4 658	2 919	1 739	4 498	5 113	3 463
Agrícola	81	74	7	2 331	2 302	2 717
Indústria	734	535	199	5 292	5 767	3 996
Construção	124	101	23	8 636	9 219	6 197
Comércio e reparação	1 727	1 090	636	3 720	4 182	2 926
Alojamento e alimentação	507	294	212	2 979	3 358	2 477
Transporte, armazenagem e comunicação	173	132	41	5 022	5 278	4 185
Administração pública	333	196	137	4 315	4 738	3 710
Educação, saúde e serviços sociais	241	87	154	4 145	5 630	3 278
Demais serviços	739	408	330	6 188	7 548	4 524

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Exclusive as pessoas sem declaração de rendimento e sem rendimento.

Distribuição de renda

O crescimento econômico, observado a partir das variações anuais do Produto Interno Bruto - PIB da última década (Gráfico 5.1), em conjunto com a redução da desigualdade de renda medida pelas pesquisas domiciliares do IBGE (evolução do coeficiente de Gini do rendimento mensal das pessoas de 15 anos ou mais de idade¹ – Gráfico 5.2), mostraram-se fatores favoráveis à melhoria das condições de vida da população brasileira. As variações anuais do PIB de 2000 a 2010, mesmo com oscilações, logrou ser superior às duas décadas anteriores². Trata-se de um resultado usualmente atribuído a uma série de fatores, com destaque para uma conjuntura internacional favorável (*boom* de matérias primas, benéfico à economia exportadora brasileira), fortalecimento do mercado interno, crescimento da renda média da população, incentivos ao consumo das famílias e expansão do crédito.

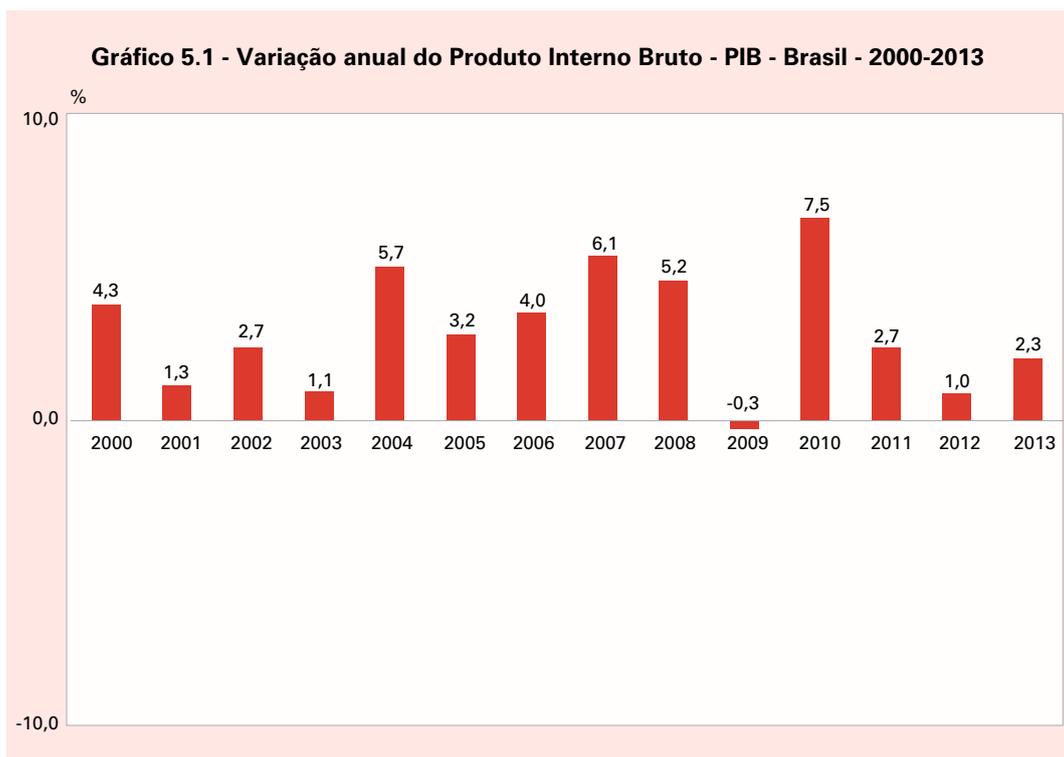
A redução da desigualdade se explica em parte pelo crescimento econômico observado e também por um conjunto de políticas e conjunturas, como a valorização do salário mínimo (reajustado nos últimos anos em patamares acima da inflação real observada), programas de transferências de renda, e também uma evolução favorável do rendimento do trabalho, devido à crescente formalização³ e maior capacidade de barganha dos trabalhadores para ganhos salariais, sobretudo até a crise de 2008-2009⁴.

¹ Para o coeficiente de Gini, quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade.

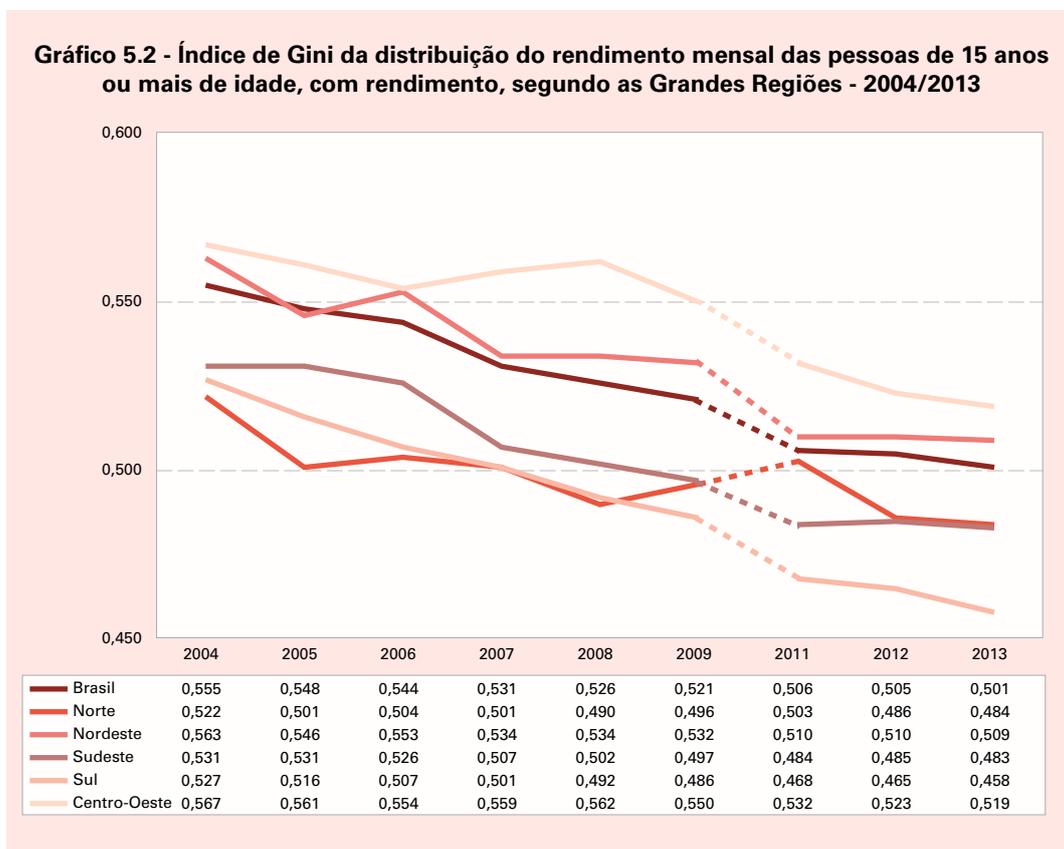
² O período 2001-2010 teve um crescimento médio do PIB de 3,6%, enquanto o País observou um crescimento médio de 2,5% e 1,7%, respectivamente, nos períodos 1991-2000 e 1981-1990.

³ Para maiores informações sobre esse tema, ver o Capítulo 4, **Trabalho**.

⁴ Entre 2000 e 2009, a participação da remuneração no valor adicionado (PIB pela ótica da renda) aumenta de 46,7% para 50,9% (HALLAK NETO, 2013).



Fonte: IBGE, Sistemas de Contas Nacionais 2013.

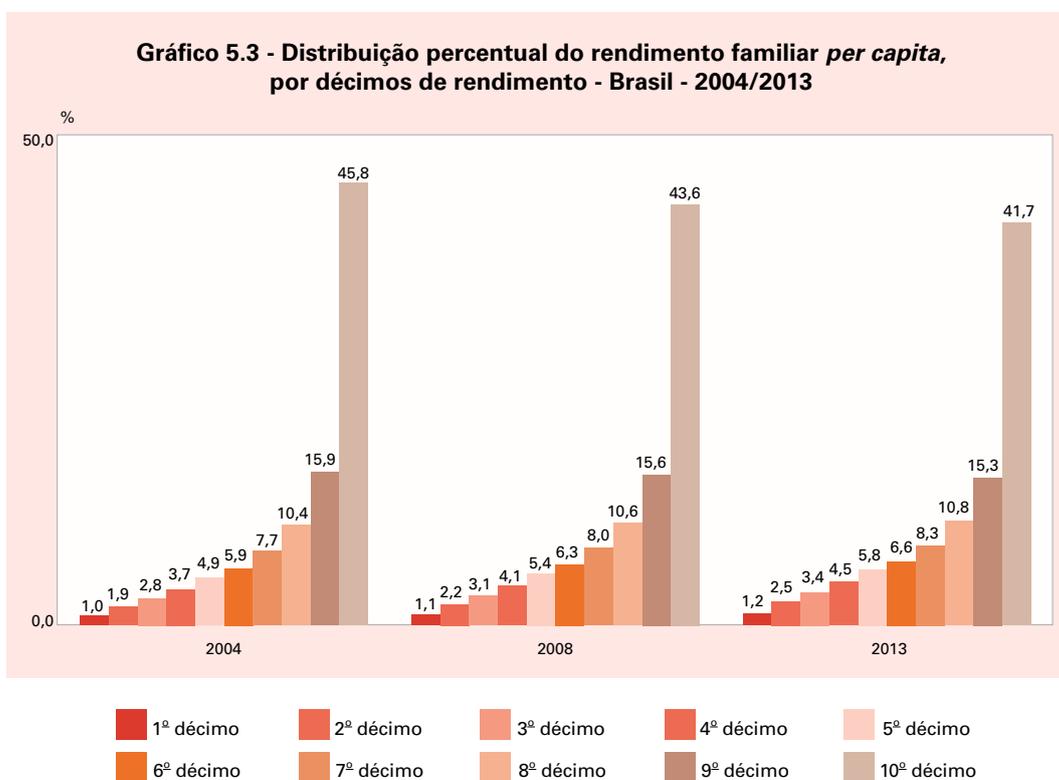


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013.

Nota: Excluídas as informações das pessoas sem declaração de rendimento.

Ao mesmo tempo em que se observaram melhorias na distribuição de rendimentos da população, o País ainda se defronta com um grau elevado de desigualdade quando comparado com outros países no mundo e mesmo na América Latina (DATA..., [2014]). Entre as Grandes Regiões brasileiras, a desigualdade é historicamente superior no Nordeste e Centro-Oeste. Enquanto, em 2013, o índice de Gini para o Brasil era de 0,501, nessas duas regiões os coeficientes observados foram de, respectivamente, 0,509 e 0,519.

Outra maneira de observar a concentração de renda consiste em analisar os décimos da distribuição de rendimentos familiar *per capita*. Numa sociedade perfeitamente igualitária, cada décimo (10% das pessoas com rendimentos) teria 10% da soma desses rendimentos. Em 2013, as pessoas com os 10% menores rendimentos concentravam apenas 1,2% da renda total. Na comparação 2004-2008-2013, do 1º ao 8º décimo houve ganhos em relação aos dois últimos décimos, com destaque para o 2º décimo cuja participação cresceu 31,6% no período. No décimo com maior rendimento familiar *per capita*, a participação na renda total decresceu 9,8%. Ainda assim, esses movimentos não foram suficientes para alterar substancialmente o quadro de desigualdades na distribuição de rendimentos, conforme mostra o Gráfico 5.3 (Tabela 5.6). O décimo mais rico concentrou durante todo o período analisado mais de 40% da totalidade da renda *per capita*.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013.

Notas: 1. Excluídos arranjos familiares sem rendimentos e sem declaração de rendimentos.

2. Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo familiar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

O coeficiente de Palma (PALMA, 2011) é outra forma de observar a *concentração* de renda que ganha destaque no âmbito internacional. É construído pela divisão de quanto da renda concentram os 10% mais ricos pelo que concentram os 40% mais pobres. Mesmo se não leva em conta toda a distribuição de rendimentos, teria uma vantagem de evitar alguns resultados contraintuitivos encontrados com o índice de Gini (COBHAM, 2013), que seria ademais muito sensível às evoluções no meio da distribuição. A Tabela 1 traz as porcentagens do rendimento das pessoas de 10 anos ou mais concentradas em cada classe, assim como o índice de Palma, que decresce em 27% na comparação 2004/2013, passando de 4,3 para 3,1.

Tabela 1 - Distribuição dos rendimentos de todas as fontes das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimentos, por classes de rendimentos, e Índice de Palma - Brasil - 2004/2013

Ano	Distribuição dos rendimentos de todas as fontes das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimentos, por classes de rendimentos (%)			Índice de Palma (C/A)
	Até 40% (A)	De mais de 40% a 90% (B)	De mais de 90% (C)	
2004	10,6	43,9	45,5	4,3
2013	13,2	45,4	41,4	3,1

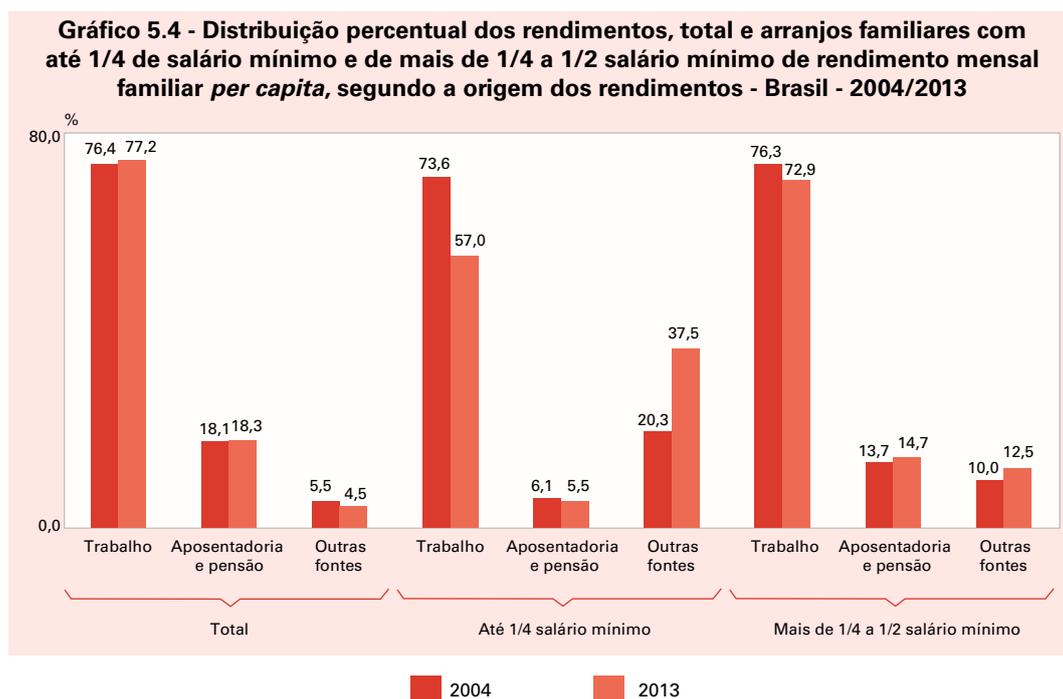
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013.

Nota: Exclusive as pessoas sem rendimentos e sem declaração de rendimentos.

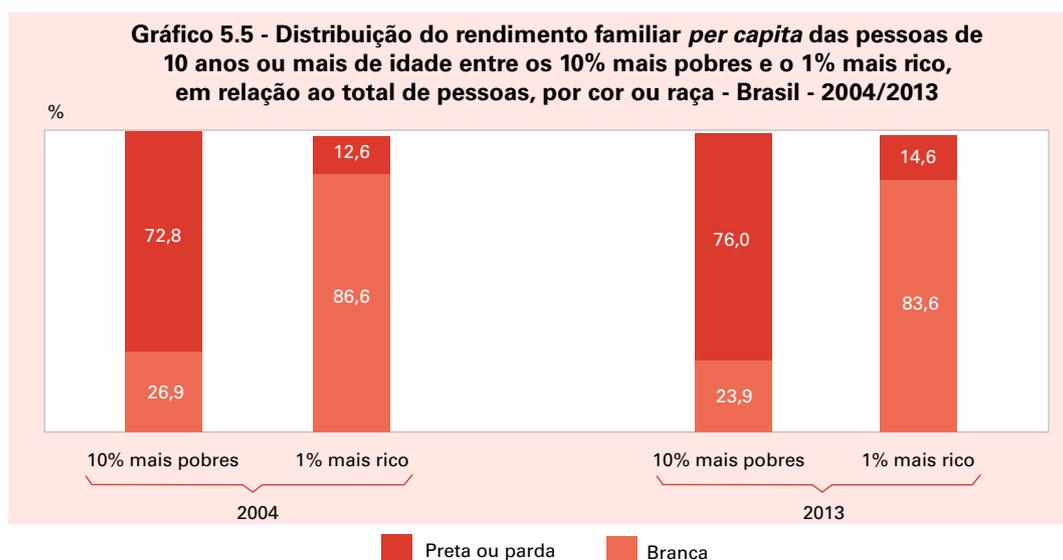
A crescente importância dos programas focalizados de transferências de renda na composição do rendimento familiar das famílias com menores rendimentos pode ser observada no Gráfico 5.4. O rendimento familiar é subdividido em três tipos de origens: trabalho, aposentadoria e pensão e outras fontes. Nestas últimas, incluem-se as transferências de programas sociais, aplicações financeiras, rendimentos de aluguéis, bônus, etc., divulgadas de forma agregada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD por motivos de precisão estatística. Sendo assim, ao considerar apenas as famílias com menores rendimentos (até $\frac{1}{2}$ salário mínimo), pode-se supor, dados os baixos rendimentos familiares, que a maior parte desses "outros rendimentos" venha de transferências governamentais, considerando ainda a ampliação da cobertura dessas transferências na última década.

De fato, para o total das famílias em 2013, as outras fontes representavam 4,5% dos rendimentos, já para as famílias com até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo *per capita*, representavam 37,5% e, para famílias entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ salário mínimo, 12,5%. Houve, portanto, um aumento expressivo de participação em nove anos, passando de 20,3% em 2004 para 37,5% em 2013 nas famílias com menores rendimentos (Gráfico 5.4 e Tabela 5.5)⁵. Vale destacar, também, que esse crescimento das outras fontes modificou a composição por origem, mas não ocorreu em substituição da renda do trabalho, que cresceu no período. Com dados das PNAD, o rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, cresceu 42,1% entre 2004 e 2013. Para o primeiro décimo da distribuição, esse crescimento foi de 84,8% e, para o segundo décimo, 94,9% (PESQUISA..., 2014).

⁵ Para 2013, $\frac{1}{4}$ do salário mínimo equivalia a R\$ 169,50 e $\frac{1}{2}$ salário mínimo, R\$ 339,00.



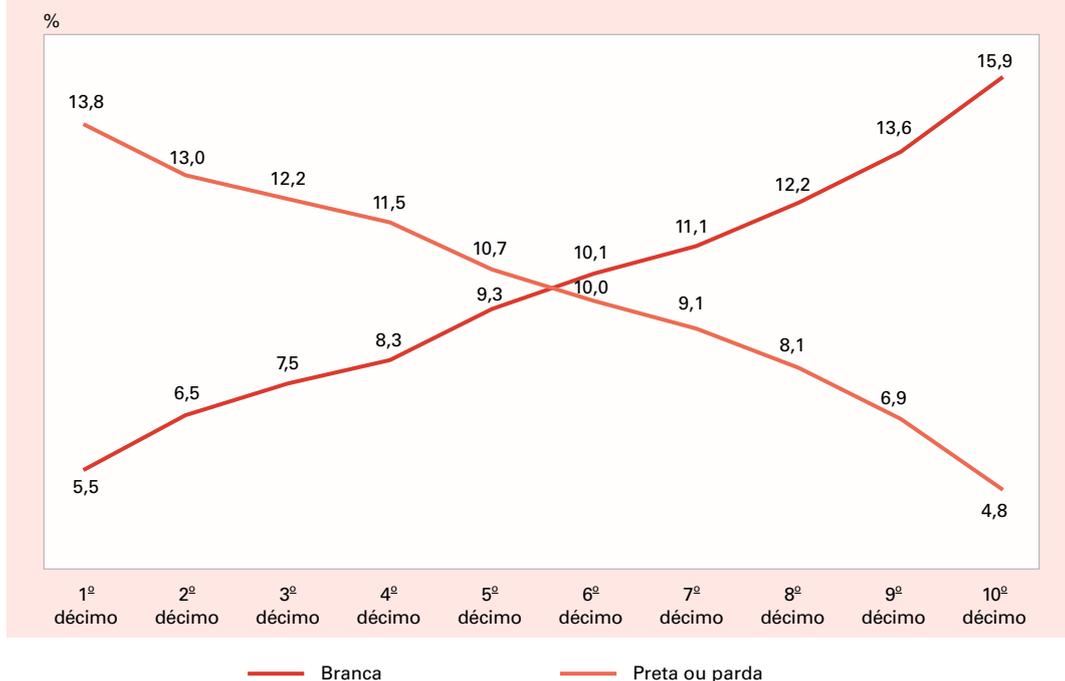
Em 2013, nos 10% mais pobres, 75,0% eram pretos ou pardos e 23,9%, brancos. Em 2004, eram 72,8% de pretos ou pardos e 26,9% de brancos nesse grupo. Já no outro extremo da distribuição, quer dizer, no 1% com maiores rendimentos da população em 2013, 14,6% eram pretos ou pardos, contra 83,6% de Brancos. Em 2004, esse 1% era composto por ainda menos pretos ou pardos (12,5%) (Gráfico 5.5 e Tabela 5.8)⁶. Ambas as distribuições destoam da proporção de pretos ou pardos no total da população, pois 52,9% foram classificados como tal em 2013.



⁶ Na comparação entre 2004 e 2013, as proporções de pretos ou pardos nos 10% menores rendimentos e no 1% com maiores rendimentos apresentaram intervalos de confiança que se sobrepunham.

A distribuição dos rendimentos por décimos, segundo a cor ou raça, também ilustra essa desigualdade. No primeiro décimo (10% menores rendimentos), estão 13,8% da população preta ou parda e 5,5% dos brancos em 2013. Os grupos de cor ou raça apresentam desenhos opostos, aumentando sistematicamente a participação de brancos nos estratos superiores de rendimentos e menor participação de pretos e pardos. No décimo com maiores rendimentos, as posições se invertem, com 15,9% dos brancos e 4,8% dos pretos ou pardos em 2013 (Gráfico 5.6 e Tabela 5.9).

Gráfico 5.6 - Distribuição percentual da população residente, por cor ou raça, segundo os décimos de rendimento mensal familiar *per capita* - Brasil - 2013



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2013

Nota: Exclusive população sem rendimentos e sem declaração de rendimentos

Sob a ótica da renda, é possível avaliar algumas características dos grupos populacionais pertencentes aos quintos da distribuição do rendimento familiar *per capita*, uma vez que os rendimentos não trazem toda a informação necessária para se descrever as condições de vida da população. A Tabela 2 traz informação de presença de bens duráveis no domicílio, características físicas do domicílio e acesso à tecnologia por parte das pessoas em relação aos quintos de rendimento. Bens e serviços mais básicos, como fogão, geladeira, TV e iluminação elétrica, são quase universalizados em todos os quintos de distribuição. Ainda assim, observa-se 7,5% de domicílios no primeiro quinto sem geladeira, item fundamental para a família. O acesso aos demais bens e serviços (à exceção de motocicleta) crescem sistematicamente quando se sobe na escala de rendimentos, com destaque para carro (de 14% no primeiro quinto para 80,6% dos domicílios no último quinto), microcomputador (de 19,6% para 81,6%), freezer (de 8,2% para 30,2%), máquina de lavar roupa (de 23,9% para 86,6%) e uso de Internet (de 20,5% para 67,4%). Nota-se que, ademais, somente 62,5% das pessoas no 3º quinto de rendimento têm esgotamento adequado. Mesmo no 4º quinto de rendimento, apenas 50,8% das pessoas de 10 anos ou mais utilizaram a Internet nos últimos três meses.

Tabela 2 - Proporção das pessoas residentes em domicílios particulares, por quintos de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo a presença de alguns bens duráveis, as características do domicílio e o acesso à tecnologia - Brasil - 2013

Presença de bens duráveis no domicílio, características do domicílio e acesso à tecnologia	Proporção das pessoas residentes em domicílios particulares (%)					
	Total	Quintos de rendimento mensal familiar <i>per capita</i>				
		1º quinto	2º quinto	3º quinto	4º quinto	5º quinto
Presença de bens duráveis no domicílio						
Fogão	98,9	97,5	99,0	99,1	99,4	99,5
Filtro d'água	52,7	41,3	48,6	52,6	56,8	64,1
Geladeira	97,3	92,5	97,3	98,2	99,1	99,5
Freezer	17,3	8,2	11,9	15,8	20,7	30,2
Máquina de lavar roupa	56,9	23,9	43,7	57,4	73,0	86,6
Rádio	75,4	66,6	72,2	75,9	79,4	83,1
Televisão	97,6	95,3	97,7	97,6	98,5	99,1
Aparelho de DVD	75,4	67,7	74,1	72,1	78,5	84,5
Microcomputador	51,0	19,6	38,5	49,9	65,7	81,6
Carro de uso pessoal	44,7	14,0	28,2	40,9	59,7	80,6
Motocicleta de uso pessoal	23,3	24,6	23,5	22,6	25,4	20,3
Características do domicílio (1)						
Esgotamento adequado	60,4	34,8	53,2	62,5	71,4	80,1
Abastecimento de água adequado	83,6	69,4	80,8	85,4	89,3	93,1
Destino do lixo adequado	87,9	70,6	86,1	90,9	94,6	97,2
Forma de iluminação adequada	99,4	98,4	99,4	99,6	99,7	99,8
Acesso à tecnologia (pessoas de 10 anos ou mais de idade)						
Tem telefone celular móvel para uso pessoal	64,3	40,4	57,3	64,5	75,3	83,7
Utilizaram a internet nos últimos três meses	42,0	20,5	32,8	38,6	50,8	67,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Notas: 1. Excluído arranjos familiares sem rendimentos e sem declaração de rendimentos.

2. Excluído as pessoas cuja condição no arranjo familiar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

(1) Esgotamento adequado: rede coletora de esgoto ou fossa séptica ligada à rede coletora; abastecimento de água adequado: por rede geral de distribuição; destino do lixo adequado: coletado direta ou indiretamente; iluminação adequada: iluminação elétrica.

Tabela 5.1 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

(continua)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares				
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)			
		Até 1/4	Mais de 1/4 até 1/2	Mais de 1/2 até 1	Mais de 1 a 2
Brasil	68 376	6,4	13,7	27,4	26,2
Norte	5 170	11,5	21,5	29,1	19,9
Rondônia	571	6,4	16,3	30,8	26,8
Acre	227	12,6	21,8	28,4	20,6
Amazonas	1 091	12,6	20,8	27,5	20,3
Roraima	164	7,3	20,0	29,6	20,7
Pará	2 422	13,1	23,7	29,2	17,8
Região Metropolitana de Belém	701	6,8	20,0	28,8	19,8
Amapá	209	8,2	18,6	25,9	19,3
Tocantins	486	9,0	19,5	32,3	20,3
Nordeste	18 104	14,5	22,3	31,1	16,9
Maranhão	1 961	21,2	22,1	28,4	15,2
Piauí	1 030	15,5	24,1	32,7	16,8
Ceará	2 822	15,6	22,2	31,8	16,5
Região Metropolitana de Fortaleza	1 205	7,2	19,7	32,8	20,7
Rio Grande do Norte	1 116	11,8	20,1	30,7	19,6
Paraíba	1 288	13,7	24,7	30,5	18,2
Pernambuco	3 026	11,7	21,2	32,7	18,5
Região Metropolitana de Recife	1 299	6,9	18,1	30,6	20,3
Alagoas	1 027	16,3	24,8	30,4	13,5
Sergipe	741	10,9	25,2	32,3	16,4
Bahia	5 092	13,7	21,7	30,6	16,8
Região Metropolitana de Salvador	1 396	5,3	15,3	28,7	22,4
Sudeste	29 544	2,7	9,6	25,7	30,0
Minas Gerais	7 178	4,4	13,2	30,5	29,2
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 803	1,8	9,4	26,1	30,9
Espírito Santo	1 356	4,2	13,7	27,8	29,9
Rio de Janeiro	5 945	2,7	10,4	25,5	27,5
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4 448	2,3	9,6	24,3	27,5
São Paulo	15 065	1,8	7,3	23,3	31,3
Região Metropolitana de São Paulo	7 066	1,8	7,0	21,9	29,3
Sul	10 360	2,2	7,8	24,6	34,1
Paraná	3 836	2,2	8,5	26,6	33,5
Região Metropolitana de Curitiba	1 174	1,3	6,3	20,6	34,3
Santa Catarina	2 376	1,6	5,5	21,8	36,1
Rio Grande do Sul	4 149	2,6	8,4	24,4	33,7
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 556	2,0	7,2	21,9	32,5
Centro-Oeste	5 197	2,6	10,9	28,2	28,0
Mato Grosso do Sul	908	2,8	10,1	29,8	31,2
Mato Grosso	1 106	3,2	11,6	29,7	26,6
Goiás	2 231	2,6	11,8	30,5	29,3
Distrito Federal	951	1,8	8,7	19,4	23,2

Tabela 5.1 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares				
	Distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)				
	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5	Sem rendimento	Sem declaração
Brasil	8,7	5,5	4,8	2,4	4,8
Norte	5,8	3,2	2,5	3,7	2,8
Rondônia	8,0	3,7	2,6	2,7	2,7
Acre	5,4	3,4	2,7	3,0	2,2
Amazonas	6,4	3,7	3,3	4,6	0,8
Roraima	6,8	3,7	4,1	5,2	2,6
Pará	4,8	2,5	1,8	3,6	3,6
Região Metropolitana de Belém	6,0	3,0	2,5	4,4	8,6
Amapá	6,5	6,4	3,7	5,0	6,4
Tocantins	6,8	3,9	2,6	3,2	2,4
Nordeste	4,0	2,5	2,3	2,9	3,5
Maranhão	3,3	1,7	1,6	3,3	3,3
Piauí	4,0	2,5	1,9	1,9	0,4
Ceará	3,3	2,1	1,8	3,0	3,6
Região Metropolitana de Fortaleza	5,0	3,2	3,3	3,1	5,0
Rio Grande do Norte	4,8	3,2	3,3	2,9	3,5
Paraíba	4,4	2,7	2,5	2,2	1,3
Pernambuco	4,0	2,3	1,8	2,6	5,2
Região Metropolitana de Recife	5,4	3,3	2,8	2,5	10,0
Alagoas	3,6	2,5	1,5	4,8	2,6
Sergipe	5,2	2,8	2,6	2,2	2,4
Bahia	4,3	3,0	3,0	3,0	3,9
Região Metropolitana de Salvador	6,8	5,8	6,4	2,9	6,4
Sudeste	10,7	6,8	6,2	2,2	6,2
Minas Gerais	8,7	5,4	4,3	2,0	2,4
Região Metropolitana de Belo Horizonte	10,8	7,6	8,2	2,1	3,2
Espírito Santo	8,3	5,8	4,1	3,1	3,1
Rio de Janeiro	9,6	6,8	7,6	2,7	7,3
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	10,0	7,2	8,6	3,0	7,7
São Paulo	12,2	7,5	6,6	2,1	7,8
Região Metropolitana de São Paulo	11,9	8,3	8,7	2,0	9,1
Sul	12,3	7,7	5,6	1,6	4,1
Paraná	11,2	7,5	5,3	1,7	3,5
Região Metropolitana de Curitiba	13,9	9,2	8,7	2,2	3,7
Santa Catarina	13,8	8,1	5,4	1,4	6,3
Rio Grande do Sul	12,5	7,6	5,9	1,7	3,3
Região Metropolitana de Porto Alegre	12,3	8,1	9,6	2,3	4,1
Centro-Oeste	9,9	6,7	6,8	2,3	4,6
Mato Grosso do Sul	9,7	6,5	5,1	2,3	2,5
Mato Grosso	10,0	6,0	4,5	3,4	5,1
Goiás	9,7	5,8	4,5	2,0	3,7
Distrito Federal	10,5	10,1	16,4	1,9	7,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: Exclui-se as pessoas cuja condição no arranjo familiar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 5.2 - Pessoas residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

(continua)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas residentes em domicílios particulares				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)			
		Até 1/4	Mais de 1/4 até 1/2	Mais de 1/2 até 1	Mais de 1 a 2
Brasil	200 976	8,8	17,0	27,9	23,9
Norte	16 992	15,8	25,5	28,0	16,4
Rondônia	1 729	8,8	20,7	31,6	22,9
Acre	778	18,3	27,2	26,0	16,1
Amazonas	3 810	17,7	24,2	26,7	17,1
Roraima	490	9,8	25,0	28,7	18,1
Pará	7 968	17,4	27,5	27,6	14,3
Região Metropolitana de Belém	2 175	8,6	22,5	28,8	17,9
Amapá	736	12,2	23,3	26,1	17,4
Tocantins	1 480	12,3	23,8	30,9	17,0
Nordeste	55 777	18,6	25,8	28,7	14,0
Maranhão	6 790	27,2	24,0	25,4	12,2
Piauí	3 175	18,2	28,3	31,0	13,6
Ceará	8 779	19,7	25,8	29,5	13,6
Região Metropolitana de Fortaleza	3 782	9,6	23,0	33,0	18,0
Rio Grande do Norte	3 377	14,4	23,1	29,7	17,3
Paraíba	3 917	16,9	28,8	27,9	15,2
Pernambuco	9 213	15,3	25,1	30,0	15,5
Região Metropolitana de Recife	3 858	9,3	21,1	29,8	18,1
Alagoas	3 300	21,9	28,1	27,2	10,5
Sergipe	2 197	13,6	28,5	30,1	14,3
Bahia	15 029	17,5	25,6	28,4	14,0
Região Metropolitana de Salvador	3 879	6,7	18,5	29,6	20,1
Sudeste	84 429	3,8	12,3	27,5	28,6
Minas Gerais	20 577	5,8	16,2	31,2	27,5
Região Metropolitana de Belo Horizonte	5 149	2,4	11,8	28,2	30,1
Espírito Santo	3 840	5,9	17,5	29,0	27,0
Rio de Janeiro	16 352	3,9	13,5	27,4	25,4
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	12 041	3,3	12,4	26,7	25,6
São Paulo	43 660	2,6	9,6	25,6	30,4
Região Metropolitana de São Paulo	20 751	2,4	9,1	24,3	28,4
Sul	28 768	3,1	10,3	26,3	33,0
Paraná	10 978	3,0	10,9	28,2	32,4
Região Metropolitana de Curitiba	3 380	2,0	8,6	22,9	34,5
Santa Catarina	6 634	2,2	7,2	23,3	35,7
Rio Grande do Sul	11 155	3,7	11,5	26,4	31,9
Região Metropolitana de Porto Alegre	4 162	3,2	9,9	24,7	31,4
Centro-Oeste	15 010	3,7	13,6	29,8	26,0
Mato Grosso do Sul	2 590	4,0	12,4	30,5	29,9
Mato Grosso	3 185	4,3	14,5	31,1	24,6
Goiás	6 446	3,7	14,8	32,4	26,8
Distrito Federal	2 789	2,7	11,0	21,3	22,4

Tabela 5.2 - Pessoas residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas residentes em domicílios particulares				
	Distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)				
	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5	Sem rendimento	Sem declaração
Brasil	7,4	4,6	3,5	1,8	5,1
Norte	4,6	2,5	1,7	2,7	3,0
Rondônia	6,2	3,0	1,8	2,1	3,0
Acre	3,8	2,6	1,6	2,0	2,4
Amazonas	5,1	2,8	2,2	3,4	0,8
Roraima	6,0	2,6	2,9	3,9	3,0
Pará	3,8	1,9	1,2	2,5	3,8
Região Metropolitana de Belém	4,8	2,6	2,0	3,2	9,7
Amapá	4,9	4,3	2,0	3,2	6,4
Tocantins	5,7	3,4	2,1	2,3	2,6
Nordeste	3,4	2,0	1,7	2,1	3,8
Maranhão	2,5	1,3	1,1	2,3	3,9
Piauí	3,6	2,0	1,4	1,5	0,3
Ceará	2,8	1,7	1,3	1,9	3,8
Região Metropolitana de Fortaleza	4,2	2,5	2,3	2,0	5,4
Rio Grande do Norte	4,1	2,9	2,4	2,2	3,9
Paraíba	3,8	2,2	2,1	1,6	1,5
Pernambuco	3,4	1,8	1,4	1,9	5,5
Região Metropolitana de Recife	4,5	2,6	2,0	1,8	10,8
Alagoas	2,9	1,9	1,0	3,7	2,8
Sergipe	4,5	2,4	2,2	1,7	2,7
Bahia	3,7	2,4	2,2	2,0	4,2
Região Metropolitana de Salvador	6,0	4,7	5,2	2,2	7,0
Sudeste	9,1	5,8	4,6	1,7	6,7
Minas Gerais	7,5	4,6	3,1	1,5	2,6
Região Metropolitana de Belo Horizonte	9,3	6,6	6,3	1,7	3,6
Espírito Santo	7,5	5,0	2,8	2,2	3,0
Rio de Janeiro	8,2	5,8	5,5	2,1	8,0
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	8,6	6,3	6,3	2,3	8,6
São Paulo	10,3	6,4	5,1	1,5	8,5
Região Metropolitana de São Paulo	10,4	7,3	6,8	1,4	9,8
Sul	10,9	6,5	4,2	1,2	4,5
Paraná	10,1	6,4	4,1	1,2	3,8
Região Metropolitana de Curitiba	12,0	7,9	6,9	1,4	3,8
Santa Catarina	12,4	6,9	4,1	1,1	7,1
Rio Grande do Sul	10,8	6,3	4,5	1,3	3,6
Região Metropolitana de Porto Alegre	10,7	6,6	7,3	1,7	4,4
Centro-Oeste	8,8	5,9	5,4	1,7	5,1
Mato Grosso do Sul	9,0	5,7	4,1	1,4	2,9
Mato Grosso	8,5	5,1	3,6	2,5	5,6
Goiás	8,3	4,7	3,3	1,6	4,3
Distrito Federal	10,0	9,7	13,4	1,3	8,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo familiar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 5.3 - Número médio de pessoas nos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

(continua)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Número médio de pessoas nos arranjos familiares residentes em domicílios particulares				
	Total	Classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (salário mínimo)			
		Até 1/4	Mais de 1/4 até 1/2	Mais de 1/2 até 1	Mais de 1 a 2
Brasil	2,9	4,0	3,6	3,0	2,7
Norte	3,3	4,5	3,9	3,2	2,7
Rondônia	3,0	4,2	3,8	3,1	2,6
Acre	3,4	5,0	4,3	3,1	2,7
Amazonas	3,5	4,9	4,1	3,4	2,9
Roraima	3,0	4,0	3,8	2,9	2,6
Pará	3,3	4,4	3,8	3,1	2,6
Região Metropolitana de Belém	3,1	3,9	3,5	3,1	2,8
Amapá	3,5	5,2	4,4	3,5	3,2
Tocantins	3,0	4,1	3,7	2,9	2,5
Nordeste	3,1	4,0	3,6	2,8	2,6
Maranhão	3,5	4,4	3,8	3,1	2,8
Piauí	3,1	3,6	3,6	2,9	2,5
Ceará	3,1	3,9	3,6	2,9	2,6
Região Metropolitana de Fortaleza	3,1	4,2	3,7	3,2	2,7
Rio Grande do Norte	3,0	3,7	3,5	2,9	2,7
Paraíba	3,0	3,8	3,5	2,8	2,5
Pernambuco	3,0	4,0	3,6	2,8	2,6
Região Metropolitana de Recife	3,0	4,0	3,5	2,9	2,6
Alagoas	3,2	4,3	3,6	2,9	2,5
Sergipe	3,0	3,7	3,4	2,8	2,6
Bahia	3,0	3,8	3,5	2,7	2,4
Região Metropolitana de Salvador	2,8	3,6	3,4	2,9	2,5
Sudeste	2,9	4,0	3,7	3,1	2,7
Minas Gerais	2,9	3,9	3,5	2,9	2,7
Região Metropolitana de Belo Horizonte	2,9	3,9	3,6	3,1	2,8
Espírito Santo	2,8	4,0	3,6	3,0	2,6
Rio de Janeiro	2,8	4,0	3,6	3,0	2,5
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	2,7	3,9	3,5	3,0	2,5
São Paulo	2,9	4,0	3,8	3,2	2,8
Região Metropolitana de São Paulo	2,9	4,0	3,8	3,3	2,8
Sul	2,8	3,9	3,7	3,0	2,7
Paraná	2,9	3,9	3,7	3,0	2,8
Região Metropolitana de Curitiba	2,9	4,3	3,9	3,2	2,9
Santa Catarina	2,8	3,8	3,7	3,0	2,8
Rio Grande do Sul	2,7	3,9	3,7	2,9	2,5
Região Metropolitana de Porto Alegre	2,7	4,3	3,7	3,0	2,6
Centro-Oeste	2,9	4,1	3,6	3,1	2,7
Mato Grosso do Sul	2,9	4,0	3,5	2,9	2,7
Mato Grosso	2,9	3,9	3,6	3,0	2,7
Goiás	2,9	4,1	3,6	3,1	2,6
Distrito Federal	2,9	4,4	3,7	3,2	2,8

Tabela 5.3 - Número médio de pessoas nos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Número médio de pessoas nos arranjos familiares residentes em domicílios particulares				
	Classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (salário mínimo)				
	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5	Sem rendimento	Sem declaração
Brasil	2,5	2,4	2,2	2,2	3,2
Norte	2,6	2,5	2,2	2,4	3,5
Rondônia	2,4	2,5	2,1	2,4	3,4
Acre	2,4	2,5	2,1	2,3	3,7
Amazonas	2,8	2,6	2,3	2,5	3,5
Roraima	2,7	2,1	2,1	2,3	3,4
Pará	2,6	2,5	2,3	2,4	3,5
Região Metropolitana de Belém	2,5	2,6	2,5	2,2	3,5
Amapá	2,7	2,4	1,9	2,3	3,6
Tocantins	2,6	2,7	2,4	2,2	3,3
Nordeste	2,6	2,4	2,3	2,2	3,3
Maranhão	2,7	2,6	2,5	2,5	4,0
Piauí	2,8	2,5	2,3	2,3	2,4
Ceará	2,6	2,4	2,2	2,0	3,3
Região Metropolitana de Fortaleza	2,7	2,5	2,2	2,1	3,4
Rio Grande do Norte	2,6	2,8	2,2	2,3	3,4
Paraíba	2,7	2,4	2,6	2,2	3,6
Pernambuco	2,6	2,4	2,3	2,2	3,2
Região Metropolitana de Recife	2,5	2,3	2,1	2,2	3,2
Alagoas	2,6	2,5	2,1	2,5	3,5
Sergipe	2,6	2,5	2,5	2,3	3,3
Bahia	2,5	2,3	2,2	2,0	3,2
Região Metropolitana de Salvador	2,4	2,3	2,3	2,0	3,0
Sudeste	2,4	2,4	2,1	2,2	3,1
Minas Gerais	2,5	2,4	2,1	2,2	3,0
Região Metropolitana de Belo Horizonte	2,5	2,5	2,2	2,3	3,2
Espírito Santo	2,5	2,4	1,9	2,0	2,7
Rio de Janeiro	2,4	2,4	2,0	2,2	3,0
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	2,3	2,4	2,0	2,1	3,0
São Paulo	2,4	2,5	2,2	2,2	3,2
Região Metropolitana de São Paulo	2,6	2,6	2,3	2,1	3,2
Sul	2,5	2,4	2,1	2,0	3,0
Paraná	2,6	2,5	2,2	2,0	3,1
Região Metropolitana de Curitiba	2,5	2,5	2,3	1,9	2,9
Santa Catarina	2,5	2,4	2,1	2,1	3,1
Rio Grande do Sul	2,3	2,3	2,0	2,0	2,9
Região Metropolitana de Porto Alegre	2,3	2,2	2,0	2,0	2,9
Centro-Oeste	2,6	2,5	2,3	2,1	3,2
Mato Grosso do Sul	2,6	2,5	2,3	1,7	3,3
Mato Grosso	2,5	2,5	2,3	2,2	3,2
Goiás	2,5	2,4	2,1	2,3	3,3
Distrito Federal	2,8	2,8	2,4	2,0	3,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo familiar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 5.4 - Rendimento médio mensal familiar *per capita* dos arranjos familiares com rendimento, em reais e em salários mínimos, dos 20% mais pobres e dos 20% mais ricos, e relação entre os rendimentos médios, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Rendimento médio mensal familiar <i>per capita</i> dos arranjos familiares com rendimento				Relação entre os rendimentos médios (B/A)
	Em reais (R\$)		Salário mínimo		
	20% mais pobres (1º quinto) (A)	20% mais ricos (5º quinto) (B)	20% mais pobres (1º quinto) (A)	20% mais ricos (5º quinto) (B)	
Brasil	204	3 215	0,30	4,74	15,8
Norte	144	2 184	0,21	3,22	15,2
Nordeste	120	2 087	0,18	3,08	17,4
Sudeste	287	3 720	0,42	5,49	13,0
Sul	323	3 460	0,48	5,10	10,7
Centro-Oeste	279	3 957	0,41	5,84	14,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo familiar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 5.5 - Distribuição percentual do rendimento dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por rendimento familiar *per capita* e origem do rendimento, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

(continua)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição percentual do rendimento dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares (%)			
	Total			
	Total	Origem dos rendimentos		
Outras		Trabalho	Aposentadoria e pensão	
Brasil	100,0	4,5	77,2	18,3
Norte	100,0	6,1	80,8	13,1
Rondônia	100,0	4,4	83,8	11,9
Acre	100,0	6,2	76,7	17,1
Amazonas	100,0	6,4	83,5	10,1
Roraima	100,0	5,6	84,0	10,4
Pará	100,0	6,6	78,2	15,2
Região Metropolitana de Belém	100,0	4,5	77,3	18,2
Amapá	100,0	4,3	87,1	8,6
Tocantins	100,0	6,2	79,6	14,2
Nordeste	100,0	7,9	70,3	21,8
Maranhão	100,0	9,9	70,6	19,5
Piauí	100,0	9,6	68,2	22,3
Ceará	100,0	9,0	66,6	24,4
Região Metropolitana de Fortaleza	100,0	6,1	74,0	20,0
Rio Grande do Norte	100,0	8,1	72,0	20,0
Paraíba	100,0	8,1	67,7	24,2
Pernambuco	100,0	6,4	69,6	24,0
Região Metropolitana de Recife	100,0	4,8	72,6	22,5
Alagoas	100,0	7,1	70,0	22,9
Sergipe	100,0	5,9	73,6	20,4
Bahia	100,0	7,6	72,6	19,8
Região Metropolitana de Salvador	100,0	4,6	80,5	14,9
Sudeste	100,0	3,5	78,4	18,2
Minas Gerais	100,0	5,1	75,7	19,2
Região Metropolitana de Belo Horizonte	100,0	4,4	79,0	16,6
Espírito Santo	100,0	3,5	78,1	18,4
Rio de Janeiro	100,0	3,2	74,9	21,9
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	100,0	3,1	74,8	22,1
São Paulo	100,0	2,9	80,7	16,4
Região Metropolitana de São Paulo	100,0	3,1	83,0	14,0
Sul	100,0	3,4	77,4	19,2
Paraná	100,0	3,5	80,8	15,7
Região Metropolitana de Curitiba	100,0	2,4	81,8	15,7
Santa Catarina	100,0	2,9	78,5	18,6
Rio Grande do Sul	100,0	3,6	73,4	23,0
Região Metropolitana de Porto Alegre	100,0	2,7	75,1	22,3
Centro-Oeste	100,0	4,5	81,6	14,0
Mato Grosso do Sul	100,0	4,5	83,0	12,5
Mato Grosso	100,0	4,0	83,3	12,7
Goiás	100,0	4,5	81,4	14,1
Distrito Federal	100,0	4,8	79,8	15,4

Tabela 5.5 - Distribuição percentual do rendimento dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por rendimento familiar *per capita* e origem do rendimento, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

(continuação)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição percentual do rendimento dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares (%)			
	Rendimento familiar <i>per capita</i> de até 1/4 do salário mínimo			
	Total	Origem dos rendimentos		
Outras		Trabalho	Aposentadoria e pensão	
Brasil	100,0	37,5	57,0	5,5
Norte	100,0	29,8	65,1	5,0
Rondônia	100,0	22,5	73,2	4,3
Acre	100,0	35,3	56,8	7,9
Amazonas	100,0	33,8	62,5	3,6
Roraima	100,0	35,3	60,3	4,4
Pará	100,0	27,9	66,8	5,3
Região Metropolitana de Belém	100,0	21,4	69,6	9,0
Amapá	100,0	30,0	66,8	3,3
Tocantins	100,0	31,6	61,3	7,0
Nordeste	100,0	43,8	51,3	5,0
Maranhão	100,0	49,0	45,4	5,6
Piauí	100,0	53,2	45,5	1,3
Ceará	100,0	48,4	46,9	4,8
Região Metropolitana de Fortaleza	100,0	30,0	63,5	6,5
Rio Grande do Norte	100,0	41,9	54,1	4,0
Paraíba	100,0	46,6	48,4	5,1
Pernambuco	100,0	40,0	55,0	5,1
Região Metropolitana de Recife	100,0	28,5	65,2	6,3
Alagoas	100,0	32,9	59,0	8,0
Sergipe	100,0	35,6	59,6	4,9
Bahia	100,0	41,3	54,0	4,7
Região Metropolitana de Salvador	100,0	29,3	63,1	7,7
Sudeste	100,0	29,7	64,9	5,4
Minas Gerais	100,0	31,9	62,0	6,2
Região Metropolitana de Belo Horizonte	100,0	24,1	63,0	12,9
Espírito Santo	100,0	18,0	75,2	6,8
Rio de Janeiro	100,0	27,7	65,9	6,4
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	100,0	30,4	62,2	7,4
São Paulo	100,0	31,0	65,4	3,7
Região Metropolitana de São Paulo	100,0	31,2	67,1	1,7
Sul	100,0	27,7	59,4	12,9
Paraná	100,0	23,3	64,0	12,7
Região Metropolitana de Curitiba	100,0	20,4	66,3	13,4
Santa Catarina	100,0	15,8	63,3	21,0
Rio Grande do Sul	100,0	35,6	54,4	10,0
Região Metropolitana de Porto Alegre	100,0	31,4	58,9	9,7
Centro-Oeste	100,0	26,8	66,4	6,8
Mato Grosso do Sul	100,0	38,2	61,8	0,0
Mato Grosso	100,0	24,9	64,0	11,1
Goiás	100,0	20,4	72,6	7,0
Distrito Federal	100,0	38,0	54,7	7,3

Tabela 5.5 - Distribuição percentual do rendimento dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por rendimento familiar *per capita* e origem do rendimento, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição percentual do rendimento dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares (%)			
	Rendimento familiar <i>per capita</i> de mais de 1/4 até 1/2 do salário mínimo			
	Total	Origem dos rendimentos		
Outras		Trabalho	Aposentadoria e pensão	
Brasil	100,0	12,5	72,9	14,7
Norte	100,0	12,9	75,1	12,1
Rondônia	100,0	9,5	78,9	11,6
Acre	100,0	15,7	72,6	11,6
Amazonas	100,0	13,2	78,0	8,8
Roraima	100,0	14,2	79,5	6,3
Pará	100,0	12,7	73,4	13,9
Região Metropolitana de Belém	100,0	10,1	78,7	11,2
Amapá	100,0	11,8	80,3	7,9
Tocantins	100,0	14,4	71,3	14,3
Nordeste	100,0	16,1	67,1	16,8
Maranhão	100,0	16,3	60,3	23,4
Piauí	100,0	20,8	65,6	13,6
Ceará	100,0	17,1	66,3	16,6
Região Metropolitana de Fortaleza	100,0	11,6	77,2	11,2
Rio Grande do Norte	100,0	14,0	73,7	12,3
Paraíba	100,0	19,3	64,9	15,8
Pernambuco	100,0	14,1	68,6	17,3
Região Metropolitana de Recife	100,0	11,9	70,3	17,8
Alagoas	100,0	14,0	69,1	16,9
Sergipe	100,0	15,5	69,3	15,3
Bahia	100,0	15,7	68,5	15,8
Região Metropolitana de Salvador	100,0	10,4	77,0	12,6
Sudeste	100,0	8,9	77,7	13,4
Minas Gerais	100,0	11,1	73,8	15,0
Região Metropolitana de Belo Horizonte	100,0	8,9	77,4	13,6
Espírito Santo	100,0	7,7	80,7	11,6
Rio de Janeiro	100,0	8,0	79,6	12,4
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	100,0	7,5	80,1	12,4
São Paulo	100,0	7,8	79,3	12,9
Região Metropolitana de São Paulo	100,0	7,9	81,0	11,1
Sul	100,0	9,5	75,3	15,2
Paraná	100,0	8,8	76,4	14,8
Região Metropolitana de Curitiba	100,0	4,1	84,3	11,6
Santa Catarina	100,0	8,3	75,7	16,1
Rio Grande do Sul	100,0	10,7	74,2	15,1
Região Metropolitana de Porto Alegre	100,0	9,3	76,7	14,1
Centro-Oeste	100,0	9,4	78,7	11,9
Mato Grosso do Sul	100,0	12,6	78,5	8,9
Mato Grosso	100,0	7,1	76,8	16,1
Goiás	100,0	9,2	78,3	12,5
Distrito Federal	100,0	10,5	83,0	6,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 5.6 - Distribuição percentual do total do rendimento familiar *per capita* dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por quintos do rendimento familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2013

Grandes Regiões	Distribuição percentual do total do rendimento familiar <i>per capita</i> dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares (%)					
	Total	Quintos do rendimento familiar <i>per capita</i>				
		1º quinto	2º quinto	3º quinto	4º quinto	5º quinto
Brasil	100,0	3,6	7,9	12,4	19,0	57,0
Norte	100,0	3,7	7,9	12,8	19,8	55,9
Nordeste	100,0	3,3	7,7	12,4	19,1	57,5
Sudeste	100,0	4,3	8,6	12,2	18,8	56,0
Sul	100,0	4,9	9,5	13,4	19,9	52,3
Centro-Oeste	100,0	4,1	8,0	11,4	18,1	58,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Notas: 1. Exclusive arranjos familiares sem rendimentos e sem declaração de rendimentos.

2. Exclusive as pessoas cuja condição no arranjo familiar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 5.7 - Rendimento mensal familiar *per capita*, médio e mediano, dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, segundo as Grandes Regiões - 2013

Grandes Regiões	Rendimento mensal familiar <i>per capita</i> , médio e mediano, dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares (R\$)	
	Médio	Mediano
Brasil	1 127	678
Norte	782	500
Nordeste	726	452
Sudeste	1 328	800
Sul	1 324	889
Centro-Oeste	1 356	750

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Notas: 1. Exclusive arranjos familiares sem rendimentos e sem declaração de rendimentos.

2. Exclusive as pessoas cuja condição no arranjo familiar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 5.8 - Distribuição do rendimento mensal familiar *per capita* das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento de trabalho, entre os 10% mais pobres e o 1% mais rico, em relação ao total de pessoas, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2013

Grandes Regiões	Distribuição do rendimento mensal familiar <i>per capita</i> das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por cor ou raça (%)	
	Branca	Preta ou parda
Com rendimento de trabalho, entre os 10% mais pobres, em relação ao total de pessoas		
Brasil	23,9	75,0
Norte	11,3	84,1
Nordeste	19,0	80,1
Sudeste	35,6	64,0
Sul	60,5	38,9
Centro-Oeste	26,0	73,6
Com rendimento de trabalho, entre o 1% mais rico, em relação ao total de pessoas		
Brasil	83,6	14,6
Norte	49,0	49,0
Nordeste	60,8	38,1
Sudeste	90,0	8,4
Sul	94,0	4,0
Centro-Oeste	76,6	20,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 5.9 - Distribuição percentual da população residente, por cor ou raça, segundo os décimos de rendimento mensal familiar *per capita* - Brasil - 2013

Décimos de rendimento mensal familiar <i>per capita</i>	Distribuição percentual da população residente, por cor ou raça (%)	
	Branca	Preta ou parda
Total	100,0	100,0
1º décimo	5,5	13,8
2º décimo	6,5	13,0
3º décimo	7,5	12,2
4º décimo	8,3	11,5
5º décimo	9,3	10,6
6º décimo	10,1	10,0
7º décimo	11,1	9,1
8º décimo	12,2	8,1
9º décimo	13,5	6,9
10º décimo	15,9	4,8
Acumulado		
Até 1º décimo	5,5	13,8
Até 2º décimo	12,1	26,8
Até 3º décimo	19,5	39,0
Até 4º décimo	27,8	50,5
Até 5º décimo	37,1	61,1
Até 6º décimo	47,2	71,1
Até 7º décimo	58,3	80,2
Até 8º décimo	70,6	88,3
Até 9º décimo	84,1	95,2
Até 10º décimo	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Exclusive as pessoas sem rendimento. (2) Inclusive as pessoas de cor ou raça amarela, indígena ou sem declaração.

Domicílios

O tema Habitação tem sido alvo das atenções das entidades internacionais de pesquisas sociais há mais de 40 anos. Com efeito, para este objetivo foi criado, no âmbito da Organização das Nações Unidas - ONU (United Nation - UN), o Fórum Habitat, realizado em Vancouver, Canadá, em 1976. Este teve como resultado a Declaração de Vancouver (*The Vancouver declaration on human settlements*), na qual estabeleceu, entre seus preceitos, que as condições dos assentamentos humanos são determinantes da qualidade de vida, cuja melhoria é pré-requisito para a plena satisfação das necessidades básicas, tais como: emprego, habitação, serviços de saúde, educação e lazer. Mais adiante, em seus Princípios Básicos, afirma que a “melhoria da qualidade de vida do ser humano é o primeiro e mais importante objetivo de cada política de Assentamentos Humanos”. Em outra passagem, o documento afirma que “a dignidade humana e o exercício da liberdade de escolha, de acordo com o bem-estar do público em geral, são direitos básicos que devem ser assegurados em todas as sociedades”¹.

O Fórum Habitat II foi realizado em Istambul, Turquia, em 1996, e teve como referência a Segunda Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - CNUMAD, também conhecida como Rio 92, realizada no Rio de Janeiro, em 1992. Em seu escopo está registrado a concepção que marca os temas ligados aos assentamentos humanos. Dado o reconhecimento da necessidade da melhoria dos padrões de vida, o documento chama a atenção

¹ Para mais informações, consultar: HABITAT III: the United Nations conference on housing and sustainable urban development 2016. Nairobi: United Nations Human Settlements Programme - UN-Habitat, [2014]. Chamada para o evento. Disponível em: <<http://unhabitat.org/habitat-iii/>>. Acesso em: nov. 2014.

para as mudanças populacionais insustentáveis, com ênfase nos temas: estrutura e distribuição da população (concentração excessiva), população sem-teto, pobreza, desemprego, exclusão social, instabilidade familiar, falta de infraestrutura, de serviços básicos, insegurança e violência crescentes, degradação ambiental e aumento da vulnerabilidade a desastres. Sugere ainda a promoção de melhor acessibilidade a portadores de deficiência, a igualdade de gênero em políticas, programas e projetos habitacionais, além de acesso à terra e ao crédito².

A Conferência Istambul+5 (Istanbul+5: Reviewing and Appraising Progress Five Years After Habitat II), realizou-se em Nova York, em 2001, ocasião em que se adotaram os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, estabelecidos na Declaração do Milênio, aprovada pela ONU em 2000. No que diz respeito especificamente à habitação, o Objetivo 7, Qualidade de Vida e Respeito ao Meio Ambiente, há a recomendação de “Promover o desenvolvimento sustentável, reduzir a perda da diversidade biológica e reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso a água potável e esgotamento sanitário”.

Há a expectativa para a próxima Conferência Habitat III, que será realizada em 2016, de se “debater e projetar novos caminhos para responder aos desafios da urbanização. Além disso, oferece as oportunidades para a ampliação dos desafios do Milênio, através da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (HABITAT..., [2014]).

Paralelamente às Conferências Habitat ocorreram os Fóruns Urbanos Mundiais (World Urban Forum - UN-Habitat). Em suas sete edições³, os temas adotados sempre visaram enfatizar a construção do bem-estar de famílias em assentamentos humanos, sugerindo, desta forma, um entendimento de que não é somente a casa que merece a atenção do poder público e sim a sua relação com a construção social na qual ela está inserida. Isto envolve a cidadania, no sentido do acesso aos direitos à habitação, bem como à educação, saúde, saneamento adequado, transporte, lazer, justiça etc.

Por outro lado, e perpassando todos estes temas, há a consideração de se preservar o meio ambiente, através de mudanças de hábitos e práticas que visam não apenas a melhoria da qualidade de vida atual, como a de garantir estes benefícios às gerações futuras. Uma das ações mais recomendadas nesta direção envolve a erradicação da pobreza.

Neste capítulo, acompanhando as edições passadas da Síntese de Indicadores Sociais, a análise centrou-se na observação das condições dos domicílios urbanos. Verificou-se o adensamento domiciliar, a distribuição dos domicílios por classes de rendimento, a condição de ocupação, o saneamento adequado, a posse de alguns bens e o ônus excessivo com aluguéis.

Em 2013, o número de domicílios particulares permanentes captado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, do IBGE, foi de 65,3 milhões sendo que destes 55,9 milhões estavam localizados em áreas urbanas. Isto significa que o percentual de domicílios urbanos chegou a 85,6%, mantendo o padrão de urbanização dos últimos anos. Os indicadores de adensamento, isto é, o número médio

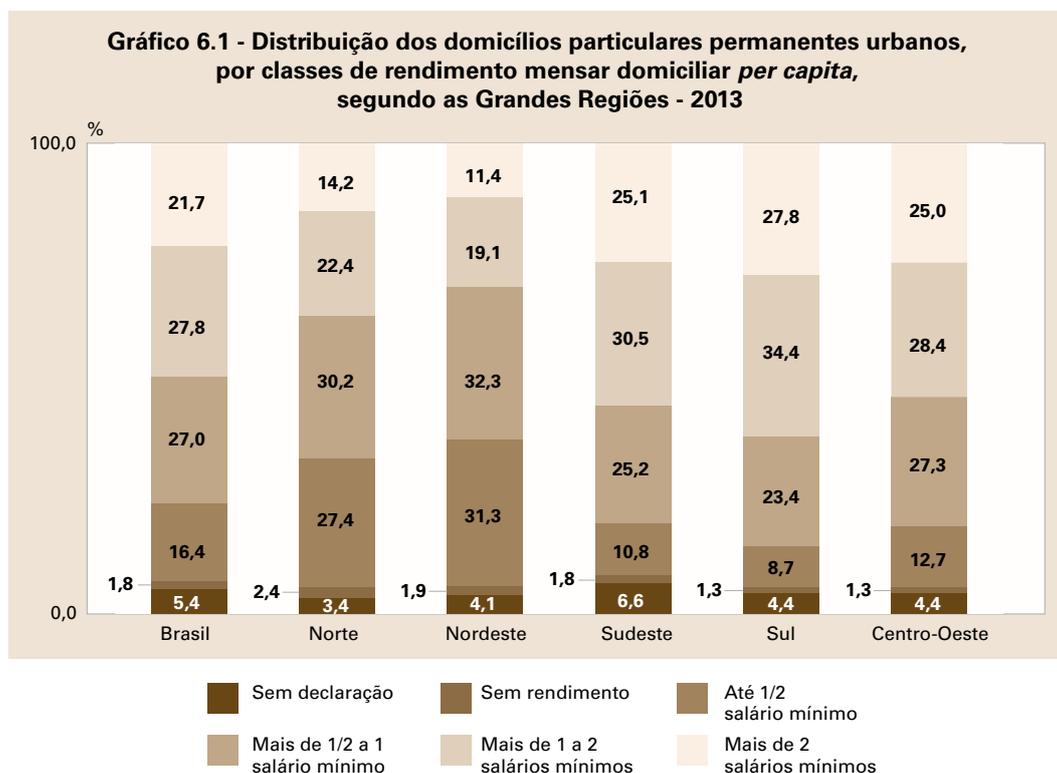
² Para mais informações, consultar: UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME. General Assembly. *Istanbul declaration on human settlements*. Nairobi: UN-Habitat, 1996. [4] p. Declaração proclamada na Habitat II: the United Nations Conference on Human Settlements, Istanbul, 1996, e adotada pelas Resoluções 51/177, de 16 dez. 1996, e 53/242, de 28 jul. 1999. Disponível em: <<http://ww2.unhabitat.org/declarations/Istanbul.asp>>. Acesso em: nov. 2014.

³ The World Urban Fórum (Nairobi 2002) - O Futuro das Cidades e Vilas no Mundo; WUF II (Barcelona 2004) - Encruzilhada de Culturas Inclusão ou Integração?; WUF III (Vancouver - 2006) - Urbanização Sustentável e Cidades Inclusivas; WUF IV (Nanjing - 2008) - Urbanização Harmoniosa; WUF V (Rio de Janeiro - 2010) - Direito à Cidade: Unindo o Urbano Dividido; WUF VI (Nápoles - 2012) - O Futuro Urbano; WUF VII (Medellin - 2014) - Igualdade Urbana no Desenvolvimento - Cidades para a Vida.

de pessoas por domicílio e por dormitório, registraram variação regional moderada. No Brasil, o número médio de moradores por domicílio foi de 3,1, com destaque para a Região Norte onde havia 3,6 pessoas por domicílio, influenciado por Amazonas com 3,9 pessoas por domicílios e pelo Amapá com 3,8 pessoas por domicílio, enquanto no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro foi registrada a menor razão entre habitantes e domicílios, 2,8. O adensamento também foi maior nos domicílios rurais, onde se registrou a média de 3,3 moradores por domicílio. Por sua vez, o número médio de moradores por dormitório no Brasil foi de 1,7 (Tabela 6.1).

É importante notar que o número total de domicílios vem se expandindo em ritmo superior ao crescimento da população. Enquanto a população brasileira cresceu 9,8% entre 2004 e 2013, o número total de domicílio particulares no Brasil cresceu 25,1% no mesmo período. Esse processo impacta a necessidade de expansão da oferta de habitações com acesso a serviços básicos e é influenciado por fatores diversos, que vão desde as mudanças demográficas da população (queda das taxas de fecundidade, envelhecimento populacional, mudanças nos arranjos familiares) até os fatores econômicos (aumento do rendimento médio da população, crescimento econômico, dinâmica do mercado imobiliário e do setor de construção civil, expansão do crédito e programas de habitação popular).

A distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes urbanos por classes de rendimento médio mensal domiciliar *per capita*, medido em salários mínimos, manteve o mesmo padrão de anos anteriores com pequenas variações (Gráfico 6.1). Em 2013, verificou-se que em 16,4% dos domicílios brasileiros o rendimento médio mensal domiciliar *per capita* era de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo e que para a classe de rendimento mais alto (acima de 2 salários mínimos) este percentual alcançou 21,7%. Na Região Norte, 27,4% dos domicílios situam-se na classe de rendimento mais baixo (até $\frac{1}{2}$ salário mínimo) e na Região Nordeste esta proporção foi de 31,3% (Tabela 6.2).



Um indicador relevante em relação aos domicílios é a condição de ocupação, categoria de análise que verifica se o domicílio é próprio, alugado ou cedido. A condição de domicílio próprio quitado é frequentemente almejada pelas famílias, por fornecer mais segurança quanto à permanência no domicílio e desonerar o orçamento familiar dos gastos com aluguel ou prestação.

O Gráfico 6.2 mostra a distribuição dos domicílios particulares permanentes urbanos de acordo com sua condição de ocupação em 2004 e 2013. Percebe-se que houve estabilidade na proporção de domicílios próprios e elevação da parcela dos domicílios alugados e tendência de redução dos domicílios cedidos.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por amostra de domicílios 2004/2013.

Um critério utilizado para avaliar a situação dos moradores dos domicílios alugados é a razão entre o valor do aluguel mensal do domicílio e a renda mensal dos moradores. Um valor de aluguel que corresponda a uma parcela elevada do rendimento domiciliar pode indicar uma situação de vulnerabilidade, na medida em que os gastos com moradia estarão comprimindo a renda disponível para satisfazer outras necessidades da unidade domiciliar, especialmente no caso de famílias de baixa renda. Para essa avaliação, é usual considerar como parâmetro o patamar de 30% do rendimento domiciliar mensal⁴, classificando os domicílios alugados, cujo valor do aluguel ultrapassa esse patamar, na categoria de ônus excessivo com aluguel. No Brasil, 25,7% dos domicílios urbanos alugados estavam nessa condição em 2013, o que corresponde a 5,2% do total de domicílios particulares permanentes urbanos. O percentual de domicílios alugados com ônus excessivo, em relação ao total de domicílios particulares permanentes urbanos, foi maior nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste (Tabela 6.5). Além disso, o Gráfico 6.3 mostra que essa proporção apresentou grande variação entre as unidades federativas, sendo de apenas 1,2% no Piauí e 9,5% no Distrito Federal.

⁴ O patamar de 30% da renda é utilizado por diversos órgãos nacionais e de outros países como critério para verificar se os valores dos aluguéis ou de outros preços relacionados à habitação são acessíveis aos moradores do domicílio. Como exemplo, podemos citar, no Brasil, o cálculo de Déficit Habitacional pela Fundação João Pinheiro (DÉFICIT ..., 2014) ou os critérios para concessão de crédito habitacional pela Caixa Econômica Federal e, no exterior, o conceito de Core Housing Need utilizado pela Statistics Canada, a partir de formulação da Canada Mortgage and Housing Corporation - CMHC (DEFINITIONS..., 2014).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por amostra de domicílios 2013.

Notas: 1. Domicílios alugados onde o valor do aluguel mensal excede 30% da renda mensal domiciliar.

2. Exclui domicílios sem rendimento, sem declaração de rendimentos ou sem declaração do valor do aluguel.

A proporção de domicílios incorrendo em situação de ônus excessivo com aluguel foi maior entre os domicílios de menor renda. Entre os domicílios urbanos onde a renda domiciliar mensal *per capita* era inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo, 11,6% eram domicílios alugados onde o valor do aluguel superava 30% da renda domiciliar total (Tabela 6.6). A ocorrência dessa situação entre os domicílios com renda domiciliar mensal *per capita* inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo tem distribuição geográfica semelhante a que se verificou para o conjunto dos domicílios: a ocorrência foi maior nas Regiões Sudeste (15,7%) e Centro-Oeste (16,5%) e, em outra escala, mais elevada nas Regiões Metropolitanas.

A condição de ônus excessivo com aluguel também se relaciona com os arranjos familiares dos moradores: ela é mais comum nos domicílios ocupados por um arranjo unipessoal (9,2%) ou por arranjo monoparental com filho (7,2%), e mais raros entre casais com filho (3,7%) (Tabela 6.4).

Ainda dentro da análise das condições da situação habitacional urbana, outro aspecto importante é a condição de acesso ao saneamento adequado. Considerou-se como adequado o saneamento nos domicílios onde havia a simultaneidade no acesso ao abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede coletora (diretamente ou via fossa séptica ligada à rede) e coleta de lixo (direta ou indireta). Estes representaram 70,6% dos domicílios particulares permanentes urbanos em 2013. Este indicador apresentou diferenças regionais muito significativas. Nas Regiões Norte e Nordeste o percentual de domicílios urbanos com acesso simultâneo a serviços de saneamento, foi de 21,2% e 51,1% respectivamente. No Sudeste, este mesmo indicador alcançou 91,1% dos domicílios urbanos, enquanto as Regiões Sul e Centro-Oeste (respectivamente) registraram 67,0% e 51,8% no indicador.

No outro extremo, em relação às Unidades da Federação, 97,6% dos domicílios urbanos no Amapá e 95,2% no Piauí não tinham saneamento adequado em 2013. Proporções menores, mas ainda significativas, ocorreram em Rondônia (86,1%), Pará (85,0%) e Maranhão (80,6%).

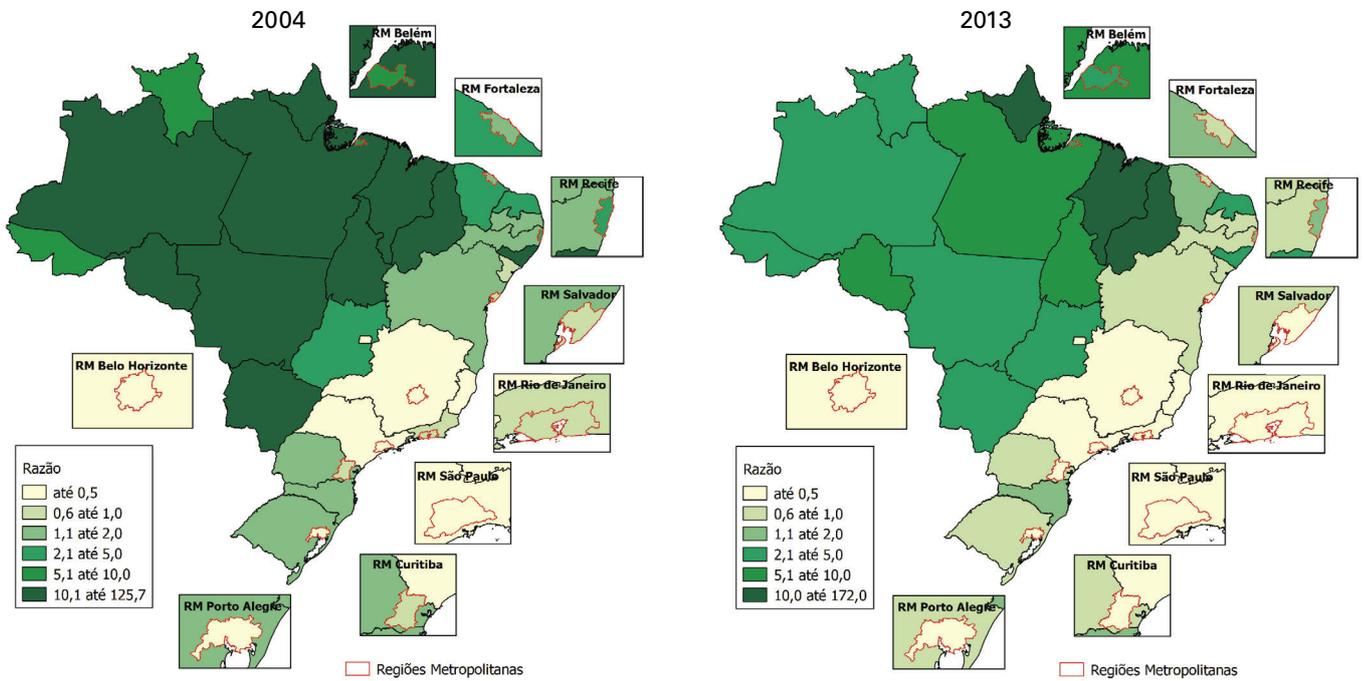
No que se refere ao indicador que demonstra a razão entre os domicílios urbanos que não têm acesso simultâneo aos serviços de saneamento em relação aos que têm este acesso, pode-se constatar que a melhor situação ocorre quando esta é zero, porque significa que todos têm acesso. Conforme o indicador se afasta de zero a situação vai se tornando pior. Quando esta relação é 1 (um), por exemplo, significa que metade dos domicílios têm acesso e a outra metade não tem. No Brasil esta relação foi de 0,4. Ao observar as regiões verificou-se, mais uma vez, a dimensão das desigualdades nesta matéria. Na Região Norte esta razão foi de 3,7 (para cada um que tem acesso 3,7 não têm). No Nordeste a razão foi igual a 1,0, situação semelhante a do Centro-Oeste (0,9). No Sul foi 0,5 e no Sudeste foi 0,1. Os casos mais destacados, ao se observar as Unidades da Federação foram Amapá (40,6) e o Piauí (19,9). As razões mais elevadas demonstram a forma desigual com que os serviços adequados são distribuídos no território.

A mesma análise foi realizada para os domicílios com rendimento médio mensal *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. A intenção foi a de analisar como se dá a desigualdade nesta condição entre aqueles com menores rendimentos. Os resultados para os domicílios urbanos brasileiros indicaram que 52,3% tinham acesso a saneamento adequado, sendo que, para as Grandes Regiões, verificou-se um quadro de desigualdades mais acentuado que o observado na análise anterior. No Norte a adequação foi constatada em 14,2% dos domicílios urbanos. No Nordeste e no Centro-Oeste os indicadores foram muito próximos (40,8% e 38,2% respectivamente). No Sudeste 83,0% e no Sul 57,0% dos domicílios urbanos tinham acesso ao saneamento adequado.

Entre os domicílios mais pobres que não tinham acesso em relação aos que tinham, a razão foi de 0,9 em média para o País, sendo que na Região Norte este indicador foi 6,0, com destaque para Rondônia (8,3) e Pará (9,0). Chama também atenção a situação revelada pelo Amapá, onde para cada domicílio urbano com até $\frac{1}{2}$ salário mínimo de rendimento domiciliar *per capita* que tinha acesso a saneamento adequado, 172,0 não tinham. O Mapa 1 mostra as duas situações analisadas e revela uma melhoria nesta relação nos últimos nove anos.

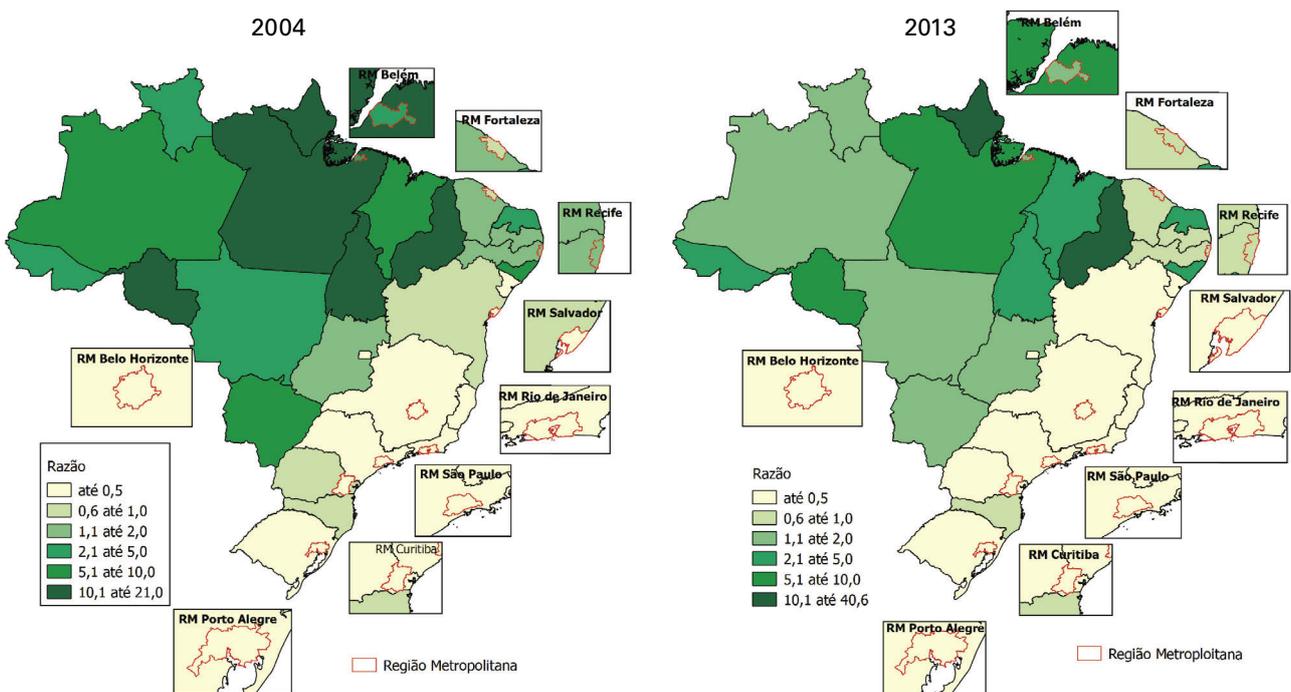
Outros indicadores que trazem informações importantes sobre os domicílios são a presença ou não de alguns bens duráveis. A posse de alguns bens tem sido utilizada como uma variável de controle para análises de diferenciais de rendimento e estratificação social. Nesta publicação, considerou-se o acesso simultâneo no domicílio aos componentes de três cestas de bens e serviços selecionados: a primeira delas composta por computador, TV em cores e máquina de lavar roupa. A segunda, por esses mesmos bens e o aparelho de DVD. A terceira, pelos bens da segunda cesta, acrescidos do serviço de acesso à Internet.

Mapa 1 - Domicílios particulares permanentes urbanos com rendimento mensal domiciliar *per capita* de até ½ salário mínimo, razão entre os domicílios sem e com acesso a saneamento adequado, segundo as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2004/2013



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2004/2013.

Mapa 2 - Domicílios particulares permanentes urbanos, razão entre os domicílios sem e com acesso a saneamento adequado, segundo as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2004/2013



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2004/2013.

O resultado da PNAD 2013 mostrou que 43,4% dos domicílios urbanos tinham acesso simultâneo ao conjunto de bens da primeira cesta. Sob a ótica regional, este número foi influenciado pelo Sudeste onde 52,6% dos domicílios encontravam-se nesta situação, pelo Sul (53,8%), seguidos da Região Centro-Oeste (42,0%). Nas Regiões Norte e Nordeste, no entanto, os percentuais foram 25,3% e 22,9% respectivamente.

Na análise para as Unidades da Federação, os estados do Norte encontravam-se em um intervalo entre 21,0%, no Pará, e 32,5%, no Amazonas, de domicílios urbanos com acesso simultâneo ao conjunto de bens considerados na primeira cesta. No Nordeste, 15,7% dos domicílios do Piauí e 25,8% de Sergipe corresponderam ao intervalo entre o menor e o maior percentual de domicílios urbanos com a condição aqui considerada. Os estados do Sudeste apresentaram-se em um intervalo entre 41,5%, em Minas Gerais, e 58,1%, em São Paulo. Entre os estados do Sul este intervalo ficou entre 50,4% no Paraná e 61,2% em Santa Catarina.

Quando se observa a segunda cesta, com inclusão do DVD, a proporção de domicílios particulares permanentes urbanos com posse simultânea dos bens cai para 38,1% no Brasil. Por fim, quando se observa a terceira cesta, com inclusão do acesso à Internet nos domicílios, a proporção de domicílios urbanos com acesso simultâneo aos bens e serviços da cesta cai para 34,5%.

O acesso a estas cestas de bens foi analisado também para o conjunto de domicílios com rendimento médio domiciliar de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita*. Dos 9,2 milhões de domicílios urbanos situados nesta classe de rendimento, 16,1% tinham simultaneamente acesso ao conjunto de bens que serviu de ponto de partida para esta análise. Ao acrescentar o DVD o acesso à nova cesta teve uma queda para 13,5%, e, ao considerar o acesso domiciliar à Internet, este percentual foi para um patamar mais baixo ainda, alcançando 10,5% dos domicílios.

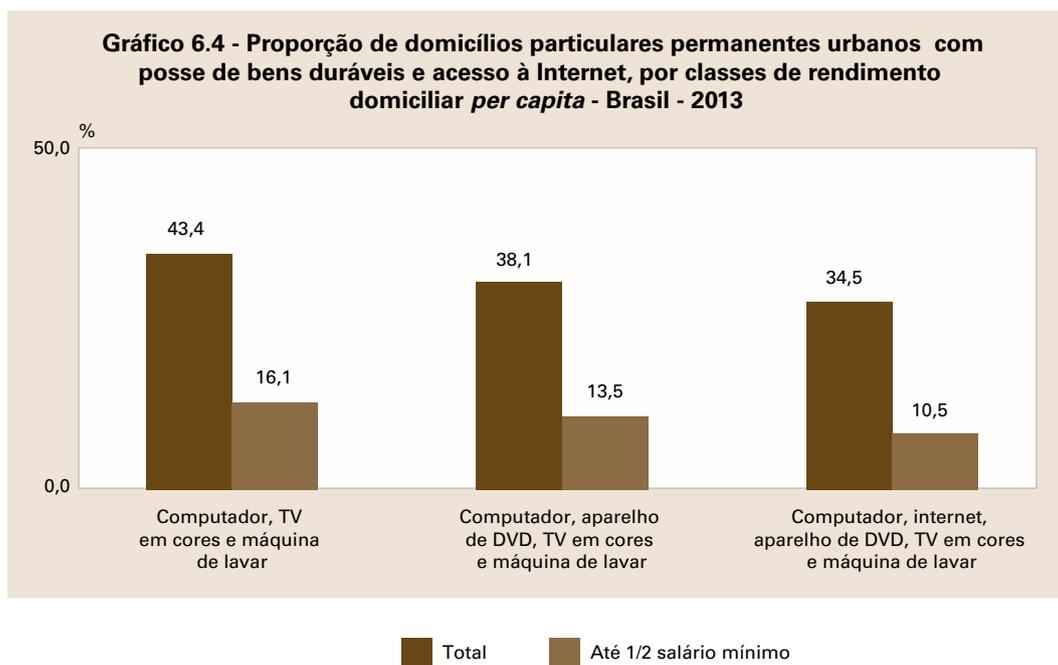


Tabela 6.1 - Domicílios particulares, pessoas e número médio de pessoas, por domicílio e dormitório, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Domicílios particulares (1 000 domicílios)	Pessoas (1 000 pessoas)	Número médio de pessoas, por situação do domicílio					
			Por domicílio			Por dormitório (1)		
			Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Brasil	65 258	201 363	3,1	3,0	3,3	1,7	1,6	1,8
Norte	4 769	17 021	3,6	3,5	3,7	1,9	1,9	2,0
Rondônia	553	1 731	3,1	3,1	3,2	1,8	1,8	1,7
Acre	219	779	3,6	3,4	3,9	1,9	1,8	2,3
Amazonas	967	3 814	3,9	3,9	4,4	2,1	2,0	2,5
Roraima	148	491	3,3	3,4	3,0	1,9	1,9	2,0
Pará	2 230	7 986	3,6	3,5	3,8	1,9	1,8	2,0
Região Metropolitana de Belém	632	2 180	3,4	3,5	3,3	1,8	1,8	1,8
Amapá	195	737	3,8	3,8	3,5	2,0	2,0	2,2
Tocantins	458	1 482	3,2	3,2	3,5	1,7	1,7	1,9
Nordeste	17 096	55 867	3,3	3,2	3,5	1,7	1,7	1,8
Maranhão	1 845	6 799	3,7	3,6	3,8	1,9	1,8	2,0
Piauí	930	3 184	3,4	3,4	3,4	1,8	1,7	1,8
Ceará	2 665	8 797	3,3	3,3	3,4	1,7	1,7	1,8
Região Metropolitana de Fortaleza	1 140	3 792	3,3	3,3	3,3	1,7	1,7	1,7
Rio Grande do Norte	1 034	3 382	3,3	3,2	3,5	1,7	1,7	1,8
Paraíba	1 214	3 919	3,2	3,2	3,4	1,7	1,7	1,9
Pernambuco	2 920	9 222	3,2	3,1	3,4	1,7	1,7	1,8
Região Metropolitana de Recife	1 256	3 865	3,1	3,1	3,3	1,6	1,6	1,8
Alagoas	968	3 303	3,4	3,4	3,5	1,7	1,7	1,8
Sergipe	692	2 199	3,2	3,2	3,2	1,7	1,6	1,7
Bahia	4 828	15 061	3,1	3,1	3,3	1,7	1,6	1,7
Região Metropolitana de Salvador	1 331	3 893	2,9	2,9	3,3	1,6	1,6	1,8
Sudeste	28 396	84 593	3,0	3,0	3,1	1,6	1,6	1,7
Minas Gerais	6 820	20 624	3,0	3,0	3,1	1,6	1,6	1,7
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 700	5 166	3,0	3,0	2,8	1,6	1,6	1,5
Espírito Santo	1 310	3 849	2,9	2,9	3,1	1,6	1,6	1,6
Rio de Janeiro	5 776	16 387	2,8	2,8	3,2	1,7	1,7	1,8
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4 336	12 070	2,8	2,8	3,4	1,7	1,7	2,0
São Paulo	14 490	43 733	3,0	3,0	3,1	1,7	1,7	1,7
Região Metropolitana de São Paulo	6 799	20 793	3,1	3,1	3,1	1,7	1,7	1,9
Sul	9 997	28 842	2,9	2,9	2,9	1,5	1,5	1,6
Paraná	3 735	11 015	2,9	2,9	3,0	1,5	1,5	1,6
Região Metropolitana de Curitiba	1 149	3 386	2,9	2,9	3,0	1,5	1,5	1,6
Santa Catarina	2 279	6 651	2,9	2,9	3,0	1,5	1,5	1,5
Rio Grande do Sul	3 982	11 177	2,8	2,8	2,9	1,6	1,6	1,6
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 500	4 170	2,8	2,8	2,8	1,6	1,6	1,6
Centro-Oeste	5 000	15 039	3,0	3,0	2,8	1,6	1,6	1,7
Mato Grosso do Sul	866	2 594	3,0	3,0	2,9	1,7	1,7	1,8
Mato Grosso	1 076	3 191	3,0	3,0	2,8	1,7	1,7	1,7
Goiás	2 155	6 453	3,0	3,0	2,7	1,6	1,6	1,6
Distrito Federal	902	2 801	3,1	3,1	3,4	1,6	1,6	1,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Exclui os domicílios sem declaração de número de dormitórios.

Tabela 6.2 - Domicílios particulares permanentes urbanos, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal domiciliar per capita, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Domicílios particulares permanentes urbanos				
	Total (1 000 domicílios) (1)	Distribuição percentual, por classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)			
		Até 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Brasil	55 857	16,4	27,0	27,8	21,7
Norte	3 594	27,4	30,2	22,4	14,2
Rondônia	407	18,4	30,3	29,0	16,8
Acre	158	28,2	29,8	23,5	13,8
Amazonas	816	29,4	29,1	22,5	15,7
Roraima	121	25,3	30,5	20,9	18,0
Pará	1 568	29,8	30,5	20,8	11,6
Região Metropolitana de Belém	609	25,6	29,3	20,5	12,3
Amapá	170	26,0	26,0	19,7	18,6
Tocantins	354	23,3	33,3	22,7	16,1
Nordeste	12 770	31,3	32,3	19,1	11,4
Maranhão	1 099	36,6	29,8	17,4	10,1
Piauí	633	32,3	35,5	19,0	11,8
Ceará	1 969	32,1	33,1	18,9	9,6
Região Metropolitana de Fortaleza	1 092	25,8	33,4	21,0	12,0
Rio Grande do Norte	826	29,5	31,0	20,9	13,7
Paraíba	980	34,7	31,3	19,6	11,8
Pernambuco	2 414	28,9	32,8	20,4	9,8
Região Metropolitana de Recife	1 224	24,5	30,2	21,0	12,0
Alagoas	699	36,3	31,7	15,2	10,1
Sergipe	504	29,6	33,5	19,6	13,3
Bahia	3 647	29,3	32,0	19,0	13,2
Região Metropolitana de Salvador	1 309	20,4	28,6	22,5	19,6
Sudeste	26 479	10,8	25,2	30,5	25,1
Minas Gerais	5 770	14,2	30,1	30,9	20,9
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 658	10,6	25,7	31,2	27,6
Espírito Santo	1 136	15,6	27,5	30,6	20,2
Rio de Janeiro	5 611	12,1	25,3	27,7	24,9
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4 312	11,4	24,3	27,7	26,2
São Paulo	13 963	8,5	23,0	31,5	27,2
Região Metropolitana de São Paulo	6 703	8,3	21,9	29,3	29,7
Sul	8 549	8,7	23,4	34,4	27,8
Paraná	3 269	9,4	25,4	33,9	26,2
Região Metropolitana de Curitiba	1 062	6,9	19,2	34,2	34,2
Santa Catarina	1 932	6,3	19,5	36,1	29,7
Rio Grande do Sul	3 348	9,3	23,6	33,9	28,3
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 440	8,7	21,6	32,6	31,1
Centro-Oeste	4 464	12,7	27,3	28,4	25,0
Mato Grosso do Sul	771	11,4	29,0	32,3	22,8
Mato Grosso	877	12,9	28,7	27,7	22,8
Goiás	1 951	14,1	30,1	29,6	20,6
Distrito Federal	865	10,1	18,0	22,8	39,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Inclusive os domicílios sem declaração de rendimento e sem rendimento.

Tabela 6.3 - Domicílios particulares permanentes urbanos, total e distribuição percentual, por condição de ocupação, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Domicílios particulares permanentes urbanos						
	Total (1 000 domicílios)	Distribuição percentual, por condição de ocupação (%)					
		Próprio		Alugado	Cedido		Outro
		Já pago	Ainda pagando		Por empregador	De outra forma	
Brasil	55 857	67,9	5,7	20,3	0,7	5,0	0,3
Norte	3 594	72,7	3,0	18,1	0,7	5,2	0,3
Rondônia	407	65,4	4,2	22,5	1,1	5,9	0,9
Acre	158	75,0	4,5	14,8	0,7	5,0	0,1
Amazonas	816	71,2	5,0	18,3	0,7	4,6	0,3
Roraima	121	63,9	1,3	26,1	0,6	8,1	0,0
Pará	1 568	76,7	1,8	15,9	0,7	4,7	0,1
Região Metropolitana de Belém	609	79,9	3,5	13,2	0,3	3,0	0,1
Amapá	170	81,7	0,8	12,2	0,8	4,2	0,5
Tocantins	354	64,8	3,2	24,0	0,4	7,5	0,1
Nordeste	12 770	70,8	2,9	20,2	0,4	5,4	0,4
Maranhão	1 099	75,0	3,4	14,8	0,1	6,5	0,2
Piauí	633	74,8	3,5	11,6	0,6	8,1	1,4
Ceará	1 969	68,7	1,8	23,5	0,9	4,8	0,3
Região Metropolitana de Fortaleza	1 092	68,2	2,6	23,3	0,8	4,5	0,5
Rio Grande do Norte	826	63,4	6,5	23,1	0,1	6,6	0,2
Paraíba	980	63,9	2,4	26,6	0,2	6,5	0,3
Pernambuco	2 414	71,1	1,7	21,8	0,2	4,9	0,4
Região Metropolitana de Recife	1 224	74,9	1,7	19,2	0,1	3,7	0,5
Alagoas	699	68,2	3,3	22,1	0,6	5,2	0,6
Sergipe	504	66,9	4,4	24,0	0,3	4,2	0,1
Bahia	3 647	74,2	3,1	17,1	0,4	4,8	0,4
Região Metropolitana de Salvador	1 309	72,9	4,5	18,4	0,4	3,3	0,5
Sudeste	26 479	66,8	6,7	20,4	0,8	4,9	0,3
Minas Gerais	5 770	66,8	6,5	20,2	0,5	5,9	0,2
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 658	69,4	7,2	17,8	0,5	4,8	0,2
Espírito Santo	1 136	71,0	2,9	21,1	0,2	4,7	0,1
Rio de Janeiro	5 611	74,0	3,2	17,8	0,9	3,8	0,4
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4 312	73,8	3,6	17,5	0,8	3,8	0,5
São Paulo	13 963	63,7	8,5	21,4	1,0	4,9	0,4
Região Metropolitana de São Paulo	6 703	65,4	7,0	21,1	0,8	5,3	0,3
Sul	8 549	68,6	8,3	17,9	0,6	4,3	0,3
Paraná	3 269	63,0	9,2	21,6	0,6	5,3	0,3
Região Metropolitana de Curitiba	1 062	65,9	10,6	18,2	0,5	4,1	0,6
Santa Catarina	1 932	69,9	6,3	19,6	0,5	3,6	0,1
Rio Grande do Sul	3 348	73,3	8,4	13,4	0,6	3,7	0,5
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 440	73,7	9,6	12,5	0,5	3,0	0,7
Centro-Oeste	4 464	61,1	5,4	26,8	1,1	5,4	0,3
Mato Grosso do Sul	771	62,3	6,4	25,2	0,5	5,2	0,4
Mato Grosso	877	62,6	4,8	26,4	1,9	3,9	0,4
Goiás	1 951	62,7	5,7	25,0	0,7	5,8	0,1
Distrito Federal	865	54,8	4,4	32,7	1,6	6,0	0,6

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 6.4 - Domicílios particulares permanentes urbanos, total e proporção com ônus excessivo de aluguel, por tipo de arranjo familiar da família principal do domicílio, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Domicílios particulares permanentes urbanos					
	Total (1 000 domicílios)	Proporção com ônus excessivo de aluguel (%) (1) (2)				
		Total	Tipo de arranjo familiar da família principal			
			Unipessoal	Casal com filhos	Monopa- rental com filhos	Outro
Brasil	55 857	5,2	9,2	3,7	7,2	4,2
Norte	3 594	4,7	9,6	2,9	5,8	4,9
Rondônia	407	5,4	10,9	3,2	9,2	4,0
Acre	158	4,2	10,4	2,5	4,3	3,7
Amazonas	816	5,0	11,4	3,4	6,1	5,1
Roraima	121	5,2	4,2	4,6	8,8	3,5
Pará	1 568	4,4	9,3	2,6	5,2	5,1
Região Metropolitana de Belém	609	4,5	8,7	3,2	6,3	3,2
Amapá	170	2,7	5,5	1,2	3,1	4,5
Tocantins	354	5,2	10,4	3,0	5,8	5,6
Nordeste	12 770	4,8	7,6	3,4	7,2	3,7
Maranhão	1 099	3,7	7,9	2,6	6,1	2,4
Piauí	633	1,2	2,5	1,0	1,2	0,8
Ceará	1 969	5,3	8,8	3,8	8,1	3,9
Região Metropolitana de Fortaleza	1 092	5,4	13,0	4,2	6,4	3,8
Rio Grande do Norte	826	6,1	8,6	4,4	11,4	4,4
Paraíba	980	6,5	9,2	3,9	11,5	5,8
Pernambuco	2 414	5,3	8,6	3,8	7,4	4,6
Região Metropolitana de Recife	1 224	5,6	8,9	4,3	6,9	4,9
Alagoas	699	4,4	2,5	3,9	8,2	2,4
Sergipe	504	7,9	14,0	5,1	11,6	6,8
Bahia	3 647	3,9	6,5	2,8	5,3	3,0
Região Metropolitana de Salvador	1 309	5,0	8,2	3,8	5,7	4,0
Sudeste	26 479	5,7	9,9	4,1	7,3	4,5
Minas Gerais	5 770	4,9	8,2	3,2	6,8	4,6
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 658	5,4	10,7	3,8	5,9	5,1
Espírito Santo	1 136	6,5	12,6	4,6	8,1	4,7
Rio de Janeiro	5 611	5,3	9,9	3,4	6,3	4,2
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4 312	5,2	10,3	2,8	6,5	4,2
São Paulo	13 963	6,0	10,4	4,7	8,0	4,5
Região Metropolitana de São Paulo	6 703	6,5	12,0	4,8	8,5	4,8
Sul	8 549	4,1	8,1	2,5	6,1	3,2
Paraná	3 269	4,6	9,4	3,0	6,4	3,9
Região Metropolitana de Curitiba	1 062	5,4	11,0	3,6	8,5	3,3
Santa Catarina	1 932	5,1	10,0	2,8	10,3	3,5
Rio Grande do Sul	3 348	3,0	6,2	1,7	3,7	2,4
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 440	2,9	6,3	1,6	3,1	2,4
Centro-Oeste	4 464	6,5	10,9	4,7	9,4	5,0
Mato Grosso do Sul	771	5,3	11,2	3,6	6,8	4,1
Mato Grosso	877	5,5	10,1	3,5	7,8	5,0
Goiás	1 951	6,0	8,9	4,6	9,0	4,8
Distrito Federal	865	9,5	16,0	7,3	13,3	6,3

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Domicílios alugados onde o valor mensal do aluguel excede 30% da renda média mensal domiciliar. (2) Excluídos os domicílios alugados sem rendimentos, sem declaração de rendimentos ou sem declaração do valor de aluguel.

Tabela 6.5 - Domicílios particulares permanentes urbanos, total e proporção dos domicílios particulares permanentes urbanos alugados e dos domicílios particulares permanentes urbanos com ônus excessivo com aluguel, com rendimento mensal domiciliar *per capita* de até 1/2 salário mínimo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Domicílios particulares permanentes urbanos						
	Total (1 000 domicílios)	Proporção (%)					
		Total			Com rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> de até 1/2 salário mínimo		
		De domicílios alugados	De domicílios com ônus excessivo com aluguel (1) (2)		De domicílios alugados	De domicílios com ônus excessivo com aluguel (1) (2)	
Entre os domicílios alugados	No total de domicílios		Entre os domicílios alugados	No total de domicílios			
Brasil	55 857	20,3	25,7	5,2	21,1	55,0	11,6
Norte	3 594	18,1	25,8	4,7	15,4	51,0	7,9
Rondônia	407	22,5	24,2	5,4	24,4	42,7	10,4
Acre	158	14,8	28,4	4,2	12,5	62,5	7,8
Amazonas	816	18,3	27,3	5,0	15,7	57,8	9,1
Roraima	121	26,1	19,8	5,2	26,2	48,9	12,8
Pará	1 568	15,9	27,8	4,4	13,2	48,5	6,4
Região Metropolitana de Belém	609	13,2	33,8	4,5	12,4	69,0	8,6
Amapá	170	12,2	22,2	2,7	7,5	61,5	4,6
Tocantins	354	24,0	21,6	5,2	21,1	48,7	10,3
Nordeste	12 770	20,2	23,6	4,8	20,7	43,8	9,1
Maranhão	1 099	14,8	25,3	3,7	12,4	51,5	6,4
Piauí	633	11,6	10,1	1,2	10,3	18,9	1,9
Ceará	1 969	23,5	22,5	5,3	25,5	43,1	11,0
Região Metropolitana de Fortaleza	1 092	23,3	23,4	5,4	22,3	52,6	11,7
Rio Grande do Norte	826	23,1	26,2	6,1	27,4	46,0	12,6
Paraíba	980	26,6	24,5	6,5	28,7	42,9	12,3
Pernambuco	2 414	21,8	24,4	5,3	23,0	44,6	10,3
Região Metropolitana de Recife	1 224	19,2	29,2	5,6	19,0	63,4	12,0
Alagoas	699	22,1	20,0	4,4	22,7	38,9	8,8
Sergipe	504	24,0	32,8	7,9	25,7	54,7	14,0
Bahia	3 647	17,1	23,0	3,9	16,3	43,6	7,1
Região Metropolitana de Salvador	1 309	18,4	27,1	5,0	15,8	62,1	9,8
Sudeste	26 479	20,4	27,7	5,7	23,1	67,9	15,7
Minas Gerais	5 770	20,2	24,4	4,9	22,1	61,0	13,5
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 658	17,8	30,5	5,4	17,8	78,2	14,0
Espírito Santo	1 136	21,1	30,7	6,5	26,5	61,0	16,1
Rio de Janeiro	5 611	17,8	29,7	5,3	16,9	73,0	12,4
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4 312	17,5	30,0	5,2	16,4	74,2	12,2
São Paulo	13 963	21,4	28,1	6,0	26,8	71,0	19,0
Região Metropolitana de São Paulo	6 703	21,1	30,6	6,5	24,8	77,5	19,2
Sul	8 549	17,9	22,8	4,1	18,7	56,9	10,7
Paraná	3 269	21,6	21,5	4,6	23,0	52,4	12,0
Região Metropolitana de Curitiba	1 062	18,2	30,0	5,4	18,9	74,2	14,0
Santa Catarina	1 932	19,6	25,8	5,1	21,0	78,9	16,6
Rio Grande do Sul	3 348	13,4	22,2	3,0	13,7	51,3	7,0
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 440	12,5	23,4	2,9	12,2	65,1	8,0
Centro-Oeste	4 464	26,8	24,1	6,5	26,5	62,3	16,5
Mato Grosso do Sul	771	25,2	21,1	5,3	22,8	46,9	10,7
Mato Grosso	877	26,4	21,0	5,5	22,0	55,4	12,2
Goiás	1 951	25,0	24,0	6,0	27,4	62,2	17,0
Distrito Federal	865	32,7	29,1	9,5	33,1	79,4	26,3

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Domicílios alugados onde o valor mensal do aluguel excede 30% da renda média mensal domiciliar. (2) Excluídos os domicílios alugados sem rendimentos, sem declaração de rendimentos ou sem declaração do valor de aluguel.

Tabela 6.6 - Domicílios particulares permanentes urbanos, total e proporção dos domicílios com acesso a saneamento adequado, por classes de rendimento médio mensal domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Domicílios particulares permanentes urbanos					
	Total (1 000 domicílios) (1)	Proporção de domicílios com acesso a saneamento adequado (%) (2)				
		Total	Classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (salário mínimo) (3)			
			Até 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Brasil	55 857	70,6	52,3	65,7	74,8	83,7
Norte	3 594	21,2	14,2	18,1	24,8	33,6
Rondônia	407	13,9	10,7	12,2	14,0	22,1
Acre	158	30,3	21,1	29,5	36,2	40,8
Amazonas	816	36,4	23,3	32,0	45,9	55,1
Roraima	121	33,1	26,7	29,0	40,8	38,5
Pará	1 568	15,0	10,0	12,2	16,0	26,0
Região Metropolitana de Belém	609	34,4	28,6	29,6	37,3	51,0
Amapá	170	2,4	0,6	2,3	2,3	4,8
Tocantins	354	22,5	13,9	17,9	27,4	34,5
Nordeste	12 770	51,1	40,8	49,5	57,7	69,1
Maranhão	1 099	19,4	7,7	15,9	25,4	52,3
Piauí	633	4,8	2,2	2,8	4,7	16,0
Ceará	1 969	51,9	43,7	49,3	58,2	70,5
Região Metropolitana de Fortaleza	1 092	59,3	49,4	55,3	63,5	76,3
Rio Grande do Norte	826	29,8	24,1	24,2	35,5	44,4
Paraíba	980	64,6	54,0	62,2	75,9	84,1
Pernambuco	2 414	58,5	49,7	58,5	65,9	73,5
Região Metropolitana de Recife	1 224	53,7	43,9	51,1	60,5	69,7
Alagoas	699	24,8	18,1	24,9	25,1	40,2
Sergipe	504	66,1	53,3	60,9	74,7	89,2
Bahia	3 647	67,3	56,5	67,1	72,8	82,1
Região Metropolitana de Salvador	1 309	87,8	81,8	87,2	88,7	93,0
Sudeste	26 479	91,1	83,0	88,8	91,9	95,8
Minas Gerais	5 770	89,3	79,7	87,6	91,4	94,7
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 658	91,4	83,8	87,2	93,0	96,1
Espírito Santo	1 136	91,8	91,6	87,6	93,4	95,5
Rio de Janeiro	5 611	81,8	71,7	76,6	82,4	91,8
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4 312	85,2	74,4	81,1	84,7	94,8
São Paulo	13 963	95,5	90,4	94,9	95,4	97,6
Região Metropolitana de São Paulo	6 703	95,2	89,8	94,1	94,5	98,1
Sul	8 549	67,0	57,0	61,5	65,5	77,1
Paraná	3 269	72,4	61,5	66,6	71,7	83,4
Região Metropolitana de Curitiba	1 062	91,6	79,9	90,0	91,6	94,0
Santa Catarina	1 932	53,6	39,8	45,3	52,4	65,5
Rio Grande do Sul	3 348	69,5	59,4	63,9	67,4	78,5
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 440	84,3	77,1	79,6	81,5	91,5
Centro-Oeste	4 464	51,8	38,2	42,9	51,4	68,2
Mato Grosso do Sul	771	39,8	29,8	32,5	40,0	52,2
Mato Grosso	877	34,2	27,2	30,2	32,2	45,9
Goiás	1 951	46,7	29,0	38,8	50,5	66,8
Distrito Federal	865	91,6	90,1	93,7	92,4	91,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Inclusive os domicílios sem declaração de rendimento e sem rendimento. (2) Domicílios com condições simultâneas de abastecimento de água por rede geral no domicílio ou na propriedade, esgotamento sanitário por rede coletora de esgoto ou fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto e lixo coletado direta ou indiretamente. (3) exclusive o rendimento de pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos.

Tabela 6.7 - Domicílios particulares permanentes urbanos, total, distribuição percentual e razão entre os domicílios com e sem acesso a saneamento adequado, e proporção de domicílios particulares urbanos sem acesso a saneamento adequado, por tipo de serviço inexistente, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Domicílios particulares permanentes urbanos						
	Total (1 000 domicílios)	Distribuição percentual e razão entre os domicílios com e sem acesso a saneamento adequado (%) (1)			Proporção de domicílios sem acesso a saneamento adequado e, por tipo de serviço inexistente (%)		
		Com acesso	Sem acesso	Razão	Abaste- cimento de água	Esgota- mento sanitário	Coleta de lixo
Brasil	55 857	70,6	29,4	0,4	21,1	93,1	4,6
Norte	3 594	21,2	78,8	3,7	37,7	95,1	3,3
Rondônia	407	13,9	86,1	6,2	47,2	96,0	2,4
Acre	158	30,3	69,7	2,3	46,1	83,1	2,2
Amazonas	816	36,4	63,6	1,7	28,2	90,7	4,1
Roraima	121	33,1	66,9	2,0	1,8	99,6	2,6
Pará	1 568	15,0	85,0	5,7	46,9	95,9	4,0
Região Metropolitana de Belém	609	34,4	65,6	1,9	47,5	87,9	1,2
Amapá	170	2,4	97,6	40,6	42,7	98,8	2,3
Tocantins	354	22,5	77,5	3,4	2,9	99,7	0,9
Nordeste	12 770	51,1	48,9	1,0	13,9	96,4	6,4
Maranhão	1 099	19,4	80,6	4,1	18,8	97,7	16,7
Piauí	633	4,8	95,2	19,9	6,7	99,8	6,7
Ceará	1 969	51,9	48,1	0,9	15,4	96,5	5,8
Região Metropolitana de Fortaleza	1 092	59,3	40,7	0,7	18,0	94,2	6,2
Rio Grande do Norte	826	29,8	70,2	2,4	1,3	99,8	0,5
Paraíba	980	64,6	35,4	0,5	11,5	97,8	3,1
Pernambuco	2 414	58,5	41,5	0,7	16,7	93,3	5,6
Região Metropolitana de Recife	1 224	53,7	46,3	0,9	16,3	92,6	6,9
Alagoas	699	24,8	75,2	3,0	26,6	93,1	2,6
Sergipe	504	66,1	33,9	0,5	5,9	98,5	2,5
Bahia	3 647	67,3	32,7	0,5	12,6	95,3	5,9
Região Metropolitana de Salvador	1 309	87,8	12,2	0,1	15,7	88,7	13,3
Sudeste	26 479	91,1	8,9	0,1	37,8	76,1	7,7
Minas Gerais	5 770	89,3	10,7	0,1	21,4	87,8	10,1
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 658	91,4	8,6	0,1	17,2	95,8	7,3
Espírito Santo	1 136	91,8	8,2	0,1	13,5	92,0	8,0
Rio de Janeiro	5 611	81,8	18,2	0,2	56,3	59,2	9,5
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4 312	85,2	14,8	0,2	64,3	47,8	12,2
São Paulo	13 963	95,5	4,5	0,0	27,4	89,7	2,4
Região Metropolitana de São Paulo	6 703	95,2	4,8	0,1	19,0	93,3	3,0
Sul	8 549	67,0	33,0	0,5	11,5	95,7	1,3
Paraná	3 269	72,4	27,6	0,4	3,8	98,8	1,5
Região Metropolitana de Curitiba	1 062	91,6	8,4	0,1	11,5	97,5	1,5
Santa Catarina	1 932	53,6	46,4	0,9	15,8	96,0	1,1
Rio Grande do Sul	3 348	69,5	30,5	0,4	14,7	92,7	1,5
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 440	84,3	15,7	0,2	44,9	68,5	1,3
Centro-Oeste	4 464	51,8	48,2	0,9	14,5	96,4	1,6
Mato Grosso do Sul	771	39,8	60,2	1,5	9,9	98,5	1,7
Mato Grosso	877	34,2	65,8	1,9	7,5	99,3	1,9
Goiás	1 951	46,7	53,3	1,1	19,3	94,3	0,4
Distrito Federal	865	91,6	8,4	0,1	31,0	88,0	16,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Domicílios com condições simultâneas de abastecimento de água por rede geral no domicílio ou na propriedade, esgotamento sanitário por rede coletora de esgoto ou fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto e lixo coletado direta ou indiretamente.

Tabela 6.8 - Domicílios particulares permanentes urbanos com rendimento mensal domiciliar *per capita* de até 1/2 salário mínimo, total, distribuição percentual e razão entre os domicílios com e sem acesso a saneamento adequado, e proporção de domicílios particulares urbanos sem acesso a saneamento adequado, por tipo de serviço inexistente, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Domicílios particulares permanentes urbanos com rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> de até 1/2 salário mínimo						
	Total (1 000 domicílios) (1)	Distribuição percentual e razão entre os domicílios com e sem acesso a saneamento adequado (%) (2)			Proporção de domicílios sem acesso a saneamento adequado, por tipo de serviço inexistente (%)		
		Com acesso	Sem acesso	Razão	Abaste- cimento de água	Esgota- mento sanitário	Coleta de lixo
Brasil	9 153	52,3	47,7	0,9	20,9	95,2	7,2
Norte	984	14,2	85,8	6,0	35,8	96,6	5,2
Rondônia	75	10,7	89,3	8,3	51,5	95,3	3,6
Acre	45	21,1	78,9	3,7	39,6	92,6	3,5
Amazonas	240	23,3	76,7	3,3	26,4	94,6	6,5
Roraima	31	26,7	73,3	2,7	0,0	100,0	4,0
Pará	468	10,0	90,0	9,0	44,4	97,0	6,2
Região Metropolitana de Belém	156	28,6	71,4	2,5	48,0	90,0	2,0
Amapá	44	0,6	99,4	172,0	38,4	99,4	2,3
Tocantins	83	13,9	86,1	6,2	2,3	99,7	0,3
Nordeste	3 995	40,8	59,2	1,4	15,2	97,0	8,7
Maranhão	403	7,7	92,3	12,1	21,5	98,6	23,5
Piauí	205	2,2	97,8	43,9	7,7	99,7	10,0
Ceará	632	43,7	56,3	1,3	15,6	97,2	8,9
Região Metropolitana de Fortaleza	281	49,4	50,6	1,0	19,6	95,1	10,1
Rio Grande do Norte	244	24,1	75,9	3,1	0,7	99,6	0,7
Paraíba	340	54,0	46,0	0,9	12,6	97,2	3,2
Pernambuco	699	49,7	50,3	1,0	19,8	93,9	6,0
Região Metropolitana de Recife	300	43,9	56,1	1,3	15,9	94,1	9,9
Alagoas	254	18,1	81,9	4,5	26,2	95,6	3,2
Sergipe	149	53,3	46,7	0,9	7,8	99,0	5,2
Bahia	1 070	56,5	43,5	0,8	12,5	95,9	6,1
Região Metropolitana de Salvador	267	81,8	18,2	0,2	17,8	86,2	12,5
Sudeste	2 867	83,0	17,0	0,2	31,0	82,6	10,3
Minas Gerais	817	79,7	20,3	0,3	24,4	89,1	14,3
Região Metropolitana de Belo Horizonte	175	83,8	16,2	0,2	23,9	93,0	8,5
Espírito Santo	177	91,6	8,4	0,1	15,4	88,5	11,5
Rio de Janeiro	680	71,7	28,3	0,4	44,4	73,0	11,7
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	490	74,4	25,6	0,3	49,5	64,9	14,4
São Paulo	1 194	90,4	9,6	0,1	20,2	88,4	1,9
Região Metropolitana de São Paulo	554	89,8	10,2	0,1	20,8	90,6	3,8
Sul	742	57,0	43,0	0,8	11,2	97,3	2,2
Paraná	308	61,5	38,5	0,6	6,0	98,3	1,7
Região Metropolitana de Curitiba	73	79,9	20,1	0,3	21,2	90,9	0,0
Santa Catarina	122	39,8	60,2	1,5	15,6	99,1	2,8
Rio Grande do Sul	312	59,4	40,6	0,7	13,5	95,2	2,2
Região Metropolitana de Porto Alegre	125	77,1	22,9	0,3	30,5	78,8	2,5
Centro-Oeste	565	38,2	61,8	1,6	18,2	95,9	2,7
Mato Grosso do Sul	88	29,8	70,2	2,4	14,6	98,0	2,0
Mato Grosso	113	27,2	72,8	2,7	10,3	98,9	2,2
Goiás	276	29,0	71,0	2,5	22,6	93,9	1,3
Distrito Federal	88	90,1	9,9	0,1	20,7	96,6	44,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: Excluído o rendimento de pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos.

(1) Excluído os domicílios sem rendimento. (2) Domicílios com condições simultâneas de abastecimento de água por rede geral no domicílio ou na propriedade, esgotamento sanitário por rede coletora de esgoto ou fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto e lixo coletado direta ou indiretamente.

Tabela 6.9 - Domicílios particulares permanentes urbanos, total e proporção com posse de bens duráveis e acesso à Internet, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Domicílios particulares permanentes urbanos			
	Total (1 000 domicílios)	Proporção com posse a bens duráveis e acesso à Internet (%)		
		Computador, TV em cores e máquina de lavar	Computador, aparelho de DVD, TV em cores e máquina de lavar	Computador, Internet, aparelho de DVD, TV em cores e máquina de lavar
Brasil	55 857	43,4	38,1	34,5
Norte	3 594	25,3	21,9	18,2
Rondônia	407	27,8	22,8	19,4
Acre	158	25,9	20,8	17,1
Amazonas	816	32,5	29,0	23,7
Roraima	121	32,3	26,1	19,6
Pará	1 568	21,0	18,8	15,9
Região Metropolitana de Belém	609	33,6	29,8	26,0
Amapá	170	26,6	23,2	18,3
Tocantins	354	21,1	16,7	14,4
Nordeste	12 770	22,9	20,5	18,7
Maranhão	1 099	16,9	14,6	12,5
Piauí	633	15,7	13,9	12,2
Ceará	1 969	23,6	20,5	18,4
Região Metropolitana de Fortaleza	1 092	30,8	26,2	23,6
Rio Grande do Norte	826	24,8	22,7	20,8
Paraíba	980	24,9	22,8	20,7
Pernambuco	2 414	25,5	23,5	21,3
Região Metropolitana de Recife	1 224	34,8	32,0	28,6
Alagoas	699	21,3	19,7	18,2
Sergipe	504	25,8	23,6	21,3
Bahia	3 647	22,8	20,1	18,7
Região Metropolitana de Salvador	1 309	36,4	31,8	30,1
Sudeste	26 479	52,6	46,5	42,5
Minas Gerais	5 770	41,5	37,2	33,5
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 658	51,7	46,3	41,5
Espírito Santo	1 136	43,6	36,4	33,5
Rio de Janeiro	5 611	52,2	46,5	42,3
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4 312	55,4	49,0	45,0
São Paulo	13 963	58,1	51,2	47,0
Região Metropolitana de São Paulo	6 703	62,8	55,9	52,5
Sul	8 549	53,8	46,2	41,3
Paraná	3 269	50,4	43,4	38,8
Região Metropolitana de Curitiba	1 062	62,2	53,0	48,5
Santa Catarina	1 932	61,2	50,3	45,1
Rio Grande do Sul	3 348	52,9	46,5	41,4
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 440	58,9	51,6	47,0
Centro-Oeste	4 464	42,0	36,4	32,3
Mato Grosso do Sul	771	36,9	32,0	28,0
Mato Grosso	877	34,4	28,5	24,1
Goiás	1 951	37,3	32,4	28,4
Distrito Federal	865	64,8	57,1	53,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 6.10 - Domicílios particulares permanentes urbanos com rendimento médio mensal domiciliar *per capita* de até 1/2 salário mínimo, total e proporção com posse de bens duráveis e acesso à Internet, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Domicílios particulares permanentes urbanos com rendimento médio mensal domiciliar <i>per capita</i> de até 1/2 salário mínimo (1) (2)			
	Total (1 000 domicílios)	Proporção com posse a bens duráveis e acesso à Internet (%)		
		Computador, TV em cores e máquina de lavar	Computador, aparelho de DVD, TV em cores e máquina de lavar	Computador, Internet, aparelho de DVD, TV em cores e máquina de lavar
Brasil	9 153	16,1	13,5	10,5
Norte	984	8,9	7,3	4,9
Rondônia	75	11,1	8,5	7,2
Acre	45	9,4	8,2	5,5
Amazonas	240	11,8	10,0	6,7
Roraima	31	12,2	8,7	3,5
Pará	468	7,7	6,3	4,3
Região Metropolitana de Belém	156	13,9	11,3	7,0
Amapá	44	7,5	6,4	4,0
Tocantins	83	4,4	3,3	1,7
Nordeste	3 995	8,0	7,0	5,7
Maranhão	403	4,4	4,0	2,4
Piauí	205	4,7	4,2	3,3
Ceará	632	9,4	7,4	5,6
Região Metropolitana de Fortaleza	281	12,7	9,7	7,5
Rio Grande do Norte	244	11,0	10,7	9,9
Paraíba	340	8,9	8,0	6,1
Pernambuco	699	10,6	9,8	8,3
Região Metropolitana de Recife	300	16,5	15,5	12,7
Alagoas	254	8,4	7,9	6,7
Sergipe	149	6,5	5,8	4,8
Bahia	1 070	6,6	5,5	4,7
Região Metropolitana de Salvador	267	14,1	12,0	10,1
Sudeste	2 867	26,8	22,5	17,4
Minas Gerais	817	17,3	14,8	10,7
Região Metropolitana de Belo Horizonte	175	24,7	21,3	14,4
Espírito Santo	177	21,3	17,4	14,5
Rio de Janeiro	680	30,1	25,3	19,3
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	490	34,9	28,5	22,6
São Paulo	1 194	32,3	27,0	21,4
Região Metropolitana de São Paulo	554	35,7	30,5	25,7
Sul	742	25,5	20,5	15,4
Paraná	308	22,1	17,6	14,3
Região Metropolitana de Curitiba	73	34,8	29,3	23,8
Santa Catarina	122	28,2	19,9	14,9
Rio Grande do Sul	312	27,7	23,6	16,6
Região Metropolitana de Porto Alegre	125	34,4	29,1	21,7
Centro-Oeste	565	19,2	15,7	11,9
Mato Grosso do Sul	88	15,8	10,7	6,5
Mato Grosso	113	14,6	11,8	9,4
Goiás	276	17,4	14,8	11,6
Distrito Federal	88	34,1	28,3	21,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013

(1) Exclusive o rendimento de pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos. (2) Exclusive os domicílios sem rendimento.

Referências

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. M.; BARROS, L. F. W. *A família DINC no Brasil: algumas características sociodemográficas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 34 p. (Textos para discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, n. 30). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49328.pdf>>. Acesso em: nov. 2014.

ARAÚJO, A. (Coord.). *Aprendizagem infantil: uma abordagem da neurociência, economia e psicologia cognitiva*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências - ABC, 2011. 133 p. Disponível em: <http://www.abc.org.br/rubrique.php?id_rubrique=187>. Acesso em: nov. 2014.

BOLETIM ESTATÍSTICO DE PESSOAL E INFORMAÇÕES ORGANIZACIONAIS. Brasília, DF: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Gestão Pública, v. 18, n. 212, dez. 2013. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/servidor/publicacoes/boletim_estatistico_pessoal/2013/Bol212_Dez2013_parte_I_2.pdf>. Acesso em: nov. 2014.

BOLETIM ESTATÍSTICO DE PESSOAL. Despesas, servidores, remuneração, aposentados. Brasília, DF: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, v. 1, n. 1, maio 1996. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/servidor/publicacoes/boletim_estatistico_pessoal/1996/Bol01_mai1996.pdf>. Acesso em: nov. 2014.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, [2014]. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2014.

_____. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998. Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 dez. 1998. p. 1, c. 1. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: dez. 2014.

_____. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta parágrafo 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação a [incisos diversos], de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica.... *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 146, n. 216, 12 nov. 2009. Seção 1, p. 8. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2014.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 128, n. 135, 16 jul. 1990. Seção 1, p. 13563-13577. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2014.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 134, n. 248, 23 dez. 1996a. Seção 1, p. 27833-27841. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2014.

_____. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, parágrafo 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 134, n. 250, 26 dez. 1996b. Seção 1, p. 28442-28444. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2014.

_____. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 140, n. 192, 3 out. 2003. Seção 1, p. 1-6. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2014.

_____. Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 143, n. 27, 7 fev. 2006. Seção 1, p. 1-2. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2014.

_____. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos de [leis diversas]; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 144, n. 118, 21 jun.

2007. Seção 1, p. 7-11. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2014.

_____. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 150, n. 65, 5 abr. 2013a. Seção 1, p. 1-2. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2014.

_____. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - Sinajuve. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 150, n. 150, 6 ago. 2013b. Seção 1, p. 1-4. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2014.

_____. Congresso Nacional. Projeto de Lei nº 8.035. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/PL/2010/msg701-101215.htm>. Acesso em: nov. 2014.

CASTELLO BRANCO, H. A. *Família: indicadores sociais*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1 (1981/1987), p. 1-28, 1989. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/136/fis_1981-1987_v1.pdf>. Acesso em: nov. 2014.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Famílias e domicílios: resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/familias_e_domicilios/familias_e_domicilios_tab_pdf.shtm>. Acesso em: nov. 2014.

COBHAM, A. *Palma vs Gini: measuring post-2015 inequality*. London: Washington DC: Center for Global development, 2013. Disponível em: <<http://www.cgdev.org/blog/palma-vs-gini-measuring-post-2015-inequality>>. Acesso em: dez. 2014.

COBO, B.; SABOIA, A. L. A *"geração canguru"* no Brasil. Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu, 2010. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_12/abep2010_2645.pdf>. Acesso em: nov. 2014.

CONFERENCIA INTERNACIONAL DE ESTADÍSTICOS DEL TRABAJO, 19., 2013, Ginebra. *Informe de la conferencia*. Ginebra: Organización Internacional del Trabajo - OIT, 2013. 115 p. Disponível em: <http://ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/publication/wcms_234125.pdf>. Acesso em: nov. 2014.

CUNHA, F.; HECKMAN, J. J. Investing in our young people. *Vita e Pensiero: rivista internazionale di scienze sociali*, Milano: Università Cattolica del Sacro Cuore, v. 117, n. 3, p. 387-418, 2009. Disponível em: <<http://www-news.uchicago.edu/releases/06/061115.education.pdf>>. Acesso em: nov. 2014.

DATA: Gini index. In: THE WORLD BANK. Washington, DC, [2014.]. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI>>. Acesso em: dez. 2014.

DÉFICIT habitacional no Brasil 2011-2012: resultados preliminares. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro - FJP, Centro de Estatística e Informações - CEI, 2014. 19 p.

(Nota técnica, 1). Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/363-deficit-nota-tecnica-dh-2012/file>>. Acesso em: nov. 2014.

DEFINITIONS of variables. In: CANADA MORTGAGE AND HOUSING CORPORATION. *Hico: housing in Canada online*. Ottawa: CMHC, 2014. Disponível em: <http://cmhc.beyond2020.com/HiCODefinitions_EN.html>. Acesso em: dez. 2014.

EARLY marriages, adolescent and young pregnancies. In: WORLD HEALTH ASSEMBLY, 65., 2012, New York. *Report by the secretariat*. Geneva: World Health Organization - WHO, 2012. 4 p. Disponível em: <http://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA65/A65_13-en.pdf?ua=1>. Acesso em: nov. 2014.

EDUCATION at a glance 2014: OECD indicators. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD, 2014. 565 p. Disponível em: <<http://www.oecd.org/edu/Education-at-a-Glance-2014.pdf>>. Acesso em: dez. 2014.

EUROPEAN social statistics: 2013 edition. Luxembourg: Publications Office of the European Union: Statistical Office of the European Union - Eurostat, 2013. 242 p. (Eurostat pocketbooks). Disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-FP-13-001/EN/KS-FP-13-001-EN.PDF>. Acesso em: nov. 2014.

FAMILIES are changing. In: DOING better for families. Paris: Organisation for Economic Co-Operation and Development - OECD, 2011. p. 17-53. Disponível em: <<http://www.oecd.org/social/family/47701118.pdf>>. Acesso em nov. 2014.

FERES, J. C.; MANCERO, X. *El método de las necesidades básicas insatisfechas (NBI) y sus aplicaciones a América Latina*. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal, División de Estadísticas y Proyecciones Económicas, 2001. 52 p. (Estudios estadísticos y prospectivos, n. 7). Disponível em: <<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/4/6564/lcl1491e.pdf>>. Acesso em: nov. 2014.

FERES, J. C.; VILLATORO, P. *A viabilidade de se erradicar a pobreza: uma análise conceitual e metodológica*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2013. 88 p. (Cadernos de estudos desenvolvimento social em debate, n. 15). Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/disseminacao/cadernos-de-estudos-1/no-15-a-viabilidade-de-se-erradicar-a-pobreza-uma-analise-conceitual-e-metodologica>>. Acesso em: nov. 2014.

FERREIRA, F. H. G.; LUGO, M. A. *Multidimensional poverty analysis: looking for a middle ground*. Washington, DC: World Bank, Development Research Group Poverty and Inequality Team: Office of the Chief Economist Latin of American and the Caribbean Region, 2012. 16 p. (Policy research working paper, 5964). Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2012/02/08/000158349_20120208131700/Rendered/PDF/WPS5964.pdf>. Acesso em: nov. 2014.

GASPARINI, L. et al. *Multidimensional poverty in Latin America and the Caribbean: new evidence from the Gallup World Poll*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata - UNLP, Centro de Estudios Distributivos, Laborales y Sociales - Cedlas, 2010. 30 p. (Documento de trabajo, n. 100). Disponível em: <http://cedlas.econo.unlp.edu.ar/archivos_upload/doc_cedlas100.pdf>. Acesso em: nov. 2014.

GLOBAL employment trends 2013: recovering from a second jobs dip. 170 p. Geneva: International Labour Office - ILO, 2013. Disponível em: <<http://www.ilo.org/wcmsp5/>>

groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_202326.pdf>. Acesso em: nov. 2014.

HABITAT II: the United Nations Conference on Human Settlements, Istanbul, 1996, e adotada pelas Resoluções 51/177, de 16 dez. 1996, e 53/242, de 28 jul. 1999. Disponível em: <<http://ww2.unhabitat.org/declarations/Istanbul.asp>>. Acesso em: nov. 2014.

HABITAT III: the United Nations conference on housing and sustainable urban development 2016. Nairobi: United Nations Human Settlements Programme - UN-Habitat, [2014]. Chamada para o evento. Disponível em: <<http://unhabitat.org/habitat-iii/>>. Acesso em: nov. 2014.

HALLAK NETO, J. *A distribuição funcional da renda e a economia não observada no âmbito do sistema de contas nacionais do Brasil*. 2013. 166 p. Tese (Doutorado em Economia)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/ppge/Joao_Hallak_Neto.pdf>. Acesso em: nov. 2014.

HANDBOOK on social indicators. New York: United Nations, Department of International Economic and Social Affairs, 1989. 154 p. (Studies in methods. Series F, n. 49). Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesF/SeriesF_49e.pdf>. Acesso em: nov. 2014.

HEALTH statistics and health information systems: definition of an older or elderly person: proposed working definition of an older person in Africa for the MDS Project. Geneva: World Health Organization - WHO, 2013. Disponível em: <<http://www.who.int/healthinfo/survey/ageingdefnolder/en/>>. Acesso em: nov. 2014.

HEALTH statistics and information systems: definition of an older or elderly person: proposed working definition of an older person in Africa for the MDS Project. Geneva: World Health Organization - WHO, 2014. Disponível em: <<http://www.who.int/healthinfo/survey/ageingdefnolder/en/>>. Acesso em: nov. 2014.

INDICADORES básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações. 2. ed. Brasília, DF: Rede Interagencial de Informação para a Saúde - Ripsa : Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS, 2008. 349 p. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/livroidb/2ed/apresent.pdf>>. Acesso em: nov. 2014.

INDICADORES sociais: relatório 1979. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. 441 p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv8120.pdf>>. Acesso em: nov. 2014.

INDICATORS of the Europe 2020 strategy for smart, sustainable and inclusive growth. In: BASIC figures on the EU: third quarter 2014. Luxembourg: Publications Office of the European Union: Statistical Office of the European Union - Eurostat, 2014. 6 p. (Compact guides). Disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-GL-14-003/EN/KS-GL-14-003-EN.PDF>. Acesso em: nov. 2014.

INTERNATIONAL statistical classification of diseases and related health problems - ICD-10. 10th revision. Geneva: World Health Organization - WHO, 2010. Disponível em: <<http://apps.who.int/classifications/icd10/browse/2010/en>>. Acesso em: nov. 2014.

OSORIO, R. G.; SOARES, S. S. D.; SOUZA, P. H. G. F. *Eradicar a pobreza extrema: um objetivo ao alcance do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2011. 58 p. (Texto para discussão, 1619). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1501/1/td_1619.pdf>. Acesso em: nov. 2014.

PALMA, J. G. Homogeneous middles vs. heterogeneous tails, and the end of the 'inverted-U': the share of the rich is what it's all about. *Cambridge Working Papers in*

Economics - CWPE, Cambridge: University of Cambridge, n. 1111, 2011. Disponível em: <<http://www.econ.cam.ac.uk/dae/repec/cam/pdf/cwpe1111.pdf>>. Acesso em: nov. 2014.

PERFIL do trabalho decente no Brasil. Brasília, DF: Escritório da Organização Internacional do Trabalho - OIT; Geneva: International Labour Organization - ILO, 2009. 70 p. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/pub/perfil_do_trabalho_decente_301.pdf>. Acesso em: nov. 2014.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Tabela 7.2.5. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/default_sintese.shtm>. Acesso em: dez. 2014.

PESQUISA nacional de saúde do escolar 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 254 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pense/2012/default.shtm>>. Acesso em: nov. 2014.

PROJEÇÃO da população do Brasil por sexo e idade 2000-2060; Projeção da população das Unidades da Federação por sexo e idade 2000-2030. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default.shtm>. Acesso em: nov. 2014.

QUESTÕES metodológicas acerca do dimensionamento da extrema pobreza no Brasil nos anos 2000. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. 25 p. (Estudo Técnico, n. 8) Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/estudos_tecnicos/pdf/84.pdf>. Acesso em: nov. 2014.

RESULTADOS e metas. In: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB. Brasília, DF, 2013. <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam?cid=106661>>. Acesso em: set. 2014.

SABOIA, A. L.; COBO, B.; MATOS, G. *Desafios e possibilidades da investigação sobre os novos arranjos familiares e a metodologia para identificação de família no censo 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 38 p. (Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas, n. 39). Disponível em: <<ftp://ftp.dpe.ibge.gov.br/gdi/texdisc/texdisc39-12.pdf>>. Acesso em: nov. 2014.

SANTOS, M. E. et al. *Refining the basic needs approach: a multidimensional analysis of poverty in Latin America*. Santiago de Chile: División de Estadísticas, Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal, 2010. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Medición Multidimensional de la Pobreza en América Latina, realizado em Santiago de Chile, 2010. Disponível em: <http://www.cepal.org/deype/noticias/noticias/0/38360/Santos_Lugo__Lopez_Calva__Cruces_and_Battiston.pdf>. Acesso em: nov. 2014.

STATE of world population 2012: by choice, not by chance: family planning, human rights and development. New York: United Nations Population Fund - UNFPA, 2012. Disponível em: <http://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/EN_SWOP2012_Report.pdf>. Acesso em: nov. 2014.

STATE of world population 2013: motherhood in childhood: facing the challenge of adolescent pregnancy. New York: United Nations Population Fund - UNFPA,

2013. 132 p. Disponível em: <<http://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/EN-SWOP2013-final.pdf>>. Acesso em: nov. 2014.

STIGLITZ, J. E.; SEN, A.; FITOUSSI, J. *Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*. 2009. 292 p. Relatório apresentado pela Comissão, Paris, 14 set. 2009. Disponível em: <http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/documents/rapport_anglais.pdf>. Acesso em: out. 2012.

TÁBUAS completas de mortalidade por sexo e idade: Brasil 2012: breve análise da mortalidade no período 2011-2012. 17 p. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Tabuas_Completas_de_Mortalidade/Tabuas_Completas_de_Mortalidade_2012/notastecnicas.pdf>. Acesso em: nov. 2014.

TOWARDS a system of social and demographic statistics. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, 1975. 187 p. (Studies in methods. Series F, n. 18). Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesF/SeriesF_18E.pdf>. Acesso em: nov. 2014.

TRADE by country. In: 2013 International trade statistics yearbook. New York: United Nations, Department of International Economic and Social Affairs, 2014. v. 1. (Series G, n. 62). Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesG/ITSY_2013_Vol_I.pdf>. Acesso em: nov. 2014.

UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME. General Assembly. *Istanbul declaration on human settlements*. Nairobi: UN-Habitat, 1996. [4] p. Declaração proclamada na

UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME. *The Vancouver declaration on human settlements*. Nairobi: UN-Habitat, 1976. 44 p. Declaração proclamada na Habitat I: the United Nations Conference on Human Settlements, Vancouver, 1976. Disponível em: <<http://ww2.unhabitat.org/declarations/vancouver.asp>>. Acesso em: nov. 2014.

WORLD population prospects: the 2012 revision: highlights and advance tables. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, 2013. 118 p. Disponível em: <http://esa.un.org/wpp/Documentation/pdf/WPP2012_HIGHLIGHTS.pdf>. Acesso em: nov. 2014.

Glossário

abastecimento de água Classificação da existência de canalização da água utilizada no domicílio particular permanente em: com canalização interna - quando o domicílio tem água canalizada para, pelo menos, um cômodo; ou sem canalização interna - quando o domicílio não tem água canalizada para nenhum cômodo. Classificação da forma de abastecimento de água do domicílio particular permanente em: rede geral - quando o domicílio é servido por água proveniente de uma rede de distribuição, com canalização interna ou, pelo menos, para o terreno ou propriedade em que se situa o domicílio; ou outra forma - quando o domicílio é servido por água proveniente de: poço ou nascente, com canalização interna; poço ou nascente, sem canalização interna, localizado no terreno ou na propriedade em que se situa o domicílio; de reservatório abastecido por carro-pipa, coleta de chuva ou outra procedência.

afazeres domésticos Exercício, no domicílio de residência, de tarefas, que não se enquadram no conceito de trabalho, de: a) arrumar ou limpar toda ou parte da moradia; b) cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas para si ou para outro(s) morador(es); c) orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas; d) cuidar de filhos ou menores moradores; ou e) limpar o quintal ou terreno que circunda a residência.

alfabetização Ver pessoa alfabetizada

anos de estudo Classificação estabelecida em função da série e do nível ou grau mais elevado alcançado pela pessoa, considerando a última série concluída com aprovação. Cada série concluída com aprovação corresponde a 1 ano de estudo. A contagem dos anos de estudo

tem início em: 1 ano, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino fundamental (com duração de 8 anos), de primeiro grau ou elementar; em 5 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de médio primeiro ciclo; em 9 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino médio, de segundo grau ou de médio segundo ciclo; em 12 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso superior de graduação. As pessoas que não declaram a série e o nível ou grau, ou com informações incompletas ou que não permitem a sua classificação, são reunidas no grupo de anos de estudo não determinados ou sem declaração. No período de transição da mudança da duração do ensino fundamental de 8 para 9 anos, a classificação segundo os anos de estudo foi construída de forma a harmonizar a duração do ensino fundamental de 9 anos para 8 anos, o que possibilita a comparação dos resultados com os das pesquisas anteriores. Na contagem dos anos de estudo para o ensino fundamental com duração de 9 anos, a primeira série concluída com aprovação foi enquadrada em menos de 1 ano de estudo, a segunda série, em 1 ano de estudo, e assim sucessivamente, até a nona série, classificada em 8 anos de estudo.

aposentadoria Pagamento mensal vitalício efetuado ao segurado por motivo de tempo de contribuição, idade, invalidez permanente ou trabalho exercido sob condições especiais que prejudiquem sua saúde ou integridade física. A aposentadoria por tempo de contribuição é devida ao segurado que completa, no mínimo, 35 anos de contribuição, se do sexo masculino, ou 30, se do sexo feminino, exceto em casos especiais. A aposentadoria por idade é devida ao segurado que completa 65 anos de idade, se homem, ou 60 anos, se mulher. No caso do trabalhador rural, esses limites são de 60 e 55 anos, respectivamente. Tem direito à aposentadoria por invalidez o segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, é considerado incapaz para o trabalho e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência. O aposentado por invalidez tem cancelada a aposentadoria se voltar voluntariamente à atividade, ao contrário dos outros tipos de aposentadorias, que são vitalícias.

arborização Existência, na face em trabalho ou na sua face confrontante, de árvore ao longo da calçada/passeio e/ou em canteiro que divide pistas de um mesmo logradouro, mesmo que apenas em parte. Considera-se também arborização quando existente em logradouro sem pavimentação e/ou sem calçada/passeio.

arranjo familiar Conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, ou seja, as famílias, ou o conjunto de pessoas ligadas por dependência doméstica ou normas de convivência, ou a pessoa que mora sozinha. Entende-se por dependência doméstica a relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da família, e, por normas de convivência, as regras estabelecidas para o convívio de pessoas que moram juntas sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica.

arranjos familiares conviventes Aqueles constituídos por, no mínimo, duas pessoas cada, que residem na mesma unidade domiciliar.

atividade Finalidade ou ramo de negócio da organização, empresa ou entidade para a qual a pessoa trabalha. Para os trabalhadores por conta própria, a classificação é feita de acordo com a ocupação exercida.

auxílio-acidente Auxílio previdenciário devido ao segurado que, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, sofra redução de sua capacidade funcional. É pago a título de indenização e corresponde a 50% do salário-benefício do segurado. O recebimento de salário ou a concessão de outro benefício não prejudica a continuidade do recebimento do auxílio-acidente, sendo vedada a acumulação com qualquer aposentadoria.

auxílio-doença Auxílio previdenciário, em caráter temporário, devido ao segurado que fica incapacitado por motivo de doença.

auxílio-reclusão Auxílio previdenciário devido ao(s) dependente(s) do segurado detento ou recluso, desde que este não receba qualquer espécie de remuneração da empresa, nem esteja em gozo de auxílio-doença, aposentadoria ou abono de permanência em serviço ou tenha remuneração superior àquela em vigor no mês de referência da pesquisa, cujo valor era R\$ 862,60 (oitocentos e sessenta e dois reais e sessenta centavos) a partir de 1º de janeiro de 2011.

auxílios previdenciários Ver auxílio-doença, auxílio-reclusão e auxílio-acidente

beneficiário Pessoa que está recebendo algum tipo de benefício pecuniário, podendo ser o próprio segurado ou ao(s) seu(s) dependente(s) no caso da Previdência Social. As famílias que recebem benefícios de programas sociais também são chamadas de beneficiárias.

benefício Prestação pecuniária paga pela Previdência Social ao segurado ou ao(s) seu(s) dependente(s) de forma a atender a cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; maternidade; salário-família e auxílio-reclusão para o(s) dependente(s) do segurado de baixa renda; e pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes. O benefício de prestação continuada é caracterizado por pagamentos mensais contínuos, até que alguma causa (a morte, por exemplo) provoque sua cessação. O benefício de prestação única é aquele cujo pagamento é efetuado em uma só vez. Considera-se também benefício o montante recebido pelas famílias através de programas públicos de transferências de renda, como os benefícios do Bolsa Família.

benefício acidentário Benefício devido ao segurado acidentado, ou ao(s) seu(s) dependente(s), quando o acidente ocorre no exercício do trabalho a serviço da empresa, equiparando-se a este a doença profissional ou do trabalho ou, ainda, quando sofrido no percurso entre a residência e o local de trabalho, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a redução da capacidade para o trabalho. Os benefícios acidentários classificam-se em: aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença e auxílio-acidente.

benefício assistencial Benefício concedido independentemente de contribuições efetuadas, como, por exemplo: renda mensal vitalícia, amparo assistencial e pensão mensal vitalícia. A renda mensal vitalícia foi criada pela Lei nº 6.179, de 11.12.1974, e era devida ao maior de 70 anos de idade ou ao inválido que não exercia atividade remunerada e que comprovasse não possuir meios de prover sua própria subsistência ou de tê-la provida por sua família. Esse benefício foi totalmente extinto, por força da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742, de 07.12.1993), a partir da qual foi determinada a concessão dos amparos assistenciais. Tais quais as rendas mensais vitalícias, os amparos assistenciais têm valor igual a 1 salário mínimo, garantido

à pessoa portadora de deficiência ou idosa, com 65 anos ou mais, que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família. Considera-se que uma família está incapacitada de prover a manutenção do inválido ou do idoso se a renda mensal familiar *per capita* for inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Esses benefícios são também chamados de Benefícios de Prestação Contínua - BPC.

benefício ativo Benefício que efetivamente gera pagamentos mensais ao beneficiário e que, em conjunto com os benefícios suspensos, compõe o estoque de benefícios do sistema previdenciário.

benefício concedido Benefício cujo requerimento - apresentado pelo segurado ou seu(s) dependente(s) à Previdência Social - é analisado e deferido, desde que o requerente preencha todos os requisitos necessários à espécie do benefício solicitado, e liberado para pagamento. A concessão corresponde, portanto, ao fluxo de entrada de novos benefícios no sistema previdenciário.

benefício previdenciário Benefício do Regime Geral de Previdência Social que, em sua maioria, depende de período de carência. Abrange as aposentadorias, as pensões por morte, os auxílios, o salário-família e o salário-maternidade.

bônus demográfico Momento em que a estrutura etária da população tem um grande contingente da população em idade produtiva (normalmente definida como de 15 a 59 anos) e um menor número de idosos e crianças. Trata-se de uma oportunidade para o crescimento econômico.

bueiro/boca de lobo Existência, na face em trabalho ou na sua face confrontante, de bueiro ou boca de lobo, ou seja, abertura que dá acesso a caixas subterrâneas, por onde escoam a água proveniente de chuvas, as regas etc. Bueiro/boca de lobo não se confunde com tampão para acesso a galerias subterrâneas.

calçada Existência, na face em trabalho, de calçada/passeio, ou seja, caminho calçado ou pavimentado, destinado à circulação de pedestres, quase sempre mais alto que a parte do logradouro em que trafegam os veículos.

cargo de direção Grupo da Classificação Brasileira de Ocupações-Domiciliar - CBO-Domiciliar que inclui as seguintes ocupações: membros superiores e dirigentes do poder público, dirigentes de empresas e organizações (exceto de interesse público), e gerentes.

casamento Ato, cerimônia ou processo pelo qual é constituída a relação legal entre o homem e a mulher. A legalidade da união pode ser estabelecida no casamento civil ou religioso com efeito civil e reconhecida pelas leis de cada país.

categoria do emprego Classificação dos empregados em: com carteira de trabalho assinada; militares (do Exército, Marinha de Guerra e Aeronáutica, inclusive as pessoas prestando serviço militar obrigatório) e funcionários públicos estatutários (empregados regidos pelos Estatutos dos funcionários públicos federais, estaduais, municipais ou de autarquias); ou outro sem carteira de trabalho assinada. Classificação dos trabalhadores domésticos em: com carteira de trabalho assinada ou sem carteira de trabalho assinada.

classificação de atividades Ver Classificação Nacional de Atividades Econômicas-Domiciliar - CNAE-Domiciliar

Classificação Nacional de Atividades Econômicas-Domiciliar - CNAE-Domiciliar

Adaptação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE para as pesquisas domiciliares. A CNAE-Domiciliar mantém-se idêntica à CNAE nos níveis mais agregados – seção e divisão, com exceção das divisões do comércio em que não se distingue o varejo e atacado – reagrupa classes onde o detalhamento foi considerado inadequado para as pesquisas domiciliares e desagrega algumas atividades de serviços que têm nestas pesquisas sua única fonte de cobertura. A CNAE tem como referência a International Standard Industrial Classification of all Economic Activities - ISIC (Clasificación Industrial Internacional Uniforme de todas las Actividades Económicas - CIU), 3ª revisão, das Nações Unidas.

coeficiente de mortalidade Número de óbitos por uma determinada causa em relação a uma proporção da população em um determinado tempo e relacionado a uma certa área geográfica. Normalmente se calcula por 100 mil habitantes.

condição no domicílio e no arranjo familiar Classificação dos componentes do domicílio (ou do arranjo familiar) quanto à relação de parentesco ou de convivência existente entre cada membro e a pessoa de referência ou seu cônjuge, em: pessoa de referência - pessoa responsável pelo domicílio (ou pelo arranjo familiar) ou assim considerada pelos demais membros; cônjuge - pessoa que vive conjugalmente com a pessoa de referência do domicílio (ou do arranjo familiar), existindo ou não vínculo matrimonial; filho - pessoa que é filho, enteado, filho adotivo ou de criação da pessoa de referência do domicílio (ou do arranjo familiar) ou do seu cônjuge; outro parente - pessoa que tem qualquer outro grau de parentesco com a pessoa de referência do domicílio (ou do arranjo familiar) ou com o seu cônjuge, exclusive os relacionados anteriormente; agregado - pessoa que não é parente da pessoa de referência do domicílio (ou do arranjo familiar) nem do seu cônjuge e não paga hospedagem nem alimentação; pensionista - pessoa que não é parente da pessoa de referência do domicílio (ou do arranjo familiar) nem do seu cônjuge e paga hospedagem ou alimentação; empregado doméstico - pessoa que presta serviço doméstico remunerado, em dinheiro ou somente em benefícios, a membro(s) do domicílio (ou do arranjo familiar); ou parente do empregado doméstico - pessoa que é parente do empregado doméstico e não presta serviço doméstico remunerado a membro(s) do domicílio (ou do arranjo familiar).

conta própria Pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado.

contribuinte para instituto de previdência Pessoa que contribui para instituto de previdência federal (Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ou Plano de Seguridade Social do Servidor Público Civil da União), estadual (instituto de previdência estadual, incluindo os servidores das forças auxiliares estaduais), ou municipal (instituto de previdência municipal, incluindo os servidores das forças auxiliares municipais), no trabalho principal, no secundário e em pelo menos um dos demais trabalhos que tem na semana de referência. Na base de dados da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV, o contribuinte pessoa física constitui toda pessoa física que contribui para a Previdência Social a partir do cruzamento de informações de distintas bases a fim de se evitar a duplicidade de a mesma pessoa ser

registrada como “empregado” ou na categoria “outros contribuintes”, consolidando suas contribuições.

cor ou raça Característica declarada pela pessoa com base nas seguintes opções: branca, preta, amarela (pessoa que se declarar de origem japonesa, chinesa, coreana etc.), parda ou indígena.

DCNT Ver doenças crônicas não transmissíveis

destino do lixo Classificação do destino dado ao lixo do domicílio particular permanente em: coletado diretamente - quando o lixo é coletado diretamente por serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada, que atende ao logradouro em que se situa o domicílio; coletado indiretamente - quando o lixo é depositado em caçamba, tanque ou depósito de serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada, que posteriormente o recolhe; ou outro - quando o lixo domiciliar é: queimado ou enterrado no terreno ou na propriedade em que se situa o domicílio; jogado, queimado ou enterrado em terreno baldio ou logradouro; jogado nas águas ou nas margens de rio, lago ou mar; ou tem destino diferente dos enumerados anteriormente.

distribuição funcional da renda Repartição da renda gerada no processo produtivo considerando a função desempenhada pelos agentes nesse processo. A ótica da renda do Sistema de Contas Nacionais identifica a parcela do valor adicionado à economia que é destinada ao trabalho assalariado – a remuneração; aos ganhos potenciais do capital – o excedente operacional bruto; e também a renda associada à parcela mista trabalho-capital que cabe ao trabalho autônomo – o rendimento misto bruto.

distribuição pessoal da renda Forma pela qual o total de rendimentos é repartido e apropriado pelos indivíduos ou grupos de indivíduos (estratos populacionais).

doenças crônicas não transmissíveis Doenças não infecciosas, isto é, sem presença de micro-organismos, dentre as quais destacam-se como principais as seguintes categorias: doenças cardiovasculares, doenças respiratórias crônicas, câncer e diabetes.

doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado Doenças infectoparasitárias de importância epidemiológica relacionadas ao saneamento, constituídas pelas seguintes categorias: doenças de transmissão fecal-oral, doenças transmitidas por inseto vetor, doenças transmitidas através do contato com a água, doenças relacionadas com a higiene, geo-helminhos e Teníases.

domicílio Local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. A separação fica caracterizada quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas etc., coberto por um teto, permitindo que os moradores se isolem, arcando com parte ou todas as suas despesas de alimentação ou moradia. A independência fica caracterizada quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que os moradores possam entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas.

domicílio particular Domicílio destinado à habitação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas cujo relacionamento é ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência. O domicílio particular é classificado em: permanente - localizado em unidade que se destina a servir de moradia (casa, apartamento ou cômodo); ou improvisado - localizado em unidade que não possui depen-

dência destinada exclusivamente à moradia (loja, sala comercial etc.) ou em prédio em construção, embarcação, carroça, vagão, tenda, barraca, gruta etc. que esteja servindo de moradia.

domicílio particular improvisado *Ver em* domicílio particular

domicílio particular permanente *Ver em* domicílio particular

dormitório Cômodo que está, em caráter permanente, sendo utilizado para esta finalidade por morador do domicílio particular permanente.

DRSAI *Ver* doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado

educação de jovens e adultos Modalidade da educação oferecida às pessoas de 15 anos ou mais de idade que não tiveram acesso ou continuidade de estudo, na idade apropriada, no ensino fundamental ou no ensino médio. No passado, a educação de jovens e adultos teve as seguintes denominações: artigo 99 e supletivo.

empregado Pessoa que trabalha para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas etc.). Nesta categoria, inclui-se a pessoa que presta serviço militar obrigatório e, também, o sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos.

empregador Pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado.

emprego formal Conjunto de pessoas no mercado de trabalho celetista, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego.

encargos previdenciários da união Benefícios de aposentadoria e pensões dos servidores civis e militares da administração direta da União e benefícios concedidos através de leis especiais, que são pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS com recursos da União.

esgotamento sanitário Escoadouro do banheiro ou sanitário de uso dos moradores do domicílio particular permanente classificado, quanto ao tipo, em: rede coletora (de esgoto ou pluvial) - quando a canalização das águas servidas e dos dejetos está ligada a um sistema de coleta que os conduz a um desaguadouro geral da área, região ou município, mesmo que o sistema não disponha de estação de tratamento da matéria esgotada; fossa séptica - quando as águas servidas e os dejetos são esgotados para uma fossa séptica, onde passam por um processo de tratamento ou decantação, sendo a parte líquida absorvida no próprio terreno ou canalizada para um desaguadouro geral da área, região ou município; ou outro - quando os dejetos são esgotados para uma fossa rudimentar (fossa negra, poço, buraco etc.) ou diretamente para uma vala a céu aberto, rio, lago ou mar, ou quando o escoadouro não se enquadra em quaisquer dos tipos descritos anteriormente.

esgoto a céu aberto Existência, na face em trabalho ou na sua face confrontante, de vala, córrego ou corpo d'água onde habitualmente ocorre lançamento de esgoto doméstico; ou valeta, por onde escorre, na superfície, o esgoto doméstico a céu aberto.

espécie de benefício Classificação criada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS para explicitar as peculiaridades de cada tipo de benefício pecuniário existente.

esperança de vida ao nascer Número médio de anos que um recém-nascido esperaria viver se estivesse sujeito a uma lei de mortalidade observada em dada população durante um dado período.

face confrontante Face em frente à face em trabalho (ou percorrida), independentemente de pertencer ao setor que está sendo trabalhado, contendo ou não domicílios ou estabelecimentos.

face de quadra Cada um dos lados da quadra, contendo ou não domicílios ou estabelecimentos.

família *Ver em* arranjo familiar

família reconstituída Família formada quando os indivíduos separados ou divorciados iniciam uma nova união, especialmente no caso da presença de crianças.

horas gastas em afazeres domésticos Número de horas que a pessoa habitualmente dedica por semana aos afazeres domésticos.

horas trabalhadas na semana Número de horas que a pessoa ocupada normalmente trabalha por semana.

horas trabalhadas no trabalho principal Número de horas que a pessoa ocupada normalmente trabalha por semana no trabalho principal.

identificação do logradouro Existência, na face em trabalho ou na sua face confrontante, de algum elemento visível com o nome do logradouro, como placa oficial ou outra forma de identificação.

iluminação pública Existência, na face em trabalho ou na sua face confrontante, de pelo menos um ponto fixo (poste) de iluminação pública.

índice (ou coeficiente) de Gini Medida de desigualdade relativa obtida a partir da Curva de Lorenz, que relaciona o percentual acumulado da população em ordem crescente de rendimentos (eixo x) e o percentual acumulado de rendimentos (eixo y). Quando os percentuais acumulados de população correspondem aos percentuais acumulados de rendimentos (10% da população com 10% dos rendimentos, por exemplo), tem-se a linha de perfeita igualdade. A Curva de Lorenz representa a distribuição real de rendimentos de uma dada população tendo, em geral, formato convexo. Quanto mais afastada da linha de perfeita igualdade, mais desigual a distribuição. O índice de Gini é uma medida numérica que representa o afastamento de uma dada distribuição de renda (Curva de Lorenz) da linha de perfeita igualdade, variando de 0 (situação onde não há desigualdade) a 1 (desigualdade máxima, ou seja, toda a renda apropriada por um único indivíduo).

lixo acumulado nos logradouros Existência, na face em trabalho ou na sua face confrontante, de local de depósito e acúmulo de lixo. A existência de caçamba de serviço de limpeza não é considerada como lixo acumulado em via pública.

logradouro Área pública de circulação de pessoas, veículos e mercadorias, reconhecida pela comunidade e, na maioria das vezes, associada a um nome de conhecimento geral.

média de anos de estudo Total de anos de estudo das pessoas de uma determinada idade dividido pelo número total de pessoas nesta referida idade.

meio-fio/guia Existência, na face em trabalho, de meio-fio/guia, ou seja, borda ao longo do logradouro.

mortalidade materna *Ver* razão de mortalidade materna

nível da ocupação Porcentagem das pessoas ocupadas de um grupo etário em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário.

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Objetivos estabelecidos na Declaração do Milênio, da Organização das Nações Unidas - ONU, adotada pelos 191 estados-membros em 08.09.2000. Os oito objetivos, com data limite para 2015, são assim definidos: objetivo 1 - erradicar a extrema pobreza e a fome; objetivo 2 - universalizar a educação primária; objetivo 3 - promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; objetivo 4 - reduzir a mortalidade na infância; objetivo 5 - melhorar a saúde materna; objetivo 6 - combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; objetivo 7 - garantir a sustentabilidade ambiental; e objetivo 8 - estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

outro trabalhador não remunerado Pessoa que trabalha sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, como aprendiz ou estagiário ou em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo.

pavimentação Existência, na face percorrida do trecho do logradouro, de pavimentação, ou seja, cobertura da via pública com asfalto, cimento, paralelepípedos, pedras etc.

pensão por morte Pensão devida ao(s) dependente(s) do segurado, aposentado ou não, que falece. Perde o direito à pensão o pensionista que falecer; o menor que se emancipar ou completar 21 anos de idade, salvo se inválido; ou o inválido, caso cesse a sua invalidez.

períodos de referência Períodos assim classificados: data de referência - dia 28 de setembro de 2013; semana de referência - semana de 22 a 28 de setembro de 2013; mês de referência - mês de setembro de 2013; e período de referência de 365 dias - período de 29 de setembro de 2012 a 28 de setembro de 2013.

pessoa alfabetizada Pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece, inclusive a pessoa alfabetizada que se tornou física ou mentalmente incapacitada de ler ou escrever.

pessoa desocupada Pessoa sem trabalho, mas que havia tomado alguma providência para conseguir trabalho na semana de referência.

pessoa ocupada Pessoa com trabalho durante toda ou parte da semana de referência, ainda que afastada por motivo de férias, licença, falta, greve etc.

população projetada População estimada através do método das componentes demográficas, que leva em consideração a fecundidade, a mortalidade e a migração.

posição na ocupação Relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalha. Segundo a posição na ocupação, a pessoa é classificada em: empregado, trabalhador doméstico, conta própria, empregador, trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar, outro trabalhador não remunerado, tra-

balhador na produção para o próprio consumo, ou trabalhador na construção para o próprio uso. Para efeito de divulgação, as categorias “trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar” e “outro trabalhador não remunerado” são reunidas em uma única, denominada “não remunerado”.

procura de trabalho Tomada de alguma providência efetiva para conseguir trabalho: contato estabelecido com empregadores; prestação de concurso; inscrição em concurso; consulta a agência de emprego, sindicato ou órgão similar; resposta a anúncio de emprego; solicitação de trabalho a parente, amigo, colega ou por meio de anúncio; tomada de medida para iniciar negócio etc.

quadra Trecho retangular bem definido de uma área urbana ou aglomerado rural com quarteirões fechados ou abertos, limitado por ruas e/ou estradas, podendo, contudo, ter forma irregular e ser limitado por elementos, como estradas de ferro, cursos d'água ou encostas. Em alguns locais, a quadra é chamada de quarteirão.

rampa para cadeirante Existência, na calçada da face em trabalho, de rampa, ou seja, rebaixamento da calçada ou meio-fio/guia, geralmente nas proximidades das esquinas, destinado especificamente para dar acesso a pessoas que utilizam cadeira de rodas. Não são consideradas rampas para acesso de veículos.

razão de dependência Razão entre a população considerada inativa (0 a 14 anos e 60 anos ou mais de idade) e a população potencialmente ativa (15 a 59 anos de idade).

razão de mortalidade materna Estimativa do risco de morte de mulheres ocorrida durante a gravidez, o aborto, o parto ou até 42 dias após o parto, atribuída a causas relacionadas ou agravadas pela gravidez, pelo aborto, pelo parto ou pelo puerpério ou por medidas tomadas em relação a elas. A razão é calculada pelo número de óbitos maternos, por 100 mil nascidos vivos de mães residentes em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Normalmente se aplica um fator de correção devido à ocorrência de sub-registro.

razão de rendimentos Relação entre os rendimentos médios mensais das pessoas de 15 anos ou mais de idade, com rendimento, em determinados estratos (décimos) populacionais ordenados em forma crescente de rendimentos. A razão 10/40 relaciona o rendimento dos 10% com maiores rendimentos com os 40% com menores rendimentos. A razão 20/20 relaciona os rendimentos dos estratos 20% com maiores rendimentos e 20% com menores rendimentos. A razão 1/50 representa a razão de rendimentos entre o 1% com maiores rendimentos e 50% com menores rendimentos.

razão de sexo Razão entre o número de homens e o número de mulheres em uma população.

razão entre os domicílios sem acesso e com acesso a serviços públicos Número de domicílios sem acesso para cada domicílio com acesso.

rendimento do trabalho principal Rendimento do único trabalho que a pessoa tem na semana de referência. Para a pessoa que tem mais de um trabalho, ou seja, para a pessoa ocupada em mais de um empreendimento na semana de referência, adotam-se os seguintes critérios para definir o trabalho principal desse período: o trabalho da semana de referência no qual tem maior tempo de permanência no período de referência de 365 dias (de 1º de outubro de 2008 a 30 de setembro de 2009); em caso

de igualdade no tempo de permanência no período de referência de 365 dias, considera-se como principal o trabalho remunerado da semana de referência ao qual a pessoa normalmente dedica maior número de horas semanais. Este mesmo critério é adotado para definir o trabalho principal da pessoa que, na semana de referência, tem somente trabalhos não remunerados e que apresentam o mesmo tempo de permanência no período de referência de 365 dias; em caso de igualdade, também, no número de horas trabalhadas, considera-se como principal o trabalho da semana de referência que normalmente proporciona maior rendimento.

rendimento-hora do trabalho principal Média do rendimento do trabalho principal dividido pela média do número de horas trabalhadas.

rendimento mensal de outras fontes Rendimento mensal, relativo ao mês de referência da pesquisa, normalmente recebido de aposentadoria paga por instituto de previdência ou pelo governo federal; complementação de aposentadoria paga por entidade seguradora ou decorrente de participação em fundo de pensão; pensão paga por instituto de previdência, governo federal, caixa de assistência social, entidade seguradora ou fundo de pensão; pensão alimentícia; abono de permanência; aluguel; doação ou mesada recebida de pessoa não moradora na unidade domiciliar; rendimento proveniente de aplicação financeira, parceria; e rendimento recebido de programa oficial de auxílio educacional (como o Bolsa Escola) ou social (Renda Mínima, Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC-LOAS, e outros).

rendimento mensal de trabalho Rendimento mensal em dinheiro e valor, real ou estimado, do rendimento em produtos ou mercadorias do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, provenientes do trabalho principal, do trabalho secundário e dos demais trabalhos que a pessoa tem na semana de referência da pesquisa, exceto o valor da produção para consumo próprio. Para empregados e trabalhadores domésticos - remuneração bruta mensal a que normalmente têm direito trabalhando o mês completo ou, quando o rendimento é variável, remuneração média mensal relativa ao mês de referência da pesquisa. Entende-se por remuneração bruta o rendimento sem excluir o salário família e os descontos correspondentes aos pagamentos de instituto de previdência, imposto de renda, faltas etc., e não incluindo o 13º salário (14º, 15º salários etc.) e a participação nos lucros paga pelo empreendimento aos empregados. A parcela recebida em benefícios (moradia; alimentação; roupas; vales refeição, alimentação ou transporte etc.) não é incluída no cômputo do rendimento de trabalho. Para empregadores e conta própria - retirada mensal normalmente feita ou, quando o rendimento é variável, retirada média mensal relativa ao mês de referência da pesquisa. Entende-se por retirada o ganho (rendimento bruto menos despesas efetuadas com o empreendimento, tais como: pagamento de empregados, matéria-prima, energia elétrica, telefone etc.) da pessoa que explora um empreendimento como conta própria ou empregadora. Para a pessoa licenciada por instituto de previdência, considera-se o rendimento bruto mensal normalmente recebido como benefício (auxílio doença, auxílio por acidente de trabalho etc.), relativo ao mês de referência da pesquisa. Os empregados e trabalhadores domésticos que recebem apenas alimentação, roupas, medicamentos etc. (benefícios), à guisa de rendimento de trabalho, são incluídos no grupo "sem rendimento".

rendimento mensal domiciliar Soma dos rendimentos mensais dos moradores da unidade domiciliar, exclusive as pessoas cuja condição na unidade domiciliar é pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

rendimento mensal domiciliar *per capita* Resultado da divisão do rendimento mensal domiciliar pelo número de componentes da unidade domiciliar, exclusive os daqueles cuja condição na unidade domiciliar é pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

rendimento mensal familiar Soma dos rendimentos mensais dos componentes do arranjo familiar, exclusive as pessoas cuja condição no arranjo familiar é pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

rendimento mensal familiar *per capita* Resultado da divisão do rendimento mensal familiar pelo número de componentes da família, exclusive os daqueles cuja condição na família é pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

salário-família Benefício devido ao segurado empregado, exceto o doméstico, e ao trabalhador avulso, tanto na condição de ativo como na de aposentado por idade ou por invalidez e aos demais aposentados aos 65 anos de idade, se do sexo masculino, e aos de 60 anos de idade, se do sexo feminino, ou, ainda, em gozo de auxílio-doença, na proporção do respectivo número de filhos ou equiparados, de até 14 anos de idade, ou de qualquer idade se inválido.

salário-maternidade Benefício devido a toda segurada da Previdência Social durante 28 dias antes do parto e 91 dias depois, pago diretamente pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS no caso de segurada na condição de trabalhadora avulsa, empregada doméstica, contribuinte individual, especial e facultativa.

salário mínimo Remuneração mínima do trabalhador, fixada por lei. Para o cálculo dos rendimentos em salários mínimos, considera-se o valor em vigor no mês de referência da pesquisa, R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais) em setembro de 2013.

saneamento adequado Acesso simultâneo aos serviços de abastecimento de água por rede geral no domicílio ou na propriedade, esgotamento sanitário por rede coletora de esgoto ou fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto, e lixo coletado direta ou indiretamente.

segurado Pessoa coberta pelo sistema previdenciário, fazendo jus aos benefícios por este oferecidos.

situação do domicílio Classificação da localização do domicílio em urbana ou rural, definida por lei municipal vigente por ocasião da realização do Censo Demográfico. A situação urbana abrange as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites. Este critério é, também, utilizado na classificação da população urbana e rural.

taxa de abandono escolar precoce Porcentagem de pessoas de 18 a 24 anos de idade que não haviam concluído o ensino médio e não estavam estudando.

taxa de analfabetismo Razão, expressa em porcentagem, entre o número de beneficiários e a população em uma área específica.

taxa de cobertura por plano de saúde Razão, expressa em porcentagem, entre o número de beneficiários e a população em uma área específica.

taxa de desocupação Porcentagem de pessoas desocupadas em relação ao total de pessoas economicamente ativas.

taxa de escolarização Ver em taxa de frequência escolar bruta

taxa de fecundidade total Número médio de filhos que teria uma mulher, de uma coorte hipotética, ao fim do período reprodutivo, estando sujeita a um determinado padrão de fecundidade.

taxa de frequência escolar bruta Proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que frequenta escola em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

taxa de frequência escolar líquida Proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que frequenta escola no nível de ensino adequado à essa faixa etária, conforme organização do sistema educacional brasileiro, em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

taxa de incidência de AIDS Número de casos novos confirmados de Síndrome de Imunodeficiência Adquirida - AIDS, por 100 mil habitantes, na população residente em determinada população, no ano especificado. A definição de caso confirmado de AIDS baseia-se em critérios adotados pelo Ministério da Saúde para orientar as ações de vigilância epidemiológica da doença em todo o País.

taxa de matrícula Porcentagem das pessoas matriculadas na escola de uma faixa etária em relação ao total das pessoas da mesma faixa etária. Taxa de atendimento escolar.

taxa de mortalidade infantil Frequência com que ocorrem os óbitos infantis (menores de 1 ano de idade) em uma população em relação ao número de nascidos vivos em determinado ano civil.

taxa de mortalidade infantil neonatal precoce Número de óbitos de crianças com menos de 7 dias por 1 000 nascidos vivos

taxa de mortalidade infantil neonatal tardia Número de óbitos de crianças de 7 a 28 dias por 1 000 nascidos vivos

taxa de mortalidade infantil pós-neonatal Número de óbitos de crianças com mais de 28 dias por 1 000 nascidos vivos

taxa de urbanização Porcentagem da população da área urbana em relação à população total.

trabalhador doméstico Pessoa que trabalha em serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares.

trabalhador na construção para o próprio uso Pessoa que trabalha, durante pelo menos uma hora na semana, na construção de edificações, estradas privativas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar Pessoa que trabalha sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar que é: empregado na produção de bens primários (que com-

preende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador.

trabalhador na produção para o próprio consumo Pessoa que trabalha, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

trabalho Exercício de: a) ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) na produção de bens e serviços; b) ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) no serviço doméstico; c) ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana: em ajuda a membro da unidade domiciliar que tem trabalho como empregado na produção de bens primários (atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador; em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou como aprendiz ou estagiário; ou d) ocupação desenvolvida, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens, do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, destinados à própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar; ou na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias, exceto as obras destinadas unicamente à reforma, para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

trabalho formal Trabalho com carteira assinada, incluindo os trabalhadores domésticos, militares e funcionários públicos estatutários, bem como os empregadores e trabalhadores por conta própria que contribuem para a previdência social.

trabalho informal Trabalho sem carteira assinada, incluindo os trabalhadores domésticos, empregadores e trabalhadores por conta própria que não contribuem para a previdência social, trabalhadores não remunerados, bem como os trabalhadores na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso.

trabalho principal Único trabalho que a pessoa tem na semana de referência da pesquisa. Para a pessoa com mais de um trabalho, isto é, para a pessoa ocupada em mais de um empreendimento na semana de referência, considera-se como principal o trabalho da semana de referência no qual tem mais tempo de permanência no período de referência de 365 dias. Em caso de igualdade no tempo de permanência no período de referência de 365 dias, considera-se como principal o trabalho remunerado da semana de referência ao qual a pessoa normalmente dedica maior número de horas semanais. Adota-se este mesmo critério para definir o trabalho principal da pessoa que, na semana de referência, tem somente trabalhos não remunerados que apresentam o mesmo tempo de permanência no período de referência de 365 dias. Em caso de igualdade, também, no número de horas trabalhadas, considera-se como principal o trabalho da semana de referência que normalmente proporciona o maior rendimento.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de População e Indicadores Sociais

Barbara Cobo Soares (em exercício)

Coordenação geral da Síntese de Indicadores Sociais

Barbara Cobo Soares

Revisão final dos textos

Barbara Cobo Soares

Claudio Dutra Crespo

Programação, processamento e tabulação dos resultados

Betina Fresneda

Cristiane Soares

Cíntia Simões Agostinho

Gilson Gonçalves de Matos

Leonardo Athias

Paulo César Dick

João Belchior (colaborador)

Monique Pinheiro (consultora)

Análise dos resultados

Aspectos demográficos

Cíntia Simões Agostinho

Famílias

André Simões

Bruno Perez

Educação

Betina Fresneda

Trabalho

Cristiane Soares

Distribuição de renda

Leonardo Athias

Domicílios

Bruno Perez
Nilo César Coelho da Silva
Rubem Magalhães

Colaboradores

Carla Cruz (Estagiária)
Clédson Silva (Estagiário)

Projeto Editorial**Centro de Documentação e Disseminação de Informações****Coordenação de Produção**

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração**Estruturação textual, tabular e de gráficos**

Beth Fontoura
Katia Vaz Cavalcanti
Leonardo Martins

Diagramação tabular e de gráficos

Maria da Graça Lima
Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Diagramação textual

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Programação visual da publicação

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Produção de multimídia

Helena Maria Mattos Pontes
LGonzaga
Márcia do Rosário Brauns
Marisa Sigolo Mendonça
Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro
Roberto Cavararo

Gerência de Documentação**Pesquisa e normalização bibliográfica**

Ana Raquel Gomes da Silva
Elizabeth de Carvalho Faria
Lioara Mandoju
Maria Socorro da Silva Araújo
Raphaella Machado Borges (Estagiária)
Solange de Oliveira Santos
Talita Daemon James
Vera Lucia Punzi Barcelos Capone

Padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Elaboração de quarta capas

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica

Impressão e acabamento

Maria Alice da Silva Neves Nabuco

Gráfica Digital

Impressão

Ednalva Maia do Monte

Série Estudos e Pesquisas

Informação demográfica e socioeconômica - ISSN 1516-3296

Síntese de indicadores sociais 1998, n. 1, 1999.

Evolução e perspectivas da mortalidade infantil no Brasil, n. 2, 1999.

População jovem no Brasil, n. 3, 1999.

Síntese de indicadores sociais 1999, n. 4, 2000.

Síntese de indicadores sociais 2000, n. 5, 2001.

Tendências demográficas: uma análise dos resultados da sinopse preliminar do censo demográfico 2000, n. 6, 2001.

Mapa do mercado de trabalho no Brasil 1992-1997, n. 7, 2001.

Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000, n. 8, 2002.

Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000, n. 9, 2002.

Tendências demográficas: uma análise dos resultados do universo do censo demográfico 2000, n. 10, 2002.

Síntese de indicadores sociais 2002, n. 11, 2003.

Síntese de indicadores sociais 2003, n. 12, 2004.

Tendências demográficas: uma análise dos resultados da amostra do censo demográfico 2000, n.13, 2004.

Indicadores sociais municipais: uma análise da amostra do censo demográfico 2000, n.14, 2004.

Síntese de indicadores sociais 2004, n. 15, 2005.

Tendências demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos Censos Demográficos 1991 e 2000, n. 16, 2005.

Síntese de indicadores sociais 2005, n. 17, 2006.

Sistema de informações e indicadores culturais 2003, n. 18, 2006.

Síntese de indicadores sociais 2006, n. 19, 2006.

Tendências demográficas: uma análise da população com base nos resultados dos censos demográficos 1940 e 2000, n. 20, 2007.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2007, n. 21, 2007.

Sistema de informações e indicadores culturais 2003-2005, n. 22, 2008.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2008, n. 23, 2008.

Projeção da população do Brasil por sexo e idade 1980-2050, revisão 2008, n. 24, 2008.

Indicadores Sociodemográficos e de Saúde no Brasil n. 25, 2009.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2009, n. 26, 2009.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010, n. 27, 2010.

Indicadores sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010, n. 28, 2010.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2012, n. 29, 2012.

Tábuas abreviadas de mortalidade por sexo e idade - Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação, n.30, 2010.

Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2007- 2010, n.31, 2013

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2013, n. 32, 2013.

Estatísticas de Gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010, n. 33, 2014.

Informação geográfica - ISSN 1517-1450

Saneamento básico e problemas ambientais em Goiânia, n. 1, 1999.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2002, n. 2, 2002.

Reserva ecológica do IBGE: ambientes e plantas vasculares, n. 3, 2004.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2004, n. 4, 2004.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2008, n. 5, 2008.

Vetores estruturantes da dimensão socioeconômica da bacia hidrográfica do Rio São Francisco 2009, n.6, 2009.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2010, n. 7, 2010.

Geoestatísticas de recursos naturais da Amazônia Legal 2003, n. 8, 2011.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2012, n. 9, 2012.

Informação econômica - ISSN 1679-480X

As micros e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil 2001, n. 1, 2003.

Caracterização do setor produtivo de flores e plantas ornamentais no Brasil, n. 2, 2004.

Indicadores agropecuários 1996-2003, n. 3, 2004.

As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2002, n. 4, 2004. 2. ed. 2004.

Economia do turismo: análise das atividades: características do turismo 2003, n.5, 2006.

Demografia das empresas 2005, n.6, 2007.

Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2000-2005, n.7, 2008.

As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2005, n.8, 2008.

Economia da saúde: uma perspectiva macroeconômica 2000-2005, n.9, 2008.

Demografia das empresas 2006, n.10, 2008.

O setor de tecnologia da informação e comunicação no Brasil, 2003-2006, n.11, 2009.

Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2006, n.12, 2009.

Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2007, n.13, 2010.

Demografia das empresas 2008, n. 14, 2010.

Estatísticas de empreendedorismo 2008, n. 15, 2011.

Demografia das empresas 2009, n. 16, 2011.

Demografia das empresas 2010, n. 17, 2012.

Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2009, n.18, 2012.

Estatísticas de Empreendedorismo 2010, n. 19, 2012.

As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2010, n.20, 2012.

Demografia das Empresas 2011, n. 21, 2013.

Estatísticas de Empreendedorismo 2011, n. 22, 2013.

Demografia das Empresas 2012, n. 23, 2014.

Estatísticas de Empreendedorismo 2012, n. 24, 2014.